

CESAR AUGUSTO CASTRO
DIANA ROCHA DA SILVA
(org.)



**BIBLIOTECONOMIA
BRASILEIRA**
textos fundadores



BIBLIOTECONOMIA
BRASILEIRA
textos fundadores



Reitor
Vice-Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA
Diretor

EDITORIA DA UFMA

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Prof^a. Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Prof^a. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CESAR AUGUSTO CASTRO e DIANA ROCHA DA SILVA
(Organizadores)

BIBLIOTECONOMIA
BRASILEIRA
textos fundadores

São Luís



EDLIFMA

2023

Copyright © 2023 by EDUFMA

Coordenação Editorial: Cesar Augusto Castro e
Diana Rocha da Silva

Projeto gráfico, capa e diagramação: Gregório Jansen

Revisão: Os organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Castro, Cesar Augusto

Biblioteconomia brasileira: textos fundadores / Organizadores: Cesar Augusto Castro, Diana Rocha da Silva. — São Luís: EDUFMA, 2023.

546 p.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5363-307-0 (E-book)

1. Biblioteconomia- História- Brasil. 2. Biblioteconomia- Brasil. I. Castro, Cesar Augusto. II. Silva, Diana Rocha da. III. IV. Título

CDD 020
CDU 02(81)(091)

Ficha catalográfica elaborada por Neli Pereira Lima – CRB-13/600

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

*A todos os homens e mulheres que fizeram
a Biblioteconomia Brasileira, em especial,
a Rubens Borba de Moraes, Maria Luisa
Monteiro da Cunha, Laura Russo, Antônio
Caetano Dias, Lydia Sambaquy, Edson Nery
da Fonseca, Rubem Ferro, Jesus Braga,
Dorothy Gropp, Esmeralda Aragão, Adelpha de
Figueiredo e muitos outros e outras.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Cesar Augusto Castro / Diana Rocha da Silva</i>	
MEMÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: resgate oportuno e bem-vindo	28
<i>Maria das Graças Targino</i>	
A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: um ano de atividades	35
<i>Edson Nery da Fonseca</i>	
DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E DA BIBLIOGRAFIA NO BRASIL	47
<i>Edson Nery da Fonseca</i>	
ASPECTOS DO PROBLEMA BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL	82
<i>Edson Nery da Fonseca</i>	
A BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA	106
<i>Laura Garcia Moreno Russo</i>	
DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA EM SÃO PAULO	142
<i>Adelpha de Figueiredo</i>	
O ESTUDO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	156
<i>Antônio Caetano Dias</i>	
O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA E SUA REGULAMENTAÇÃO	162
<i>Antônio Caetano Dias</i>	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL (ANÁLISE DA CONJUNTURA) .	174
<i>Antônio Caetano Dias</i>	

A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTARISTA: situação e perspectivas no Brasil	193
<i>Esmeralda Maria de Aragão</i>	
A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO	215
<i>Lydia de Queiroz Sambaquy</i>	
ASPECTOS SOCIAIS DA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ...	223
<i>Maria Leticia de Andrade Lima</i>	
A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS	231
<i>Voline Cardim</i>	
PROCESSOS TÉCNICOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	238
<i>Adelpha S. R. de Figueiredo</i>	
DEONTOLOGIA E ÉTICA PROFISSIONAL	261
<i>Laura Garcia Moreno Russo</i>	
O AUXILIADOR DE BIBLIOTECA E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	272
<i>Heloisa de Almeida Prado</i>	
ENSINO DE METODOLOGIA DA PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA.....	281
<i>Relinda Kohler Jussara de Melo Toledo</i>	
A ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO SANTA ÚRSULA E A REGULAMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA.....	298
<i>Maria Antonieta Requião Piedade</i>	
OBJETO, CONCEITO E MEIOS DE DOCUMENTAÇÃO	308
<i>Espírito Santo Mesquita</i>	
OS INSTRUMENTOS E AS TÉCNICAS DE DOCUMENTAÇÃO .	323
<i>Maria Carolina Motta Minelli</i>	
O TRABALHO BIBLIOGRÁFICO DA UNESCO	337
<i>Herbert Coblans</i>	
A LIÇÃO DAS BIBLIOTECAS AMERICANAS	349
<i>Rubens Borba de Moraes</i>	

A BIBLIOTECA DO NORTE E DO NORDESTE DO BRASIL	365
<i>Maria Luisa Monteiro da Cunha</i>	
BIBLIOTECAS DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO E O MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO DA CAPITAL PAULISTA.....	376
<i>Dorothy M. Gropp</i>	
O PAPEL DA BIBLIOTECA NA EDUCAÇÃO	401
<i>Adelpha de Figueiredo</i>	
A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS ATIVIDADES	408
<i>Laura Garcia Moreno Russo</i>	
QUE OBRAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DEVEM SER TRADUZIDAS PARA O PORTUGUÊS?	419
<i>Edson Nery da Fonseca</i>	
RELAÇÕES PÚBLICAS E PUBLICIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	435
<i>Nancy Meirelles Junqueira</i>	
MOBILIDADE DOS BIBLIOTÉCARIOS REGISTRADOS NO CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 9ª REGIÃO CONSTANTES COMO ATIVOS EM CURITIBA.....	453
<i>Telma Regina Espanhol de Barros</i>	
BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIO	467
<i>Maria Dorothea Barbosa</i>	
O BIBLIOTECÁRIO: ESTE DESCONHECIDO.....	471
<i>Nice Menezes de Figueiredo</i>	
ADELPHA SILVA DE FIGUEREDO: A MESTRA E A BIBLIOTECÁRIA	479
<i>Noemi do Val Penteado / Laura Garcia Moreno Russo</i>	
BIOGRAFIA DOS AUTORES.....	495
BIOGRAFIA DOS ORGANIZADORES	510
ANEXOS	513



APRESENTAÇÃO

Nesta obra, reunimos um conjunto de textos publicados em tempos e espaços diversos por bibliotecárias(os) que são referências para compreendermos a constituição da Biblioteconomia brasileira em seus mais diferentes aspectos.

Esses textos mais do que a exposição de pensamentos e ideias, nos permitem compreender os avanços, recuos e perspectivas que no decorrer de décadas, que foram pauta entre profissionais da área. Para nós, organizadores desta obra, são textos que precisam emergir e ser levados ao conhecimento das(os) profissionais e das(os) alunas(os) desta área, de modo a ajudar a entender o passado e a traçar rotas para o futuro.

Defendemos e reivindicamos a necessidade de estudarmos e pesquisarmos a história da Biblioteconomia para podermos comemorar datas, ações e edificar monumentos de modo a olharmos, a partir do ontem, as conquistas, os movimentos e as disputas para que a Biblioteconomia e as(os) bibliotecárias(os) ocupem o seu lugar na sociedade e no campo acadêmico. Através da história, e com a história, é possível compreendemos o cotidiano e as lutas do presente a partir das lacunas deixadas pelos que nos antecederam e também estabelecermos ações e projeções que em determinadas épocas não foram permitidas ou sequer existiam.

Ao preservar a sua história e a sua memória, a Biblioteconomia manterá viva a presença das mulheres e dos homens que criaram e ensinaram em escolas e cursos, que organizaram e administraram instituições, colocaram em prática saberes, estabeleceram regras e normas, realizaram eventos, publicaram livros, artigos e editaram revistas, além de, principalmente, terem trilhado caminhos, dos quais seremos eternos devedores, em parceria a outros profissionais, políticos e entre eles mesmos.

Em 1915, quando foi criado o primeiro curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, e, posteriormente, em São Paulo, surgiram de Norte a Sul do Brasil lideranças que o tempo colocou sob a roda dos esquecidos, quer seja no âmbito dos estados, quer seja no cenário nacional. Daí, tirá-los(as) das tumbas do tempo e dar-lhe voz é valorar a(o) profissional, reconhecer o papel da Biblioteconomia, a relevância dos organismos de classe e, notadamente, nos identificarmos como mediadores entre a informação, a leitura e o conhecimento, tendo em conta a sociedade e os seus diferentes sujeitos.

Portanto, desejamos que este livro ajude a revelar o pensamento, as ideias e os ideais alicerçados em épocas distintas, marcados por situações políticas, sociais e econômicas, mas também culturais, educativas e tecnológicas com técnicas diversas. Entendê-las é ampliar o sentido do SER BIBLIOTECÁRIA(O).

Ao mesmo tempo, contribuir com as diversas Biblioteconomias brasileiras (no plural mesmo!), por entendermos que apesar dos princípios, das normas e das regras que demarcam as fronteiras do campo, há especificidades que foram construídas a partir das culturas e das políticas de cada localidade. Isso é, a Biblioteconomia paulista não é a mesma Biblioteconomia maranhense, paranaense ou goiana. É essa diversidade que forma a nossa *cultura bibliotecária*, que envolve, por conseguinte, uma *cultura material bibliotecária*: tudo aquilo que faz com que a gramática do campo seja escrita, represen-

tada pelos edifícios das bibliotecas, pelos mobiliários e artefatos de “manipulação” da informação, como os livros de registro, as fichas de empréstimo, as tabelas e os códigos. Enfim, tudo que as(os) bibliotecárias(os) utilizam para desenvolver as suas atividades e colocar à disposição do público os serviços para compreender a SI MESMOS, o MUNDO e os OUTROS.

Entendemos, portanto, que as bibliotecas são atemporais e mais que um lugar ou uma arquitetura. São, na verdade, o sonho de que com elas, e a partir delas, possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade em que as condições sociais, as opções políticas e religiosas e as escolhas de gênero não sejam um impedimento ao acesso ao patrimônio bibliográfico e documental marcado por diferentes meios, suportes e localidades das mulheres e dos homens do passado e do presente. Sendo assim, defendemos a inclusão informacional, a inclusão à leitura e o acesso aos escritos como um direito de todas(os) e para todas(os). É esse precisamente o papel, a missão e o desafio colocado historicamente às(aos) bibliotecárias(os).

Olhar o passado é uma das possibilidades para não tomarmos categorias, conceitos ou discursos hodiernos para fazer críticas, reivindicações e conclusões precipitadas e rasteiras. Estas estão presentes no cotidiano das falas das(os) bibliotecárias(os): 1) a Biblioteconomia é uma profissão pouco reconhecida porque é dominada por mulheres; 2) as(os) bibliotecárias(os) não são politizados; 3) o ensino da Biblioteconomia não permite uma conscientização política das(os) bibliotecárias(os) por privilegiar a técnica; ou quiçá, 4) que a Biblioteconomia é uma profissão de elite, de mulheres com pouco atrativos físicos, dentre muitos outros posicionamentos. Esses preconceitos infundados evidenciam para nós, Cesar Castro e Diana Rocha, o pouco (ou, às vezes, nenhum!) conhecimento histórico que ajude a compreender que todas as práticas, todos os saberes e as opções são demar-

çadas e delimitadas pelos condicionantes do tempo, do lugar, das relações de poder estabelecidas e de tudo/todas(os) que o cercam. Sem embargo, esses prejuízos não contribuíram para apagar a memória e as contribuições a nível nacional das mulheres e dos homens que escreveram a história do ensino, dos movimentos associativos, das técnicas e das instituições.

Os critérios para a seleção dos textos que integram esta obra são: primeiro, o lugar ocupado pelas(os) autora(res) na história da Biblioteconomia. Segundo, o conteúdo tratado que permite uma compreensão da trajetória da área e, por último, a temporalidade do texto, isto é, o movimento da área em um dado período. Reconhecemos, todavia, que há outros textos, publicados em livros, jornais e revistas, anais de eventos, nas páginas deste livro. Portanto, a lacuna que deixamos como organizadoras da *Biblioteconomia Brasileira: textos fundadores*, é um convite para que outros livros possam apresentar outros materiais e outras(os) autoras(es) sobre o assunto.

Em certa medida, procuramos agrupar os textos a partir de três eixos: a Biblioteconomia, o ensino da Biblioteconomia e as bibliotecas e bibliotecários. Todavia, as(os) leitoras(es), vão observar que os conteúdos se mesclam, se misturam e se aglutinam, evidenciando que não podemos tratar a área separadamente da formação escolar, das instituições e das(os) profissionais. De igual modo, procuramos atualizar a grafia dos textos; mas atentos para não perder a força atribuída pela(o) autora(o) através da pontuação. Mantivemos a mesma estrutura dos tópicos apresentada nos originais e as estruturas das referências bibliográficas. Os textos que apresentamos abaixo e nos anexos, são artigos, discursos, entrevistas, variedades e biografia. São 32 artigos e os discursos foram proferidos por bibliotecárias(os). Encerramos com algumas variedades, como o patrono e padroeiro da Biblioteconomia brasileira,

o significado do anel de grau das(os) bibliotecárias(as) e a biografia das(os) autoras(es) dos textos que integram a obra, para cuja elaboração recorreremos a diversas fontes e à internet – conseguimos uma descrição mais consistente para algumas(uns), para outras(os), os dados são muito lacunares.

Em seguida, apresentamos os textos que compõem esta obra:

Biblioteconomia no Brasil: um ano de atividades

A primeira obra que compõe a coletânea dos *Textos fundadores da Biblioteconomia brasileira* é um relatório elaborado por **Edson Nery da Fonseca** para a Associação Brasileira de Bibliotecários, apresentada na 23ª Seção do Conselho da Federação Internacional de Bibliotecários, em 1957, em que o autor descreve as atividades realizadas por esta Associação entre os anos de 1956 e 1957. Nesse documento, são evidenciados temas referentes ao ensino da Biblioteconomia, as bibliotecas, os eventos e as principais publicações sobre a área. Menciona as primeiras iniciativas em prol da elaboração do Código Brasileiro de Catalogação e a tradução das Regras de Catalogação pela bibliotecária Maria Luiza Monteiro Cunha, da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.

Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil

Edson Nery da Fonseca destaca os acontecimentos que ocasionaram a evolução da Biblioteconomia e da bibliografia no país. Apresenta as circunstâncias e os responsáveis pelos eventos que contribuíram para o desenvolvimento do campo e o crescimento das instituições e os eventos, dentre outros assuntos. Menciona a história da Biblioteca Nacional e seu papel pioneiro na criação do curso de Biblioteconomia e o nascimento da bibliografia brasileira como instrumento de controle de documentos e auxílio à pesquisa.

Aspectos do problema bibliotecário no Brasil

Edson Nery da Fonseca discorre a respeito do congresso realizado em Bruxelas em 1910 e suas contribuições para a área da Biblioteconomia. São apresentados os principais problemas relacionados à qualificação profissional dos bibliotecários no Brasil. Aborda os decretos criados para regulamentar o ensino e os impactos e desafios enfrentados. No texto, é dada uma atenção especial aos diferentes tipos de bibliotecas e os serviços que ofereciam.

A Biblioteconomia brasileira

Laura Garcia Moreno Russo descreve a trajetória da Biblioteconomia no Brasil. Pontua os estudos realizados nas primeiras escolas de Biblioteconomia do Brasil, evidenciando os cursos inaugurados no Rio de Janeiro e em São Paulo, consecutivamente. Russo orienta esse artigo por meio de decretos, artigos e leis. Realiza ressalvas e críticas, a exemplo da crescente necessidade nacional de bibliotecários ocuparem outras áreas além da biblioteca, como os centros de documentação e os arquivos.

Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo

Adelpha de Figueiredo explica a principal dificuldade em resgatar esse movimento devido à falta de registro documental. Explica que a Biblioteconomia em São Paulo teve sua origem com a criação do Colégio Mackenzie, em 1886, e da sua biblioteca para suprir as necessidades da comunidade escolar com o serviço de empréstimo a domicílio. Destaca momentos importantes para a Biblioteconomia.

O estudo da Biblioteconomia no Brasil

Antônio Caetano Dias relata os rumos da Biblioteconomia brasileira a partir da década de 1940, época em que buscava-se o seu aprimoramento e a especialização dos seus serviços e produtos em

busca do reconhecimento como incentivadora da cultura e do desenvolvimento social. O autor considera que essa década foi o marco para a aplicação de novos métodos de organização das bibliotecas, principalmente no que se refere à adoção do Sistema de Classificação Decimal e da Catalogação Uniforme. Nesse período, foi criado o Decreto n. 2.166, responsável pelo estabelecimento dos limites entre a carreira de bibliotecário e a de auxiliar de biblioteca, e o Decreto n. 6.416, que regulamentou o ensino de Biblioteconomia no país. O texto aborda a reforma do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

O ensino da Biblioteconomia e sua regulamentação

Trata-se de um simpósio organizado para discutir a regulamentação do ensino de Biblioteconomia no Brasil. Pontua avanços ocorridos no ano de 1954 quando o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia foi realizado na cidade de Recife, onde estabeleceu-se a exigência do diploma de bibliotecário para o exercício da profissão e o reconhecimento pelo DASP da carreira bibliotecária como de nível superior. Esse documento está acompanhado de um anexo com a cópia de um ofício redigido pelo diretor do curso da Biblioteca Nacional e encaminhado ao diretor geral da Biblioteca Nacional, sugerindo reformas no Decreto n. 15.395, de 27 de abril de 1944, conhecido como reforma Josué Montello que propôs um currículo para atender às necessidades de formação de bibliotecários para atuarem nessa instituição.

Formação profissional: análise da conjuntura

O texto de **Antônio Caetano Dias**, apresenta uma nota explicativa que o antecede de autoria de Josué Montello em que o autor destaca a importância do professor Antônio Caetano Dias para o campo da Biblioteconomia, evidenciando que as suas discussões sobre o mercado de trabalho para o profissional bibliotecário ampliaram-se para além do serviço público e adentraram a iniciativa particular.

Isso porque as suas habilidades foram ampliadas para atender às demandas que ultrapassam as técnicas biblioteconômicas. Antônio Caetano Dias realizou um levantamento sobre a história das instituições que ofereciam o curso de Biblioteconomia no Brasil pontuando como esse processo favoreceu a sua ampliação e a aprovação de leis que conferiam o direito privativo ao exercício da profissão.

A profissão de Bibliotecário-Documentarista: situação e perspectivas no Brasil

Esmeralda Maria de Aragão aborda as dificuldades enfrentadas pela(o) profissional bibliotecária(o)-documentarista para se estabelecer nas bibliotecas e a negligência enfrentada por elas(es) pela ausência de políticas públicas. Aborda a importância de atrair a opinião pública e os órgãos governamentais para o trabalho realizado pela(o) bibliotecária(o)-documentarista e as mudanças ocorridas a partir da incorporação dos fundamentos da documentação. Trata do Projeto de Lei n. 4770-58 que tinha por objetivo a regulamentação da profissão no Brasil e a importância da relação entre as associações e as escolas de Biblioteconomia e a expansão da profissão, a partir da abertura dessas escolas pelas universidades públicas, e os eventos nacionais e internacionais. Por fim, trata das perspectivas futuras da profissão e apresenta o planejamento para a Escola de Biblioteconomia da Bahia.

A profissão de bibliotecário

Lydia de Queiroz Sambaquy pontua as oportunidades de trabalho para o bibliotecário, ressaltando os aspectos instrutivos e sedutores da profissão. Por conta do alargamento das oportunidades para a erudição do bibliotecário, havia a necessidade da sua especialização, baseada em formação cultural e vocacional. A autora comenta as principais atividades desempenhadas pelo bibliotecário, como organização de serviços, montagem de bibliotecas, motivação do hábito

da leitura e uso da biblioteca, criação de serviços de informação, composição de coleções bibliográficas, entre outros. Outro aspecto característico da Biblioteconomia moderna era a cooperação bibliográfica (catálogo cooperativo, utilização de catálogo coletivo, empréstimo entre bibliotecas). Afirma que os centros de documentação e informação bibliográfica surgiram e se desenvolveram devido à crescente evolução científica e tecnológica que levou ao aumento da produção editorial, o que demandou o controle (organização) e a recuperação da informação de forma eficaz.

Aspectos sociais da formação do bibliotecário

Maria Leticia de Andrade Lima reflete sobre a formação do bibliotecário, especificando dois aspectos sociais, o primeiro é a base técnica e sua importância no fomento do progresso material; o segundo se relaciona com a área da administração de bibliotecas e suas relações públicas. A autora propõe a especialização dos bibliotecários exigindo uma melhor praticidade desses aspectos. Nessa discussão, afirma que o bibliotecário, além de especialista em catalogar, também deveria ser considerado o intermediário entre o conhecimento e as pessoas nas bibliotecas, preocupando-se, assim, com a participação da comunidade em uma teia de colaboração de novas ideias, realidades, culturas e perspectivas.

A formação de bibliotecários

Voline Cardim aborda temáticas relacionadas à formação profissional, destacando as principais ações empreendidas para o fortalecimento da área a partir da segunda metade do século XIX. Entre estas, o envio de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, em 1872, para a Europa, a fim de aprender as inovações relacionadas ao processo de organização biblioteconômico, e o Congresso realizado em Bruxelas, em 1910, que, segundo a autora, deu um novo rumo para a carreira.

Discute sobre as diversas formas de relações do bibliotecário (governo, clientela, instituições etc.).

Processos técnicos e a formação profissional

Adelpha de Figueiredo reúne alguns aspectos das atividades biblioteconômicas, como seleção, aquisição, catalogação, classificação e formação profissional. Reflete sobre o conceito de bibliotecas, livros, do bibliotecário como agente da comunicação e a biblioteca como “agência de serviço” de comunicação. Apresenta as principais dificuldades relacionadas ao fazer bibliotecário no que se refere à execução do trabalho. O texto ainda trata da criação de leis e cursos de Biblioteconomia no Brasil como forma de orientar as ações e práticas da(o) bibliotecária(o), visando ao melhor desempenho das atividades e das ações desenvolvidas pela Comissão Brasileira da CDU.

Deontologia e ética profissional

Laura Garcia Moreno Russo trata dos aspectos éticos das(os) profissionais bibliotecárias(os) e da necessidade de possuírem embasamento técnico e acadêmico em sua área de atuação, através da sua formação, visando ao êxito profissional. A autora aborda os deveres e o Código Ético profissional do bibliotecário brasileiro como uma maneira de auxiliar na conduta dos profissionais da área. Por fim, apresenta um projeto para um Código de Ética para os bibliotecários do Brasil.

O auxiliar de Biblioteca e sua formação

Heloisa de Almeida Prado apresenta questões sobre a preparação profissional adequada para a(o) auxiliar de biblioteca. Ressalta a importância da oferta de uma base de conhecimentos técnicos que possam ser somados às suas qualidades pessoais, uma vez que é indispensável o conjunto técnico e humano no âmbito da profissão.

Ensino de metodologia da pesquisa em Biblioteconomia

Relinda Kohler e **Jussara de Melo Toledo** abordam a metodologia numa reflexão sobre a importância da adequação de métodos de pesquisa em Biblioteconomia. Detalham o estudo de novas técnicas para uma formação ampliada a partir da inclusão curricular de outras disciplinas. Afirmam que a disciplina apresenta um déficit de conteúdo, mas que a sua inclusão no currículo das escolas poderia contribuir para formar um bibliotecário pesquisador.

A Escola de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Úrsula e a regulamentação das escolas de Biblioteconomia

Maria Antonieta Requião Piedade trata do movimento em prol da definição de um currículo biblioteconômico brasileiro, uma demanda de várias escolas na década de 1950. Aponta os principais expoentes que fizeram parte dessa mobilização a exemplo de Francy Portugal, Zilda Galhardo de Araújo, Maria Antonieta Requião Piedade, além do grupo da Faculdade Santa Úrsula, encabeçado pela bibliotecária paulista Maria Luísa Monteiro da Cunha e pela bibliotecária baiana Bernadette Sinay Neves. Essas discussões propuseram a criação de um currículo padronizado e uniforme para as escolas, definindo a carga horária, os programas, as disciplinas e a sua distribuição entre as séries. Comenta sobre o processo de institucionalização do curso de Biblioteconomia no Instituto Santa Úrsula sob a direção de Francy Portugal, Zilda Galhardo de Araújo e Maria Antonieta Requião Piedade.

Objeto, conceito e meios de documentação

Espírito Santo Mesquita trata dos conceitos e meios da documentação e como ela é utilizada e entendida como a arte de classificar e pôr à disposição de todos os meios diversificados, como as produções artísticas, técnicas e científicas. Os meios da documentação

objetivam facilitar a aquisição da cultura e tornar mais acessíveis os conhecimentos relativos a todas as épocas, regiões e setores de atividade, transformando-os em patrimônio da comunidade universal por meio da biblioteca e do arquivo.

Os instrumentos e as técnicas de documentação

Maria Carolina Motta Minelli destaca as origens dos documentos, evidenciando os materiais e as técnicas no decorrer dos séculos. Também relaciona os elementos e os instrumentos na construção da documentação. Apresenta o agrupamento dos elementos em documentos primários, documentos elaborados, órgãos, equipamentos etc. No texto, a autora apresenta o agrupamento dos documentos segundo os seus tipos, classificando-os em gráficos, iconográficos, plásticos, registros diretos de imagens e sons. Demonstra que cada categoria apresenta uma correlação com um tipo de organismo e que algumas de suas técnicas ocorrem em diferentes fases. Por fim, Minelli conclui que os centros de documentação precisam contar com a aplicação de normas e que a relação com o público é de suma importância para o campo de conhecimento.

O trabalho bibliográfico da UNESCO

Herbert Coblans relata as ações da UNESCO em prol do patrimônio universal e do avanço da bibliografia em diferentes partes do mundo em que foram apresentadas em conferências internacionais. O objetivo era fomentar o debate, estabelecer a troca de experiências entre diferentes profissionais sobre a área de conhecimento e as suas principais resoluções. Por fim, arrola um conjunto de publicações nos mais diversos ramos do conhecimento editadas por essas instituições.

A lição das bibliotecas americanas

Rubens Borba de Moraes relata as atividades realizadas em uma viagem de estudo em 1939, promovida pela Associação Americana de Bibliotecas, com o objetivo de entender os serviços e produtos de uma biblioteca pública e estabelecer laços de cooperação entre as instituições congêneres dos EUA e a Biblioteca Municipal de São Paulo. Pontua que a iniciativa popular nos EUA deu início à criação de bibliotecas públicas populares (biblioteca pública é sinônimo de biblioteca para todos), diferenciando-a da biblioteca pública estatal que se assemelha a repartições públicas aos moldes da organização das bibliotecas europeias. Após apresentar diversas questões, finaliza citando os princípios modernos adotados na Biblioteconomia. Destaca as seguintes técnicas e os principais procedimentos: o catálogo-dicionário, a classificação, o livre acesso e a autonomia administrativa.

A biblioteca do Norte e do Nordeste do Brasil

Maria Luísa Monteiro da Cunha relata a viagem que realizou para visitar as bibliotecas do Norte e do Nordeste do Brasil, promovida pelo governo de São Paulo (Exposição Flutuante dos Produtos de São Paulo). A autora também destaca os avanços no campo biblioteconômico estadunidense e das vantagens do estabelecimento de intercâmbio cultural com as demais nações do continente americano. Chama a atenção para as diferenças de bibliotecas administradas por bibliotecários formados e por funcionários amadores, que não possuem os conhecimentos técnicos. Finaliza o texto mencionando a criação da Comissão Internacional de Processos Técnicos que teve o objetivo de difundir no Brasil os princípios biblioteconômicos de forma colaborativa e unificada.

Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista

Dorothy M. Gropp reflete sobre a falta de dados sobre o mundo editorial brasileiro, ausência que compromete a cooperação bibliográfica entre as instituições de cultura no âmbito nacional e internacional, a exemplo das livrarias, bibliotecas, movimentos culturais, autores e grupos literários, entre outros. Pontua que esse problema decorre principalmente da falta de estudos ou trabalhos sistemáticos sobre o campo editorial brasileiro. Apresenta a trajetória histórica das escolas de Biblioteconomia no Brasil, privilegiando as de São Paulo e as do Rio de Janeiro. Explica que o programa cultural do Estado de São Paulo foi largamente desenvolvido em 1935, com a criação do Departamento de Cultura do Município da Capital sob a direção do doutor Rubens Borba Alves de Moraes. No programa, encontra-se a semente de todo o movimento bibliotecário do Sudeste dessa parte do Brasil.

O papel da biblioteca na educação

O texto se refere a uma palestra ministrada por **Adelpha de Figueiredo**, uma das fundadoras da Escola de Biblioteconomia de São Paulo e da Associação Paulista de Bibliotecários. Seu foco na área biblioteconômica centrou-se nos estudos da classificação e da catalogação. A autora aborda a importância das bibliotecas escolares como promotoras da leitura, para tanto, aponta o bibliotecário como o profissional responsável por dar continuidade ou incentivar o hábito da leitura nas escolas. Pontua que um dos papéis da biblioteca na educação é promover a integração social, orientando grupos e indivíduos a continuar seus estudos e indicar os recursos informacionais que tratem de assuntos típicos do Brasil para aqueles que estão em processo de nacionalização.

Biblioteca pública municipal e suas atividades

Laura Garcia Moreno Russo relata as principais atividades realizadas para a organização e o funcionamento da Biblioteca Municipal de São Paulo, conforme os princípios biblioteconômicos modernos. Pontua os esforços empreendidos por Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, para qualificar os servidores, requerendo bolsas de estudos em instituições de renome internacional. Descreve as principais atividades desenvolvidas nessa biblioteca, a exemplo da uniformização do catálogo de autores, da organização dos assuntos segundo Classificação Decimal de Dewey, do índice de assunto e da organização da seção de referência, classificação e catalogação, seção de aquisição e seção infantil.

Que obras de Biblioteconomia e documentação devem ser traduzidas para o português?

Edson Nery da Fonseca apresenta um inquérito bibliotecário brasileiro sobre as dez obras estrangeiras fundamentais para a formação cultural do homem e mulher modernos que deveriam ser traduzidas para a língua portuguesa. Participaram os seguintes bibliotecários: Bernadete Sinay Neves, Ada Maria Coaracy, Manoel Adolpho Wanderley, Lais da Boa Morte, Cordélia Robalinho Cavalcanti, entre outros. Dentre as obras indicadas, observamos um percentual acentuado de textos em língua inglesa, que tratam das diversas técnicas bibliotecárias e de documentação.

Relações públicas e publicidade em bibliotecas públicas brasileiras

Nancy Meirelles Junqueira reflete sobre a importância da aplicação dos conceitos das relações públicas no contexto das bibliotecas. Ressalta que os serviços da biblioteca precisam atender à demanda do público-alvo. Para tanto, explica que os profissionais dessa área deveriam trabalhar para fazê-los conhecidos e que as relações

públicas são o caminho. Nesse sentido, afirma que a biblioteca deveria se manter atualizada mediante o contexto na qual está inserida e como a publicidade poderia contribuir na divulgação das suas atividades. Apresenta os meios que poderiam ser utilizados para fomentar o incentivo à leitura dentre outras ações a serem desenvolvidas e divulgadas pelas bibliotecas.

Mobilidade dos bibliotecários registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia - 9ª Região, constantes como ativos em Curitiba

Telma Regina Espanhol de Barros aborda a(o) bibliotecária(o) e a sua permanência de tempo em seus empregos, levando em conta a mobilidade social, mas sem a inferência em relação à transição de classe social. Para desenvolver essa temática, a autora trabalhou em cada seção com dados que foram devidamente coletados de bibliotecárias(os) do Conselho Regional de Biblioteconomia - 9ª Região, com enfoque naqueles que habitavam em Curitiba. Para apresentar os dados, discorre por seções divididas em dados pessoais, dados relacionados com o trabalho, dados concernentes à atualização e, por último, dados relacionados com a aposentadoria.

Bibliotecas e bibliotecário

Maria Dorothea Barbosa faz uma breve análise sobre o que é biblioteca e da(do) bibliotecária(o), destacando que esses são mutáveis, flexíveis e variáveis de acordo com o tempo histórico. Define que a(o) bibliotecária(o) é uma(um) especialista em informação. Menciona a existência de bibliotecas infantis, escolares, universitárias, públicas, de museus de arte, de história ou de ciências naturais, bibliotecas de fábricas e de bancos e, por fim, destaca que a Biblioteconomia no Brasil é uma carreira jovem.

O bibliotecário: este desconhecido

Nice Menezes de Figueiredo reflete sobre a falta de conhecimento (ou não) e do reconhecimento da profissão por parte da sociedade brasileira. Evidencia que apenas os próprios bibliotecários sabiam qual era a sua real representação e o valor que possuíam. Ao fazer apontamentos sobre a importância da profissão, a autora advogava que a divulgação sobre a contribuição das(dos) bibliotecárias(os) para a as ciências, as artes, a educação etc. minimizariam a falta de clareza sobre as suas atividades e a sua relevância para a sociedade.

Adelpha Silva de Figueiredo: a mestra e a bibliotecária

Noemi do Val Penteadó descreve a trajetória profissional de Adelpha de Figueiredo como bibliotecária do Colégio Mackenzie e como esta contribuiu para a constituição do campo Biblioteconômico paulista em seus aspectos técnicos, associativos e, principalmente, educativos. O texto se constitui uma referência relevante para compreendermos o papel de Adelpha na formação do pensamento bibliotecário brasileiro.

Por fim, esperamos, como organizadores deste livro, que os profissionais, as(os) estudantes e as(os) professores dos cursos de Biblioteconomia possam fazer uso deste material em seus discursos, nas suas aulas e, principalmente, que o texto estimule o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a história da Biblioteconomia. Desejamos que o conteúdo do livro amplie-se com outros materiais, na esperança de fortalecer a compreensão do que FOMOS E DO QUE DESEJAMOS SER COMO BIBLIOTECÁRIAS(OS) em um país de dimensões continentais e de marcas culturais diversas que caracterizam o sentido de nação brasileira.

São Luís, agosto de 2023.

Cesar Augusto Castro e Diana Rocha da Silva

MEMÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: resgate oportuno e bem-vindo

Eu, porém, vos digo que não jureis nunca a verdade nua e crua, porque a verdade nua e crua, além de indecente, é dura de roer; mas jurai sempre e a propósito de tudo, porque os homens foram feitos para crer antes nos que juram falso, do que nos que não juram nada. Se disserdes que o sol acabou, todos acenderão velas.

Machado de Assis, Gazeta de Notícias,

4 de setembro de 1892

Consulta ao Google (<https://www.google.com>), que se tornou, à revelia de muitos intelectuais, ponto de partida para leitura, escrita e, sobretudo, reflexões em torno de temas variados para posterior aprofundamento, nos proporciona grato susto! Quantidade imensurável de ditos e não ditos reforçam que nosso Brasil brasileiro, nossas instituições, nossas profissões e nossa realidade não podem e/ou não devem ser esquecidos!

É extenuante e, ao mesmo tempo, maravilhoso, ver ou rever quantos se preocupam com a manutenção da memória de nossa gente. Eis algumas mensagens. O leitor é livre para selecionar qual mais lhe sensibiliza. Dentre tantas provocações, eis algumas:

Um povo sem memória é um povo sem futuro.

Autor desconhecido

Pior do que um povo sem memória é uma população sem cérebro.

Gilberto Araújo de Alcântara

Em um país sem memória... não se respeita nem a origem da história.

Guibson Medeiros

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

José de Sousa Saramago

Mais do que meros devaneios, a coletânea “Biblioteconomia brasileira: textos fundadores”, organizada com esmero por Cesar Augusto Castro e Diana Rocha da Silva, ambos pertencentes à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), reforça a relevância de renomados e atuantes bibliotecários. Foram eles responsáveis não apenas pela expansão da Biblioteconomia país afora, mas, sobretudo, por expressarem e comprovarem desde sempre a propalada responsabilidade social da instituição biblioteca e da ciência a que compete seu planejamento, sua gerência e operacionalização, e, portanto, seu avanço.

Eis esforço memorável para reconstituição da história da Biblioteconomia no Brasil sob a ótica de quem, ainda muito jovem, começou a batalhar em prol do desenvolvimento social e tecnológico da Biblioteconomia – Cesar e Diana. Para a consecução de seus objetivos, recorrem a uma série de informações para analisá-las e torná-las credíveis, reforçando as palavras iniciais (vide epígrafe) do memorável brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis para evitar que, transcorridos anos de escuridão e de esquecimento, tenhamos que

acender velas aos que fizeram a Biblioteconomia em seus primórdios.

Na realidade, é visível a urgência de que obras similares se efetivem mais adiante, haja vista as lacunas que já surgem, aqui e ali, a respeito de alguns dos autores dos textos fundadores, como Cesar A. Castro e Diana R. da Silva admitem, no momento em que expõem dados biográficos e/ou bibliográficos dos intelectuais ao final da coletânea, seguidos de algumas fotos ilustrativas. Os organizadores da obra esforçam-se e lançam mão de distintas fontes bibliográficas e eletrônicas para recuperar e difundir a obra dos profissionais arrolados, incluindo livros, capítulos, magazines e revistas, matérias jornalísticas, anais e comunicações de eventos técnico-científicos, sites, blogs veiculados Brasil afora e sob a batuta de diferentes órgãos nacionais e internacionais.

São 32 capítulos sob a responsabilidade autoral de 24 profissionais, a maioria dos quais oriundos das diferentes regiões brasileiras, salvo o Centro-Oeste, o que se justifica pela construção “tardia” de Brasília. Alguns deles ocupam mais de um espaço temático, a exemplo de Edson Nery da Fonseca e Antônio Caetano Dias, com quatro e três capítulos, respectivamente.

Dentre os estudiosos, alusão especial à bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gropp, com atuação em território nacional, nos anos 20, junto ao então Instituto Mackenzie de São Paulo, hoje, Instituto Presbiteriano Mackenzie e Universidade Presbiteriana Mackenzie, com o fim de ministrar, naquele momento, cursos de Biblioteconomia e organizar a biblioteca do Instituto.

Além de Dorothy, dentre os agraciados estrangeiros com espaço em “Biblioteconomia brasileira: textos fundadores”, menção ao sul-africano Herbert Coblans, com projeção internacional, graças a ações em torno da instituição biblioteca junto à *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Decerto, não deve ter sido fácil para os responsáveis pela coletânea selecionarem os autores arrolados. Afinal, mais e mais, a Biblioteconomia impõe-se como área interdisciplinar e multidisciplinar, incorporando práticas, perspectivas e aplicações de métodos de representação, além da gestão da informação e do conhecimento, em ambientes diversificados de informação. Além das bibliotecas físicas, digitais e virtuais, estão os centros de Documentação e de pesquisa, o que posiciona os bibliotecários junto a documentalistas, arquivistas, cientistas da informação, historiadores e assim por diante.

E, mesmo àquela época, os aqui denominados de “fundadores” lutaram para que governantes e sociedade compreendessem a luta diuturna e sistemática do avanço da classe no decorrer de anos e décadas. A inclusão dos nomes que perfazem “Biblioteconomia brasileira: textos fundadores” segue critérios bem definidos: reconhecimento do autor na evolução histórica da Biblioteconomia; conteúdo pertinente à compreensão da trajetória do campo e, como natural, a temporalidade do texto. Com base em tais premissas, Cesar e Diana buscam agrupar os textos a partir dos eixos – Biblioteconomia; Ensino da Biblioteconomia; Bibliotecas e Bibliotecários.

Como inevitável, os temas são correlatos e, por conseguinte, em determinados momentos, fundem-se e se mesclam, até porque a Biblioteconomia incorpora, em instantes simultâneos, a formação escolar/profissional, e, portanto, a complexidade infraestrutural das instituições, em meio ao incremento científico e tecnológico inerente a qualquer segmento da sociedade hodierna.

Em relação à temporalidade dos textos, como antevisto desde a apresentação, quando Cesar e Diana sintetizam os capítulos coletados, vemos que muitos dos conteúdos abordados à época continuam extremamente atuais. Ênfase para a inserção do profissional bibliotecário na sociedade e no mercado de trabalho; ensino e formação acurada do profissional tanto no campo humanístico, como técnico

e tecnológico, acrescidos à adoção de instrumentos e técnicas de Documentação e ao espaço destinado ao auxiliar de biblioteca ou denominação similar.

Por outro lado, se é consensual que a biblioteca, qualquer que seja sua tipologia (pública, universitária, especializada, escolar, digital, etc.), figura como constituinte social, como tal, demanda ininterruptamente respeito às especificidades das regiões / cidades / povoados onde está alocada.

Como decorrência, relações públicas e publicidade são elementos imprescindíveis à expansão da Biblioteconomia, destaque para o comportamento ético, reafirmando as palavras dos organizadores, quando afirmam que as bibliotecas constituem mais do que mero espaço. Consolidam-se como “[...] o sonho de com elas e a partir delas, possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que as condições sociais, as opções políticas e religiosas e as escolhas de gênero [...]” (p. 13) sejam respeitadas. É a defesa irrestrita à inclusão informacional, à inclusão à leitura, ao acesso aos escritos.

Mesmo assim, apesar de todo o esforço dos organizadores de “Biblioteconomia brasileira: textos fundadores” em agruparem personagens representativas de épocas e tendências da Biblioteconomia, com destaque para a instalação da Biblioteca Nacional, ano 1915, a prefaciadora e/ou outros profissionais lembrarão nomes, como os da pernambucana Myriam Gusmão de Martins, que deixou rastros de luz no caminho dos futuros bibliotecários tanto na Universidade Federal de Pernambuco quanto em Brasília, onde, posteriormente, trouxe uma série de inovações para o então Instituto Nacional do Livro.

E como esquecer a mineira Etelvina Lima que “pintou e bordou” quando da elaboração do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e do Guia das Bibliotecas Brasileiras no início dos anos 70? Como sumarizar a dedicação extrema da maranhense Lusimar Silva Ferreira ao analisar a centralização e descentralização de bibliotecas univer-

sitárias, como primeira docente da UFMA a finalizar o Mestrado na área? O nordestino Edson Nery da Fonseca, por sua vez, posiciona-se como grande intelectual, bibliotecário e docente universitário, cuja história de vida confunde-se com a história da biblioteconomia brasileira, tendo a seu lado a irmã e também grande profissional, Aída Nery da Fonseca.

Afinal, os conceitos de ética e responsabilidade social integram, no contexto da Biblioteconomia, ditames éticos, valores morais e contexto cultural na performance de atividades, ações, práticas, políticas e comportamentos esperados em prol da tão propalada sociedade equânime e justa!

Boa leitura!

Maria das Graças Targino

Jornalista e pós-doutora em jornalismo,
Universidad de Salamanca/Instituto Interuniver-
sitario de Iberoamérica, Salamanca – Espanha

Malta, Jun. 2023



A BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: um ano de atividades¹

Edson Nery da Fonseca

Anualmente, as associações nacionais de bibliotecários costumam apresentar à sua Federação Internacional, relatórios das atividades técnico-profissionais nos respectivos países. Esses relatórios são reproduzidos na publicação anual *Actes eu Conseil de la FIAB*. Divulgamos a seguir o relatório do período de setembro de 1956 a setembro de 1957, enviado pela Associação Brasileira de Bibliotecários a XXIII Sessão do Conselho da FIAB, que se realizará em Paris, de 23 a 26 do mês corrente.

1. ENSINO

1.1. Um novo curso de Biblioteconomia foi organizado e come-

¹ Em matéria publicada na edição nº 245, de 22 de setembro 1957 do Jornal do Brasil, Edson Nery da Fonseca, faz uma ressalva, que citamos:

O Curso de Biblioteconomia da Universidade da Bahia tem a duração de quatro anos em vez de três [...]. Esta retificação é feita a pedido da bibliotecária Felisbela de Matos Carvalho, Diretora da Escola, em carta na qual também protesta contra uma afirmativa contida no mesmo relatório: a de que o curso da Escola de Biblioteconomia e Documentação, recentemente fundado pelas religiosas ursulinas "foi estruturado em bases absolutamente novas, no Brasil". Escreve a bibliotecária Felisbela Carvalho: "Foi justamente a Escola da Bahia a pioneira, neste setor pois, desde 1954, inclui no seu currículo novas matérias técnicas, como "Problemas Especiais de Documentação" e "Bibliografia Especializada", em 3 grupos optativos, visando a formação de documentalistas. No grupo A ficariam os que se destinam a especialização em "Filosofia, Religião, Literatura e Artes", de modo geral, no B, Ciências Exatas, Naturais e Técnicas; no C, "Ciências Sociais". Além disso, foram incluídas as indispensáveis matérias de integração cultural, a saber: "Introdução a Literatura e Literatura Portuguesa", "Literatura Brasileira", "Literatura Geral Contemporânea", "Psicologia das Relações Humanas, das Relações Públicas e da Publicidade (Escola de Biblioteconomia da Universidade da Bahia. Jornal do Brasil, Edição 245).

çou a funcionar, em 1957, no Rio de Janeiro: o da Escola de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Úrsula. O curso, mantido pelas freiras ursulinas tem a duração de 3 anos e foi estruturado em bases absolutamente novas, no Brasil. Como exemplo, citamos a inclusão de “Documentação” entre as matérias técnicas e de várias matérias não técnicas como “Introdução à cultura literária e artística», «Introdução à cultura filosófica e científica» e «Introdução às ciências históricas». A diretora da nova escola é a conhecida helenista Madre Maria Eucaristia Daniellou.

1.2. Funcionam presentemente no Brasil 10 escolas e cursos de Biblioteconomia. No Rio de Janeiro: curso da Biblioteca Nacional (dois anos) e a Escola de Biblioteconomia e Documentação, do Instituto Santa Úrsula (três anos) e; em São Paulo: Escola de Biblioteconomia, anexa à Escola Livre de Sociologia e Política (dois anos), Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapienciais” (dois anos) e Escola de Biblioteconomia de Campinas (dois anos); no Rio grande do Sul: Curso de Biblioteconomia, do Departamento do Serviço Público (dois anos);no Paraná: Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná (dois anos); em Minas Gerais: Curso de Biblioteconomia, do Instituto Nacional do Livro (dois anos); na Bahia: Escola de Biblioteconomia da Universidade da Bahia (três anos); e em Pernambuco: Cursos de Biblioteconomia, da Universidade do Recife (dois anos).

1.3. Bibliotecários do Distrito Federal e dos principais Estados, presentes à Segunda Reunião da Comissão Nacional do Catálogo Coletivo (vide 6.2), incumbiram a Associação Brasileira de Bibliotecários de coordenar um movimento nacional visando a reorganização do ensino de Biblioteconomia e a aprovação, pela diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, de um currículo mínimo, como condição para o reconhecimento oficial das escolas e cursos técnicos. A A.B.B distribuiu às escolas e cursos de Bibliotecon-

nomia, associações de bibliotecários e grandes bibliotecas interessadas, um projeto de currículo destinado a receber sugestões e críticas. Interessando-se por esse movimento, o Diretor Geral da Biblioteca Nacional obteve do Ministro da Educação e Cultura a promessa de criação de uma comissão que redigirá o projeto definitivo.

1.4. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação continuou, em 1957, o Curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais, iniciado no ano passado. Dois outros cursos de pesquisas bibliográficas foram iniciados no ano corrente: em Medicina e outro em Matemática e Física. Cada curso tem a duração de um ano letivo.

1.5. Nos cursos da Biblioteca Nacional foi ministrado, de novembro a dezembro de 1956, um Curso Avulso de “Pesquisa Bibliográfica aplicada a História do Brasil”, a cargo dos professores Antônio Simões dos Reis e Edson Nery da Fonseca. No ano corrente, além dos cursos regulares (Fundamental e Superior), funciona os seguintes Cursos Avulsos: a) “Elementos de Bibliologia” a cargo do professor Antônio Houaiss; b) “Bibliografia Brasileira” a cargo do professor Antônio Simões dos Reis; c) “Bibliotecas Médicas”, a cargo da professora Aida Furtado; d) “Ecdotica”, a cargo dos Professores Celso Cunha e Antônio Houaiss, e sob os auspícios do Instituto Nacional dos Livros.

1.6. A convite do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, esteve no Brasil, de 12 de Agosto a 12 de setembro corrente, o bibliotecário norte-americano Jesse H. Shera, Diretor da *School of Library Science*, da Western Reserve University. O professor Shera ministrou no Rio de Janeiro, um curso intensivo de “Documentação e Organização Bibliográfica”, e dirigiu mesas-redondas para bibliotecários em Salvador (Bahia) e São Paulo.

1.7. Tendo o Departamento Administrativo do Serviço Público aberto inscrições para um concurso para preenchimento de cargos da carreira de bibliotecário-auxiliar do Serviço Público Federal, a As-

sociação Brasileira de Bibliotecários iniciou, em agosto de 1957, um curso de 3 meses, para preparação de candidatos ao referido concurso. Matricularam-se no curso mais de 50 bibliotecários.

2. CATALOGAÇÃO

2.1. A Library of Congress publicou, em fins de 1956 uma tradução portuguesa de duas (???), trabalho da bibliotecária Maria Luiza Monteiro Cunha, Chefe da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo: “Regras de Catalogação Descritiva na Library of Congress Adotadas pela American Library Association...” Washington. The Library of Congress. Processing Department. Descriptive Cataloging Division, 1956. v. 11, 174 p.

2.2. Continua a reunir-se a subcomissão de redação do projeto de código brasileiro de catalogação. Essa subcomissão faz parte da Comissão de Estudos de Catalogação, que se reúne anualmente no Rio de Janeiro, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. A subcomissão resolveu aguardar o resultado da démarche promovidas pela FIAB, no sentido da uniformização internacional das regras de catalogação, a fim de elaborar um projeto de código que atenda na medida do possível a essa uniformização.

3. CATÁLOGOS COLETIVOS

3.1. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação organizou uma Comissão Nacional do Catálogo Coletivo (vide 6.2) e firmou acordos com as universidades brasileiras, para ampliação do Catálogo Coletivo Nacional, localizado no Distrito Federal, e organização de Catálogos Coletivos Regionais, nas principais cidades.

3.2. Está em fase final de impressão o primeiro volume do Catálogo Coletivo de periódicos científicos existentes nas bibliotecas brasileiras organizadas sob a direção do professor Paulo Sawaya, Diretor do Departamento de Fisiologia Geral e Animal, da Faculdade de

Filosofia da Universidade de São Paulo, com auxílio da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e do Conselho Nacional de Pesquisas. Ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação caberá atualização e publicação dos suplementos desse catálogo coletivo.

4. CLASSIFICAÇÃO

4.1. O Brasil foi um dos primeiros países que adotaram a Classificação Decimal Universal. Assumindo a direção geral da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1900 – cinco anos depois da fundação do antigo Instituto Internacional de Bibliografia – o Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva – que foi uma espécie de Otlet brasileiro – tratou logo de organizar um Serviço de Bibliografia e Documentação em Correspondência com o I.I.B. O “Boletim Bibliográfico” publicado pela Biblioteca Nacional a partir de 1918, era rigorosamente classificado pela CDU. Mais tarde, bibliotecários brasileiros formados nos Estados Unidos foram substituindo esse sistema – muito conhecido, então, como “Classificação de Bruxelas” – pela Classificação Decimal de Melvil Dewey.

Este é, atualmente, o sistema adotado, pela maior parte das bibliotecas brasileiras. Nos últimos anos, porém, a reorganização de bibliotecas especializadas e a criação de serviços bibliográficos deram lugar a um verdadeiro ressurgimento da CDU. Dois bibliotecários europeus que estiveram no Brasil – Herbert Cobians, em 1953, e Zeferino Ferreira Paulo, em 1954 – muito contribuíram para esse ressurgimento. Numa biblioteca especializada de grande acervo, como a da Câmara dos Deputados, onde a CDU havia sido substituída pela CDD, voltou-se a utilizar o sistema anterior. E num dos últimos volumes do “Boletim Bibliográfico” – desde 1947 classificado pela CDU – o Diretor Geral da Biblioteca Nacional anuncia que vai restaurar a CDU e o arranjo da referida publicação.

4.2. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação obteve autorização da Federação Internacional de Documentação para organizar uma Comissão Nacional da CDU. De acordo com as instruções da FID, essa Comissão deverá atuar em comum acordo com a Comissão Portuguesa da CDU, que já possui os direitos de publicações do sistema, em língua portuguesa. Da Comissão Brasileira de CDU, farão parte representantes das principais bibliotecas que adotam este sistema. Entre estas, encontram-se a da Câmara dos Deputados, a da Faculdade de Direito de São Paulo e a do Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), onde o sistema foi introduzido pelo próprio cientista que deu nome ao Instituto.

5. BIBLIOTECAS POPULARES

5.1. Instituto Nacional do Livro – que desde sua criação, em 1937, vem auxiliando as bibliotecas brasileiras com orientação técnica e doações de livros – firmou um acordo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para instalação de uma biblioteca em cada município brasileiro.

5.2. A Prefeitura do Distrito Federal introduziu grandes melhoramentos na Biblioteca Municipal, inaugurando novas seções e um amplo auditório. Também foi inaugurada, mais uma biblioteca popular (a sexta) no bairro de Botafogo.

6. CONGRESSOS

6.1. Por iniciativa do Sindicato Nacional das Empresas de Livros e Publicações Culturais e da Câmara Brasileira do Livro, realizou-se no Rio de Janeiro, de 5 a 9 de novembro de 1956, o Terceiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil. Dentre as recomendações aprovadas, destacamos as seguintes, que interessam diretamente aos bibliotecários: a) que a Biblioteca Nacional forneça aos autores, no ato do registro da propriedade literária, o número da classifica-

ção do livro, de acordo com a CDU; b) que os editores remetam ao serviço de Intercâmbio de Catalogação do I.B.B.D. as informações indispensáveis a catalogação de obras em impressão recebendo, em troca, o número da respectiva ficha impressa; c) que os editores divulguem, no verso da página-de-rostro de cada livro, os números da CDU e da ficha impressa pelo S.IC.; que o S.IC distribua as fichas impressas na data da publicação das respectivas obras; e) que o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) promova os entendimentos necessários à melhor distribuição comercial das publicações da UNESCO, instalando, se possível, postos de venda nas principais cidades brasileiras ponto; f) que o Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais promova entendimentos com o Instituto Nacional do Livro, para a publicação de nova edição do “Guia das Livrarias Brasileiras”, incluindo editores e impressores de livros; g) que as Faculdades de Filosofia organizem cursos de Biblioteconomia, a fim de que seja intensificada a formação de bibliotecários.

6.2. Sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, realizou-se no Rio de Janeiro, de 26 a 29 de novembro do ano passado, a Segunda Reunião da Comissão Nacional do Catálogo Coletivo. Foram discutidos métodos de atualização, normas de compilação e codificação das bibliotecas representadas no catálogo central, organização do catálogo dos catálogos regionais, etc. Os delegados regionais apresentaram relatórios, discutiram os problemas de manutenção dos catálogos coletivos e organizaram o programa de trabalho para 1957. Aproveitando a presença, no Rio de Janeiro, de bibliotecários dos principais Estados, o I.B.B.D. promoveu debates sobre o código brasileiro de catalogação, serviços bibliográficos e formação profissional dos bibliotecários brasileiros.

6.3. Como parte da IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizou-se no Museu Nacional, no dia 10

de julho de 1957, um Simpósio de Biblioteconomia, organizado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Dele participaram não apenas bibliotecários do Rio de Janeiro e dos Estados, mas também intelectuais e cientistas interessados em Biblioteconomia e Documentação.

6.4 Realizou-se em Belo Horizonte (Minas Gerais), o II Congresso Brasileiro de Ensino Comercial, no qual foi aprovado um novo programa de “Biblioteconomia e Arquivística” para a segunda série do Curso Técnico de Secretariado.

7. NORMALIZAÇÃO

7.1. A Associação Brasileira de Normas Técnicas passou a fazer parte da ISO/TC 46 como “membro ativo”. A A.B.N.T., que já fazia parte da ISO como membro fundador, tem uma Comissão de Documentação constituída por bibliotecários, engenheiros e escritores. Essa Comissão, instalada em março de 1954, já preparou projetos de normas brasileiras para: a) Abreviação dos títulos periódicos; b) Apresentação de artigos científicos; c) Apresentação de publicações periódicas; Referências bibliográficas; e) Numeração progressiva das seções de um documento e f) Regras e sinais de correções tipográficas e datilográficas.

8. ASSOCIAÇÕES

8.1. Além da Associação Brasileira de Bibliotecários (Rua Pedro Lessa, 36, segundo andar, Rio de Janeiro), no Distrito Federal existem presentemente as seguintes entidades estaduais: a) Associação Pernambucana de Bibliotecários (Presidente: Maria Letícia de Andrade Lima; endereço: Rua das Fronteiras, 255, Recife. Pernambuco); b) Associação Brasileira de Bibliotecários (Presidente: Denise Fernandes Tavares; endereço: Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, Praça Almeida Couto, Jardim Nazaré, Salvador, Bahia); c) Associação Paranaen-

se de Bibliotecários (Presidente: Eneida Melo; endereço: Biblioteca Pública, Curitiba, Paraná); d) Associação Paulista de Bibliotecários (Presidente: Lenyra C. Fraccaroli; endereço: Caixa Postal 343, São Paulo); e) Associação Rio-grandense de Bibliotecários (Presidente: Lygia Vianna Barbosa; endereço: Caixa Postal, 2344, Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

8.2. A atual diretoria da Associação Brasileira de Bibliotecários, eleita para o período de setembro de 1956 a setembro de 1958, está assim constituída: Presidente Edson Nery da Fonseca; Vice-presidente, Aida Furtado; 1ª Secretária: Fernanda Leite Ribeiro; 2º Secretário: George Cunha de Almeida; 1ª Tesoureira: Vera Leão de Andrade; 2ª Tesoureira: Natalina Cunha Costa; Diretora do Departamento Técnico: Maria Antonieta Requião Piedade; Vice-Diretora: Maria Emília Melo Cunha; Diretora do Departamento Social: Zilda Galhardo de Araújo; Vice Diretora: Ana Maria Tross; Conselho Fiscal – Manoel Adolfo Wanderley, Washington José de Almeida Moura, Marieta Latorre, Dilma Ribeiro e Mario Filho; Suplentes do C.F. - Maria Rondon, Vilma Andrade, Emília Bustamante, Maria Tereza Parente Napoleão e Leda Câmara Laboceriau.

9. PUBLICAÇÕES

9.1. A Associação Brasileira de Bibliotecários continua a recolher os questionários distribuídos entre bibliotecários de todo o país, para elaboração de um Guia dos Bibliotecários Brasileiros.

9.2. Principais publicações periódicas especializadas em Biblioteconomia, publicadas no período compreendido por este relatório:

002 6 (81) (05)

IBBD BOLETIM INFORMATIVO, vol.: nº 5, set./ out. 1956. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1957, p. 253-334. vol. 2, nº 6, nov./dez. 1956. Rio de Janeiro, 1957, p. 335-414.

02(062)

Notícias da ABB, nº. 2. Abr. 1957. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Bibliotecários, 1957. 24p.

9.2. Principais livros e folhetos especializados em biblioteconomia, publicados no período compreendido por este relatório:

001 816 -655.255(083.74)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO - Numeração Progressiva das secções de um documento (P-NB-59R). Regras e sinais de correções tipográficas e dactilográficas (P-NB-73R). Texto completo e exemplificado dos projetos de normalização preparados pelo Engenheiro Theodori Oniga... Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Tecnologia, 1957. 30p.

002(003) – 690

MACK, JAMES D. e TAYLOR, Robert S. – Um sistema de terminologia da documentação. Prefácio e tradução de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Tecnologia. Centro de Estudos de Mecânica Aplicada, 1957. 23 p.

002 6 (81)

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz – O IBBD e os serviços que se propõem a prestar... Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1957. 11p.

01:63

PLACER, Xavier – Orientação Bibliográfica para a professora Rural. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola. 1956. 58 p. (Serie Clubes Agrícolas, nº 16).

02(04)

FERRAZ, Wanda – A Biblioteca. 4. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1957. 260 p.

FINO, J. Frederic – Elementos de Bibliologia... Versão do Espanhol de Silvio do Valle Amaral... Rio de Janeiro (Serviço de Documentação do

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) 1955 (i.e., 1956) 332 p. (Coleção Lindolfo Collor).

021 852

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Reunião de especialistas sobre permuta internacional de publicações na América Latina... Relatório. São Paulo. Universidade de São Paulo, Biblioteca Central, 1956. Capa. 12p.

SEMINÁRIO SOBRE PERMUTA NACIONAL E INTERNACIONAL DE PUBLICAÇÕES. SÃO PAULO, 1956 – Informe final.

São Paulo. Reitoria da Universidade de São Paulo, Biblioteca Central, 1956. 53 p.

025 173 1:026 0277

CUTTIN, Noemia Lerner – Periódicos nas bibliotecas universitárias e especializadas... São Paulo, Livro Luso-Espanhola e Brasileira 1956. 96p.

PLACER, Xavier; BIFONE, Aínda; MONTENEGRO, Edmilson Holanda – Cabeçalhos de assunto para agricultura e ciências afins... 4.ed. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola, 1956, 44 p.

027 022 (075.2)

FRACCAROLI, Lenyra C. Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo. Children's Library of São Paulo, Brasil. São Paulo. Prefeitura do Município, 1956. Capa, 10 est.

655(09)

MARTINS, Wilson – A palavra escrita; história do livro, da imprensa e da biblioteca... São Paulo, Editora Anhembi. 1957. 563 p.



DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E DA BIBLIOGRAFIA NO BRASIL²

Edson Nery da Fonseca

1 Biblioteconomia

Datam do século XVI as primeiras bibliotecas brasileiras, instaladas nos colégios e residências dos jesuítas e, mais tarde, nos conventos de Franciscanos e Beneditinos. Mas a preocupação com a organização e a administração de bibliotecas – que é o assunto deste trabalho – só apareceu muito mais tarde, com a chegada, no começo do século XIX, da Família Real Portuguesa e a fundação das primeiras bibliotecas públicas.³

A Biblioteconomia começou, entre nós, numa fase de intensa re-europeização, pois durante os três séculos que se seguiam ao descobrimento, o Brasil viveu em relativa segregação da Europa não-ibérica, como assinala o Sr. Gilberto Freyre, acrescentando: “Uma vez iniciada a reconquista do Brasil pela Europa, não cessou; e ainda hoje nos abafa, embora substituído o europeu da Europa pelo quase – europeu dos Estados Unidos da América do Norte”.⁴

2 Texto originalmente publicado na “Revista do Livro” v. 2, n. 5, p. 95-120, mar. 1957.

3 CLADO RIBEIRO DE LESSA - As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais (apontamentos para um estudo histórico). Revista (trimestral) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro 191: 339-345, abr./jun. 1946.

4 GILBERTO FREYRE - Sobrados e Mucambos. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1951, v. 2, p. 571.

Os nossos primeiros bibliotecários tinham de ser influenciados pela Europa, como o foram os nossos primeiros escritores, artistas e cientistas. A essa constante da cultura brasileira não escapou – nem poderia escapar – a biblioteconomia. Foram europeus os primeiros tratados e manuais de biblioteconomia lidos no Brasil: Namur, Cim, Maire, Delisle, Cousin, Morel, Petzholdt, Graesel, Laborde, Constantin e Peignot são nomes que encontramos frequentemente nos relatórios e catálogos das bibliotecas mais antigas. E muitos bibliotecários foram à Europa – como hoje vão aos Estados Unidos – com o fim de estudar a organização e a administração de bibliotecas. O primeiro foi Benjamin Franklin Ramiz Galvão, cujo relatório, apresentado ao Ministro dos Negócios do Império, em 31 de dezembro de 1874, ainda hoje pode ser lido com proveito, pois em vez de uma descrição enfadonha – como o título e a condição de relatório poderiam fazer supor – contém críticas muito justas e observações de interesse permanente.⁵

1.1 Ensino

Foi grande a influência da École des Chartes em nosso primeiro Curso de Biblioteconomia: o da Biblioteca Nacional. Instituído em 1911, por iniciativa de um dos maiores diretores que teve a Biblioteca – Manoel Cícero Peregrino da Silva – este Curso compreendia 4 matérias, cuja enumeração é suficiente para comprovar a influência da escola francesa: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática.⁶

A influência europeia prolongou-se até a segunda década do século atual, quando ainda era comum a ida à Europa de bibliotecários brasileiros. A influência norte-americana coincide com um acontecimento marcante da história política do Brasil: a Revolução de 1930. A

5 BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO - Bibliothecas Públicas da Europa... (Rio de Janeiro, 1875). 82 p.

6 ANTÔNIO CAETANO DIAS - O Ensino da Biblioteconomia no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto de Previdência e Assistência de Servidores do Estado, Serviço de Publicidade, 1955. 32 p.

substituição do “europeu da Europa pelo quase europeu dos Estados Unidos da América do Norte” começa em São Paulo, onde foi instituído, em outubro de 1929, o nosso segundo Curso de Biblioteconomia, sob os auspícios de um colégio norte-americano: o Instituto (hoje Universidade) Mackenzie. Esse Curso foi ministrado na própria Biblioteca do Instituto Mackenzie, primeiro pela bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Geddes (hoje Mrs. Arthur E. Gropp) e depois pela primeira bibliotecária brasileira diplomada por Escola de Biblioteconomia dos Estados Unidos: Adelpa Silva Rodrigues de Figueiredo.⁷

Com a criação de novos Cursos de Biblioteconomia, a influência norte-americana consolidou-se. No Rio de Janeiro, ela se fez sentir pela primeira vez em 1940, quando começou a funcionar o Curso de Biblioteconomia do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), sob a direção da Sra. Lydia de Queiroz Sambaquy, tendo como primeira professora de Organização e Administração de Bibliotecas a bibliotecária norte-americana Margarit Bates. Em 1944, era a própria Biblioteca Nacional – então dirigida pelo historiador Rodolfo Garcia – que reformava o seu Curso, dando-lhe uma orientação inteiramente nova. Foi autor dessa reforma o professor de Organização e Administração de Bibliotecas, Josué de Sousa Montello.⁸

Concedendo bolsas de estudos a bibliotecários de outros Estados, os Cursos de Biblioteconomia de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram, de modo decisivo, para a criação de outros centros biblioteconômicos no Brasil. Foram bibliotecários diplomados em São Paulo e no Rio de Janeiro os organizadores dos primeiros Cursos ou Escolas de Biblioteconomia, em Salvador, Porto Alegre, Recife e Manaus. O Instituto Nacional do Livro também teve uma atuação destacada, neste sentido, promovendo cursos intensivos de bibliotecono-

7 ADELPHA SILVA RODRIGUES DE FIGUEREDO - Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo. Rio de Janeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, 1945. 22 p. Vide também: MARIA JOSE LESSA DA FONSECA - Bibliotecas de São Paulo. In: São Paulo em quatro séculos... São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1954, v. 2, p. 321-379.Ô

8 ANTÔNIO CAETANO DIAS - Op. Cit. (vide n. 4)

mia em Belo Horizonte, Curitiba, Recife, João Pessoa, Natal e Maceió. Alguns desses cursos intensivos se transformaram, posteriormente, em escolas regulares, como as de Belo Horizonte e Curitiba. O Curso de Biblioteconomia de Manaus só foi iniciado em 1955, sob os auspícios do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Algumas associações de bibliotecários também contribuíram para o desenvolvimento da biblioteconomia brasileira, promovendo cursos intensivos, alguns de âmbito real, outros especializados. Devem ser mencionados, de modo especial, os das Associações do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mais recentemente, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação promoveu um Curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais, no qual foram abordadas várias questões de interesse biblioteconômico e que teve, entre os seus professores, dois bibliotecários.

O resultado da formação técnica proporcionada pelas escolas e cursos de Biblioteconomia não se fez esperar. Concluídos os cursos, os bibliotecários que ainda não exerciam essa função foram chamados a exercê-la. E sob esse influxo, reorganizaram-se velhas bibliotecas, ao mesmo tempo em que se criavam novas. Basta consultar as estatísticas para verificar como o desenvolvimento da biblioteconomia brasileira está intimamente ligado aos cursos de biblioteconomia fundados a partir de 1930 e à reforma dos Cursos da Biblioteca Nacional, em 1944. As duas décadas em que se fundaram mais bibliotecas, no Brasil, foram as de 1930-1939 e 1940-1949, podendo considerar-se a segunda como o período áureo da nossa biblioteconomia. Veja-se o que informa uma conceituada publicação oficial:⁹

De 1851 a 1899.....164 bibliotecas
De 1900 a 1909. 108 “

9 Anuário Estático do Brasil, 1954. Ano XV. Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Estatísticas, 1954, p. 431.

De 1910 a 1919.	140 “
De 1920 a 1929.	240 “
De 1930 a 1939.	575 “
De 1940 a 1949.	780 “
De 1950 a 1953.	125 “
Sem declaração de ano de fundação	63 “
Total de bibliotecas em 1954.	2 195

Para esse movimento foi, igualmente, decisivo o papel do Instituto Nacional do Livro, criado em 1937 e dirigido, desde a sua fundação até 1956, pelo escritor Augusto Meyer. Além de promover cursos regulares e avulsos de biblioteconomia, como já vimos, o Instituto Nacional do Livro fez doações de livros às bibliotecas de todo o território nacional – doações que atingiram, em 1950, a cifra de um milhão – publicou manuais sobre organização, classificação e catalogação de bibliotecas, imprimiu fichas bibliográficas (serviço interrompido), promoveu visitas de seus técnicos às bibliotecas do interior e instalou, com a colaboração da Associação dos Servidores Civis do Brasil, uma biblioteca-piloto que é hoje das mais frequentadas do Distrito Federal: a Biblioteca Demonstrativa Castro Alves.

Sendo impossível, dentro dos limites deste artigo, mencionar todas as bibliotecas brasileiras reorganizadas ou instaladas com o concurso das novas gerações de bibliotecários que começaram a surgir, a partir de 1930, indicaremos, apenas, as realizações mais importantes de cada setor.

1.2 Biblioteca Nacional

Fundada em 1810 e franqueada ao público em 1814, foi a Biblioteca Nacional – então denominada *Real Bibliotheca* – dirigida por vários padres e até um bispo. Mas só o último sacerdote que a dirigiu

merece figurar nos anais da biblioteconomia brasileira. Referimos a Frei Camillo do Monserrate, no século, Camillo Cléau, nascido em Paris e filho do Duque de Berry. Vindo para Brasil, depois de estudar arqueologia, professor no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e foi, em 1853, nomeado Diretor da Biblioteca Nacional. Conhecendo muito bem as bibliotecas europeias, soube ele reclamar do Imperador as medidas que se faziam necessárias para dar à que dirigia uma organização condigna.¹⁰

Maior que Frei Camillo do Monserrate foi o seu biógrafo e sucessor na direção da Biblioteca Nacional: o Barão Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Primeiro bibliotecário brasileiro que foi à Europa com o fim especial de estudar a organização de bibliotecas, o seu relatório é, ao mesmo tempo, descritivo e crítico, mostrando como ele estava bem orientado a respeito dos menores detalhes da técnica biblioteconômica. Dentre as muitas iniciativas de Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional, devem ser destacadas a monumental Exposição de História do Brasil – a cujo Catálogo faremos referência mais pormenorizada na parte deste trabalho – e os primeiros concursos públicos realizados, no Brasil, para selecionar bibliotecários, aquele tempo chamados “oficiais” de biblioteca. No primeiro desses concursos – que compreendiam História Universal, Geografia, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e Traduções do Latim, do Francês e do Inglês – saiu vencedor o célebre historiador brasileiro João Capistrano de Abreu. O Sr. Antônio Caetano Dias considera esses concursos “como o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no Brasil”.¹¹

Manoel Cícero Peregrino da Silva foi outro grande Diretor da Biblioteca Nacional, cargo que ocupou duas vezes: de 1900 a 1915 e de 1919 a 1921. No seu primeiro relatório, ele já reclamava um edifício

10 BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO - Fr. Camillo de Monserate, estudo biográfico. Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1884-1885, v. 12, 1887. 519 p.

11 ANTÔNIO CAETANO DIAS - Op. Cit. (vide n. 4).

novo e rigorosamente de acordo com a sua finalidade – pois até então a Biblioteca estivera abrigada em prédios adaptados -, propunha um prêmio anual para estimular as pesquisas bibliográficas e “aulas de Bibliografia, Diplomática, Iconografia e Numismática, a serem ministradas pelos Chefes de Seção”¹². Era, esta última sugestão, um esboço do Curso de Biblioteconomia que ele organizava em 1911 e que foi o primeiro da América Latina. Além de conseguir para a Biblioteca Nacional um edifício que era, na época, modelar, Manoel Cícero Peregrino da Silva deu-lhe um Regulamento que, ainda hoje, está quase inteiramente válido. Esse Regulamento mostra que Manoel Cícero Peregrino da Silva foi um autêntico precursor brasileiro da Documentação, um homem com a visão profética de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Basta dizer que nesse ano já remoto de 1911, ele pretendia organizar o catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras, promover a catalogação cooperativa, imprimindo fichas que seriam permutadas com as do Repertório Bibliográfico Universal, segundo as normas do Instituto Internacional de Bibliografia, de Bruxelas, adotar a Classificação Decimal Universal e pública, além dos Anais – iniciados por Ramiz Galvão – o Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional. Além disso, promoveu uma série de conferências sobre o desenvolvimento da literatura, das artes e das ciências no Brasil, e sobre aspectos sociais, econômicos e políticos da nossa formação, a cargo de mestres como José Veríssimo, Pandiá Calógeras, Juliano Moreira, Roquete Pinto, Oliveira Lima e outros. Na parte deste trabalho referente à Bibliografia, voltaremos a falar de Manoel Cícero Peregrino da Silva.

As duas últimas reformas introduzidas na Biblioteca Nacional foram as de Rodolfo Garcia (Diretor de 1933 a 1945) – organização de Seção de Referência e reforma dos Cursos de Biblioteconomia – e Rubens Borba de Moraes (Diretor de 1945 a 1947) – classificação do acervo, segundo o sistema decimal de Melvil Dewey, organização do catá-

12 MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA - Relatório da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional 23 - 587-639, 1900.

logo-dicionário, restauração intensiva de documentos e instalações mais confortáveis nos salões de consulta.

Por meio de concursos públicos, muitos bibliotecários formados pelos Cursos da própria Biblioteca Nacional passaram a integrar o seu quadro de funcionários técnicos, que é hoje excelente, embora relativamente pequeno em número. Lutando com problemas decorrentes do seu edifício – que há muito se tornou insuficiente e, de acordo com a moderna biblioteconomia, inadequado – e da deficiência de outras bibliotecas do Distrito Federal – que poderiam atender melhor ao chamado grande público e às necessidades dos estudantes – a Biblioteca Nacional não pode proporcionar uma assistência ideal aos seus leitores; mas seus bibliotecários – sobretudo os mais jovens – vem procurando superar esses problemas da melhor maneira possível. Na administração do escritor Eugênio Gomes (Diretor de 1951 a 1956), intensificou-se o programa de exposições bibliográficas e iconográficas – que tem, entre outros, a vantagem de fazer com que o público tome conhecimento das inestimáveis riquezas da Biblioteca Nacional – e reiniciou-se a publicação do Boletim Bibliográfico, do qual falaremos mais adiante.

1.3 Bibliotecas Gerais

Três grandes bibliotecas públicas foram completamente reorganizadas e instaladas em edifícios modernos, construídos especialmente para seus fins: a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, em São Luís, e a Biblioteca Pública do Estado do Paraná, em Curitiba.

A primeira, fundada em 1926, foi reformada de 1936 a 1941, inaugurando-se o novo edifício em 1942. A reforma foi de iniciativa do Departamento de Cultura, ao qual a Biblioteca está subordinada administrativamente. Esse Departamento foi criado e dirigido por muitos anos pelo escritor Mário de Andrade. A reforma foi planeja-

da e dirigida pelo Sr. Rubens Borba de Moraes e nela tomaram parte concluintes dos primeiros cursos de biblioteconomia ministrados em São Paulo.

A Biblioteca Pública do Estado do Maranhão foi fundada em 1829 e reorganizada a partir de 1947, sob a direção de uma bibliotecária diplomada pelos Cursos da Biblioteca Nacional, como bolsista do seu Estado: a Srta. Ariceya Moreira Lima.

A Biblioteca Pública do Estado do Paraná, fundada em 1857, foi reorganizada de 1951 a 1954, quando se inaugurou, em dezembro, o novo edifício. Os trabalhos de reorganização foram promovidos pelo Governo do Estado, tendo sido planejados e dirigidos pela Sra. Lydia de Queiroz Sambaquy. Neles tomaram parte, além de bibliotecários do Distrito Federal, alunos e concluintes do Curso de Biblioteconomia ministrado em Curitiba, sob os auspícios do Instituto Nacional do Livro.

Presentemente, estão em fase de reforma as Bibliotecas Públicas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O novo edifício da primeira está em construção, sendo autor do projeto o grande arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. Tomam parte na reforma, além de bibliotecários do Distrito Federal, alunos e concluintes do Curso de Biblioteconomia ministrado em Belo Horizonte pelo Instituto Nacional do Livro. A Biblioteca Pública do Espírito Santo está sendo reorganizada por bibliotecários diplomados pelos Cursos da Biblioteca Nacional, como bolsistas.

1.4 Bibliotecas Populares

Na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, foi planejada, em 1944, pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo – hoje Departamento de Documentação e Cultura – uma rede de bibliotecas populares, nos bairros de maior densidade demográfica. A primeira a instalar-se foi, em 1949, a Biblioteca Popular de Encru-

zilhada. Seguiram-se, em 1950, a Biblioteca Popular de Santo Amaro, em 1952 a Biblioteca Popular de Casa Amarela, e, em 1954, a Biblioteca Popular de Afogados. A primeira dessas Bibliotecas foi instalada em salões de uma Escola Técnica–Profissional e a segunda em pavilhão anexo a um Grupo Escolar. As duas últimas possuem edifícios próprios, especialmente construídos para elas.

As Bibliotecas Populares da Prefeitura do Distrito Federal foram criadas, por Lei, em 1949. Mas só em 1952 foram inauguradas as três primeiras unidades, nos subúrbios de Campo Grande, Meier e Penha. Em 1954 surgiram mais duas, nos bairros de Copacabana e Gávea. No ano de 1956, foi inaugurada a do bairro de Botafogo. Essas Bibliotecas ficaram, em 1954, subordinadas à Biblioteca Municipal, constituindo um Serviço Central, dentro do Setor de Bibliotecas Populares.

1.5 Bibliotecas Especializadas

De acordo com o *Anuário Estatístico do Brasil*, volume de 1954, das 2 195 bibliotecas existentes no País, até aquele ano, 1.714 eram gerais e 481 especializadas. É uma percentagem relativamente alta, como assinalou a Sra. Sully Brodbeck, em informe apresentado ao Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, acrescentando: “Explica-se pelo fato de que os ministérios, secretarias, autarquias e outras instituições dos governos federal, estadual e municipal tem as suas próprias bibliotecas, depositárias da literatura necessária aos trabalhos e às pesquisas dos técnicos destes órgãos. Também as organizações privadas – continua a mesma autora – começam a organizar coleções especializadas para o uso dos seus técnicos.”¹³

As primeiras bibliotecas do Distrito Federal que se organizaram ou reorganizaram em bases modernas e segundo o modelo norte-americano foram as dos ministérios e autarquias, sendo justo mencionar as dos Ministérios da Educação e Cultura, da Fazenda, do Traba-

13 SULLY BRODECK – Sugestões para uma cooperação entre as bibliotecas especializadas do Brasil. (Recife, Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, 1954). Mimeografado.

lho, Indústria e Comércio, das Relações Exteriores e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Assinalando, também, que grande número de bibliotecários é absorvido pelas bibliotecas especializadas, escreve a Sra. Sully Brodbeck, no informe citado: “Não seria muito difícil comprovar que a maioria dos alunos dos nossos Cursos de Biblioteconomia são e serão os responsáveis pelo surto renovador das bibliotecas brasileiras, que se vem notado, principalmente, nas bibliotecas especializadas”. Aliás, a Sra. Sully Brodbeck é responsável pela excelente reforma da Biblioteca do Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul.

1.6 Bibliotecas Universitárias

Possuindo excelentes bibliotecas especializadas, as Universidades brasileiras muito se beneficiaram daquele “surto renovador” a que se refere a Sra. Sully Brodbeck. Devem ser mencionadas, de modo especial, as Universidades da Bahia, do Brasil (no Distrito Federal), de Minas Gerais, do Recife, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Na Universidade da Bahia, há que salientar a reorganização da Biblioteca da Escola Politécnica e a criação do Serviço Central de Informações Bibliográficas. Na Universidade do Brasil, a primeira biblioteca a reorganizar-se foi a Biblioteca Central e sob o patrocínio desta, foram e estão sendo reformadas as bibliotecas de quase todas as unidades universitárias. Na Universidade do Recife, realizou-se o trabalho mais importante, tendo-se em vista as proporções da primeira biblioteca reorganizada – a da Faculdade do Direito, com 50.000 volumes – e a coordenação com que foram reformadas, em seguida, as bibliotecas das demais Faculdades e Escolas. Além disso, a Universidade do Recife possui um Serviço Central onde é feita, com absoluta exclusividade, no Brasil, a centralização da aquisição, da classificação e da catalogação, para bibliotecas de nível universitário.

A Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, além de intensa atividade bibliográfica – a ser comentada em outra parte deste trabalho – mantém um Catálogo Coletivo de livros e periódicos existentes nas bibliotecas da Universidade, todas dirigidas por competentes bibliotecários, mas, técnica e administrativamente independentes da Biblioteca Central.

1.7 Bibliotecas Infantis

Em 1933, na Escola Modelo “Caetano de Campos”, em São Paulo, inaugurou-se a primeira biblioteca infantil organizada, no Brasil, de acordo com a técnica biblioteconômica e orientação pedagógica moderna. Concebida e realizada pela Professora Lenyra Fraccaroli, a quem o escritor Mário de Andrade entregou, em 1935, a direção da Biblioteca Pública Infantil, então criada pelo Departamento de Cultura. Hoje, a Biblioteca Pública Infantil é a Central de uma rede que, em 1954, contava com 5 unidades, nos bairros de Itaim, Tatuapé, Vila Mariana, Santo Amaro e Santana, além de 14 em construção. Essa rede constitui a Divisão de Bibliotecas Infantis do Departamento de Cultura, que pertence à Prefeitura de São Paulo. Além de pioneira das bibliotecas infantis, no Brasil, a Sra. Lenyra Fraccaroli compilou a primeira “Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa”.¹⁴

Em 1945, inaugurou-se, no Distrito Federal, a Biblioteca Infantil Carlos Alberto. Organizada em memória de uma criança, essa Biblioteca, situada no subúrbio do Méier, tem se desenvolvido extraordinariamente, sendo hoje um verdadeiro centro de recreação infantil.

A Biblioteca Infantil Monteiro Lobato foi fundada em 1950, na cidade do Salvador, Estado da Bahia. Sua organizadora foi a bibliotecária Denise Fernandes Tavares, autora de um informe sobre a “Situação das bibliotecas infantis brasileiras, apresentado ao Primeiro

14 LENYRA FRACCAROLI - Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa 2. ed. Aum. São Paulo, Ed. Jornal dos Livros, 1955. 285 p.

Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, e de Sugestões para organização duma pequena biblioteca infantil”.¹⁵ Confessadamente inspirada pelas bibliotecas infantis de São Paulo e por sua fundadora, a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato tem uma organização modelar e vem prestando excelentes serviços.

1.8 Associações

A primeira Associação de Bibliotecários fundada no Brasil foi a de São Paulo, em 1938. A Associação Paulista de Bibliotecários foi constituída pela primeira turma de concluintes da Escola de Biblioteconomia de São Paulo. Seu primeiro presidente foi o Sr. Rubens Borba de Moraes e sua primeira Secretária a Srta. Guiomar de Carvalho Franco. A A.P.B. é filiada à Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e reconhecida pelo Governo de São Paulo como instituição de utilidade pública. Estimula a publicação de trabalhos técnicos, distribuindo um prêmio anual, e tem promovido cursos, palestras, viagens instrutivas, etc.

Só em 1949 surgiu a segunda agremiação: a Associação Brasileira de Bibliotecários, fundada em 18 de julho, por iniciativa de um grupo de bibliotecários do Distrito Federal. É filiada à Federação Internacional das Associações de Bibliotecários, à Federação Internacional de Documentação e à Associação de Servidores Civis do Brasil. Instituiu um prêmio anual, com o objetivo de manifestar reconhecimento público às pessoas ou instituições que se tenham distinguido a serviço do livro e da biblioteca. Promoveu os seguintes cursos intensivos: Organização de Bibliotecas Médicas, a cargo da Sra. Aida Furtado; Organização de Bibliotecas de Música, a cargo da Sra. Mercedes de Moura Reis Pequeno; Classificação Decimal de Dewey, a cargo da Sra. Mercedes Amélia Araújo; Temas de Documentação, a cargo de vários bibliotecários.

15 DENISE FERNANDES TAVARES - Sugestões para organização duma pequena biblioteca infantil. Bahia, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, 1953. 59 p.

Além das citadas, existem as seguintes agremiações: Associação Pernambucana de Bibliotecários (Recife, Pernambuco), Associação Baiana de Bibliotecários (Salvador, Bahia), Associação Paranaense de Bibliotecários (Curitiba, Paraná) e Associação Riograndense de Bibliotecários (Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

1.9 Congressos

Três importantes congressos de biblioteconomia foram realizados no Brasil: o primeiro, de âmbito continental, o segundo, municipal, e o terceiro, nacional.

Em outubro de 1951, realizou-se, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, promovida pela Unesco e pela Organização dos Estados Americanos. A essa Conferência assistiram 119 bibliotecários, representando 17 países e 6 organizações internacionais.¹⁶ 69 bibliotecários brasileiros tomaram parte na Conferência, sendo 6 membros e 63 observadores, havendo, nos dois grupos, representantes de vários Estados. Dentre os 18 informes reunidos no volume que a Unesco publicou sobre a Conferência, 3 são de autoria de bibliotecários brasileiros.

Em dezembro de 1953, realizou-se o Primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal (da Prefeitura do Distrito Federal), em colaboração com a Associação dos Servidores Civis do Brasil e Instituto Nacional do Livro.

Em julho de 1954, realizou-se, na cidade do Recife, o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, promovido pelo Departamento de Documentação e Cultura (da Prefeitura Municipal do Recife). Desse Congresso participaram 150 bibliotecários, representando quase todos os Estados brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Foram apresentados ao Congresso os seguintes informes: “O lei-

¹⁶ ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL CIENTIFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS - Desenvolvimento de las bibliotecas públicas em América Latina; Conferência de São Paulo. (Paris) Unesco (1953), p. 13.

tor e o bibliotecário”, por Jordão Emerenciano; “O ensino da biblioteconomia no Brasil”, por Antônio Caetano Dias; “Processos técnicos”, por Myriam Gusmão de Martins e Edson Nery da Fonseca; “Bibliotecas universitárias e alguns de seus problemas”, por Maria Luísa Monteiro da Cunha; “Situação atual da biblioteconomia brasileira”, por Luísa Fonseca; “Bibliografias”, por Jorge Abrantes dos Santos; “Bibliotecas infantis”, por Denise Fernandes Tavares; “Sugestões para uma cooperação intensa entre as bibliotecas especializadas do Brasil”, por Sully Brodbeck; “Bibliotecas populares”, por José Césio Regueira Costa. Além dos informes indicados, discutidos vivamente nas sessões plenárias, foram apresentadas, entre outras, as seguintes comunicações: “Considerações sobre a biblioteca universitária”, por Lilá do Rego Maciel, “Bibliotecas públicas e intercâmbio”, por M. da Nobrega; “Do serviço de importação de material bibliográfico para as bibliotecas universitárias”, por Afrânio Proença e Décio Pereira de Vasconcelos e “Organização e Administração de bibliotecas agrícolas”, por Ernesto Manuel Zink. Recomendações da maior importância foram aprovadas pelo Congresso, a respeito dos diversos assuntos discutidos. O Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia teve o mérito principal de, reunindo bibliotecários de vários pontos do território nacional, iniciar uma fase de colaboração mais intensa entre eles, até então muito dispersos, trabalho isoladamente, em virtude da grande extensão territorial do Brasil. Tal foi o êxito alcançado por esse conclave que, no seu encerramento, ficou logo deliberada a realização do Segundo Congresso Brasileiro de Biblioteconomia no ano de 1956. Infelizmente, ainda não foram tomadas as providências para a organização desse tão almejado Congresso. Também é lamentável que, até esta data, não tenham sido publicados os anais do Congresso do Recife, mas, apenas – e por iniciativa dos seus autores – os informes de Antônio Caetano Dias e Jordão Emerenciano e à comunicação de Lilá do Rêgo Maciel¹⁷.

17 ANTÔNIO CAETANO DIAS - Op. Cit. (4). JORDÃO EMERENCIANO e LILÁ DO REGO MACIEL -

Em julho de 1956, realizou-se em São Paulo o Seminário sobre Permuta Nacional e Internacional de Publicações promovidas pela Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, a pedido do Centro Regional da Unesco em Havana e como preparação do Brasil à participação no Seminário Internacional sobre o mesmo assunto, a realizar-se brevemente.

Deve ser mencionada, igualmente, a participação de bibliotecários brasileiros em congressos de bibliotecários realizados fora do Brasil e em congressos sobre outros assuntos. Dentre os do primeiro grupo, destacamos a Assembléia de Bibliotecários das Américas – realizada em Washington, D. C., em maio-junho de 1947, por iniciativa do Department of State e da Library of Congress, em colaboração com a União Pan-americana – e o Primeiro Congresso Íbero-Americano de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Intelectual, realizado em Madrid, em outubro de 1952. Dentre os do segundo grupo, devem ser mencionados o Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (realizado em São Paulo, em 1954, por iniciativa da Comissão do IV Centenário), o Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica (promovido, em São Paulo, em fevereiro de 1956, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em colaboração com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e Associação Paulista de Bibliotecários) e a VIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, efetuada em Ouro Preto, Minas Gerais, em julho de 1956.

Infelizmente, nenhum bibliotecário brasileiro compareceu ao recente Congresso Internacional de Bibliotecas e Centros de Documentação (Bruxelas, 1955), em virtude da crise financeira que o País atravessa. Entretanto, no primeiro volume publicado pelo Congresso, contendo os relatórios preliminares, figura o trabalho de uma bibliotecária brasileira: a Sra. Mercedes de Moura Reis Pequeno¹⁸.

Situação atual do leitor brasileiro (e) Considerações sobre a biblioteca universitária. Recife, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, 1955. 41 p. Mimeografado.

18 MERCEDES DE MOURA REIS PEQUENO - La formation professionnelle du bibliothécaire musical. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES BIBLIOTHÈQUES ET DES CENTRES DE DOCUMENTATION,

1.10 Publicações

Há poucas revistas especializadas em biblioteconomia, no Brasil. Impressas, podemos citar apenas duas: o Boletim Bibliográfico, da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo (iniciado em 1943, interrompido em 1952 e reiniciado em 1955) e o Boletim Informativo, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (iniciado em 1955). A primeira é anual e a segunda, bimestral. A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) edita, desde 1944, uma pequena revista impressa em multilith, com periodicidade irregular: A Biblioteca. Na Revista do Serviço Público, editada pelo DASP, a partir de 1937, têm sido publicados muitos artigos especializados em biblioteconomia.

Na sua “Coleção B-2: Biblioteconomia”, o Instituto Nacional do Livro já divulgou 9 trabalhos técnicos de biblioteconomia, bibliotecografia, catalogação e classificação. Muitos outros trabalhos têm sido publicados por diferentes editores, oficiais e particulares, ou pelos próprios autores. A Bibliografia Bibliotecológica Brasileira, publicada em 1952¹⁹, não registra senão uma parte muito pequena dos trabalhos biblioteconômicos divulgados no Brasil. O primeiro desses trabalhos parece que foi o Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na cidade de S. Salvador, de Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, publicado na Bahia, em 1811²⁰ aqui produzido em fac-símile. Na Bibliografia Brasileira de Documentação – cuja parte retrospectiva está em preparo, tendo saído no Boletim Informativo do I.B.B.D., a partir do número correspondente a maio/junho de 1956, o registro corrente – são citados, livros, artigos e outros documentos sobre biblioteconomia e assuntos correlatos.

BRUXELAS, 1955 - Rapports préliminaires ... La Haye, M. Nijhoff, 1955, p. 173-177.

19 SÃO PAULO. UNIVERSIDADE. BIBLIOTECA CENTRAL - Bibliografia bibliotecológica brasileira ... São Paulo, 1952. 41 p.

20 PEDRO GOMES FERRÃO CASTELLO BRANCO - Plano para o estabelecimento de huma Bibliotheca Pública na Cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos ... (Bahia, Typ. De Manuel Antônio da Silva Serva, 1811). 4 p

2 Bibliografia

Se tivermos em vista a importância bibliográfica dos catálogos, já salientada por Matinho da Fonseca e Fidelino de Figueiredo²¹, ao buscarmos os precursores da bibliografia brasileira, encontraremos, inicialmente, os repertórios das primeiras bibliotecas, livrarias, gabinetes de leitura e sociedades literárias. Mas não é esta a ocasião oportuna para um exame desses repertórios. Uma descrição bibliográfica dos mesmos, acompanhada, em alguns casos, de comentários, pode ser encontrada na excelente Bibliografia das bibliografias brasileiras, de Antônio Simões dos Reis²². Aqui, apenas recordaremos que o primeiro catálogo publicado no Brasil foi, em 1818, o da Biblioteca Pública da Bahia, certamente organizado por Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, autor do plano de criação da Biblioteca²³ e seu primeiro Diretor.

2.1 Introdução bibliográficas

A bibliografia brasileira propriamente dita nasceu na Biblioteca Nacional e os seus iniciadores foram Benjamim Franklin Ramiz Galvão – Diretor de 1870 a 1882 – e Alfredo do Valle Cabral, organizador e chefe da Seção de Manuscritos. Nos Anais da Biblioteca Nacional, publicados a partir 1877, foram divulgadas as primeiras bibliografias de Ramiz Galvão e Valle Cabral. E de uma exposição realizada na Biblioteca resultou essa obra monumental e, sob certos aspectos, ainda hoje não superada, que é o Catálogo da Exposição de História do Brasil, em dois tomos que constituem, aliás, o volume IX dos Anais²⁴.

Em virtude do seu título, esta obra tem sido sempre citada como se fosse, apenas, uma bibliografia especializada em História do Bra-

21 MARTINHO DA FONSECA - Catálogos, sua importância bibliográfica. Boletim da Sociedade dos Bibliófilos Barbosa Machado, Lisboa 2: 89-184, 1913. FIDELINO DE FIGUEIREDO - Aristarchos ... 2. Ed., rev Rio de Janeiro, Liv. II, Antunes, 1941, p. 67.

22 ANTONIO SIMÕES DOS REIS - Bibliografia das bibliografias brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1942. Viii, 186 p.

23 BAHIA. BIBLIOTECA PUBLICA - Catálogo dos livros que se acham na Bibliotheca Publica da Cidade da Bahia. (Bahia, Typ. De M. A. da Silva Serva, 1818). 54 p.

24 BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO - Catálogo da Exposição de História do Brasil ... Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1881. 3 v.

sil, quando é, na verdade, uma bibliografia geral, como o próprio Ramiz Galvão esclarece no prefácio, ao considerar o Catálogo como “um esboço da bibliografia histórica brasileira, considerada a história em sua maior amplitude, e não esquecidos os documentos subsidiários que a podem esclarecer. Basta passar uma vista pelo seu índice para verificar que se trata de uma autêntica “introdução bibliográfica” aos estudos brasileiros, no sentido em que a Sra. Louise – Noelle Malcles emprega esta expressão. Em suas 20 seções, foram registrados livros, folhetos e artigos sobre Geografia, Estatística, História Civil, História Administrativa, História Eclesiástica, História Constitucional, História Diplomática, História Militar, História Natural, História Literária e das Artes, História Econômica, Numismática, Genealogia e Heráldica, Tipos, Usos e Trajes, e também publicações periódicas, biografias e gravuras com vistas, paisagens marinhas, retratos, estátuas e bustos. É uma bibliografia que ainda hoje pode servir de modelo, pela identificação perfeita e completa dos documentos que registra, indicando, ainda – como as obras mais modernas do seu gênero – onde podem ser consultados e fornecendo, em relação a muitos, interessantes esclarecimentos. O Catálogo da Exposição de História do Brasil é, portanto, uma obra que “honra a cultura biblioteconômica do tempo”, como escreveu Fidelino de Figueiredo²⁵. Ele foi planejado e executado por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, tendo Valle Cabral como principal colaborador.

O segundo trabalho deste gênero só foi realizado mais de meio século depois, com o *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*²⁶. Resultado da colaboração de vários especialistas, sob a direção dos Srs. Rubens Borba de Moraes e William Berrien, esta obra pode ser considerada como uma espécie de complemento do Catálogo da Exposição de História do Brasil, embora não tenha sido esta a intenção dos seus organizadores, sendo outro o seu arranjo. Ela se divide em 12 partes

25 FIDELINO DE FIGUEIREDO - ob cit. (vide n. 19), p. 97.

26 RUBENS BORBA DE MORAES e WILLIAM BERRIEN - Manual bibliográfico de estudos brasileiros... Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949. 895 p.

– Arte, Direito, Educação, Etnologia, Filologia, Folclore, Geografia, História, Literatura, Música, Sociologia e Obras Gerais de Referência – cada uma delas preparada por um ou mais especialista e contendo, além da bibliografia comentada, uma introdução ao assunto. A atualização dos seus diversos capítulos está sendo feita por publicações independentes, que constituem a Série Bibliográfica de Estudos Brasileiros, dirigida pela Sra. Irene de Menezes Dória²⁷.

2.2 Dicionários Bibliográficos

Dois anos depois do Catálogo da Exposição de História do Brasil, publicou-se no Rio de Janeiro o primeiro volume do Dicionário Bibliográfico Brasileiro, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. A obra compõe-se de 7 volumes e acabou de ser publicada em 1902. Sendo suas entradas pelos prenomes, foi necessário organizar um índice alfabético pelos sobrenomes, trabalho feito pelo historiador Jango Fischer e publicado em 1937²⁸. No mesmo ano de 1937 foi publicado o primeiro volume de Dicionário bio-bibliográfico de João Francisco Velho Sobrinho, obra que não passou do segundo volume²⁹. Os originais da parte inédita estão em poder do Instituto Nacional do Livro e não foram publicados em face das muitas lacunas que apresentam.

Dentre os dicionários bibliográficos estaduais, devem ser mencionados os de Guilherme Studart e Armindo Guaraná³⁰. O primeiro dispõe agora de um índice, trabalho do sr. Paulo Sergio Nery³¹.

27 HERBERT BALDUS - Bibliografia comentada de etnologia brasileira (1943-1950) ... Rio de Janeiro, Editora Souza, 1954. 141 p. (Serie bibliográfica de estudos brasileiros, dirigida por Irene de Menezes Doria, v. 1). EDISON CARNEIRO - O folclore nacional (1943-1953). Rio de Janeiro, Editora Souza, 1954. 75 p. (Serie bibliográfica de estudos brasileiros, dirigida por Irene de Menezes Doria, v. 2).

28 AUGUSTO VISTORINO ALVES SACRAMENTO BLAKE - Diccionario bibliográfico brasileiro... Rio de Janeiro, Typogrphia Nacional, 1883- 1902. 7 b. JANGO FISCHER - Indice alfabético do Diccionario bibliographico brasileiro de Sacramento Blake... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937. Vi, 127 p.

29 JOÃO FRANCISCO VELHO SOBRINHO - Dicionário bio-bibliográfico brasileiro... Rio de Janeiro, (Ministério da Educação e Saúde) 1937-1940. 2 v. (A-B).

30 GUILHERME STUDART, BARÃO DE STUDART - Diccionario bio-bibliographico cearense... Fortaleza, Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1910-15. 3 v. ARMINDO GUARANÁ - Diccionario bio-bibliographico sergipano. Rio de Janeiro (Edição do Estado de Sergipe) 1925. Xx, 282 p.

31 PAULO SERGIO NERY- "Índice geral do Dicionário Bibliográfico Cearense de Guilherme Studart". Revista do Livro, Rio de Janeiro ¾: 264-284, dezembro 1956.

2.3 Bibliografia Nacional

A primeira tentativa de bibliografia nacional brasileira foi levada a efeito por Alfredo do Valle Cabral, com os Anais da Imprensa Nacional³². Nesta obra – que é o “o seu maior título, como bibliógrafo e estudioso”, segundo José Honório Rodrigues³³ – Vale Cabral fez a descrição bibliográfica das obras publicadas pelo Departamento de Imprensa Nacional, de 1808 a 1822.

2.3.1 Depósito Legal

Para registrar as obras recebidas mediante depósito legal estabelecido por lei³⁴, a Biblioteca Nacional pública, desde 1886, um Boletim Bibliográfico. Esse Boletim teve quatro fases, apresentando-se, em cada uma, com classificações diferentes: a de Brunnet (1886-1888), a Classificação Decimal Universal (1918-1921), a alfabética de assuntos (1939) e a Melvil Dewey (1947 até hoje)³⁵. Na fase em que foi adotada a CDU, o Boletim Bibliográfico apresentava arranjo rigorosamente sistemático, sendo impresso de um só lado do papel e obedecendo, em tudo, às normas do Instituto Internacional de Bibliografia. O diretor da Biblioteca Nacional, nessa época, era um entusiasta da obra iniciada, em Bruxelas, por Otlet e La Fontaine, podendo ser considerado como verdadeiro precursor dos serviços de bibliografia e documentação, no Brasil, como veremos adiante.

Como ocorre em toda a parte, a lei do depósito legal não é cumprida, com rigor, em nosso País, onde a vastidão do território e as dificuldades de comunicação da Biblioteca Nacional – que ultimamente, aliás, tem sido publicado com elogiável regularidade

32 ALFREDO DO VALLE CABRAL - Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822... Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1881. LXV, 339 p.

33 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES - Alfredo do Valle Cabral... Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954, p. 9.

34 O primeiro dispositivo legal sobre o assunto é o Decreto Legislativo n. 433, de 3-7-1847 (Cf. Jus Documentação, Rio de Janeiro, 3 (6): 51-56, jun. 1950). O dispositivo em vigor é o Decreto n.º 1.825, de 20-12-1907, completado pelas Instruções ministeriais de 19-12-1930.

35 MARIA ANTONIETA DE MESQUITA BARROS - O Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A Biblioteca, Rio de Janeiro, 3: 2-5 jan./dez. 1954. Reproduzindo no Boletim Bibliográfico, Rio de Janeiro, 5 (1): 1-3, 1995.

– não registra a totalidade da produção bibliográfica brasileira.

2.3.2 Bibliografia Corrente

Desde que foi organizado, em 1938, vem o Instituto Nacional do Livro promovendo o levantamento da nossa produção bibliográfica, tendo publicado, em 1941, o primeiro volume da sua Bibliografia Brasileira, compreendendo os anos de 1938-1939. Até maio de 1956 foram publicados 7 volumes, sendo um em 2 tomos. Esses volumes cobrem os anos de 1938 a 1946 e 1953 a 1954, devendo ser publicado, brevemente, o volume correspondente a 1947-1952. A Bibliografia Brasileira do Instituto Nacional do Livro tem arranjo de catálogo-dicionário³⁶.

Em 1942, o Sr. Antônio Simões dos Reis iniciou a publicação de uma Bibliografia Nacional corrente, registrando livros e artigos, em arranjos alfabéticos de assuntos. Infelizmente, a obra foi interrompida no ano seguinte, quando já contava com 8 volumes³⁷. O Sr. Antônio Simões dos Reis é um bibliógrafo que, sozinho, trabalha como se fosse uma instituição inteira. Ainda teremos oportunidade de fazer referências a esse benemérito da bibliografia brasileira.

A bibliografia corrente mais completa, porque feita diretamente nas fontes editoriais, é o Boletim Bibliográfico Brasileiro, publicado em fascículos bimestrais, a partir de 1953, pelo sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais³⁸. Recentemente, esta publicação passou a ser subvencionada pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Instituto Nacional do Livro. No seu arranjo foi adotada a Classificação Decimal de Melvil Dewey.

Nesta revista, lançada em 1856, o Instituto Nacional do Livro

36 Bibliografia brasileira. (v. 1-) 1938 - Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1941-

37 ANTONIO SIMÕES DOS REIS - Bibliografia nacional. v. 1-8, 1942-1943. Rio de Janeiro, Z, Valverde, 1942. 8 v.

38 Boletim bibliográfico brasileiro; publicação bimestral sob os auspícios do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais da Câmara Brasileira do Livro e do Instituto Nacional do Livro. V. 1- n. 1- nov./dez. 1952 e jan./fev. 1953 - Rio de Janeiro, A Estante, 1953-

iniciou a publicação de uma “Bibliografia Brasileira Corrente”, organizada pelo Sr. Áreo Ottoni³⁹.

2.4 Catálogos

Várias bibliotecas publicam listas das obras recebidas por compra, doação ou permuta, devendo ser mencionadas, pela sua apresentação em volumes impressos, as da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo⁴⁰ e da Biblioteca do Ministério da Viação e Obras Públicas⁴¹.

2.5 Bibliografias Especializadas

As primeiras bibliografias de bibliografias brasileiras foram compiladas por pesquisadores estrangeiros: os Srs. Cecil Knight Jones⁴² e Fidelino de Figueiredo⁴³ inaugurando a sua “Coleção B-1: Bibliografia”, no gênero: a Bibliografia das Bibliografias Brasileiras, da Antônio Simões dos Reis⁴⁴. A primeira bibliografia de biblioteconomia foi publicada em 1952, pela Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, sob a direção da Sra. Maria Luísa Monteiro da Cunha⁴⁵. Uma bibliografia corrente de documentação, assuntos correlatos e obras de referência gerais e especializadas, vem sendo publicada pelo Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, desde o número correspondente a maio/junho de 1956⁴⁶. A Sra. Lenyra Fraccaroli fez o levantamento da bibliografia de literatura infantil, não apenas limitado ao Brasil, mas abrangendo

39 AUREO OTONNI - Bibliografia brasileira corrente. Revista do Livro, Rio de Janeiro, 1 (1/2): 228-280, jun. 1956-

40 Boletim bibliográfico. V. 1- São Paulo, Biblioteca Pública Municipal, 1943-

41 BRASIL MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - Catalogo da Biblioteca. 2. Ed. Rio de Janeiro, 1955. 396 p.

42 CECIL KNIGHT JONES - Hispanic American bibliographies... Baltimore, The Hispanic American Historical Review, 1922, p. 67-74. 2ª. ed.: A bibliography of Latin-American bibliographies... 2nd ed. Ver. Enl. By the author with the assistance of James A. Granier Washington, The Library of Congress, Hispanic Foundation, 1942, p. 99-129.

43 MEDELINO DE FIGUEREDO - Subsídio para uma bibliografia das bibliografias brasileiras. Em seu Aristarchos, ob. Cit. (vide n. 19), p. 69-80.

44 ANTONIO SIMÕES DOS REIS - Bibliografia das bibliografias brasileiras, ob. Cit. (vide n. 20).

45 Ob. Cit. (vide n. 17).

46 Bibliografia brasileira de documentação. IBBD Boletim informativo, Rio de Janeiro, 2 (3), maio/jun. 1956; 2 (4), jul./ago. 1956.

do toda a língua portuguesa⁴⁷. Uma lista classificada dos periódicos recebidos por contribuição legal vem sendo publicada no Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional correspondente ao segundo semestre de cada ano⁴⁸. O I.B.B.D. publicou recentemente um guia dos periódicos brasileiros de cultura atualmente em circulação, contendo informações detalhadas a respeito de cada um.⁴⁹ Todos os periódicos científicos existentes em bibliotecas brasileiras foram inventariados sob a direção do Prof. Paulo Sawaya, Diretor do Departamento de Fisiologia Geral e Animal, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. O primeiro volume desse catálogo coletivo de periódicos deveria ter sido publicado até o fim de 1956. Terminada a publicação, as fichas serão entregues ao I.B.B.D., que fará a avaliação do catálogo, tendo, para este fim, criado uma Comissão Nacional do Catálogo Coletivo, constituída por bibliotecário das principais regiões.

2.5.1 Filosofia

Como contribuições à bibliografia retrospectiva de Filosofia, existem os trabalhos de Sr. Luís Washington Vita, sobre as histórias da filosofia no Brasil⁵⁰ e os do Sr. Astrogildo Pereira, sobre pensadores, críticos e ensaístas⁵¹. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação está promovendo a compilação da bibliografia brasileira de Filosofia, tanto retrospectiva como corrente, a cargo do Sr. Pedro Taulois.

2.5.2 Religião

O Sr. José Carlos de Macedo Soares publicou, em 1954, uma

47 Ob. Cit. (vide n. 12).

48 Relação classificada dos periódicos brasileiros. Boletim bibliográfico, v. 1- n. 2-1951 - Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1952-

49 Periódicos brasileiros de cultura. Edição preliminar. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1956. 182 p.

50 LUIS WASHINGTON - Uma bibliografia crítica das histórias da filosofia no Brasil. Boletim bibliográfico, São Paulo, 5: 47-56, out./dez. 1944 (vide n. 37).

51 ASTROGILDO PEREIRA - Pensadores, críticos e ensaístas. In: Manual bibliográfico de estudos brasileiros, p. 646-683 (vide n. 24).

introdução bibliográfica à história da Igreja Católica no Brasil⁵². Em 1955, a editora A Estante – a mesma que publica o Boletim Bibliográfico Brasileiro – lançou uma bibliografia seletiva sobre a Igreja Católica, registrando livros, folhetos e separatas publicados no Brasil⁵³.

2.5.3 Ciências Sociais

A Fundação Getúlio Vargas publicou, a partir de 1950, a Bibliografia Econômico-Social, que registrava e analisava, principalmente, artigos publicados no Brasil e no estrangeiro⁵⁴. Essa publicação foi extinta, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, que passou a editar a Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais, registrando só o material publicado no Brasil⁵⁵. A bibliografia retrospectiva de cada uma das ciências sociais pode ser encontrada nas duas introduções bibliográficas já mencionadas. No Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros existem bibliográficas de Sociologia, Direito, Educação e Folclore. A bibliografia de Folclore foi atualizada, recentemente, pelo Sr. Édison Carneiro⁵⁶. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos lançou, em 1955, a Bibliografia Brasileira de Educação, que é analítica e publica-se trimestralmente⁵⁷.

2.5.4 Filologia

A bibliografia da língua tupi-guarani foi iniciada por Alfredo do Valle Cabral⁵⁸ e continuada pelo Sr. Plínio Ayrosa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo⁵⁹. Moderna-

52 JOSE CARLOS DE MACEDO SOARES - Fontes da história da Igreja Católica no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1954. 338 p.

53 Bibliografia católica brasileira... Rio de Janeiro (A Estante) 1955. 49 p.

54 Bibliografia econômico-social. 1950-1953. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1955-

55 Bibliografia brasileira de ciências sociais. v. 1- 1954 - Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1955-

56 EDISON CARNEIRO - O folclore nacional, op. cit. (vide n. 25).

57 Bibliografia brasileira de educação, v. 1- n. 1- 1953 - Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1954-

58 ALFREDO DO VALLE CABRAL - Bibliographia da língua tupi ou guarani, também chamada língua geral do Brasil... Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1980.

59 PLINIO AYROSA - Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani. São Paulo (Faculdade

mente, os estudos de filologia foram intensificados, havendo um bom grupo de estudiosos e pesquisadores. Um dos mais destacados é o Sr. J. Matoso Câmara Junior, responsável pelo capítulo sobre filologia, no Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.

2.5.5 Ciências Puras

É verdadeiramente extraordinário o desenvolvimento, no Brasil, da bibliografia especializada em ciências geológicas. O trabalho pioneiro foi o sábio norte-americano John Casper Branner⁶⁰, logo continuado por Miguel Arrojado Lisboa⁶¹, Alpheu Diniz Gonçalves⁶² e, mais recentemente, pelas Sras. Dolores Iglésias e Maria de Lourdes Meneghezzi⁶³ e pelo Sr. Josué Camargo Mendes.⁶⁴

O I.B.B.D se encarregou de compilar e divulgar a bibliografia brasileira corrente de Matemática, Física, Química, Biologia, Antropologia, Zoologia e Botânica. Já foram publicados os primeiros volumes das bibliografias de Matemática e Física⁶⁵ e de Zoologia⁶⁶ (61-A), estando em impressão as de Química e Botânica. As de Biologia e Antropologia estão, ainda, na fase de compilação. Da bibliografia de Antropologia está encarregado o Prof. L. de Castro Faria, que publicou, em 1952, um trabalho sobre o assunto⁶⁷. No Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, o Sr. Herbert Balbus publicou a primeira bibliografia sobre

de Filosofia, Ciências e Letras) 1943. 303 p. 2. Ed. Ver. E atual. São Paulo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) 1954. 261 p.

60 JOHN CASPER BRANNER - A bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brasil... Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1903. 115 p

61 MIGUEL ARROJADO LISBOA - Bibliographi mineral e geológica do Brasil. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto, 8: 19-219, 1906; 9: 3-61, 1907.

62 ALPHEU DINIZ GONSALVES - Bibliographia da geologia, mineralogia e paleontologia do Brasil... Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Mineralógico, 1928. iii, 205 p.

63 DOLORES IGLESIAS e MARIA DE LOURDES MENEGHEZZI - Bibliografia e índice da geologia do Brasil... 1641 Rio de Janeiro, Departamento Nacional da Produção Mineral, Divisão de Geologia e Mineralogia, 1943-

64 JOSUÉ CAMARGO MENDES - Bibliografia geológica, mineralógica, petrografica e paleontológica do Estado de São Paulo... São Paulo, Instituto Geográfico e Geológico, 1944. 57 p.

65 Bibliografia brasileira de matemática e física. v. 1- n. 1- 1950/1954 - Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1956-

66 Bibliografia brasileira de zoologia. v. 1- 1950/55 - Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1956-

67 L. DE CASTRO FARIA - Pesquisas de antropologia física no Brasil; história, bibliografia. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1952. 106 p. (Boletim do Museu Nacional, Nova série, Antropologia, n. 13).

Etnologia brasileira já atualizada na Série Bibliográfica de Estados Brasileiros⁶⁸ e completada com um trabalho de maior vulto⁶⁹.

2.5.6 Ciências Aplicadas

A bibliografia de Medicina, tanto retrospectiva como corrente, foi e vem sendo levantada pelo Sr. Jorge de Andrade Maia, Bibliotecário da Faculdade de Medicina da Universidade do São Paulo. Entretanto, só a parte retrospectiva foi publicada⁷⁰, estando o autor em negociações com o I.B.B.D., para divulgação do registro corrente, ainda em fichas. Entrementes, algumas organizações comerciais vêm divulgado índices, bibliografias e resumos de trabalhos de Medicina, brasileiros e estrangeiros⁷¹. Referência especial deve ser feita ao importante trabalho da Sra. Luísa Keffer, na Biblioteca do Departamento de Profilaxia da Lepra de São Paulo. Ela fez a indexação de todos os artigos sobre a Lepra estampados em revistas nacionais e estrangeiras, do que resultou uma publicação verdadeiramente monumental⁷².

Sob a direção da Bibliotecária e Engenheira Bernadette Sinay Neves, a Biblioteca da Escola Politécnica da Universidade da Bahia publica, deste 1954, uma lista classificada de artigos sobre engenharia e tecnologia, publicados em revistas brasileiras: o Índice Tecnológico⁷³. A bibliografia de química industrial está a cargo da Biblioteca do Instituto Nacional de Tecnologia, tendo aparecido em 1955, o primeiro volume⁷⁴.

68 HERBERT BALDUS - Bibliografia comentada de etnologia brasileira, (1943-1950). Rio de Janeiro, Editora Souza, 1954. 141 p.

69 HERBERT BALDUS - Bibliografia crítica da etnologia brasileira. São Paulo (comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais) 1954. 859 p.

70 JORGE DE ANDRADE MAIA - Índice-catalogo médico brasileiro. V. 1- 1937/38 - São Paulo, (Laboratórios Andrômaco) 1939-

71 Índice de literatura medica. V. 1- n. 1- agosto 1952 - Rio de Janeiro, Laboratórios Silva Araújo-Roussel, 1952 - (Bimestral). Síntese; resumos selecionados da literatura médica. 1- n. 1 - dez. 1953 - Porto Alegre, Bureau de Divulgação Científica, 1953 - Progresso da Medicina. V. 1- 1952 - Rio de Janeiro, Indústria Química e Farmacêutica Schering S/A, Departamento Científico, 1952 - (Anual)

72 LUIZA KEFFER. Índice bibliográfico de lepra. 1500-1943 São Paulo, Biblioteca do Departamento de Profilaxia da lepra, 1944. 3 v.

73 Índice tecnológico... v. 1- n. 1- out. 1954 - Salvador, Biblioteca da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, 1955 - (Semestral).

74 Bibliografia brasileira de química tecnológica... v. 1- n. 1- Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Tecnologias, 1954-

2.5.7 Belas-Artes

A primeira bibliografia brasileira sobre artes plásticas, acompanhada da indispensável parte iconográfica, está no Catálogo da Exposição de História do Brasil, Seção Artística, Classes XV a XX. No Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, um dos melhores capítulos é o que trata de Arte, sendo seu autor o Sr. Robert Smit, Professor da Universidade de Pennsylvania e grande conhecedor da arte brasileira. A bibliografia do Sr. Robert Smit foi atualizada pelo Sr. José Valladares, Diretor do Museu do Estado da Bahia, num volume que deveria fazer parte da Série Bibliográfica de Estudos Brasileiros, mas por motivos superiores, foi publicado por uma sociedade cultural⁷⁵.

O conhecido musicólogo brasileiro Luís Heitor Correia de Azevedo é o responsável pelo capítulo sobre Música do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, capítulo que foi, posteriormente, desenvolvido e publicado pelo Instituto Nacional do Livro⁷⁶.

2.5.8 Literatura

O Sr. Antônio Simões dos Reis é pioneiro, neste como em outros setores da bibliografia brasileira. Dentre as suas contribuições para a bibliografia de literatura brasileira, destacam-se a Bibliografia da História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero⁷⁷ e Poetas do Brasil,⁷⁸ sem falar nas inúmeras bibliografias individuais e no importante inventário dos pseudônimos usados por escritores brasileiros. No Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, há um grande capítulo dedicado à Literatura, compreendendo o ensaio, a poesia, a ficção e o

75 JOSE VALLADARES - Arte brasileira, publicações de 1943-1953; bibliografia comentada, com índice remissivo. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1955. Vii, 78 p.

76 LUIS HEITOR CORREIA DE AZEVEDO - Bibliografia musical brasileira (1820-1950)... Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952. 253 p.

77 ANTONIO SIMÕES DOS REIS - Bibliografia da História da literatura brasileira de Sílvio Romero. Rio de Janeiro Z. Valverde, 1944

78 ANTONIO SIMÕES DOS REIS - Poetas do Brasil (bibliografia). Rio de Janeiro, Organização Simões, 1949.

teatro⁷⁹. Mas a melhor bibliografia da literatura brasileira, tanto pela atualização como pela técnica de apresentação e superior orientação literária é a do grande crítico e pensador Otto Maria Carpeux⁸⁰.

2.5.9 Geografia e História

Além dos capítulos especializados do Catálogo da Exposição de História do Brasil e do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros – o deste, a cargo do Prof. Pierre Mombeig – devemos mencionar, quanto à bibliografia de Geografia, os trabalhos do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia. O primeiro publicou, em 1956, a Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira⁸¹ e o segundo vem sendo divulgando, desde 1954, a Bibliografia Cartográfica Brasileira, como contribuição à *Bibliographie Cartographique Internationale*, da União Geográfica Internacional⁸². O Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil anunciava, para 1956, a publicação do primeiro fascículo de uma bibliografia geográfica brasileira.

No Catálogo da Exposição de História do Brasil e no Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros encontram-se as contribuições de maior vulto, para a bibliografia de História do Brasil. Sobre alguns períodos ou aspectos dessa História, existem boas bibliografias, como a de Alcides Bezerra, sobre o período que vai do chamado Primeiro Reinado à Maioridade de Dom Pedro II⁸³, a de José Honório Rodrigues, sobre o domínio holandês⁸⁴, a de Alfredo de Carvalho, sobre

79 A parte referente à ficção também foi publicada na revista *Cultura* (n.º 3), e um separata: FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA - O romance, a novela e o conto no Brasil (1839-1949). [Rio de Janeiro] Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955. 297 p.

80 OTTO MARIA CARPEUX - Pequena bibliografia crítica literária brasileira. [Rio de Janeiro] Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1955. 297 p.

81 Bibliografia geográfico-estatística brasileira. v. 1 - 1936/1950 - Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Gráfico, 1956-

82 Bibliografia cartográfica do Brasil. 1 - 1951 - Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil, 1954-

83 ALCIDES BEZERRA - *Bibliographia histórica do primeiro reinado à maioridade (1822-1840)*. Rio de Janeiro, Oficinas Graphics do Arquivo Nacional, 1936. 133 p.

84 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES - *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil...* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949. Xvii, 489 p.

livros estrangeiros⁸⁵, a de José Carlos Rodrigues, sobre livros raros⁸⁶ etc. No Ministério das Relações Exteriores funciona uma Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, que publica, desde 1944 a bibliografia corrente de História do Brasil⁸⁷.

2.6 Serviços Bibliográficos

Dissemos que a bibliografia brasileira nasceu na Biblioteca Nacional, com os trabalhos de Ramiz Galvão e Valle Cabral. Agora, vamos fazer mais uma referência em abono desta afirmativa. A Biblioteca Nacional teve a sorte de ser dirigida, de 1900 a 1915 e de 1919 a 1921, por Manoel Cícero Peregrino da Silva, cuja atuação, em benefício da biblioteconomia brasileira, já procuramos ressaltar em outra parte deste trabalho. Deve-se a ele, igualmente, a primeira tentativa de organização da bibliografia brasileira na base da cooperação nacional e internacional. Empolgado pelas primeiras atividades do Instituto Internacional de Bibliografia, de Bruxelas, Manoel Cícero Peregrino da Silva, compreendeu logo o que Fidelino de Figueiredo diria mais tarde, na primeira de suas memoráveis conferências em São Paulo: “o serviço bibliográfico já não pode ser devoção individual, nem fantasia acadêmica, tem de ser desempenhado por um organismo técnico, um Instituto Nacional de Bibliografia com pessoal especializado, com a estreita colaboração das bibliotecas e hemerotecas, não para publicar um Dicionário Bibliográfico, mas para organizar a bibliografia geral do passado e registrar a de cada dia e cada hora⁸⁸. Na reforma que introduziu na Biblioteca Nacional, em 1911, Manoel Cícero Peregrino da Silva estabeleceu um “Serviço de Bibliografia e Documentação, em correspondência com o do Instituto Internacional de Bibliografia de

85 ALFEDRO DE CARVALHO - *Bibliotheca exótico-brasileira...* Rio de Janeiro, Pongetti, 1929-30. 3 v.

86 JOSÉ CARLOS RODRIGUES - *Bibliotheca brasiliense; catalogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autógrafos e manuscritos pertencentes a J. C. Rodrigues...* Parte I, *Descobrimiento da América: Brasil colonial, 1492-1822*. Rio de Janeiro, Typographia do “Jornal do Commercio”, 1907. Vi, 680 p.

87 BRASIL COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTORIA DO BRASIL - *Bibliografia de História do Brasil*. 1943 - Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1944 - (Semestral).

88 FIDELINO DE FIGUEREDO - *Aristarchos*, ob. Cit. (vide n. 19), p. 65.

Bruxelas”. A esse Serviço caberia, entre outras atribuições, “a organização, segundo o sistema de classificação decimal e por meio de fichas, do repertório bibliográfico brasileiro como contribuição para o repertório bibliográfico nacional [...] incluídos os artigos insertos em publicações periódicos e os escritos de qualquer natureza”, a impressão de fichas, a “organização do catálogo coletivo das bibliotecas brasileira” e concursos destinados a premiar, de dois em dois anos, os melhores trabalhos bibliográficos publicados no país⁸⁹. Por aí se vê que Manoel Cícero Peregrino da Silva foi também precursor em matéria de serviços bibliográficos e que na sua reforma da Biblioteca Nacional estava quase profeticamente anunciado o órgão que só em 1954 se instalaria, com o nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

O I.B.B.D. foi criado e regulamentado, respectivamente, pelos Decretos 35.124, de 27-2-1954, e 35.430, de 29-4-1954, por proposta conjunta do Conselho Nacional de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas e Departamento Administrativo do Serviço Público. A iniciativa partiu da UNESCO, que enviou ao Brasil um documentalista com larga experiência - o Dr. Herbert Coblans, atualmente Diretor do Serviço de Informações do Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (CERN) – e custeou a visita de duas bibliotecárias brasileiras aos centros bibliográficos e de documentação da Europa e dos Estados Unidos: as Sras. Lydia de Queiroz Sambaquy e Janice Monte-Mor Alves de Moraes. Deixando de parte as atividades do I.B.B.D. nos setores da biblioteconomia, da localização e da reprodução dos documentos, indicaremos, apenas, o que ele tem feito pela bibliografia brasileira: 1) Divulga um Boletim no qual são comentadas ou noticiadas não só as bibliografias publicadas, como também as que estão em vias de publicação, em preparo ou, apenas, em projeto. Desse modo, evita a duplicação de tarefas semelhantes. 2) Prepara técnicos de bibliografia, por meio

89 BRASIL LEIS, DECRETOS, ETC. - Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911: Aprova o Regulamento da Bibliotheca Nacional. Collecções das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1911. Volume II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 168-188.

de cursos especializados, como o de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais, ministrado em 1954-1955, com a duração de um ano. 3) Compila e divulga trabalhos básicos – como o guia dos Periódicos Brasileiros de Cultura e a Bibliografia Brasileira de Documentação – e bibliografias especializadas em assuntos bibliograficamente inexplorados, no Brasil.

2.7 Ensino

Além de fazer parte do currículo de todas os cursos de biblioteconomia existentes no Brasil – inclusive dos cursos avulsos e intensivos – a Bibliografia foi objeto de cursos extraordinários, como os promovidos pelos Cursos da Biblioteca Nacional: em 1950, sobre Bibliografia de História e Geografia do Brasil e Literatura Luso-Brasileira, a cargo do Sr. Antônio Caetano Dias; em 1952, sobre Bibliografia Brasileira, a cargo do Sr. Antônio Simões do Reis. De 1955 a 1956, o I.B.B.D. promoveu um curso, com a duração de um ano, sobre Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais, com a participação de bolsistas dos Estados. Em 1957, serão iniciados mais 3 Cursos de Pesquisas Bibliográficas: em Ciências Naturais, em Ciência Físicas, Químicas e Matemáticas e em Medicina.

2.8 Comissões

Com o fim de manter ligação entre os serviços bibliográficos nacionais e a UNESCO, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) – que representa, no Brasil, aquele órgão das Nações Unidas – criou, em 1954, a Comissão Nacional de Bibliografia, por sugestão do Dr. Herbert Coblans, Consultor da UNESCO no Brasil, de 1953 a 1954. Dentre os trabalhos já realizados pela Comissão Nacional de Bibliografia – cuja Secretária-Executiva é a Sra. Irene de Menzes Dória – destacam-se os de colaboração para as seguintes publicações da UNESCO: *Manuel des échanges internationaux de publications*, *Index translationum* e *Les services bibliographiques dans le monde*.

Em 1956, a Comissão Nacional de Bibliografia foi transformada pelo IBECC em Comissão Consultiva de Bibliografia sendo, então, criada pelo I.B.B.D. uma nova Comissão Nacional de Bibliografia.

2.9 Normalização.

Até bem pouco tempo, cada compilador apresentava a sua bibliografia de maneira diferente, ora guiando-se por códigos de catalogação, ora por trabalhos estrangeiros. Presentemente, porém, nota-se uma elogiável preocupação em seguir regras uniformes e de aceitação internacional. Essa preocupação é devida, em grande parte, aos Cursos de Documentação ministrados, no Rio de Janeiro, pelos Srs. Herbert Coblans e Zeferino Ferreira Paulo, nos anos de 1953 e 1954, respectivamente. Ambos foram promovidos pelos Cursos da Biblioteca Nacional, sendo com a colaboração do I.B.B.D. Foram eles os primeiros a chamar a atenção dos bibliotecários brasileiros para os trabalhos da Comissão Técnica de Documentação da International Organization for Standardization (ISO/TC 46) e para a entidade que representa a ISO no Brasil, isto é, a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em 1955, por proposta do I.B.B.D., a Associação Brasileira de Normas Técnicas organizou uma Comissão Técnica de Documentação, com o fim de estudar e elaborar pareceres sobre os documentos emanados da ISO/TC 46, preparando, com base nesses documentos, as normas brasileiras de Documentação. A Comissão Técnica de Documentação da ABNT é constituída por bibliotecários e cientistas, representando as principais instituições brasileiras interessadas. Até a presente data, foram preparados projetos de normas para abreviatura dos títulos de periódicos⁹⁰ e de publicações periódicas⁹¹, referências

90 Código Nacional de Abreviaturas dos Títulos dos Periódicos (Para receber sugestões). P-NB-60 R. Boletim da Associação Brasileira de Normas técnicas, Rio de Janeiro, 3 (22): 22-45. ago./set. 1955.

91 Apresentação de Artigos de Periódicos. Anteprojeto de Norma, P-NB-61 R. Boletim da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 3, (23): 11-13, out./nov. 1955. Apresentação de Publicações Periódicas. Anteprojeto de Norma. P-NB-62 R. Idem: 13-16.

bibliográficas⁹² e numeração progressiva das seções de um documento⁹³. Há, em estudos, os seguintes assuntos: vocabulário de Documentação, sinais de correção datilográfica e tipográfica, resumos de trabalhos científicos, reprodução fotográfica e material para arquivo.

92 Referências Bibliográficas. Anteprojeto de Norma. A P-NB-66 R. Boletim da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, 3 (24): 6-15, jan./fev. 1956.

93 Numeração progressiva das seções de um documento. Anteprojeto de Norma (para receber sugestões) P-NB-69 R. Boletim da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro 4 (27): 24-27, jul./ago. 19



ASPECTOS DO PROBLEMA BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL⁹⁴

Edson Nery da Fonseca

1 A formação profissional do Bibliotecário

Ao congresso de Peritos Bibliotecários e arquivistas realizado em Bruxelas, em 1910, se devem, indubitavelmente, as inúmeras iniciativas que surgiram nos dois últimos decênios, mesmo em países onde a bibliografia já atingira o máximo da perfeição, em prol da formação técnica especializada desses profissionais.

No Brasil, já então o problema principiava a despertar o interesse dos responsáveis pelas nossas principais bibliotecas, onde já figuravam elementos que, pela sua cultura, estudo, perseverança e devotamento à profissão, haviam adquirido com a prática e os conhecimentos imprescindíveis à compreensão do alevantado objetivo de tais instituições uma exata noção da necessidade de se prover ao preparo racional, por meio de recursos especializados, dos futuros profissionais na carreira bibliotecária.

Dada a falta de um curso nessas condições, não se podia exigir até aquela época que os candidatos ao ingresso na carreira bibliotecária reunissem conhecimentos numerosos e profundos de ciências, artes, línguas antigas e modernas, enfim, da técnica especial necessária ao perfeito desempenho da profissão escolhida. Assim, uma

94 Texto originalmente publicado na "Revista do Livro", v. 5, n. 7, p. 105-125, abr. 1958.

simples prova de suficiência bastava muitas vezes. E as bibliotecas eram, na sua maior parte, e continuaram a ser durante algum tempo, por insuficiência de profissionais especializados, confiadas, como ocupação acessória, e sem remuneração própria, a pessoas que simultaneamente exerciam outros cargos.

Nas capitais dos estados, ainda hoje a direção das bibliotecas frequentemente cabe a intelectuais de mérito reconhecido, que procuram suprir como autodidatas a falta de um preparo especializado em todo o país, não só ao pessoal dirigente como ao funcionalismo subalterno daqueles centros de difusão cultural.

Quando o provimento do cargo de bibliotecário diretor, não decorre de concurso de acesso previsto em regulamentação, aplicam-se, por via de regra, as exigências de simples noções de Biblioteconomia ou de ligeira prova de capacidade, para o exercício do cargo ou, ainda selecionam-se funcionários da própria biblioteca ou de outras repartições, já identificados com tais serviços ou com inclinação e gosto pela carreira.

Não foram poucos os diplomados por cursos superiores que se dedicaram no Brasil à especialização bibliotecária e que pelo estudo e pelo tirocínio prático conseguido no exercício de postos de responsabilidade na Biblioteca Nacional chegaram a conhecer a fundo o mecanismo técnico e administrativo das instituições dessa espécie. Já em 1876 foram comissionados para estudar na Europa a organização das principais bibliotecas o emérito Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que presidiu mais tarde várias comissões técnicas e levou a administração do estabelecimento a uma prosperidade excepcional para aquela época, tendo deixado discípulos que prosseguiram com êxito na carreira bibliotecária.

Pelo decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, que deu novo regulamento à Biblioteca Nacional, instituiu o Governo Federal o Curso de Biblioteconomia que, embora iniciado sobre os melhores auspícios,

não despertou, infelizmente, o interesse visado pelos elevados objetivos de sua organização.

Em 1915 funcionava o curso com uma frequência de 27 alunos e, até 1922, nele se inscreveram cerca de 60 candidatos, na maioria funcionários do próprio estabelecimento, dos quais somente oito conseguiram obter o certificado profissional.

Em setembro de 1922, pelo decreto nº 15.670, que reorganizou os serviços da Biblioteca Nacional, foi o referido curso extinto e substituído pelo Curso Técnico, inovação que não produziu os resultados práticos esperados e teve o inconveniente de prejudicar o regimento estabelecido no regulamento de 1911, não tendo mesmo chegado a funcionar, pela falta de previsão de verbas nos orçamentos das repartições interessadas na sua realização, o novo seminário de especialistas, destinado a preparar candidatos ao provimento, por concurso, dos cargos de oficial no Museu Histórico e de amanuense na Biblioteca e no Arquivo Nacional.

O restabelecimento do Curso de Biblioteconomia, que tanto se impunha, verificou-se em 1931, já na vigência do Governo Provisório, pelo decreto nº 20.673, de 17 de novembro daquele ano.

Esse curso, como dois anos de extensão, sob a direção e fiscalização do Diretor da Biblioteca Nacional, passou então a funcionar tendo como professores das respectivas cadeiras os bibliotecários diretores de seção do estabelecimento. Para a matrícula são exigidos dos candidatos certificado de aprovação nos exames de 5ª série do Curso Secundário, prestados no colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia e história natural, corografia e história do Brasil, validados para a matrícula nas escolas superiores; atestado de identidade; atestado de idoneidade moral e recibo de pagamento da taxa de matrícula e frequência.

Ao aluno que concluir o curso será conferido um certificado de habilitação e os possuidores de título conferido por cursos estrangeiros análogo poderão revalidar o respectivo título mediante exame de todas as cadeiras e apresentação dos documentos exigidos.

O artigo 14 do citado Decreto nº 20.673 dispôs o seguinte: “Aos possuidores de certificado do Curso de Biblioteconomia, a partir de 1º de janeiro de 1934, será assegurado à direita de preferência absoluta para a promoção nos cargos da Biblioteca Nacional, até o sub-bibliotecário, e para provimento efetivo, interino, contratado ou em comissão no cargo de bibliotecário de qualquer departamento ou repartição federal, executado nos casos em que existe o cargo prova de competência especializada”.

O decreto nº 23.508, de 28 de novembro de 1933, modificou a seriação das disciplinas do curso, que ficou sendo a seguinte:

PRIMEIRO ANO

História literária com aplicação a Bibliografia;

Iconografia;

Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas).

SEGUNDO ANO

Bibliografia;

Paleografia;

Diplomática.

Este mesmo decreto contém os seguintes dispositivos com relação aos direitos e garantias conferidas aos diplomados pelo curso para o provimento de cargos ou promoções:

Art. 2º - Salvo nos casos em que for exigida, explicitamente, habilitação especializada, será garantida aos possuidores do certificado de conclusão de Curso de Biblioteconomia, a partir de 1º de janeiro

de 1934, o direito de preferência absoluta ao provimento efetivo, interino ou em comissão nos cargos de bibliotecário de qualquer repartição federal.

Art. 3º - Os atuais funcionários da Biblioteca Nacional, que não tenham prestado concurso de provas, não poderão ser promovidos a bibliotecários, sem que, previamente, obtenham certificado de conclusão do Curso de Biblioteconomia.

Parágrafo único. A partir de 1 de Janeiro de 1934, será exigido, para o provimento no cargo de amanuense da mesma biblioteca, o certificado a que se refere este artigo.

Funcionou o curso em 1938, com apreciável frequência, tendo sido aprovados no 1º ano 11 alunos e no 2º (conclusão de curso) 21 alunos. Entre os diplomados nos termos do decreto nº 20.673, de 17 de Novembro de 1931, figuram 7 funcionários da Biblioteca Nacional, que se distribuíam pelas seguintes categorias: um sub-bibliotecário, dois oficiais e quatro amanuenses.

No corrente ano letivo, frequentam o curso 18 alunos sendo 7, na 1ª série e 11 na 2ª série.

Em alguns Estados, notadamente em Minas e São Paulo, já se vem cogitando da formação profissional do bibliotecário. Nesse sentido são numerosos artigos publicados na imprensa com sugestões de técnicos interessados na instituição de tais cursos. Em conferências culturais realizadas nos últimos tempos naqueles Estados têm sido encarecida a necessidade de se prover ao preparo desses profissionais com especialização adequada aos diferentes tipos de biblioteca.

Na capital de São Paulo, o Diretor da Biblioteca Municipal organizou em 1926 um plano para realização de um curso especializado de altos estudos, em 3 anos, que funcionaria anexo às Faculdades de Filosofia e Letras das Universidades, com inscrições ou matrículas dependentes de diploma ginásial ou normal, o qual, todavia ainda não pode ter execução. Destinava-se esse curso a conferir o diploma de “técnico-bibliotecário”.

Em Minas gerais, a Comissão Bibliotecária do Estado, dentro da órbita de suas atividades e na falta de um curso oficial especializado, já alhures projetado, não só orienta a propaganda e os serviços das Bibliotecas, como também, consoante a extensão que vai tendo a criação dos vários tipos dessas instituições, estabelece e controla as normas a serem obedecidas, facultativamente, no movimento do cargo de bibliotecário. Em matéria de cursos ligados a organização de bibliotecas, já funciona em Belo Horizonte, capital do estado, um curso exclusivamente destinado à tradução e preparo de obras para a Biblioteca dos Cegos que se acha em formação por iniciativa da diretoria da Biblioteca Pública.

2 Categorias e direitos dos bibliotecários

Com exceção dos grandes Institutos, onde, por via de regra, a direção e os trabalhos bibliotecários se acham confiados a funcionários graduados selecionados ou a técnicos especializados na matéria, entre os quais alguns já possuem a designação típica de “bibliotecários”, conferida por diploma do curso oficial, registram-se nos quadros administrativos do Governo da União várias classes de serventúrios de biblioteca considerados “funcionários públicos federais”, cujos vencimentos variam de 3:600\$ a 24:00\$00 anuais, de acordo com a maior ou menor importância do estabelecimento.

O quadro do funcionalismo técnico da Biblioteca Nacional e de outras Bibliotecas Federais é constituído das seguintes categorias:

- Bibliotecário diretor de secção.
- Bibliotecário.
- Sub-bibliotecário.
- Bibliotecário arquivista.
- Arquivista bibliotecário.
- Encarregado de biblioteca.

- Auxiliar de biblioteca.

Destes funcionários destacam-se o Bibliotecário da Secretária do antigo Senado, com os vencimentos máximos da classe de 24:00\$ anuais; o Bibliotecário da Secretária do Supremo Tribunal Federal, com os vencimentos anuais de 21:600\$; os da Biblioteca Nacional, com 20:400\$; o da Escola de Minas, com 18:600\$ e os sub-bibliotecários da Biblioteca Nacional, com 14:400\$. Os das demais classes com vencimentos inferiores e menor responsabilidade, distribuem-se pelas bibliotecas das repartições federais, institutos científicos, universidades e estabelecimentos de ensino federais, onde tais funções são muitas vezes desempenhadas por funcionários sem a especialização e sem designação de bibliotecários tais como oficiais, amanuenses, escriturários, auxiliares diversos, etc. salvo as restrições estabelecidas em regulamentos e observadas as condições que a lei estatue, todos esses cargos, de acordo com a Constituição são acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil.

O artigo 169 da lei básica dispõe que os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso, de provas, e em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e no qual lhes será assegurada a plena defesa, e que os funcionários que contarem menos de dez anos de serviço efetivo não poderão ser destituídos dos seus cargos, senão por justa causa ou motivo de interesse público, determinando o artigo 170 que o Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo as seguintes normas em vigor:

1º o quadro dos funcionários públicos compreenderá a todos os que exerçam cargos públicos, seja qual for a forma de pagamento;

2º a primeira investidura dos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar a, efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas e títulos;

3º salvo os casos previstos na Constituição, serão aposentados compulsoriamente os funcionários que atingirem 68 anos de idade;

4º a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará a aposentadoria ou reforma, que, nesse caso, se contar o funcionário mais de 30 anos de serviço público efetivo, nos termos da lei, será concedida com os vencimentos integrais;

5º o prazo para concessão da aposentadoria com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar;

6º o funcionário que se invalidar em consequência de acidente ocorrido no serviço, será aposentado com vencimentos integrais, qualquer que seja o seu tempo de serviço; serão também aposentados os atacados de doença contagiosa ou incurável, que os inabilite para o serviço do cargo;

7º os proventos da aposentadoria ou jubilação não poderão exceder os vencimentos da atividade;

8º todo funcionário terá direito a recurso contra decisão disciplinar, e, nos casos determinados, a revisão de processo em que se limpa e a penalidade salvo as exceções da lei militar;

9º o funcionário que se valer, da sua autoridade em favor de partido político, o exercer pressão partidária sobre os seus subordinados, será punido com a perda do cargo, quando provado o abuso em processo judiciário;

10º os funcionários públicos terão direito às férias anuais sem desconto; e a funcionária gestante, a três meses de licença com vencimentos integrais.

Art. 171. Os funcionários públicos são responsáveis solidariamente com a Fazenda Nacional, Estadual ou Municipal, por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício dos seus cargos.

Parágrafo primeiro - Na ação proposta contra a Fazenda Pública, e fundada em lesão praticada por funcionário, este será sempre citado como litisconsorte.

Parágrafo segundo - Executando a sentença contra a Fazenda, esta promoverá execução contra o funcionário culpado.

Art. 172. É vedada a acumulação de cargos públicos remunerados da União dos Estados e dos Municípios.

Parágrafo primeiro - Executam-se os cargos do magistério e técnico-científicos, que poderão ser exercidos cumulativamente, ainda que por funcionário administrativo, desde que haja compatibilidade dos horários de serviço.

Parágrafo segundo - As pensões de montepio e as vantagens de inatividade só poderão ser acumuladas, se, reunidas, não excederem o Maximo fixado por lei, ou se resultarem de cargos legalmente acumuláveis.

Parágrafo terceiro - É facultado o exercício cumulativo e remunerado de comissão temporária ou de confiança, decorrente do próprio cargo.

Parágrafo quarto - A aceitação de cargo remunerado importa a suspensão dos proventos da inatividade. A suspensão será completa, em se tratando de cargo eletivo remunerado com subsídio anual; se, porém, o subsídio for mensal, cessarão aqueles proventos apenas durante os meses em que foram vencidos.

Art. 173. - Invalidado por sentença afastamento de qualquer funcionário, será este reintegrado em suas funções, e o que houver sido nomeado em seu lugar ficará destituído de plano, será reconduzido ao cargo anterior, sempre sem direito a qualquer indenização.

O regulamento em vigor na Biblioteca Nacional estabelece que o diretor geral, os oficiais, os amanuenses, os auxiliares, o porteiro, os ajudantes deste, um inspetor técnico das oficinas gráficas e de encadernação e o mecânico-eletricista serão nomeados por portaria do ministro. O diretor geral será de livre escolha do Governo, que poderá designar um dos bibliotecários para servir em comissão.

Há, também, nesse e em outros estabelecimentos da mesma natureza, serventuários demissíveis “*ad nutum*”: contratados, extranumerários, mensalistas ou em comissão, cujos números varia segundo a maior ou menor intensidade dos serviços em relação à capacidade de trabalho dos funcionários do quadro efetivo. Geralmente, são eles admitidos pelos próprios diretores, mediante autorização superior, e remunerados por verbos especiais.

Nos Estados a situação é mais ou menos igual. As leis e regulamentos estabelecem as condições para provimento desses cargos, que variam de classes segundo a importância das bibliotecas. Assim é que existem diretores com encargos de bibliotecários; bibliotecários-auxiliares; arquivistas-bibliotecários, conservadores e auxiliares. As exigências para provimento dos cargos, sobre o ponto de vista

da competência técnica e especializada dos apreciados com relação aos funcionários federais.

3 Tipos de Bibliotecas

Com o apoio de cadastro e estatísticas organizado em 1932 pela Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação, obtiveram-se alguns dados que sugerem uma ideia assaz aproximada do número e dos diferentes tipos de bibliotecas, de uso público ou coletivo, oficiais e particulares, existentes no país.

Arrolaram-se 5.300 bibliotecas que se classificam da seguinte maneira:

Tipos de Bibliotecas	Quantidade	Órgão Responsável
Públicas Nacionais	1	Governo Federal
Públicas Municipais	22	Governo Estadual
Públicas Municipais		Governos Estaduais e Municipais
Bibliotecas com a denominação de "Biblioteca Popular"	55	
Bibliotecas com denominações diversas, de caráter geral e especializado, de uso público ou coletivo dependente de institutos científicos, associações de educação, de imprensa, literárias, artísticas e esportivas, sindicatos de classe, clubes, agremiações políticas, etc.	645	Mantidas por instituições ou fundações oficiais ou particulares.
Bibliotecas anexas aos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, profissional e superior.	874	
Bibliotecas escolares anexas ao estabelecimento e ensino secundário, comercial, profissional e superior.		
Bibliotecas infantis	1	
Total	5.300	

Nesse total figura em 1º lugar o Estado de Minas Gerais, com 1.492 bibliotecas, dos diferentes tipos, seguindo-se:

Unidades da Federação	Quantidade de Bibliotecas
São Paulo	1384
Distrito Federal	693
Rio Grande do Sul	292
Pernambuco	270
Bahia	249
Santa Catarina	234
Rio de Janeiro	169
Ceará	85
Paraná	60
Pará	57
Paraíba	47
Rio Grande do Norte	45
Goiás	40
Espírito Santo	35
Sergipe	33
Amazonas	29
Maranhão	27
Alagoas	20
Território do Acre	14
Mato Grosso	13
Piauí	12

I – A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a principal do país, é de caráter geral, com a dupla finalidade de facultar ao público a consulta de livros de uso corrente e de guardar preciosidades bibliográficas.

Teve a sua origem na Real Biblioteca, constituída pela livraria que o príncipe regente D. João, de Portugal, trouxe para o Brasil

em fins de 1807. Precariamente instalada nesta cidade em 1810, só, em 1811, e por concessão especial, foi franqueada ao público. Daí em diante as suas coleções foram enriquecendo com aquisições de grande vulto e depois de várias mudanças nas instalações provisórias, o estabelecimento sofreu a primeira reforma em organização em 1876, reforma essa que lhe deu um impulso notável. Atualmente instalada em sede própria, à Avenida Rio Branco, e funcionando sob o regulamento aprovado pelo decreto n. 15.670, de 6 de setembro de 1922, passou, em fins de 1930, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o da Educação e Saúde Pública. Além de se destinar principalmente à consulta pública, mantém a Biblioteca o serviço de direitos autorais, o curso de Biblioteconomia, o serviço de permutas internacionais e publica os “Anais da Biblioteca” e o “Boletim Bibliográfico”.

II - As bibliotecas públicas estaduais merecem especial menção, existindo, pelo menos, uma na capital de cada Estado. Mantidas exclusivamente pelos Governos estaduais, e dotadas de pessoal de diversas categorias, o qual goza garantias e direitos assegurados em lei aos funcionários públicos do Estado, funcionam às vezes também com arquivo público e estão abertas para todos. A sua organização se conforma tanto à consulta das classes menos cultas, a que se destinam em geral as chamadas bibliotecas populares e municipais, como a do público de cultura desenvolvida. Destacam-se a Biblioteca Pública do Estado da Bahia e a de Belo Horizonte. Esta última conta atualmente com apreciável coleção de obras literárias e científicas de autores nacionais e estrangeiros e adquire todas as novidades que aparecem. Possui uma “Secção Feminina”, convenientemente instalada em sala própria, sem comunicação com as demais; “Secção de Leitura”; “Secção de Estudos”; “Serviços de Empréstimos”; “Secção Infantil”. Em 1932 teve uma sequência de 19.881 leitores.

III - As bibliotecas públicas municipais são de caráter geral e estão franqueadas ao público indistintamente. Na sua maioria cons-

tituem as chamadas “bibliotecas populares”, tanto pela sua organização e funcionamento, como por se terem originado do movimento desenvolvido ao longo dos anos pelas autoridades governamentais para a formação desses estabelecimentos de tipo acessível a todas as classes sociais. Na realidade, executando-se algumas bibliotecas municipais instaladas em grandes cidades ou nas capitais dos Estados do Brasil, que dispõem de aparelhamento mais completo, as que se encontram nas sedes dos municípios e outras localidades do interior, quase nenhuma diferença apresentam em relação às populares destinadas sobretudo à classe operária. Provém a manutenção das bibliotecas municipais às administrações dos municípios, que, às vezes, são auxiliados nas despesas pelos governos dos Estados.

Na capital de São Paulo funciona a “Biblioteca Municipal”, mantida pela municipalidade, a qual, pelo seu aparelhamento superior e sistema de funcionamento, é considerada a melhor biblioteca do país, do tipo municipal. Além do Diretor e dos serventuários da secretaria (que compreende o expediente, a contabilidade, o arquivo e a fichagem, a máquina de todas as obras ou peças de consulta) o quadro do pessoal desta biblioteca inclui ainda: um encarregado-chefe e um auxiliar da Secção de Obras Impressas e Completas; um encarregado chefe e um auxiliar da Secção de Publicações Periódicas; encarregado chefe e dois auxiliares técnicos da Secção de Catalogação; sem falar nos inspetores da leitura, fiscais, porteiros, contínuos etc., e nos operários da Oficina de Encadernação. Deverão existir dois encarregados chefes e dois auxiliares das secções, em formação, de Iconografia e Cartografia (estampas e mapas) e de Paleografia e Diplomática (manuscritos e documentos históricos), logo que a tenham apreciável desenvolvimento. A biblioteca é eclética e encontram-se nela as melhores coleções existentes no Estado em enciclopédias, obras gerais e recomendáveis, de todos os gêneros, mas principalmente destinadas aos estudantes dos cursos secundários e superiores, incluindo vulto-

so e escolhido o número de variadas revistas especializadas.

No Distrito Federal, a Biblioteca Municipal, mantida pela Prefeitura, dispõe de um edifício há pouco tempo construído especialmente para o fim a que se destina, e adotado do seguinte corpo de funcionários:

Cargo	Nº de funcionários
Bibliotecário	1
Chefe de Seção	2
Primeiros Oficiais	2
Terceiros Oficiais	3
Datilografia	2
Porteiro	1
Contínuo	2
Serventes	5
Trabalhadores	5
Encadernador	5
Funcionários contratados, com funções diversas	6

O seu funcionamento obedece a as disposições de um regulamento muito antigo, o qual, porém, já tem sido alterado por vários decretos. Para provimento do cargo de bibliotecário não são exigidas condições especiais de habilitação. Há, entretanto, algumas disposições que regulam o concurso para oficiais, estando atualmente em estudo um novo regulamento, que prevê a reorganização dos serviços e o reajustamento do quadro de funcionários.

IV – Datam de 1870 os primeiros passos no caminho do progresso e engrandecimento moral e intelectual do país com a criação das chamadas bibliotecas populares. Na quase totalidade esses estabelecimentos foram fundados com denominação de “Biblioteca Municipal” constituindo as oito do arrolamento feito no inciso IV, da página

11, somente as que têm denominação expressa de “popular”. Na Bahia, em 1874, a instituição desses estabelecimentos destinados a oferecer ao povo os meios de adquirir novos conhecimentos e alargar-lhe o círculo da capacidade literária num aperfeiçoamento de irrecusável utilidade, foi objeto dos mais interessantes debates na Assembleia Provincial, acabando o Governo por decretar uma lei que autoriza a criação de bibliotecas populares em todas as cidades da província. Na cidade do Rio de Janeiro, naquele ano, fora inaugurada a primeira Biblioteca Municipal, com caráter popular, fundada no ano anterior, e cuja organização a Câmara determinara, como complemento necessário às escolas municipais, tendo em mira manter principalmente a obra de educação do povo e dar-lhe conta da marcha diária do progresso das ciências das artes e das letras. Na província do Rio de Janeiro, já existiam franqueadas ao público algumas bibliotecas populares que a lei 1.650, de 1870 criou para serem instaladas uma em cada cidade da Província. Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, por iniciativa particular, em 1875, se fundou uma biblioteca popular que vem desde essa época prestando relevantes serviços à coletividade; e em outras localidades do Brasil tem merecido consideração por parte dos Governos a organização e o funcionamento de instituições dessa natureza.

Infelizmente esse movimento em caráter oficial, que naquela época tão promissor se apresentava para o desenvolvimento da nossa cultura bibliográfica, não logrou a necessária amplitude de execução. Muitas iniciativas não puderam ter andamento, pois a Nação esbarrou com o grande obstáculo da escassez de recursos financeiros para atender às despesas com a criação e o custeio dessas úteis instituições. Alguns dos Estados mais interessados na obra bibliotecária tentaram, sem grande êxito, orientar e coordenar as iniciativas privadas no sentido de ampliar a ação cultural e de estimular a instituição desses estabelecimentos para uso público. Nota-se, porém, que não

arrefeceu a propaganda da alta finalidade educativa das bibliotecas acessíveis às massas populares, como o fito de despertar o interesse e a cooperação das principais organizações culturais do país, dos Governos estaduais e municipais e do público em geral, quer pela ação direta da União, quer através de conferências populares e artigos publicados na imprensa por técnicos especializados no assunto, e, ao contrário, tem sido implementada animadoramente.

Ocorre mencionar as principais iniciativas que o Ministério da Educação e Saúde Pública já tem tomado: o Decreto n. 20.529 de Outubro de 1931, que instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico, criando depósitos da bibliografia oficial brasileira no interior e fora do país, o aviso circular IE – 300 de 22 de Dezembro de 1932, no qual o então ministro da Educação e Saúde Pública, Dr. Washington Pires, dirigindo-se aos Srs. Interventores Federais, encareceu a necessidade da organização sistemática, em todos os nossos municípios, de bibliotecas franqueadas ao público e instaladas de modo a prover. Ainda que em moldes modestos, à extensão da cultura popular; e ainda os comunicados periódicos de propaganda da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação.

Revela também notara ação eficiente da Comissão Bibliotecária de Minas Gerais que consta em seu seio um técnico especialista de real valor, o incansável e culto batalhador Dr. J. Guimarães Menegale, cuja colaboração constante por meio de interessantes publicações têm produzido efeitos encorajadores para a causa da difusão das bibliotecas populares. De sua orientação nesse grave problema dizem bem as seguintes conclusões do artigo que publicou no ano passado em importante órgão da imprensa daquele estado:

1. A biblioteca popular é um órgão de cultura social, integrado no aparelho educacional do Estado e, como tal cabe ao Estado mantê-lo como complemento obrigatório da escola em todos os graus.
2. Dadas às condições atuais, o Estado deve procurar entendimento com os municípios, a fim de dividir com eles os ônus da obra biblio-

tecária e, em ação conjunta, interessar o público na manutenção das bibliotecas.

3. Sempre que possível, o município destinará prédio próprio ao funcionamento da Biblioteca Popular; se o não puder reservar uma sala na Prefeitura para esse fim.

4. O pessoal bibliotecário deve ser especializado. Recomenda-se a instituição de um curso rápido nas escolas normais para habilitação do pessoal, que se poderá reparar, entretanto, por outra forma e que será recrutado de preferência no elemento feminino.

A criação, organização e funcionamento das bibliotecas populares, mesmo que pertençam aos municípios, estarão sujeitos a regulamentação estadual e à fiscalização dos assistentes técnicos do ensino.

V - Dentre as bibliotecas com denominações diversas incluídas englobadamente no inciso V, contam-se muitas autônomas, mantidas por entidades particulares, e franqueadas ao público em geral. Dependem umas de organização especial e destinam-se a certas classes laboriosas. Outras, tais como as grandes instituições públicas, são de caráter geral. Está neste último caso o “Real Gabinete Português de Leitura”, modelarmente organizado e reputadíssimo pelo valor considerável de muitas de suas obras clássicas. Foi fundada em 1837 e possui aproximadamente 404 .000 obras compreendendo cerca de 64.000 volumes. O seu pessoal é de nomeação da Diretoria da Instituição mantenedora da biblioteca, e compõe-se de um bibliotecário, um fichador, um porteiro e um contínuo.

No mesmo itens incluem as bibliotecas especializadas de vários institutos científicos federais e estaduais, destinados ao uso privativo dos cientistas das respectivas instituições, sendo os seus funcionários de nomeação do Governo Federal ou Estadual, por proposta dos diretores, de acordo com a regulamentação a que estiverem subordinadas essas dependências. Assim, a “Biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz”, do Rio de Janeiro cuja coleção se compõem principalmente de publicações sobre ciências naturais, possui hoje

cerca de 56. 300 obras, entre livros e jornais científicos; a Biblioteca científica do Instituto Butantã de São Paulo, com cerca de 3.000 obras, a cargo de uma biblioteca e uma auxiliar de bibliotecária; a do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, especializada em história natural, física e química, medicina, higiene e veterinária, com um total de 9.420 obras, principalmente livros sobre doenças de animais e plantas e assuntos correlatos; a da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico Social, especializada em higiene, saúde pública e assistência médico social, compreendendo a da Diretoria Geral com 1.492 obras e 1.851 volumes, grande número de revistas e jornais científicos nacionais e estrangeiros, e mais as dependências subordinadas, como os laboratórios, Diretoria de Assistência a psicopatas, etc., estas últimas de menor vulto; a biblioteca do Departamento da Criança no Brasil, especializado em assuntos médico-pediátricos; a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, com cerca de volumes, esplendidamente instalada em uma dependência anexa ao Palácio Itamaraty; do Supremo Tribunal Militar, especializada em assuntos militares, jurisprudência, etc., a do Supremo Tribunal Federal, especializada em Ciências do Direito; a da Diretoria da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e outras bibliotecas especializadas em assuntos diversos dependentes de valor dos departamentos da administração pública.

VI - O total de 874 bibliotecas escolares do item VI reúne os vários tipos desses importantes departamentos de consulta educativa dos estabelecimentos de ensino secundário, comercial, profissional e superior do Brasil. Entre os vários institutos de ensino superior, contam-se alguns com bibliotecas de valor, para uso dos professores e alunos, como a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, especializada em assuntos jurídicos e ciências correlatas, a qual é uma das melhores que há nas faculdades do País; as Escolas de Medicina, especiali-

zada em Ciências Médicas e em higiene, a da escola de Engenharia, a da Academia Superior do Comércio, a da Universidade de Minas Gerais e outras.

Quase todas as escolas profissionais possuem bibliotecas com as mais modernas obras sobre o ensino profissional e técnico.

Assinalasse atualmente um incremento na atividade para melhor instalação e desenvolvimento das bibliotecas de estabelecimentos do ensino das classes anteriormente enumeradas, não só nos que já as possuem, como naqueles que ainda não dispõem dessa dependência de formação cultural.

Durante muito tempo se sentiu a falta de bibliotecas pedagógicas. Essa grande lacuna vai rapidamente desaparecendo graças a ação que ultimamente vem sendo desenvolvida pelos responsáveis pela educação e cultura no Brasil.

Os últimos regulamentos da Instrução nos vários estados conseguiram disposições para a conveniente instalação e expansão das bibliotecas, sobretudo pedagógicas, nas Escolas Normais. Nesse particular a Comissão Bibliotecária de Minas Gerais não tem poupado esforços. Desde que se constituiu, em virtude do Decreto de Maio de 1932, a ação decisiva e orientadora da Comissão nas atividades bibliotecárias do Estado tem sido a mais relevante. Nas suas reuniões mensais tem-se focalizado os aspectos fundamentais do problema e já hoje todas as escolas normais de Minas possuem magnífica biblioteca organizada em moldes modernos. Foi esse, aliás, um dos pontos importantes da reforma do ensino daquele Estado, tendo-se cogitado também da criação de bibliotecas circulares pedagógicas.

Em Pernambuco além de bibliotecas e escolas de leitura, difundidas pelos estabelecimentos de ensino secundário e superior, já existe também a Biblioteca Central do Professorado de Recife que vem prestando reais serviços aos educadores do Estado.

O Governo do Estado de Minas Gerais criou e instalou, recentemente na Escola Normal Modelo, de Belo Horizonte, a Biblioteca Pedagógica, destinada a ter grande influência cultural na orientação profissional do professorado do Estado.

São Paulo alcança grande progresso na criação das bibliotecas escolares, e nos demais estados vão aparecendo também numerosas iniciativas de relevo nesse campo educacional.

No Distrito Federal, a Biblioteca Central de Educação, moderna organização mantida pela Prefeitura Municipal, tem a seu cargo grandes atividades de cultura geral e de caráter profissional, difundido pelos estabelecimentos de ensino, através das suas divisões especializadas, os conhecimentos e os elementos necessários ao mais amplo progresso educativo de que é fator fundamental e importante ramo bibliotecário.

VII – As bibliotecas escolares especializadas para uso de professorado e dos alunos do curso primário e elementar contavam-se, em 1932, num total de 3.686, segundo inquérito estatístico respectivo. Dada a extensão que vem tomando nos últimos tempos a formação de bibliotecas escolares, e apreciando o desenvolvimento do ensino no Brasil, já deve estar muito acima daquela cifra o número atual de tais bibliotecas. Continuamente se registram instalações de novas bibliotecas ou salas de leitura nos Grupos Escolares mantidos pelos municípios ou pelos Estados e as Associações de Educação tem empregado a melhor boa vontade na formação e difusão das bibliotecas escolares com reais benefícios para o professorado e os alunos.

A Biblioteca Central de Educação, agindo como órgão central da orientação bibliotecária escolar no Distrito Federal, tem contribuído grandemente para expansão de livro e do gosto pela leitura nas escolas. No ano corrente já efetuou 8 remessas de livros, e duas remessas então tem preparação, atendendo a cerca de 300 salas de leitura. Possui 10.000 volumes rigorosamente classificados e catalogados,

segundo os processos modernos de Biblioteconomia, contando inaugurar brevemente o Departamento Circulante, que compreenderá os dois seguintes serviços: empréstimos de livros aos professores e serviços de bibliotecas escolares ambulantes, que levará às escolas os livros de que a Biblioteca carece por só dispor de poucos exemplares. A Biblioteca Central de educação organizou um curso para bibliotecários com especialização escolar e instituiu cursos de cultura e instrumentais, possuindo também uma filmoteca onde funciona um curso sobre o manejo de projetores com aplicação ao cinema educativo.

VIII - Não obstante o quadro sinóptico da classificação dos tipos de bibliotecas consignar apenas uma biblioteca infantil em 1932, a única que se registrava oficialmente com a designação típica de “infantil”, já existiam inúmeras outras, ou simples salas de leituras, também infantis, que não se destacaram isoladamente, por serem na maior parte apenas um complemento das bibliotecas escolares em cujas foram classificadas.

Foi criada recentemente uma completa biblioteca infantil, subordinada ao Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, que passou a denominar-se de “Centro de Cultura Infantil”, constituído inicialmente das seguintes secções: Secção de Livros; Secção de Gravuras; Secção de Cartografia; Secção de Recortes; Secção de Selos e Moedas; Secção de Propaganda e Publicidade, que estabelecerá a comunicação da Biblioteca Infantil com as escolas e o público em geral; e Secção de Observações e Pesquisas, que se encarregará de trabalhos de investigação pedagógica determinadas pelo Departamento de Educação ou para uso especial da Biblioteca Infantil, e relacionados com as atividades que lhe são inerentes.

O Rotary Club do Rio de Janeiro e a Associação Brasileira de Educação há tempos tomaram a si a iniciativa de fundar entre nós bibliotecas infantis e tratou-se de estabelecer um aparelho completo de largos efeitos educativos, destinado a enriquecer sobre todas as

formas o “currículo” escolar da juventude. Não tardaram os frutos dessa auspiciosa ação. Por intermédio de seus membros essas instituições ofertaram bibliotecas às principais escolas públicas. A Direção do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal apresentou sugestões para criação e funcionamento de Clubes literários ligados as bibliotecas infantis já existentes. Nos Estados, além das organizações centralizadoras e orientadoras das capitais, já tem sido instaladas pequenas bibliotecas infantis em algumas cidades do interior e raro é o grupo escolar no interior e na capital que não possua a secção de biblioteca infantil ou pelo menos várias coleções de bons livros, que são constantemente consultados pelas crianças.

Sob os auspícios da administração pública organizaram-se exposições de livros infantis. A Biblioteca Central de Educação, dependente da Prefeitura do Distrito Federal, destina uma secção às pesquisas sobre esse valioso recurso de formação e desenvolvimento das qualidades intelectuais da criança, assim pela difusão das bibliotecas infantis, como pela circulação de leituras apropriadas.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte organizou um serviço para a distribuição de livros de literatura infantil, a título de empréstimo, entre os alunos dos diversos estabelecimentos de ensino primário, sendo a remessa feita por intermédio das diretoras dos Grupos Escolares.

O Estado de São Paulo tem adotado o que de mais moderno se pratica na divulgação do livro infantil e na organização das bibliotecas para crianças. Nos demais estados surgem também iniciativas animadoras visando pôr em execução com amplitude e o proveito máximo dentro das possibilidades financeiras do momento, a leitura infantil e a irradiação pelas escolas dos mais úteis processos da educação renovada.

Concluindo a presente exposição, a que a falta de informações mais precisas não permitiu focalizar melhor diferentes aspectos do

problema bibliotecário no Brasil, mister se faz, entretanto, salientar que esse interessante assunto por longo tempo relegado a plano inferior, onde mal chegava o bafejo dos poderes públicos, foi pouco a pouco retomando o lugar que lhes cabia nos vários setores educativos e culturais, determinando ação vigorosa e fértil dos últimos anos, que continua a expandir-se e faz crer que se intensifique cada vez mais em benefício do aperfeiçoamento, da leitura e da grandeza do povo brasileiro.



A BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA⁹⁵

Laura Garcia Moreno Russo

ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA DO BRASIL: 1915-1963

A Biblioteconomia Brasileira adquiriu um nível bem elevado, em comparação com o que se observa em muitos outros países. Investigações realizadas para levar a efeito este trabalho determinam a situação desse setor cultural no nosso País. Os levantamentos revelaram a existência de onze escolas de Biblioteconomia e Documentação, sendo oito vinculadas a Universidades, uma diretamente ao MEC e duas autônomas.

Há 52 anos, justamente, foi fundado no Brasil o primeiro curso de Biblioteconomia, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva.

O Decreto Federal nº 8.835, de 11 de julho de 1911, que aprovou o Regulamento da Biblioteca Nacional, estruturou o curso que começou a funcionar em abril de 1915. É interessante notar, no Capítulo IX, do referido Decreto, a atualidade de objetivos que hoje trazem as organizações nacionais e internacionais profundamente interessadas e que são:

– permutas internacionais;

⁹⁵ Texto originalmente apresentado no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em 1968, realizado na Universidade de Coimbra (Portugal) e posteriormente publicado pela Associação Campineira de Bibliotecários.

- organização, segundo o Sistema de Classificação Decimal e por meio de fichas, de repertório bibliográfico brasileiro;
- impressão dessas fichas, para serem postas à venda;
- organização do catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras;
- uso público dos repertórios e do catálogo coletivo.

Vários Decretos reestruturaram os Cursos da Biblioteca Nacional e são eles: 15.596, de 2 de Agosto de 1931; Decreto-Lei 6.440, de 27 de Abril de 1944; 15 395, de 27 de Abril de 1944 e, finalmente o de número 550, de 1 de Fevereiro de 1962.

SÃO PAULO E A BIBLIOTECONOMIA

Data de 1929 o primeiro curso elementar, ministrado no Mackenzie College, pela bibliotecária americana Miss Dorothy Muriel Geddes.

1 Texto originalmente apresentado no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em 1968, realizado na Universidade de Coimbra (Portugal) e posteriormente publicado pela Associação Campineira de Bibliotecários.

Em 23 de janeiro de 1930 ouviu-se, novamente, falar da necessidade da formação de técnicos para as nossas bibliotecas. Sob direção do Dr. Eurico de Góis, diretor da Biblioteca Municipal, foi organizado um curso sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Estavam assim lançadas as bases para um curso regular de Biblioteconomia que viria a ser criado pelo Departamento de Cultura, tendo em vista as exigências do Art. 195º letra e do At.º 1 146, de 4 de julho de 1936, da Prefeitura do município de São Paulo.

Há 27 anos, pois, a escola foi saturada, com expectativa confiante, por todos aqueles que se dedicavam ao mister de cuidar dos acervos bibliográficos das bibliotecas paulistas.

Foi grande o interesse despertado pelo curso e isto demonstra o número de matrículas que, em maio de 1937, chegou a 125 alunos.

Em 20 de dezembro de 1938 a Prefeitura Municipal formou a sua primeira turma de bibliotecário, constituída por 59 alunos que conseguiram terminar o curso.

A Escola de Biblioteconomia de São Paulo contou, nos primeiros anos da sua formação, com a competência profissional de Rubens Borba Alves de Moraes e Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, dois dos maiores bibliotecários brasileiros.

EXTINÇÃO DO CURSO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Em 1939 foi cancelada a subvenção dada ao Curso de Biblioteconomia e este logo foi suprimido.

Não desanimaram os fundadores da Escola, que procuram o apoio da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O curso foi reinstalado em maio de 1940, no edifício da Escola Álvares Penteado, onde funcionou até 28 de setembro de 1954. Dessa data em diante, a Escola de Biblioteconomia passou a funcionar à Rua General Jardim, 522, em edifício próprio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Um das coisas que mais contribuíram para a propagação da ciência Biblioteconomia no Brasil foi a concessão de bolsas de estudo, fornecidas pelos Cursos da Biblioteca Nacional em número de 8, até 1961, e, em São Paulo, de 10, de 1943 a 1946.

LEGISLAÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DAS ESCOLAS PAULISTAS

1. O Decreto-Lei 17 104, de 12 de março de 1947 reconheceu o Curso de Biblioteconomia de São Paulo;

2. O Decreto 22 833, de 28 de outubro de 1953, regulamentou o Decreto-Lei 17 104/47;

3. O Decreto 23 443-B, do 1º de julho de 1954, reconheceu o Curso de Biblioteconomia da Faculdade Sedes Sapientiae;

4. O Decreto 23 570-D, de 19 de agosto de 1954, reconheceu os diplomas expedidos pelo Curso de Biblioteconomia, do Instituto Caetano de Campos;

5. O Decreto 23 570-E, de agosto de 1954, reconheceu o Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion;

6. A Lei 2 817, de 30 de novembro de 1954, reconheceu os cursos de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, da Universidade de Campinas, da Prefeitura Municipal de São Paulo e do Instituto Caetano de Campos;

7. O Decreto 39 162, de 3 de outubro de 1961, reconheceu a Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos;

8. O Decreto Federal nº 52.035, de 21 de maio de 1963, reconheceu a Escola de Biblioteconomia de São Paulo como instituto de ensino superior.

CRONOLOGIA DA INSTALAÇÃO DOS CURSOS REGULARES

1915 - Cursos da Biblioteca Nacional

1936 - Escolas de Biblioteconomia de São Paulo

1942 - Escolas de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia

1944 - Escolas de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (extinta)

1945 - Escolas de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas

1947 - Escolas de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Rio Grande do Sul

1948 - Escolas de Biblioteconomia da Prefeitura do Recife (extinta)

- 1948 - Escolas de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion (extinta)
- 1950 - Escolas de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Recife
- 1950 - Escolas de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais
- 1951 - Cursos de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos (extinto)
- 1952 - Cursos de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Paraná
- 1957 - Cursos de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Úrsula
- 1959 - Cursos de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos 1962 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Assis.

EVOLUÇÃO DOS CURRÍCULOS

Os currículos das escolas de Biblioteconomia, nos últimos 25 anos, têm sofrido alterações, tanto no que se refere ao número de anos de duração, como de matérias ensinadas. Daremos, a seguir, alguns dados sobre as escolas da Biblioteca Nacional e de São Paulo:

Biblioteca Nacional

- 1915 - a) Bibliografia; b) Paleografia e Diplomática; c) Iconografia; d) Numismática.
- 1931 - a) Bibliografia; b) Paleografia e Diplomática; c) História Literária; d) Iconografia e Cartografia.
- 1944 - a) Organização e Administração de Bibliotecas; b) Catalogação e Classificação; c) Bibliografia e Referência; d) História do Livro e das Bibliotecas; e) História da Literatura (aplicada à bibliografia); f) Noções de Paleografia.
- 1962 - a) Técnica de Referência; b) Bibliografia Geral; c) Catalogação e

Classificação; d) Organização e Administração de Bibliotecas; e) História do Livro e das Bibliotecas; f) Organização e Técnica da Documentação; g) Literatura e Bibliografia Literária; h) Introdução à Cultura Histórica e Sociológica; i) Reprodução de Documentos; j) Paleografia; k) Introdução à Cultura Filosófica e Artística.

São Paulo

1929 - a) Catalogação; b) Classificação; c) Referência; d) Organização.

1938-1940 - a) Catalogação; b) Classificação; c) História do Livro; d) Organização de Bibliotecas.

1941-1942 - a) Catalogação; b) Classificação; c) Bibliografia d) História do Livro; e) Organização de Bibliotecas.

1943-1959 - a) Catalogação; b) Classificação; c) Bibliografia; d) Organização de Bibliotecas; e) História do Livro e Paleografia.

1960 - a) Catalogação; b) Classificação; c) Bibliografia; d) Organização; e) História do Livro e Paleografia; f) Documentação.

1961-1962 - a) Catalogação; b) Classificação; c) Referência e Bibliografia; d) História do Livro; e) Paleografia; f) Organização e Administração de Bibliotecas; g) Documentação; h) Seleção de Livros; i) Introdução à Cultura Artística; j) Introdução à Cultura Histórica; k) Introdução à Cultura Histórica; l) Introdução às Ciências Sociais.

CURRÍCULO MÍNIMO APROVADO PELO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1. História do Livro e das Bibliotecas
2. História da Literatura
3. História da Arte
4. Evolução aos Estudos Históricos e Sociais

5. Evolução do Pensamento Filosófico e Científico
6. Organização e Administração de Bibliotecas
7. Catalogação e Classificação
8. Bibliografia e Referência
9. Documentação
10. Paleografia

RECONHECIMENTO DAS ESCOLAS EM NÍVEL SUPERIOR

Durante todo esse período de tempo, as escolas tentaram o indispensável reconhecimento pela Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura; no entanto, à exceção da Biblioteca Nacional e Santa Úrsula, todas elas lutaram com grandes dificuldades para concretizar essa justa medida. O ingresso de oito escolas nas Universidades foi também muito difícil e, ainda hoje, a situação não é, para algumas, plenamente satisfatória.

Muito deve a classe bibliotecária do Brasil ao atual Diretor do Ensino Superior, Dr. Dumerval Trigueiro Mendes, pelo que tem feito para regularizar a situação das escolas de Biblioteconomia e pelo apoio que tem dado à classe. Interessou-se, principalmente, em convocar uma comissão constituída pelos bibliotecários: Abner Lellis Correia Vicentini, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Edson Nery da Fonseca, Etelvina Lima, Nancy Westfallen Correia, Sully Brodbeck e Zilda Gargalho de Araújo, para estudar a nova estrutura do Curso. O trabalho realizado foi submetido à apreciação do Conselho Federal de Educação, em 1962. Infelizmente, parece não ter sido ele bem interpretado pelo Conselho que o modificou de maneira substancial, tendo aprovado somente o Currículo Mínimo, com 3 anos de duração de curso. (Parecer nº 326, Separata de Documenta nº 10 e 11, 1962, Currículos dos Cursos Superiores).

CURRÍCULO MÍNIMO PARA AS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA, APRESENTADO PELA COMISSÃO DESIGNADA PELA DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR

1 - Curso de Graduação

2- Cursos de Pós-Graduação

3 - Cursos de Doutorado

1 CURSO DE GRADUAÇÃO

1.1. O curso de Graduação com duração mínima de 6 (seis) semestres destina-se a formar bibliotecários e documentalistas.

1.2. O ingresso no Curso de Graduação far-se-á mediante aprovação em concurso de habilitação.

1.2.1. Ao concurso de habilitação só serão admitidos os portadores de certificado de conclusão do ciclo colegial completo, ou equivalente, de acordo com a legislação em vigor.

1.2.2. O concurso de habilitação constará de provas das seguintes disciplinas: a) Língua portuguesa; b) Literaturas Brasileira e Portuguesa; c) Língua Inglesa; d) Outra língua a escolher entre Alemão, o Francês e o Italiano; e) História Geral e do Brasil.

1.3. O Curso de Graduação terá as disciplinas obrigatórias: a) Bibliografias; b) Catalogação; c) Classificação; d) Documentação; e) História da Arte; f) História da Ciência e da Tecnologia; g) História da Literatura; h) História do Livro e das Bibliotecas; i) Introdução à Filosofia; j) Introdução às Ciências Sociais; k) Organização e Administração das Bibliotecas e Serviços de Documentação; l) Referência; m) Seleção de Livros.

1.1. As disciplinas poderão ser desdobradas para efeito didático.

1.5. Os regulamentos disporão sobre o regime parcelado ou não, a ser adotados pela Escola para distribuição das disciplinas.

1.5.1. As disciplinas Bibliografia, Catalogação, Classificação e

Organização e Administração das Bibliotecas e Serviços de Documentação serão lecionadas em 6 (seis) semestres.

1.5.2. A disciplina Documentação será lecionada no mínimo em 4 (quatro) semestres.

1.6. Aos concluintes do Curso de Graduação será conferido o grau de Bacharel em Biblioteconomia, condicionada à prestação de estágio no mínimo de 300 horas, em biblioteca designada pela Escola.

2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

2.1 - O Curso de Pós-Graduação, com a duração mínima de 2 (dois) semestres, destina-se a ampliar e atualizar conhecimentos técnicos de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e a formar professores de Biblioteconomia e Documentação.

2.2 - O ingresso no Curso de Pós-Graduação far-se-á mediante apresentação de diploma de conclusão do Curso de Graduação.

2.3 - O Curso de Pós-Graduação poderá ser feito em uma das seguintes especializações; Bibliologia, Bibliotecas Infanto-Juvenis, Documentação, Bibliotecas Especializadas e Didática.

2.3.1 - O Curso de Bibliologia terá as seguintes disciplinas obrigatórias:

a) Patologia do Livro; b) Artes Gráficas; c) Encadernação e Restauração de Material Bibliográfico; d) História do Livro; e) Paleografia; f) Iconografia; g) Crítica de textos.

2.3.2 - O Curso de Bibliotecas Infanto - Juvenis terá as seguintes disciplinas obrigatórias: Psicologia Infantil e do Adolescente; b) Literatura Infantil e Juvenil; c) Organização e Administração de Bibliotecas Infanto-Juvenis e Escolares; d) A Bibliografia e Referência em Bibliotecas Escolares; c) Atividades em Grupo

2.3.3 - O Curso de Documentação e Bibliotecas Especializadas

terá as seguintes disciplinas obrigatórias: a) Normalização; Catalogação Especializada; c) Classificação Decimal Universal; d) Técnicas de Indexação e Resumo; e) Pesquisa Bibliográfica; f) Armazenagem e Recuperação de Informações; g) Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas e Serviços de Documentação; h) Reprodução de Documentos; i) Teoria da Informação e Cibernética.

2.3.4 - As disciplinas do Curso de Pós-Graduação poderão ser desdobradas para efeito didático.

2.4 - Os regulamentos disporão sobre o regime parcelado ou não, a ser adotado pela Escola para a distribuição das disciplinas.

2.5 - Ao concluinte do Curso de Pós-Graduação será conferido o grau de Licenciado na especialização escolhida.

3 CURSOS DE DOUTORADO

3.1 - As escolas de Biblioteconomia poderão promover, na medida das suas possibilidades, Curso de Doutorado.

3.2 - O ingresso no Cursos de Doutorado é privativo dos licenciados em Curso de Pós-Graduação.

3.3 - O grau de Doutor em Biblioteconomia será conferido ao concluinte do Curso de Doutorado que apresentar e defender tese, de acordo com as formalidades legais.

JUSTIFICAÇÃO

O ensino da Biblioteconomia está em crise. Contando meio século de existência (o primeiro curso desta especialização foi fundado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1915), o ensino da Biblioteconomia deixou de ser eminentemente erudito para tornar-se, no decorrer dos anos, exclusivamente técnico. Disto resultou um visível rebaixamento do nível do bibliotecário, reduzido a produzir fichas e a ordenar livros para estantes, sem participar das responsabilidades de direção das bibliotecas que estão a reclamar, em escala

crescente, a orientação de pessoas tecnicamente habilitadas.

O extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia teve como consequência uma aumento vertiginoso da produção de documentos. Este já se concluiu num dos problemas cruciais do estudo moderno, sem tempo para tomar conhecimento de tudo o que se divulga no setor de seu interesse. Em *“Misión del Bibliotecário”*, Ortega y Gasset analisou magistralmente este problema, propondo uma função mais elevada para o Bibliotecário: a de intermediário entre o mundo dos leitores e o mundo dos livros. Para isto, há que dar ao bibliotecário uma formação condigna, ao mesmo tempo cultural e técnica. Há que preparar bibliotecários capazes de organizar e dirigir bibliotecas e serviços de documentação, selecionar e organizar material bibliográfico altamente especializado, redigir resumos de trabalhos científicos, realizar pesquisas bibliográficas, orientar leitores, lidar com processos eletrônicos de armazenagem e recuperação de informações. Vê-se claramente que, na formação do bibliotecário, as disciplinas culturais são tão instrumentais como as técnicas.

A reforma que ora apresentamos ao Conselho Federal de Educação foi inspirada por esta preocupação.

SITUAÇÃO ATUAL DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Nome: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA BIBLIOTECA NACIONAL

Direção: Avenida Rio Branco, 219 - Rio de Janeiro-Estado da Guanabara - Brasil.

Diretor - Antônio Caetano Dias.

1.2 - Datas da fundação: 1910 - Currículo: 3 anos.

1.3 - Dependências: Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura.

1.4 - Títulos que outorga: Diploma de bibliotecário, reconhecido pelos Decretos nº 15 395/944 e 550 de 1-2-1962.

1.5 - Planos de Estudo: Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação, Bibliografia, Classificação, Referência, História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Técnica de Documentação, Literatura e Bibliografia Literária, Introdução à Cultura Histórica e Sociológica, Reprodução de Documentos, Paleografia, Introdução à Cultura Filosófica e Artística.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º Ano - 1) Organização e Administração de Bibliotecas de Bibliotecas, 2) Introdução à Catalogação e Classificação, 3) Biblioteca Geral, 4) Técnica do Serviço de Referência, 5) História do Livro e das Bibliotecas.

2º Ano - 1) Organização e Técnica da Documentação, 2) Bibliografia Especializada, 3) Catalogação, 4) Classificação, 5) Literatura e Bibliografia Literária, 6) Introdução à Cultura Histórica e Sociológica.

3º Ano - 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Reprodução de Documentos, 4) Paleografia, 5) Introdução à Cultura Filosófica e Artística.

1.6 - Números de alunos inscritos: 1º ano - 37, 2º ano - 28, 3º ano - só em 1964.

1.7 - Números de alunos formados: 983.

1.8 - Bibliotecas especializadas 1.500 volumes - As obras que têm relação com as disciplinas foram destacadas do acervo da Biblioteca Nacional, formando uma coleção especializada, destinada aos professores e alunos do Curso de Biblioteconomia.

1.9 - Programa e Apostilas Mimeografados

1.10 - Corpo Docente: Afrânio dos Santos Coutinho, António Caetano Dias, Ibany da Cunha Ribeiro, Josué de Sousa Montelo, Lydia de Queiroz Sambaquy, Maria Carmelia de Gouveia Rego, Oséa Bote-

Iho Fernandes, Xavier Placer, Laura Maia de Figueredo, Raimundo Magalhães.

1.1 - Nomes: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DE SÃO PAULO

Direção: Rua General Jardim, 522 - São Paulo - Brasil. Vice-Reitoria - Zilda Machado Taveira.

1.2 - Datas de fundação: 1938 - Currículo: 3 anos.

1.3 - Dependências: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Instituição Complementar da Universidade de São Paulo.

1.4 - Título que outorga: Diploma de bibliotecário, reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo (Decretos 17.104/47 e 22.833/53, Decreto Federal nº52.035, de 21-5-63).

1.5 - Condições de ingresso: exame vestibular, constante das seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, História do Brasil e Geral.

1.6 - Plano de estudo: Catalogação, Classificação. Referência e Bibliografia, História do Livro, Paleografia, Organização e Administração de Bibliotecas, Documentação, Seleção de Livros, Introdução à Cultura Artística, Introdução à Cultura Filosófica, Introdução à Cultura Histórica, Introdução às Ciências Sociais.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º Ano – 1) Organização e Administração de Bibliotecas, 2) Catalogação, 3) Classificação, 4) Referência e Bibliografia, 5) Paleografia, 6) Introdução à Cultura Histórica, 7) Introdução à Cultura Artística, 8) Literatura.

2º Ano – 1) Organização, 2) Catalogação, 3) Classificação, 4) Bibliografia especializada, 5) História do Livro, 6) Introdução às Ciências Sociais, 7) Psicologia.

3º Ano – 1) Catalogação de Material Especializado, 2) Classifica-

ção especializada, 3) Documentação, 4) Introdução à Cultura Filosófica, 5) Seleção de Livros, 6) Organização.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1º ano – 53, 2º ano – 15, 3º ano – 19.

1.8 – Número de alunos formados: 562.

1.9 – Bibliotecas especializadas: 850 volumes – 200 volumes para prática de classificação.

1.10 – Publicações editadas pela Escola: 1) CUNHA, Maria Luísa Monteiro da – Nomes brasileiros, um problema da catalogação – São Paulo, Escola de Biblioteconomia, 1948. LENTINO, Noémia – Classificação decimal; teórica, prática, comparada. São Paulo, Leia, 1959.

1.11 – Corpo Docente: Abner Lellis Correia Vicentini, Adelpha S. Rodrigues de Figueiredo, Giulio David Leoni, Heloísa de Almeida Prado, Josué Spina França, Maria Antonieta Ferraz, Maria de Lourdes Figueiredo, Maria Luísa Monteiro da Cunha, Noémia do Vale Penteadó, Noémia Lentino, Odilon Nogueira de Matos, Osvaldo de Andrade Filho, Petrônio Matos Coutinho, Regina Carneiro, Zilda Machado Taveira, Lourdes Mesquita Sequeira, Sara Correia, Dinah Aguiar Población.

1.1 Nome: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DA BAÍA

Direção: Reitoria da Universidade da Baía – Salvador – Baía Brasil.

Diretoria: Felisbela L. de Matos Carvalho.

1.2 – Data de fundação: 1942 – Currículo: 4 anos.

1.3 – Dependência: Universidade da Baía.

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário-Documentalista, reconhecido pelo M.E.C. (Lei 675 de 25-11-54, Dec. 43.804, de 23-5-98).

1.5 - Condições de ingresso: Exame vestibular constante das se-

guintes matérias: Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Brasileira. História Geral e do Brasil, Geografia do Brasil, Língua Inglesa ou Francesa.

1.6 - Plano de Estudo: Catalogação, Classificação, Administração e Organização de Bibliotecas, História do Livro e das Bibliotecas, Bibliografia e Referência, Seleção, Problemas Especiais de Documentação, Bibliografia Especializada em grupos: a) Literatura, Arte, Filosofia e Religião, b) Ciências Exatas, Naturais e Técnicas, c) Ciências Sociais, Ciência da Administração, História da Literatura e Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Geral Contemporânea, Psicologia das Relações Humanas, Relações Públicas e Publicidade, Língua Portuguesa, Língua Francesa ou Alemã, Língua Inglesa, Paleografia, História da Arte, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º Ano – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) História do Livro e das Bibliotecas, 4) Ciência da Administração, 5) Língua Portuguesa, 6) História da Literatura, 7) Literatura Portuguesa.

2º Ano – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Administração e Organização de Bibliotecas, 4) Bibliografia e Referência, 5) Paleografia, 6) Língua Inglesa, 7) Língua Francesa ou Alemã.

3º Ano – 1) Problemas especiais de documentação, 2) Bibliografia especializada, 3) Literatura Brasileira, 4) Língua Francesa ou Alemã, 5) História da Arte, 6) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, 7) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais.

4º Ano – 1) Seleção, 2) Psicologia das Relações Humanas, 3) Relações Públicas e Publicidade 4) Literatura Geral Contemporânea, 5) Língua Inglesa, 6) Língua Francesa ou Alemã, 7) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

1.7- Número de alunos inscritos: 1º ano – 47, 2º ano – 45, 3º ano 21, 4º ano – 10.

1.8 – Número de alunos formados: 82

1.9 – Biblioteca especializada: 7.200 volumes.

1.10 – Corpo Docente: Felisbela Liberato de Matos Carvalho, Osvaldo Imbassahy da Silva, Esmeralda Maria de Aragão, Marinha de Andrade, Eurídice Pires de Sant’Ana, Maria Stela Santos Rita Leite, Lourdes do Carmo Conceição, Francisco J. Liberato de Matos Carvalho, Dinorá Mendonça Luna, Alzira Passos de Oliveira.

1.1 – Nome: FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Direção: Universidade Católica de Campinas – Rua Marechal Deodoro, 1099 – Campinas – São Paulo – Brasil.

Diretor – Padre José Narciso Vieira Ehrenberg

1.2 – Data da fundação: 2-4-1945 – Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Universidade Católica de Campinas.

1.4 – Título que outorga: Diploma de bibliotecário, reconhecido pelos Decretos nº 17.104/47 e 22.833/53 e Decreto-Lei nº 23.443, de 1-7-54.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular das seguintes matérias: Inglês, Língua Portuguesa, Literaturas: Portuguesa e Brasileira, História Geral e do Brasil, Língua optativa: Francês, Alemão, Italiano.

1.6 – Plano de Estudo: Catalogação, Classificação, Referência e Bibliografia, História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia, Ética Profissional, História da Literatura, Documentação, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, História da Arte, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Cultura Religiosa.

PROGRAMA DE ESTUDO

1ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Bibliografia, 4) História do Livro e das Bibliotecas, 5) Organização e Administração de Bibliotecas, 6) História da Literatura, 7) História da Arte, 8) Paleografia.

2ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Bibliografia, História do Livro e das Bibliotecas, 5) Organização e Administração de Bibliotecas, 6) Documentação, 7) Referência.

3ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Ética Profissional, 4) Bibliografia, 5) Documentação, 6) Organização e Administração de Bibliotecas, 7) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, 8) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1ª série – 18, 2ª série – 11, 3ª série – em 1964.

1.8 – Número de alunos formados: 206.

1.9 – Biblioteca especializada: 200 volumes.

1.10 – Publicações editadas pela escola: colabora na Revista da Universidade Católica de Campinas.

1.11 – Corpo Docente: Ana Lúcia Maia Bonato, António Teixeira de Assunção (Dr.), Ernesto Manuel Zink, Luísa Susana Ernestina Hermann, Maria Antónia Ribas Pinke, Mercedes de Jesus Tomé Forti, José Narciso Vieira Ehrenberg (padre), Ricardo Román Blanco (Dr.), Roberto Pinarello de Almeida (padre).

1.1 Nome: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Universidade do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Rio Grande do Sul.

Direção: Caixa Postal, 2394. Coordenadora: Zenira Garcia Marques.

1.2 – Data da fundação: 1947 - Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade do Rio Grande do Sul.

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário-Documentalista.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular constante das seguintes matérias: Português, Inglês, Francês, Datilografia.

1.6 – Plano de Estudo: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência, História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas, Documentação, Paleografia, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, História da Literatura, História da Arte, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

PROGRAMA DE ESTUDO

1ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Bibliografia e Referência, 4) Organização e Administração de Bibliotecas, 5) História do Livro e das Bibliotecas, 6) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais.

2ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Bibliografia e Referência, 4) Organização e Administração de Bibliotecas, 5) História do Livro e das Bibliotecas, 6) história da Literatura, 7) História da Arte.

3ª série – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Documentação, 4) Paleografia, 5) Organização e Administração de Bibliotecas, 6) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1ª série – 46, 2ª série – 36, 3ª série – 27.

1.8 – Número de alunos formados: 112.

1.9 – Bibliotecas Especializadas: os alunos usam a Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas.

1.10 – Corpo Docente: Jahyra Correia Santos, Selma Kern, Talita Teresa Bogo, Lucília Minssen, Minda Greisman, Maximiliano Botta-

ri, Zaira de Albuquerque Petry, Edi Madalena Fracasso, Carlos Antônio Mancuso, Adda Drugg de Freitas, Zenaira Garcia Marques.

1.1 – Nome: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Universidade do Recife – Recife – Pernambuco

Direção: Avenida Conselheiro Rosa e Silva, 1350.

Diretor: Ives da Mota e Albuquerque

1.2 – Data da fundação: 1950 – Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Universidade do Recife.

1.4 – Título que outorga: diploma de Bibliotecário-Documentalista.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular, constante das seguintes matérias: Português, Literatura Brasileira e Portuguesa, Inglês, Francês, Alemão ou Italiano (opção no ato da inscrição), História Geral.

1.6 – Plano de Estudo: Administração de Bibliotecas, Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização, Paleografia, Psicologia, Referência, Seleção de Material Bibliográfico.

PROGRAMA DE ESTUDO

1ª série – 1) Catalogação (1), 2) Classificação (1), 3) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, 4) História da Arte, 5) História do Livro e das Bibliotecas, 6) Organização, 7) Referência.

2ª série – 1) Administração de Bibliotecas, 2) Bibliografia, 3) Catalogação (2), 4) Classificação (2), 5) História da Literatura, 6) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, 7) Psicologia.

3ª série – 1) Bibliografia Especializada, 2) Catalogação e Classifi-

cação de Material Especializado, 3) Documentação, 4) Paleografia, 5) Seleção de Material Bibliográfico.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1ª série – 27, 2ª série – 8, 3ª série – 6.

1.8 – Número de alunos formados: 145.

1.9 – Biblioteca especializada: 895 volumes.

1.10 – Corpo Docente: Aida Nery da Fonseca de Aquino, Ana Pais Barreto, Carmen de Andrade Trajano, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Eunice Coutinho Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Gadiel Peruci, Graciete Glasner da Rocha Araújo, Ivanilda Fernandes da Costa, João Alexandre Barbosa, José Antônio Gonçalves de Melo Neto, José Gláucio Veiga, Orlando da Costa Ferreira, Maria Leticia de Andrade Lima, Maria Teresa Amorim Pacomio, Milton Ferreira de Melo, Miriam Gusmão de Martins, Lílian Glasner de Barros, Sebastião Uchoa Leite, Ives da Mota e Albuquerque.

1.1 – Nome: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DE MINAS GERAIS

Direção: Rua Carangola, 288 – Santo Antônio – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil.

Diretora: Etelvina Lima (licenciada) – Substituta: Maria Marta de Carvalho.

1.2 – Data da fundação: 1950 – Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Universidade de Minas Gerais

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular, organizado e aplicado pelo Serviço de Orientação e Seleção Profissional do Estado de Minas Gerais – (SOSP).

1.6 – Plano de Estudo: Organização e Administração de Bibliotecas, Classificação de Livros, Catalogação, Bibliografia e Referência, História da Literatura, Paleografia, Prática Bibliotecária, História da

Arte, Documentação, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º ano – 1) Organização e Administração de Bibliotecas, 2) Classificação de Livros, 3) Catalogação, 4) Bibliografia e Referência, 5) História da Literatura, 6) Paleografia, 7) Prática Bibliotecária.

2º ano – 1) Organização e Administração de Bibliotecas, 2) Classificação de Livros, 3) Catalogação, 4) Bibliografia e Referência, 5) História do Livro e das Bibliotecas, 6) História da Arte, 7) Prática Bibliotecária.

3º ano – 1) Organização e Administração de Bibliotecas, 2) Classificação de Livros, 3) Catalogação, 4) Bibliografia e Referência, 5) Documentação, 6) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, 7) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, 8) Prática Bibliotecária.

1.7 – Número de alunos: 1ª série – 21, 2ª série – 11, 3ª série – 12.

1.8 – Número de alunos formados: 11.

1.9 – Biblioteca especializada: 1.200 volumes.

1.10 – Corpo Docente: Ana Lúcia Pereira Leite, Annaiz Maria Pereira Vial, António Ribeiro de Almeida, Elton Eugénio Volpini, Henriqueta Lisboa, Ismaíla Nunes, Maria Lúcia de Andrade Garcia, Maria Romano Schreiber, Marília Nazaré Paula de Carvalho, Marina Camargo Timburibá, Paulo Kruger Correia Mourão, Vera Amália Amarante Macedo.

1.1 – Nome: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Direção: Reitoria da Universidade do Paraná – Caixa Postal 441 – Curitiba – Paraná – Brasil.

Diretora-Coordenadora – Maria de Lourdes Tavares.

1.2 – Data da fundação: 1952 – Currículo: 3 anos

1.3 – Dependência: Universidade do Paraná

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário-Documentalista.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular com as seguintes matérias: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Francesa, Espanhola ou Alemã, História Geral e do Brasil.

1.6 – Plano de Estudo: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência, Organização e Administração de Bibliotecas, História do Livro, Documentação, História da Literatura, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, História da Arte.

1ª série – 1) Classificação, 2) Catalogação, 3) Bibliografia e Referência, 4) Organização e Administração de Bibliotecas, 5) História da Literatura, 6) História da Arte.

2ª série – 1) Classificação, 2) Catalogação, 3) Bibliografia e Referência, 4) Organização e Administração de Bibliotecas, 5) História do Livro, 6) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

3ª série – 1) Classificação, 2) Catalogação, 3) Documentação, 4) Administração e Organização de Bibliotecas, 5) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1ª série – 15, 2ª série – 7, 3ª série – 11.

1.8 – Número de alunos formados: 111. (Este ano – 1963 – é a primeira turma do curso de 3 anos).

1.9 – Biblioteca especializada: 800 volumes.

1.10 – Publicações editadas pela Escola: Regimento aprovado pelo Conselho Universitário em 18-2-1961.

1.11 – Corpo Docente: Eduardo Virmond, Euclides Migliari, Maria Doroteia Barbosa, Maria de Lourdes Tavares, Maria José Teresa

de Amorim, Flávia Rubens Accioli Prado, Nancy Westefalen Correia, Regina Duffara, Teresa Feijó, Susana Castilho, Relindes Kohler.

1.1. Nome: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO SANTA ÚRSULA

Direção: Rua Farani, 75 – Botafogo – Rio de Janeiro – Guanabara.

Diretora: Madre Emmanuel Petersen, O. S. U.

1.2 – Data da fundação: 1957 – Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto Santa Úrsula.

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário e Documentalista.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular com as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, História Geral.

1.6 - Plano de Estudo: Religião, Bibliografia e Referência, Catalogação e Classificação, Documentação, Doutrina Católica, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia. Matérias optativas (obrigatórias duas especializações): Bibliotecas Infantis e Escolares, Bibliotecas de Música e Discoteca, Bibliotecas Universitárias, Encadernação, Iconografia, Livros Raros e Restauração, Mapoteca, Psicologia.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º ano – 1) Religião, 2) Bibliografia e Referência, 3) Catalogação e Classificação, 4) História da Literatura, 5) História do Livro e das Bibliotecas, 6) Organização e Administração de Bibliotecas.

2º ano – 1) Religião, 2) Bibliografia e Referência, 3) Catalogação e Classificação, 4) História da Arte, 5) Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, 6) Organização e Administração de Bibliotecas.

3º ano – 1) Religião, 2) Catalogação e Classificação, 3) Documentação, 4) Doutrina Católica, 5) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, 6) Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas, 7) Seleção de Livros e Orientação de Leitura, Matérias optativas (2).

1.7 – Número de alunos inscritos: 1º ano – 10, 2º ano – 10, 3º ano – 14.

1.8 – Número de alunos formados: 40.

1.9 – Biblioteca especializada: 1.000 volumes.

1.10 – Publicações editadas: Artigos publicados pela Revista Servian, do Instituto Santa Úrsula.

1.11 – Corpo Docente: Afrânio Coutinho, Assistente: Helena Lapa Maranhão; Américo Lourenço Jacobina Lacombe, Assistente: Vicente Costa Santos Tapajós; Manuel Adolfo Wanderley, Marcílio Teixeira Marinho, Maria Antonieta Requião Piedade, Assistente: Maria Amélia Martins de Araújo; Maria Antonieta de Mesquita Barros, Assistente: Rosy Bleggi Peixoto, Assistente: Lélia Galvão Caldas da Cunha; Pedro Secondi (frei), Assistente: Jader Benuzzi Martins; Ruth Vilela Alves de Sousa, Substituta: Amélia Rosaura de Almeida; Tasso da Silveira, Zilda Galhardo de Araújo, César Valente, Madre Maria Imaculada de Carvalho, Madre Maria das Mercês Liguori, Madre Maria Tarcísio Sicard.

1.1. Nome: ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DE SÃO CARLOS

Direção: Escola de Engenharia de São Carlos – Caixa Postal 359 – São Carlos – São Paulo – Brasil.

Diretor: Alfredo Américo Hamar.

1.2 – Data da fundação: 25-4-1959 – Currículo: 3 anos.

1.3 – Dependência: Autônoma.

1.4 – Título que outorga: Diploma de Bibliotecário-Documentalista, reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo (Decretos 17.104/47 e 22.833/53) e pelo Decreto Estadual 39.162 de 3-10-61.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular constante das seguintes matérias: Inglês, Francês, História Universal e do Brasil, Literatura Brasileira e Portuguesa.

1.6 – Plano de Estudo: Teoria da Organização e Administração, Catalogação, Classificação, Referência e Bibliografia, História do Livro, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia, Seleção de Livros, Documentação, Fotoreprodução de Documentos, Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira, Encadernação, Relações Públicas e Ética Profissional, Psicologia, Cultura Histórica, Cultura Artística, Ciências Sociais, Cultura Científica, Cultura Filosófica.

PROGRAMA DE ESTUDO

1ª série – 1) Paleografia, 2) Teoria da Organização e Administração, 3) Catalogação, 4) Classificação, 5) Referência e Bibliografia, 6) Cultura Histórica, 7) Cultura Artística, 8) Literatura Brasileira e Portuguesa, 9) Encadernação.

2ª série – 1) Bibliografia Especializada, 2) Catalogação, 3) Classificação, 4) Organização e Administração de Bibliotecas, 5) Seleção de Livros, 6) História do Livro, 7) Psicologia, 8) Ciências Sociais, 9) Encadernação.

3ª série – 1) Documentação, 2) Catalogação de Material Especializado, 3) Relações Públicas e Ética Profissional, 4) Cultura Científica, 5) Cultura Filosófica, 6) Fotoreprodução de Documentos, 7) Trabalhos Práticos e Estágios em Bibliotecas.

1.7 – Número de alunos inscritos: 1º ano – 9, 2º ano – 12, 3º ano. No 3º ano não há alunos inscritos devido à mudança do currículo de 2 para 3 anos.

1.8 – Número de alunos formados: 13.

1.8 – Biblioteca especializada: 584 volumes.

1.9 – Corpo Docente: Alfredo Américo Hamar, Elsa de Angelis, Jacy Giongo, Eunice Diva Garcia, Iná Bentim, Laila Haddad, Maria Helena Luchese, Maria de Lourdes Malerba, Maria de Lourdes Serafim, Osvaldo Carrão, Sônia Correia.

1.1. Nome: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DE ASSIS

Direção: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Assis – S. Paulo – Brasil.

Diretor – Dr. Abner Lellis Correia Vicentini.

1.2 – Data de fundação: 19-12-1962 – Currículo: 3 anos,

1.3 – Dependência: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

1.4 – Diploma de Bibliotecário, reconhecido pelo Decreto 41.227, de 18-12-62, e pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

1.5 – Condições de ingresso: Exame vestibular constante das seguintes disciplinas: a) Português, b) Inglês, c) Outra língua a escolher entre Francês, Alemão e Italiano, d) História Geral e do Brasil.

1.6 – Plano de Estudo: Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia, Referência, Seleção de Livros.

PROGRAMA DE ESTUDO

1º ano – 1) Bibliografia e Técnica de Referência, 2) Catalogação,

3) Classificação, 4) Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, 5) História da Literatura, 6) Organização e Administração de Bibliotecas, 7) Paleografia.

2º ano – 1) Bibliografia e Técnica de Referência, 2) Catalogação, 3) Classificação, 4) História do Livro e das Bibliotecas,

Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, 6) Organização e Administração de Bibliotecas, 7) Matéria Optativa.

3º ano – 1) Catalogação, 2) Classificação, 3) Documentação, 4) História da Arte, 5) Organização e Administração de Centros de Documentação, 6) Seleção de Livros e Bibliografia Especializada, 7) Matéria Optativa.

1.8 – Número de alunos inscritos: prejudicado.

1.9 – Número de alunos formados: prejudicado.

1.10 – Biblioteca especializada: 300 volumes.

1.11 – Publicações editadas: prejudicado.

1.12 – Corpo Docente: Os componentes estão sendo convidados.

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS

– Anteprojeto de Regulamento –

Título I

DO CURSO, SEUS FINS E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Dos fins

Artigo 1º - O Curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (CBD) a que se refere o Título I, Capítulo II, Artigo 4.º, Item I do Regimento da Faculdade,

aprovado pelo Decreto nº 41.227, de 18 de dezembro de 1962 (Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 276, de 19 de dezembro de 1962, pp. 2-4), tem como finalidades:

a) Formar bibliotecários e documentalistas de acordo com o que dispõe a Lei n.º 4084, de 30 de junho de 1962 (Diário Oficial da União, n.º 123, de 2 de junho de 1962);

b) Criar pesquisadores no campo da Biblioteconomia e Documentação;

c) Formar professores de Biblioteconomia e Documentação;

d) Promover o aperfeiçoamento e a especialização de bibliotecários e documentalistas;

e) Colaborar no desenvolvimento dos arquivos, das bibliotecas e dos centros de documentação.

CAPÍTULO II

Da organização

Artigo 2º - Para preencher as finalidades do artigo anterior, o curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis terá os seguintes níveis:

I – o de Graduação

II – o de Pós-Graduação

III – o de Doutorado

Parágrafo 1º - O nível de graduação é o que concede diploma de bacharel em Biblioteconomia, e terá a duração de três anos.

Parágrafo 2º - O nível de pós-graduação, com duração mínima de dois anos, é o que concede os diplomas de especialistas e de professor de Biblioteconomia e Documentação.

Parágrafo 3º - Para obtenção do diploma de doutor haverá exigências a serem fixadas em regulamento próprio.

CAPÍTULO III

Do curso em nível de graduação

Artigo 3º - O currículo do curso em nível de graduação, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Educação de 20 de novembro de 1962, compreenderá as seguintes disciplinas:

1. Bibliografia
2. Catalogação
3. Classificação
4. Documentação
5. Evolução do Pensamento Filosófico e Científico
6. História da Arte
7. História da Literatura
8. História do Livro e das Bibliotecas
9. Introdução aos Estudos Históricos e Sociais
10. Organização e Administração de Bibliotecas
11. Paleografia
12. Referência
13. Seleção de Livros

Artigo 4º - Em atenção a conveniências de ensino, as disciplinas poderão ser reunidas, por afinidades, em uma cadeira, e também desdobradas.

Artigo 5º - A duração e a distribuição das disciplinas por séries será da alçada do CBD, ouvidos os professores cujas cadeiras, de outros Departamentos tem de ser dadas no curso.

Artigo 6º - Aos concluintes do curso em nível de graduação será conferido o grau de Bacharel em Biblioteconomia, condicionado à prestação de estágio mínimo de 300 horas na Biblioteca Central da Faculdade e apresentação de um trabalho em uma das disciplinas do curso.

CAPÍTULO IV

Do curso em nível de pós-graduação

Artigo 7º - O curso em nível de pós-graduação, com a duração mínima de quatro semestres, destina-se a ampliar conhecimentos técnicos em Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e a formar professores de Biblioteconomia e Documentação.

Artigo 8º - O ingresso no curso em nível de pós-graduação far-se-á mediante apresentação do diploma de bacharel em Biblioteconomia.

Artigo 9º - O curso em nível de pós-graduação poderá ser feito em termos de especialização em qualquer disciplina do curso de graduação, ou em outro campo de estudo como: Bibliologia, Bibliotecas Infante-Juvenis, Documentação e Bibliotecas Especializadas e Ensino de Biblioteconomia e Documentação.

Artigo 10º - O curso de especialização em Bibliologia poderá ter entre outras as disciplinas seguintes

- a) Patologia do Livro
- b) Artes Gráficas
- c) Encadernação e Restauração de Material Bibliográfico
- d) História do Livro
- e) Paleografia
- f) Organização e Administração de Bibliotecas Nacionais
- g) Crítica de textos

Artigo 11º - O curso de especialização em Bibliotecas Infante-Juvenis poderá ter entre outras as disciplinas seguintes:

- a) Psicologia Infantil e do Adolescente
- b) Literatura Infantil e Juvenil
- c) Organização e Administração de Bibliotecas Infante-Juvenis e Escolares

d) Bibliografia e Referência em Bibliotecas Escolares

e) Atividades em Grupo

f) Processos Técnicos Especiais

Artigo 12.º - O Curso de Especialização em Documentação e Bibliotecas Especializadas poderá ter as seguintes disciplinas:

a) Normalização

b) Catalogação Especializada

c) Classificação Decimal Universal

d) Pesquisa Bibliográfica e Técnica de Indexação e Resumo

e) Armazenagem e Recuperação de Informações

f) Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas e de Serviços de Documentação

g) Reprografia

Artigo 13º - O curso de formação de professor de Biblioteconomia e Documentação constará de especialização, no mínimo por dois anos, em uma ou duas disciplinas, mas neste caso afins, dos cursos de graduação e pós-graduação e, ainda da conclusão do Curso de Didática Geral exigido aos licenciados da faculdade.

Parágrafo único: - A prática de ensino, em forma de estágio supervisionado pela disciplina de Didática Geral, far-se-á no Curso de Graduação em Biblioteconomia.

Artigo 14º - Em atenção à conveniência do ensino, as disciplinas poderão ser reunidas, por afinidade, em uma cadeira, e também desdobradas.

Artigo 15º - Aos concluintes do curso em nível de pós-graduação será conferido o diploma de Especialista e, no caso de atendido ao que preceitua o Artigo 13º, o de professor de Biblioteconomia e Documentação.

CAPÍTULO V

Das condições de admissão

Artigo 16º - O ingresso no curso em nível de graduação far-se-á mediante a aprovação em concurso de habilitação.

Artigo 17º - O concurso de habilitação constará de provas das seguintes disciplinas:

- a) Português
- b) Inglês
- c) Outra língua a escolher entre Francês, Alemão e Italiano
- d) História Geral e do Brasil

Artigo 18º - Ao concurso de habilitação só serão admitidos os portadores de certificado de conclusão do ciclo colegial completo, ou equivalente, de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO II

DO CORPO DOCENTE, DO CORPO DISCENTE E DO REGIME ESCOLAR

Artigo 19º - O corpo docente, o corpo discente e o regime escolar reger-se-ão pelo Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, aprovado pelo Decreto nº 41 227, de 18 de dezembro de 1962 (D. O. do estado de São Paulo, nº 276, de 19 de dezembro de 1962).

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 20º - O curso de Biblioteconomia e Documentação terá início no ano letivo de 1964, com o curso em nível de graduação.

Parágrafo único - O curso em nível de pós-graduação funcionará somente a partir do ano letivo de 1967.

Artigo 21º - O curso de Biblioteconomia e Documentação será ministrado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, enquanto não se criar a Escola de Biblioteconomia e Documentação.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS CUR-
SO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Currículo do curso de graduação

1º ANO

1. Bibliografia e Técnica de Referência
2. Catalogação
3. Classificação
4. Organização e Administração de Bibliotecas
5. Evolução do Pensamento Filosófico e Científico (S)⁹⁶
6. História da Literatura (S).

2º ANO

1. Bibliografia e Técnica de Referência
2. Catalogação
3. Classificação
4. Organização e Administração de Bibliotecas
5. História do Livro e das Bibliotecas (S)
6. Introdução aos Estudos Históricos e Sociais (S)

3º ANO

1. Catalogação
2. Classificação

96 Observação - (S) Curso de duração de um semestre

3. Documentação
4. História da Arte (S)
5. Paleografia (S)
6. Organização e Administração de Centros de Documentação
7. Seleção de Livros e Bibliografia Especializada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Necessitando o Brasil de bibliotecários para trabalharem não só em bibliotecas, mas também em centros de documentação e, entre eles, os arquivos, houve por bem o Conselho Federal de Educação, em seu parecer 326, de 21 de novembro de 1962, incluir no currículo mínimo de Biblioteconomia a disciplina Paleografia (veja currículo, item 10, p. 249).

2. Durante a V Sessão Plenária do IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Fortaleza, Ceará, de 7 a 14 de julho de 1963, foi aprovada a resolução nº 76, que está assim redigida: Às escolas de Biblioteconomia e Documentação para que incluam no seu currículo o ensino da Arquivologia.

3. Já era tempo de se cuidar dessa especialidade: a Arquivologia. A leitura, a interpretação e descrição dos documentos dos nossos arquivos, que representam a história viva do país, não devem ser mais adiadas. Se continuarmos, assim, na política de considerar os arquivos depósitos de papéis velhos, dentro de algumas dezenas de anos, quando mesmo a tradição oral deturpar os fatos, o Brasil não terá outro remédio senão publicar a sua história mitológica.

4. Foi, talvez, pensando nesse desastre que o Conselho Federal incluiu a Paleografia no currículo mínimo, adotado a partir deste ano, pelas onze escolas brasileiras de Biblioteconomia. Das turmas que se formarão, anualmente, sairão alguns afeiçoados a essa útil e encantadora especialidade. Cabe, pois, às escolas emprestarem a esse ensino uma característica mais prática, pela leitura de documentos

dos próprios arquivos, pela projeção de reproduções dos vários tipos de escrita utilizados através dos séculos.

5. Tendo os nossos fundos documentológicos uma característica própria, pois abrangem um período de tempo que vai do século 16 ao 19, com escritura quase que exclusivamente portuguesa, a autora deste trabalho apresenta à consideração da VIII Secção do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros as seguintes proposições:

PROPOSIÇÕES

a) Que seja estudada a possibilidade do estabelecimento de um convênio cultural, que venha permitir melhor entrosamento do ensino da Paleografia, da Catalogação e da Classificação, nas escolas de Biblioteconomia de Portugal e do Brasil, a fim de preparar técnicos que irão contribuir para a modernização dos nossos arquivos;

b) O convênio permitiria a vinda ao Brasil de paleógrafos portugueses para ministrarem cursos da sua especialidade e assistirem a cursos de Catalogação e Classificação;

c) O convênio permitiria a ida de bibliotecários brasileiros a Portugal, a fim de assistirem a cursos de Paleografia e Arquivística, assim como a ministrarem cursos de Catalogação e Classificação.



DESENVOLVIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA EM SÃO PAULO⁹⁷

Adelpha de Figueiredo

DESENVOLVIMENTO da Biblioteconomia em São Paulo, eis o tema que me proponho apresentar-vos. Tarefa bem difícil de desempenhar, não só pelo seu vulto como também pela pouca documentação existente.

Não foi obra de uma ou duas pessoas, mas o produto do esforço conjugado de muitas. Injusto, pois, seria relatar apenas do que há feito, sem ao menos de levar, trazer-nos à memória vultos que já passaram, depois de terem, com muito esforço e mesmo até heroísmo, conseguido relativamente pouco.

É uma história e pode ser descrita como um relato do conflito entre a tendência que as coisas têm de se moverem e o esforço que se faz de tornar as paradas, imutáveis.

A diferença entre o selvagem e o civilizado não é o quantum dos conhecimentos de cada um, mas o fato de que o selvagem está amarrado de pés e mãos pela tradição, é um escravo, não só da imaginação dos seus antepassados, como da sua própria. Nesse caso, o conflito termina com o triunfo do estabelecimento exato de processo. Não há mais movimento. Não há possibilidade de ir para trás e nem para frente. Ele está amarrado, a uma posição, a de geração de 50, 500 ou

97 Texto originalmente publicado pela Imprensa Nacional, Rio de Janeiro em 1945.

5.000 anos atrás, quando sua luta pelo processo cessa.

Com o civilizado a luta sempre continua, ainda não está perdida nem ganha, está andando, é a história. Este é o caso da Biblioteconomia.

Todos os empreendimentos da humanidade, desde que não se percam no início, desde que continuem na luta para não morrer, vai deixando em traços leves e dourados, ou pesados e escuros, a marca da sua existência. É a história. Amarga que seja ou agradável à memória, é sempre um valor, um documento de que se serve a justiça para atribuir ao seu dono.

Para isto é que estou hoje aqui, perante vós, e se, não me desempenhar com toda a verdade, no relato dos fatos que vou fazer, peço, de antemão, mil desculpas ao meu culto auditório, pois a história do desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo tem fases bem obscuras, quase sem documentação, como já disse.

Em artigo para o jornal “O Estado de São Paulo”, de 4 de fevereiro de 1944, diz Mário Guastini que em 1873, ainda no Império, já São Paulo contava com 8 bibliotecas e que hoje, segundo os registros feitos no Instituto Nacional do Livro, há 510. Não pretendo e nem posso fazer uma descrição das 510 bibliotecas paulistas. Menciono apenas as que concorreram mais de perto para o desenvolvimento da Biblioteconomia moderna, assim como as escolas e outros órgãos que diretamente tem favorecido o seu desenvolvimento.

Se a existência das oito bibliotecas paulistas do Império significa o começo da Biblioteconomia em São Paulo, não sei, nem uso asseverar ou regar. Sei, entretanto, que antes ainda da Proclamação da República no Brasil, aparecia a biblioteca que foi, em São Paulo, o berço da Biblioteconomia moderna da terra dos Bandeirantes.

Como diversos empreendimentos paulistas, a Biblioteconomia teve origem em atividades de caráter particular. Em 1886, três anos

antes da República, em um estabelecimento de ensino particular que hoje se chama Instituto Mackenzie, aparecia uma biblioteca, cuja finalidade era servir aos alunos e professores dessa escola e, mais ainda, ao público que dela se quisesse servir. Sua característica mais interessante era que “já emprestava, a domicílio, os seus livros”.

Eis aí, pois o germe precioso das bibliotecas de empréstimo na Capital Paulista. Desde essa época, 1886, até hoje, não cessaram as atividades dessa biblioteca; não se desenvolveram também logo, e, durante largos anos, não atingiram senão a um público muito restrito, ficando praticamente São Paulo desprovida de biblioteca até 1895. Nessa época aparece a Biblioteca Pública de São Paulo. A 23 de maio de 1895, em sessão da Câmara dos Deputados, o doutor Pereira de Queiroz apresenta um projeto criando a Biblioteca Pública de São Paulo. Teria então a dotação de 30.000\$000. Depois de muitos debates passou em 3ª discussão, a 30 de maio, com uma emenda do Dr. Artur Prado. Por esta emenda era-lhe o nome mudado, de Biblioteca Popular para Biblioteca Pública de São Paulo. É curioso notar, pela distribuição da verba, a situação penosa em que foi criada a primeira biblioteca de São Paulo. Dos 30: 000\$000 mencionados, 19:800\$ foram destinados ao aluguel do prédio, verba de livros e despesas de expediente; do resto, 10: 200\$, destinou-se um ordenado de 400\$ mensais para o bibliotecário, um de 200\$ para o auxiliar, um de 150\$ para o porteiro e um de 100\$ mensais para o contínuo.

A organização da nova biblioteca foi entregue a uma comissão composta de três membros; desses, dois logo desistiram, ficando entregue a Instituição nas mãos de Jerônimo de Azevedo, que depois de muitas lutas conseguiu inaugurá-la a 7 de abril de 1896, dez anos portanto, depois da biblioteca do Mackenzie.

Durante dezesseis anos não houve modificações na Biblioteca; só então um projeto de Freitas Vale, transformado em lei, trazia uma esperança de melhoria; antes, porém, que se realizassem As reformas

projetadas, o congresso reduziu a verba destinada a biblioteca ao mínimo necessário à manutenção da leitura pública desde então entrou em franca decadência essa instituição que deveria ter sido um celeiro espiritual para os paulistas.

Conta Alfredo Freire, no prefácio de sua obra, “catálogo sistemático da Biblioteca Pública do Estado”, 1926, que em 1918 a biblioteca adquiriu 8 obras; em 1919, apenas nove; em 1920, só 3 em 1921, uma única! Assim cessou a renovação do acervo da biblioteca do estado e lentamente entrou em decomposição uma das fontes de Cultura Paulista.

Estamos em janeiro de 1926 e, curiosos, lemos nos jornais a notícia da inauguração da biblioteca pública Municipal. Surgiu para suprir a falta da biblioteca do Estado. O doutor Luciano Gualberto, então vice-prefeito de São Paulo, apresenta em 1925 um projeto, que, discutido, resulta na criação da Biblioteca Pública Municipal, sendo então presidente da Câmara, o Dr Rafael Arcanjo Gurgel.

Para dirigir essa biblioteca foi nomeado o senhor doutor Eurico Dora de Araújo Góes, baiano formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, escola onde uma plêiade de brasileiros célebres passou, deixando o rastro luminoso de suas inteligências. Era o diretor da nova biblioteca um erudito. Autor de muitas obras literárias pertencia a várias agremiações cultas, tendo grau de doutor *honoris causa* da Escola Superior Livre de Ciências Herméticas de Paris; professor da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro; membro da Sociedade Astronômica da França; na Sociedade de Geografia de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Sociedade de Estudos Históricos de Portugal; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; sócio correspondente do Instituto Histórico de São Paulo, de Minas Gerais e honorário do Instituto Conferência o desenvolvimento da Biblioteca Pública Municipal, não me deterei mais neste ponto e voltarei a fazer ligeiras referências à Biblioteca do Instituto Mackenzie.

Aparece nesta mesma época, 1926, a biblioteca George Alexander que nada mais é do que a antiga biblioteca do Mackenzie College, criada em 1886. Depois de longos anos de quase estagnação, animada por novas possibilidades e pela hábil direção de William A. Waddel vem a biblioteca de uma instituição particular dar, por assim dizer, nova orientação as atividades biblioteconômicas de São Paulo.

Desde logo a direção do Instituto Mackenzie sentiu a necessidade de proporcionar à sua bibliotecária as facilidades de orientação biblioteconômica então em grande progresso nos Estados Unidos. Impôs como condição para permanência no cargo de bibliotecária que essa se inscrevesse a candidata a uma bolsa de estudos na América do Norte. Era uma bolsa oferecida a mulheres latino-americanas, anualmente pela American Association of University Women. A bibliotecária do Mackenzie, que outra não é senão a vossa conferencista tratou, pois, de obter essa bolsa.

Não havendo, nessa época, as mesmas facilidades de hoje, no intercâmbio cultural, com os Estados Unidos e a obtenção de uma bolsa de estudos não era fácil. Não eram essas bolsas oferecidas, mas obtidas por concurso entre todas as candidatas latino-americanas. Disso é prova o fato que para a realização desse imenso desejo de conseguir uma viagem para América do Norte, teve a candidata de concorrer três anos seguidos, além de usar de outros modos para a obtenção da referida a bolsa de estudos. Sempre preterida por candidatas de outras repúblicas latino-americanas, teve, durante esse período, oportunidade e vagar para ler e estudar algo sobre o assunto da Biblioteconomia. O diretor do Instituto Mackenzie, entretanto, não dormia: conseguiu que o Board de Trustees do Mackenzie, em Nova York contratasse uma bibliotecária, formada em Universidade americana para vir ao Brasil com duplo fim: preparar a bibliotecária do Mackenzie para fazer o curso de Biblioteconomia nos Estados Unidos e substituí-la durante sua permanência nesse país. Essa moça americana,

cujo nome declaro com profundo respeito, Dorothy Muriel Geddes, hoje Mrs. Arthur E. Groop foi a verdadeira fundadora da Biblioteconomia moderna, em São Paulo.

Em setembro de 1929, chegavam elas as plagas Bandeirantes, contando apenas 23 anos de idade, iniciava um trabalho de futuro enorme e que tanta repercussão teria, não só em São Paulo, mas em todo o Brasil.

Apareceu então, em outubro de 1929, a primeira turma de candidatos ao curso de bibliotecários que o Mackenzie criava. Era composta de seis alunos dos quais, apenas um, a vossa conferencista, chegou, depois de 8 meses de curso intenso, em maio de 1930, portanto, ao fim do primeiro curso de Biblioteconomia que São Paulo teve. As matérias lecionadas nesse curso foram: Catalogação, Classificação, Referência e aulas puramente práticas de Organização de Bibliotecas. Todas essas aulas eram ministradas dentro da biblioteca George Alexander do Mackenzie que passou a ser laboratório para sua bibliotecária. Com a terminação desse curso, em maio de 1930, recebeu a bibliotecária a tão almejada bolsa de estudos da American Association of University Women. Deixando a biblioteca seguiu para os Estados Unidos, ficando Miss Dorothy Muriel Guedes incumbida da direção da biblioteca do Mackenzie e da formação de uma nova turma de alunos do curso de Biblioteconomia.

Os muitos afazeres decorrentes da direção da biblioteca e da orientação das novas alunas fizeram com que o estudo dessa nova turma não fosse tão intenso quanto o da primeira. Assim, ao voltar dos Estados Unidos em 1931, depois de ter feito o curso da Escola de Biblioteconomia de Columbia University em Nova York, encontrou a vossa conferencista o curso da segunda turma ainda por terminar. Reassumiu pois as suas funções de bibliotecária do Mackenzie, mais ainda o encargo de prosseguir na direção do curso de Biblioteconomia que levou a São Paulo uma turma de cinco bibliotecários. Já nes-

se tempo o curso de bibliotecário do Mackenzie dava as alunas quatro matérias básicas de um curso técnico de Biblioteconomia: Catalogação, Classificação, Referência e Organização ou mais propriamente, métodos técnicos.

O interesse pela Biblioteconomia, era entretanto grande, e isto se podem observar pelo elevado número de pessoas que procuravam a conferencista para informação nesse assunto. Durante os anos de 1933,34 e princípios de 35,125 pessoas procuraram, na biblioteca do Mackenzie, a vossa conferencista, para obter informações sobre a organização de bibliotecas modernas. Entre essas pessoas figuravam Antônio Carlos Cardoso, pelo Instituto de Engenharia; Geraldo de Paula Sousa, pela Faculdade de Medicina; Noêmi da Silveira Rudolfer, pelo Instituto de Educação; Eurico de Góis, pela Biblioteca Municipal; Lenyra Fraccaroli, pela Escola Primária de São Paulo; esta organizou em 1933 sob influência da Biblioteca do Mackenzie a primeira biblioteca infantil escolar, que é um modelo no gênero que continua a desenvolver-se, sobre a direção de Iracema Silveira.

Em 1935, sendo ainda a Biblioteca Municipal dirigida pelo doutor Eurico de Góes e diretamente ligada à prefeitura de São Paulo, é criada, em junho a primeira biblioteca pública infantil. Para dirigi-la é nomeada dona Lenira Fraccaroli, a criadora da biblioteca da Escola Primária do Instituto de Educação.

Em 1935, ainda, um fato importantíssimo na vida cultural de São Paulo veio dar, indiretamente uma orientação talvez decisiva no seu desenvolvimento biblioteconômico: a reorganização da prefeitura de São Paulo, pelo doutor Fábio Prado, com a criação do Departamento de Cultura. Este entregue à habilidade e inteligência de Mário de Andrade, teria de se desenvolver no sentido certo do seu nome. Sendo assim, foi a já existência Biblioteca Municipal incorporada ao Departamento de Cultura e passou a ser a Divisão de Bibliotecas do Departamento. A esta nova divisão foi também incorporada a Bi-

blioteca Infantil. Para a divisão de bibliotecas foi nomeado chefe o senhor Rubens Borba de Moraes, intelectual muito conhecido pelas suas múltiplas atividades culturais, principalmente no campo da Bibliofilia.

Iniciou-se então uma nova era para Biblioteconomia em São Paulo. Por disposição do ato 1.146 da prefeitura de São Paulo, deveria o chefe da divisão de bibliotecas criar um curso de Biblioteconomia que funcionaria com elementos da própria divisão. Destaca-se desde então, no desenvolvimento biblioteconômico de São Paulo, o papel exercido pela Escola de Biblioteconomia criada pela prefeitura.

Em 1937, por influência dos elementos dessa escola, é votada uma lei pela câmara estadual, regulamentando em São Paulo, a carreira de bibliotecário; criando um Conselho Bibliotecário do Estado, e um Catálogo Coletivo das bibliotecas paulistas. Desde 17 de agosto de 1936, entretanto, funcionou a Escola de Biblioteconomia no prédio da escola de comércio Álvares Penteado, no recinto ocupado pela Escola Livre de Sociologia e Política. Existia, a princípio, a cadeira de Catalogação e Classificação, dirigida pela vossa conferencista. Em princípios de 1937, mais uma cadeira foi criada, dirigida por Rubens Borba de Moraes, a de História do Livro; e finalmente, em 1938, mais a cadeira de Referência foi dada. Devido ao aparecimento lento das cadeiras, só em 1938 terminava o curso a primeira turma de bibliotecários, cuja matrícula inicial de 175 em 1936, e de 120 em 1937, produziu um total de 68 bibliotecários no fim de 1938. Nesse mesmo ano, por disposições da prefeitura, deixou de funcionar a Escola de Biblioteconomia. O ano de 1939 não teve escola de bibliotecários, pois a do Mackenzie fechara-se com o aparecimento da Escola da Prefeitura

1940 foi mais auspicioso para a Biblioteconomia: em caráter de instituição particular surge a Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política, tendo à frente os mesmos orientadores da extinta Escola do Departamento de Cultura: Rubens Borba

de Moraes e a vossa conferencista. Matriculam-se 173 alunos depois de apresentarem documentos de terminação de curso secundário ginasial ou normal. Funciona normalmente o curso e no fim do ano recebe São Paulo mais 73 bibliotecários formados.

1941 e 42 continuam felizes, pois a Escola de Biblioteconomia funciona, agora com seu curso desdobrado em dois anos, podendo pela primeira vez dar cursos bem práticos de catalogação e classificação. Formam-se 60 bibliotecários.

Todas essas turmas de bibliotecários formados encontram, de maneira relativamente fácil, colocação em bibliotecas públicas ou particulares, e é com imenso prazer que vemos os nossos métodos penetrando na organização e reorganização das bibliotecas paulistas.

Ainda em 1941 São Paulo tem o prazer de ver sua biblioteca municipal mudar-se para o prédio novo, construído e aparelhado sobre a orientação sábia do prefeito Prestes Maia. Desse prédio e suas funções falarei na minha próxima conferência.

1943 traz para a Biblioteconomia Paulista ainda o auxílio da Rockefeller Foundation que se compromete a manter a Escola de Biblioteconomia durante cinco anos. Nesse ano formam-se 46 bibliotecários.

Recomeça em 1944 a Escola de Biblioteconomia com novos professores para catalogação e classificação, por se ter retirado a antiga professora dessas duas matérias. São as novas professoras ex-alunas da Escola da Prefeitura e da atual. Para classificação é convidada Noêmia Lentino da turma de 1938, da Escola do Departamento de Cultura; para catalogação Maria Luísa Monteiro da Cunha, da turma de 1940 da escola anexa à Escola Livre de Sociologia e Política, ambas as funcionárias da seção de catalogação da biblioteca pública Municipal, chefiada pela vossa conferencista. Uma ex-aluna Nice Lecocq Muller, da turma de 1942, é convidada para lecionar história do livro e uma de 1943, Lucy Hackradt, para bibliografia e referência.

Os esforços dessas escolas São coroados de êxito quando vemos antigos alunos dirigindo biblioteca diversas, das quais citarei apenas algumas: Heloísa de Almeida Prado, dirigindo a biblioteca George Alexander, do Mackenzie; Guiomar de Carvalho Franco, a Biblioteca do Departamento de indústria animal; Olinda Hempel, a do Instituto Adolfo Lutz; Maria José Lessa da Fonseca, a do Instituto Biológico; Lígia Scaramelli, a do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e muitas outras que seria longuíssimo enumerar.

O interesse pela carreira de bibliotecária, apesar de todas as dificuldades da época, se evidencia cada vez mais. Assim que não só se procuram ampliar os serviços de bibliotecas, mais aumenta o número de interessados no preparo técnico dos bibliotecários. Vemos então surgir em São Paulo mais uma escola de Biblioteconomia. É agora a Faculdade de Filosofia “*Sedes Sapientiae*”, dirigida pelas monjas de santo Agostinho, que organiza mais uma escola. Cria imediatamente as cinco cadeiras principais de um curso desse gênero e convida para ministrá-las, respectivamente: para catalogação e classificação, a vossa conferencista que começa então pela quarta vez uma nova escola; para referência Amália Voigtlaender, da turma de 1938 da Escola do Departamento de Cultura e bibliotecária de um serviço especializado da Secretaria da Agricultura; para a cadeira de organização, Ema Barreto da turma de 1942 da Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política e bibliotecária da União cultural Brasil- Estados Unidos; e finalmente para a história do livro o professor Leôni da própria “*Sede sapientiae*”. Exige esta nova escola das escolas das candidatas, um curso ginásial, mais um de cultura de um ano, feito na própria faculdade. Sente-se já que o desejo de encontrar entre os bibliotecários não só técnicos mas também pessoas de cultura. Inicia-se este curso com oito alunas; há, no entanto, cursando os anos preparatórios de cultura, 60 alunos que representam uma bela perspectiva para o próxi-

mo ano da escola de Biblioteconomia da “Sedes Sapientiae”.

Existe ainda em São Paulo uma terceira Escola de Biblioteconomia, funcionando na Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Dirigida pelo senhor Aquiles Raspantini, grande batalhador nas questões de bibliotecas e sua organização. Começou essa escola a funcionar este ano, com matrícula de 47 alunos. Sua frequência é de 50% dos matriculados. É já semioficial; seu programa não abrange a história do livro e as matérias relacionadas são as mesmas das outras escolas. Voltando agora as atividades biblioteconômicas fora das escolas, vemos que tendo o primeiro Conselho Bibliotecário da lei de 1937 sido abolido, na interventoria Ademar de Barros, ficou São Paulo sem o órgão orientador da Biblioteconomia.

Em 1943, porém, elementos interessados em bibliotecas resolvem novamente criar um Conselho, agora de bibliotecas e museus e apresentam ao senhor Interventor Federal Fernando Costa um projeto de decreto-lei que é sancionado referendado pelo Sr. Dr. Abelardo Vergueiro César, então Secretário da Justiça.

Do artigo 2º deste decreto-lei, destaco quatro letras que são a expressão mais alta no interesse pela Biblioteconomia:

- a) organizar e orientar as bibliotecas no estado, incentivar o seu desenvolvimento, prestar toda assistência técnica e cultural às instituições, públicas e particulares, que a solicitaram;
- b) estabelecer as bases para unificação e padronização dos serviços técnicos nas bibliotecas do estado e dos municípios;
- c) adquirir livros e distribuí-los as bibliotecas;
- d) concorrer para o aperfeiçoamento técnico dos bibliotecários, seja mediante a vulgarização de obras sobre Biblioteconomia, seja mediante cursos e estágios especiais.

Resta-me agora vos falar sobre a Associação Paulista de Bibliotecários. Organização ainda muito nova, pois data de setembro de

1938, vem lutando pela sua existência e apesar de todas as dificuldades próprias de associações novas em nosso meio, já conseguiu produzir dois trabalhos no sentido da preparação dos bibliotecários: o folheto “Regras gerais de catalogação” e o “Guia de Classificação Decimal” publicado pela Escola de Biblioteconomia e premiada em concurso da associação. Planejar para próximo futuro a organização de conferências com caráter de curso e tem em seu programa iniciar atividades com uma série de conferências sobre história geral. A essas seguir-se-ão outra sobre literatura, crítica literária, etc., visando sempre o levantamento do nível cultural dos bibliotecários.

Deixe dimensionar as bibliotecas universitárias que apesar de se destinarem a públicos restritos, pois que são especializadas, tiveram entretanto, algumas delas, papel preponderante na formação de pessoas que têm sido elementos valiosos no desenvolvimento geral da Biblioteconomia Paulista. Desse tipo é a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, reorganizada em 1931-32 por Sérgio Milliet da Costa e Silva, atual diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo.

Para finalizar escolhi o trabalho de D. Nair Miranda Pirajá, da turma de 1942, da escola anexa à Escola Livre de Sociologia e Política. Criou ela, no Brasil, a Biblioteca Ambulante do Soldado, junto a OFAG, com precioso auxílio do então comandante dessa instituição em São Paulo, capitão Geraldo Lemos do Amaral, cuja finalidade também compreendida, foi regulada pelo Ministério da Guerra e passou a depender da legião Brasileira de assistência.

Vistes, pois como a Biblioteconomia tem empolgado os paulistas, que se manifestaram, ora por iniciativa particular, ora por meio dos poderes públicos. Urge entretanto que esses postos sejam coordenados para poder produzir resultados.

Num maior intercâmbio com os esforços realizados em outros pontos do Brasil está a esperança da Biblioteconomia. Um congresso de bibliotecários, para esse fim, seria talvez aconselhável. É essa tare-

fa, a de orientar o povo para política da cultura, que é a arma que faz os grandes povos.

Onde exatamente estão os resultados obtidos pelo o que já se fez é difícil de dizer. Para onde devemos convergir os esforços, também não é simples determinar, mas se houver colaboração e entendimento, se fizermos uma política de boa vizinhança, forçosamente ainda teremos o prazer de ver florescerem as novas bibliotecas no sentido de difusão de conhecimentos que levaram o nosso povo a fazer parte das grandes comunidades, dos grandes povos, dos que trabalham pela política de cultura!



O ESTUDO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Antônio Caetano Dias

Os estudos de Biblioteconomia no Brasil, nestes últimos tempos, vem tomando um impulso digno de registro. Reconhece-se finalmente a utilidade da biblioteca como instrumento de Cultura e, principalmente, de trabalho. Procura-se então formar uma equipe de bibliotecários especializados, destinada à proteção e melhor aproveitamento dos acervos de nossas bibliotecas. O problema, aliás, não é recente. Desde 1911, com o desenvolvimento do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, vem sendo constantemente ventilado. Relatando as atividades da Secção das Bibliotecas do Instituto Nacional do Livro, o Dr. Augusto Meyer escreve com muita propriedade: “A seleção de obras, constituindo doações padronizadas ou não, conforme o tipo de biblioteca, intentava criar o leitor, despertando o hábito da leitura: mas, além disso (que era no fundo o nosso problema capital, principalmente no interior) tornava-se indispensável criar o bibliotecário”. (Introdução ao Compêndio de classificação decimal e índice alfabético”, coleção B 2: Biblioteconomia, vol. 5 do I. N. L.).

Podemos considerar oficialmente o ano de 1940 como ponto de partida para a definitiva aplicação, entre nós, dos novos métodos de organização de bibliotecas, principalmente no que se refere à arru-

mação dos livros por Sistemas de Classificação Decimal e catalogação uniforme dos acervos baseados em códigos já universalmente consagrados pela experiência. O Decreto-lei nº 2.166 de 6 de maio de 1940, desdobrando a carreira de bibliotecário-auxiliar e o Decreto-lei nº 6.416 de 30 de outubro de 1940, regulamentando o curso de que cogitou o art. 3 do Decreto-lei nº 2.166, constituíram a pedra fundamental de uma nova era para a Biblioteconomia Nacional.

O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, criado em 1911, mas começando a funcionar somente em 1916, com pouquíssimos alunos todos eles funcionários da Biblioteca, constituído por matérias que interessavam diretamente a esta repartição (a finalidade do curso era de promoção ou admissão), era um curso para a Biblioteca Nacional. Com o tempo, o interesse pelo curso ia aumentando. Aos poucos o número de inscrições seria constituído por pessoas estranhas ao quadro de funcionários. Outras bibliotecas sentiam a necessidade de bibliotecários especializados, notadamente as bibliotecas oficiais. O Curso Nacional, com seu programa naturalmente rigoroso, exigindo conhecimentos especializados de Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática (mais tarde suprimida) e História Literária Aplicada à Bibliografia, não estava ao alcance e nem atendia às necessidades do pessoal que seria destinado às bibliotecas modernas, relativamente pequenas, sem fundo apreciável no que se refere à produção bibliográfica anterior ao século XIX. O sentido de “biblioteca moderna”, com o livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliário, requeria métodos, nova técnica. Surgiu então o Curso do DASP. Funcionando apenas com finalidades administrativas resultantes dos decretos já citados, conseguia despertar enorme interesse, a ponto de trazer à Capital bibliotecários de outros estados.

Por outro lado, em São Paulo, desde 1936, com algumas interrupções, funciona um Curso de Biblioteconomia baseado também nos métodos americanos, conseguindo interessar vivamente, faltan-

do porém a necessária estruturação administrativa para o aproveitamento adequado do pessoal por ele formado.

Em brilhantes conferências pronunciadas nesta capital, a convite do DASP, D. Adelpha da Silva Rodrigues, ilustre bibliotecária paulista, teve ocasião de explanar minuciosamente o desenvolvimento biblioteconômico em São Paulo. Foi D. Adelpha a primeira bibliotecária brasileira a cursar nos Estados Unidos e organizar no Brasil a primeira biblioteca moderna, a do Mackenzie College, fundado posteriormente um Curso de Biblioteconomia, com a colaboração de M. Dorothy Muriel Geddes, bibliotecária americana contratada pelo Instituto Mackenzie. Estas conferências foram publicadas pelo Serviço de Documentação do DASP sob o título “Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo” (Rio, Imprensa Nacional, 1945).

Finalmente, a 2 de maio de 1944, publicava o Diário Oficial a reforma dos Cursos da Biblioteca Nacional. Pelo Decreto-lei de 27 de abril de 1944 os cursos ficaram divididos em Cursos Fundamental de Biblioteconomia, Curso Superior de Biblioteconomia e Cursos Avulsos.

Destina-se o primeiro à formação dos bibliotecários e os últimos tem por finalidade atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecários-auxiliares, divulgar conhecimentos sobre Biblioteconomia e promover a homogeneidade básica dos serviços de biblioteca. Cumpre-nos salientar a concessão de bolsas de estudos para os Cursos, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre os servidores estaduais e municipais com exercícios em bibliotecas.

À nomeação para coordenador, hoje diretor geral, foi das mais felizes. O dinamismo de Josué Montello aliado aos seus conhecimentos pedagógicos, professor de Administração de Bibliotecas, muito contribuiu para a subida transformação do panorama do ensino da

Biblioteconomia no país. Com um corpo docente rigorosamente selecionado e uma instalação no próprio edifício da Biblioteca Nacional que surpreendeu aos mais otimistas, constituiu esta reforma uma legítima glória para a administração do então Diretor Dr. Rodolfo Garcia.

O Instituto Nacional do Livro, paralelamente a estes esforços, vem prestando assistência constante a mais de 3.000 bibliotecas públicas em todo o território nacional, não se limitando apenas a enviar periodicamente doações em livros. Lançou também uma série de publicações, a Coleção B-2, Biblioteconomia, com 6 volumes já publicada no Brasil, destinada mais especialmente aos bibliotecários do interior que, fora de São Paulo e Capital Federal, não dispõem de elementos para se orientarem na organização de suas bibliotecas. À segunda edição do Guia das Bibliotecas Brasileiras (I. N. L. Coleção B-2 v.2) permite-nos fazer uma ideia do movimento que vem tomando, graças ao auxílio concreto do Instituto Nacional do Livro.

À publicação da Bibliografia Brasileira corrente, em forma de catálogo-dicionário, representa valor inestimável para bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia, pelo auxílio que lhes prestam suas informações vivas de entradas principais e cabeçalhos de assunto. Além destas iniciativas o Instituto se preocupa atualmente em organizar uma Biblioteca Demonstrativa, de caráter geral, na qual vem aplicando a técnica mais moderna de acordo com o que se vem ensinando naqueles cursos, esta biblioteca está instalada no edifício do IPASE, na sede da Associação dos Servidores Cíveis Brasileiros, segundo acordo firmado entre estas entidades. Organizada em estreita colaboração com as autoridades do assunto, além de servir ao público com seu serviço de empréstimo domiciliário, pretende o Instituto utilizar a Biblioteca Demonstrativa com centro de pesquisas, facilitando o estágio aos estudantes e promovendo palestras e conferências; exposições, etc.

Cumpre-nos ainda assinalar com satisfação a existência de Cursos de Biblioteconomia na capital da Bahia e na próspera cidade de Campinas em São Paulo.

Muito devem os bibliotecários à administração do Sr. Luís Simões Lopes no Departamento Administrativo do Serviço Público. As justas aspirações de uma classe esquecida sempre foram atendidas. Todas as iniciativas aqui relatadas, provenientes de vários setores da administração federal, foram apoiadas e efetivadas graças a larga visão do presidente do DASP, que por seu turno, organizou uma excelente biblioteca especializada em administração pública na qual tem estagiado muitos estudantes de Biblioteconomia. Conta esta biblioteca com uma organização primorosa que se deve à competente bibliotecária D. Lydia de Queiroz Sambaquy que também é uma grande entusiasta e animadora do movimento modernista, se assim pudéssemos chamar, da Biblioteconomia no Brasil.



O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA E SUA REGULAMENTAÇÃO⁹⁸

Antônio Caetano Dias

Inicialmente, podemos adiantar que tanto o anteprojeto sobre o ensino da Biblioteconomia, encaminhado pelo grupo baiano ao deputado Raimundo de Brito, quanto o anteprojeto encaminhado pelo grupo paulista ao deputado Ulisses Guimarães não tiveram ainda o seu andamento iniciado na esfera legislativa. Poderíamos enumerar outras iniciativas tomadas, inclusive oficialmente pelo Ministério da Educação e Cultural, que não alcançaram resultados positivos. Constatamos, desde logo, que o problema da regulamentação do ensino da Biblioteconomia em nosso país se encontra na estaca zero. Os esforços, até agora ainda não produziram os seus frutos. E não haveria melhor oportunidade do que esta, da realização deste Simpósio, para procedermos a um rápido levantamento da situação atual do problema.

No campo da Biblioteconomia devemos assinalar que da realização, em 1954, do Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia no Recife, até a presente data. Alguns progressos isolados puderam ser observados: a exigência da apresentação de diplomas expedidos por escolas especializadas para a prestação de recentes concursos

⁹⁸ Texto originalmente publicado na "Revista do Livro", Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 231-233, mar. 1959.

públicos (DASP, Petrobrás, Câmara dos Deputados e Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e o pronunciamento oficial do DASP, reconhecendo implicitamente o nível superior à carreira de bibliotecário. A esse respeito vale, para melhor divulgação, a citação de trechos do processo que provocou, do DASP, o reconhecimento que trará benefícios irrecusáveis à carreira. Refere-se o processo a um caso de acumulação que só poderia ser permitida se fosse reconhecida à carreira a condição de “técnica ou científica de nível superior”, de acordo com as disposições transitórias da nossa Constituição:

2. A situação do declarante é a de ocupante do cargo de bibliotecário do MEC e da função de professor dos cursos da Biblioteca Nacional. Atualmente, porém está afastado do primeiro cargo para exercer em Comissão de Diretor dos cursos da Biblioteca Nacional;

3. Cabe verificar, preliminarmente, qual a natureza do cargo de bibliotecário, com o objetivo de examinar o respectivo enquadramento no conceito que nos fornece o Decreto nº 35.956 de 1954;

Art. 3º - Cargo técnico ou científico é aquele para cujo exercício seja indispensável e predominante a aplicação de conhecimentos científicos ou artísticos de nível superior de ensino

a) O cargo para cujo exercício seja exigida habilitação em curso legalmente classificado como técnico, de grau ou nível superior de ensino;

b) O cargo de direção privativo de membro de magistério, ou de ocupante de cargo técnico científico.

4. Cumpre observar, a respeito, que o Regulamento dos Cursos da Biblioteca Nacional, aprovado pelo Decreto nº 15.395, de 27/4/44, determina que o diploma de bibliotecária seja conferido ao aluno que concluir o Curso Superior de Biblioteconomia. Para a matrícula nesse curso, exige-se a conclusão do Curso Fundamental de Biblioteconomia, dispensando-se da exigência os diplomados em Curso Superior, mediante exame de habitação;

5. Outrossim, o acesso à carreira de bibliotecário por ocupantes da carreira de bibliotecário auxiliar se realizará mediante apresentação, por parte dos últimos, do diploma do Curso Superior de Biblioteconomia (Lei nº 682, de 22 de abril de 1949, regulamentada pelo Decreto nº 27.097, de 26 de agosto de 1949;

6. Demais, a apresentação do diploma acima mencionado, ou outro equivalente expedido por estabelecimento de ensino nacional ou estrangeiro é indispensável à inscrição em concurso público para

ingresso na carreira de bibliotecário, conforme exige, para exemplificar, as instruções publicadas no Diário Oficial de 25 de setembro de 1953;

7. Verifica-se, pois, que o cargo de bibliotecário deve ser considerado como técnico ou científico, nos termos do art. 3º do Decreto nº 35.956 de 1954, transcrito no item 3 deste parecer.

Levando à consideração do Diretor Geral do DASP, o parecer emitido pela Comissão de Acumulação de Cargos, cujos trechos principais foram transcritos, foi o mesmo aprovado em 24-06-1957 pelo Dr. João Guilherme Aragão, e publicado pelo Diário Oficial de 26-06-1957.

Voltando ao problema da regulamentação do ensino, quer me parece que não dará bons resultados a prática até aqui adotada pelas Associações de Bibliotecários de remeterem a deputado, isoladamente, proposições de modificação de currículos e ampliações das atuais estruturas das escolas existentes. Trata-se de problema muito delicado que envolve a questão mais debatida e controvertida entre os próprios profissionais: a alteração dos currículos. Participando de uma Comissão Técnica na gestão do Ministro Antônio Balbino na pasta da Educação, tivemos ocasião de examinar diversos planos de reforma para a Escola de Biblioteconomia e jamais constatamos unidade de pontos de vista entre os nobres colegas que tem tratado do assunto. Daí, talvez, a razão pela qual até hoje não se tenha chegado a uma solução. Em relação aos cursos da Biblioteca Nacional, que temos a honra de dirigir, já em 1954, no Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, tivemos ocasião de reconhecer a necessidade de nova reforma com a recomendação nº 1, aprovado em plenário: “Aconselhar a reunião de uma comissão composta de representantes de todos os Cursos de Biblioteconomia, para o estabelecimento de um currículo único, com a presença de um representante da Diretoria de Ensino Superior do MEC (órgão que concede registro aos diplomas expedidos pelas Escolas Superiores)”. Como não chegou a se efetivar aquela

recomendação e não podendo esperar mais por uma ação em conjunto, tivemos a oportunidade de encaminhar às mãos do professor Celso Ferreira da Cunha, atual diretor Geral da Biblioteca Nacional, um projeto de reforma dos nossos cursos de Biblioteconomia, acompanhado pelo ofício G/112, de 19 de outubro de 1956. Tal projeto foi elaborado em sucessivas reuniões do corpo docente e traduz a média de opinião dos professores desse estabelecimento. Visa, a reforma proposta, a alteração do Decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944, que regulamenta o Decreto-lei nº 6.440, também de 27 de abril de 1944. Como se trata apenas de uma nova regulamentação, essa reforma torna-se viável porque poderá ser obtida mediante simples decreto do poder executivo. A alteração da lei (no caso o decreto-lei nº 6.440), importaria na elaboração de uma mensagem ao poder legislativo o que certamente tornaria o caminho muito mais longo.

Em síntese, as principais alterações propostas no nosso projeto de reforma são as seguintes: a) extinção imediata da matrícula ex-ofício nos exames de admissão ao Corpo Fundamental que permite a inscrição de candidatos que trabalham em bibliotecas de repartições públicas e não tem formação secundária completa; b) inclusão de mais um ano no Curso Superior de Biblioteconomia, todo ele dedicado à Documentação, visando também a formação de documentalistas, de acordo com as conclusões de especialistas estrangeiros no recente *“Congrès Internacional des bibliothèques et descentres de documentation”* realizado em Bruxelas, 1955.

Dezenove trabalhos foram apresentados naquele congresso sobre a formação profissional dos bibliotecários e documentalistas, reconhecendo-se a necessidade da reforma dos atuais currículos, adaptando-os às novas exigências da Biblioteconomia e da Documentação (Ver anexo).

Assim, sem poder alterar a nomenclatura dos cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, divididos em Curso Fundamental

e Curso Superior (na reforma proposta passaria dois anos), visto que o Decreto-lei nº 6.440 se refere expressamente aos dois (um ano cada, atualmente), poderíamos, em curto prazo, colocar os nossos cursos em condições de atender as novas exigências surgidas com o advento da Documentação. Teríamos ainda os cursos avulsos, de post-graduação, que continuariam a servir de elemento de especialização e atualização de conhecimentos para os bibliotecários e documentalistas já diplomados.

Quanto a possibilidade de se chegar a um acordo em torno de um currículo único para todas as escolas de Biblioteconomia do país, queremos acreditar ser possível se levarmos em conta um denominador comum: as disciplinas profissionais (Catalogação e Classificação, Organização e Administração de Bibliotecas, História do Livro e das Bibliotecas, Bibliografia e Referencia, Técnica de Documentação, Catalogação Especializada e Classificação Especializada). Em relação às disciplinas não profissionais (Seleção e Orientação de Leitura, História da Literatura ou Bibliografia Literária, Introdução à Cultura Histórica e Literária, Introdução à Cultura Artística, Introdução à Cultura Científica e Introdução à Ciência Filosófica), que constituem a origem das principais divergências entre os profissionais, poderiam ou não figurar nos currículos regulares ou então figurariam entre os cursos avulsos que, obrigatoriamente, teriam de fazer os candidatos ao diploma, não na sua totalidade, mas num mínimo de duas disciplinas optativas. A justificação que alguns grupos apresentam para a inclusão dessas disciplinas obrigatoriamente nos currículos regulares, como por exemplo, no curso da Faculdade de Santa Úrsula no Distrito Federal, se prende ao reconhecimento da insuficiência do ensino médio. É uma verdade reconhecida e proclamada por todos os educadores que lutam até hoje para uma reforma geral do ensino no país. A Lei de Diretrizes e Bases paralisada na Câmara desde 1950 seria o ponto de partida para a correção de um estado de coisas que

ainda perdura no panorama educacional do Brasil e que vem criando uma série de obstáculos para o ensino superior. Mas não queremos crer que possa corrigir essa situação através de uma sobrecarga nos currículos regulares das nossas escolas especializadas. A tendência para a especialização toma vulto cada dia maior. A própria Documentação é uma nova especialização que saiu da Biblioteconomia.

E a Documentação, por sua vez, estará sempre subordinada a qualquer ramo dos conhecimentos humanos. Assim sendo, tanto a Biblioteconomia quanto a Documentação estará, para o profissional, na dependência direta da sua inclinação ou da sua vocação. Tanto o bibliotecário quanto o documentalista será um especialista ou um profissional especializado que, de posse de uma técnica que, em princípio, serve para qualquer tipo de biblioteca ou centro de documentação, ele a aplicará no ramo ou no setor do melhor agrado. E os cursos de post-graduação então poderão orientá-lo no sentido da sua maior conveniência. Nesta ordem de considerações queremos crer que, para um melhor rendimento no Ensino da Biblioteconomia e da Documentação, se estrutura um currículo único, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura através do seu órgão competente, a diretoria do Ensino Superior, constituído das disciplinas básicas profissionais, deixando como facultativas ou optativas as disciplinas de Cultura Geral não profissionais de índole puramente vocacional.

É pensando do Diretor Geral da Biblioteca Nacional promover, sob os auspícios da Campanha para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão diretamente subordinando ao Ministério da Educação e Cultura, a reunião de uma comissão a ser constituída pelos representantes das diversas escolas de Biblioteconomia, a fim de discutir todos os trabalhos até agora elaborados, inclusive o da Biblioteca Nacional, para que se possa chegar a solução ideal de um currículo único. Com os meios necessários para promover essa reunião, a CAPES estará em condições de reunir no Distri-

to Federal todos os interessados para assim estabelecer as normas definitivas para a regulamentação do ensino da Biblioteconomia em nosso país e elaborar a mensagem que, partindo do executivo, levará outra força que não teriam as iniciativas isoladas. É para essa providência que, ao encerrarmos a nossa comunicação, pedimos aos ilustres colegas presentes a esta reunião que emprestem o seu valioso apoio.

ANEXO

(Cópia do ofício c/112, de 19 de outubro de 1956, dirigido ao Diretor da Biblioteca Nacional pelo Diretor dos cursos da Biblioteca Nacional, propondo a reforma do Decreto n.º 15.395, de 27/04/1944).

Senhor Diretor:

Decorridos doze anos na prática do ensino da Biblioteconomia na conformidade do Decreto-lei n.º 6.440, de 27 de abril de 1944 que se constituiu na chamada “Reforma Josué Montello” e que se destacou pelo espírito de reação contra uma preparação profissional do bibliotecário unicamente “ para a Biblioteca Nacional”, tornando essa formação extensiva a outros tipos de biblioteca, já se pode, no presente momento, constatar a insuficiência do atual currículo para atender às novas exigências da moderna Biblioteconomia.

Tanto na “Conferencia para o desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina”, promovida pela Unesco e OEA, em São Paulo, no ano de 1951, como no “Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia” realizado sob os auspícios da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife (julho de 1954), e mais recentemente no “*Congrès Internacional des Bibliothèques et des Centres de Documentation*”, realizados em setembro de 1955, na cidade de Bruxelas, diversos problemas foram estudados e debatidos sobre a formação profissional do bibliotecário. Em todas essas reuniões, notadamente no último Congresso de Bruxelas (1955), ficou patenteada a necessidade de uma revisão nos atuais currículos das Escolas de

Biblioteconomia existentes, a fim de que se possa atender às novas exigências surgidas com a avalanche, sempre crescente, da produção de matéria impressa.

Se, por um lado, o advento dos novos métodos da Documentação criou em alguns países europeus, a nova profissão de “documentalista” e, em consequência, para a formação desses especialistas, foram criadas escolas novas desligadas das escolas de Biblioteconomia, por outro lado nos países novos, notadamente nos Estados Unidos da América do Norte, as adaptações necessárias para atender a esse novo tipo de organização de trabalho intelectual, foram efetuadas dentro mesmo das escolas de Biblioteconomia.

A documentalista francesa Suzane Briet, em seu magnífico trabalho *“Formation des Bibliothécaires, plus particulièrement en vue de leur participation à l’avié économique et sociale”* (Congrès International des Bibliothèques et des Centres de Documentation. Bruxelas, 1955 v.1 p. 67-71), reconhecendo as diferenças observadas nas condições de trabalho nos países antigos em cotejo com os países novos, escreve com grande propriedade:

“Dans les vieux pays, les bibliothèques thésaurisent essentiellement, et les centres de documentation sélectionnent principalement. Dans les pays nouvellement équipés, la bibliothèque joue d’emblée le rôle de centre de documentation”.

Da leitura dos dezenove trabalhos apresentados sobre a formação profissional do bibliotecário no Congresso de Bruxelas, pode-se notar a inclinação da maioria dos especialistas para o processamento da revisão do currículo atual das escolas de Biblioteconomia no sentido de aparelhá-las especialmente para formar o bibliotecário especializado também em documentação.

“Com referência do conteúdo dos programas de ensino, a opinião geral do Congresso poderia resumir-se aos seguintes conceitos, segundo artigo de Cesário Goicoechea Romana, publicado no ‘Boletim de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas’ (35), p. 33:

“A) Suposta a unidade básica da profissão (incluídos os documen-

talistas), deveria esta traduzir-se numa semelhança também básica de doutrinas e métodos de formação, com oportunidade para ampliar conhecimentos especiais, segundo o interesse do aluno: Stokes, Lerena Matinez, Carbó e Lamb”.

“B) Independente de certas matérias técnicas dos programas escolares (Catalogação, Classificação, História do Livro, etc.). Convém incluir aquelas outras que visam a formação de especialistas de leitura pública: Breillat e Goicoechea”.

“C) No campo da atividade científica, a especialização dificilmente poderá surgir senão for provida sobre a base de uma preparação teórico-prática com estudos numa escola especializada: Barberi”.

“D) Cooperação internacional na formação dos bibliotecários especializados por meio de Escolas comuns a alunos de vários países: Cuninghan e Larsen, e por intercâmbio de programas e experiências escolares: delegação húngara”.

“E) Determinação de área de especialização bibliotecária e cooperação no estudo para prover educação especial para as referidas áreas: Cuninghan”.

“F) A formação profissional, depois de certa prática, requer um aperfeiçoamento que pode ser fomentado e adquirido mediante reuniões, cursos avulsos, estágios nos próprios países ou estrangeiro: Breillat”.

Considerações especiais merecem algumas opiniões que concretamente se referem à formação profissional de documentalista. Dr. K. Fill faz notar a tendência que atualmente prevalece em recrutar os futuros documentalistas entre os graduados científicos.

Não será difícil observar que são muitos os pontos de contato entre as exigências para a formação de documentalista com a preparação do bibliotecário. Contrariamente à tendência de uma diversificação das funções documentalista e bibliotecário e a criação de dois tipos de profissão, a senhora Lerena Martinez e R. R. Stokes insistem na unidade essencial dos métodos e fins daqueles e na possibilidade de transmissão das técnicas da documentação dentro dos programas gerais das escolas de Biblioteconomia. Para ambos só seria necessário que, nesses programas, se acentuasse o ensino de determinados

aspectos metodológicos da compilação e informação bibliográfica e da reprodução de documentos principalmente. Não obstante, a necessidade de uma prévia preparação científica, em maior ou menor grau, é posta em relevo tanto pela senhora Lereña Martínez como por outros congressistas.

Dentro dessa ordem de considerações e com o espírito voltado para o melhor aparelhamento de nossas bibliotecas e centro de documentação foi que, em reuniões sucessivas, o grupo atualmente no ensino das matérias que constitui o atual currículo dos cursos da Biblioteca Nacional chegou à conclusão de que se torna inadiável uma nova reforma que atenda às novas exigências da Biblioteconomia da Documentação.

Não se poderia emitir a tentativa de aproximar os bibliotecários já formados com os novos problemas da documentação, realizada nesses três últimos anos pelos cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Os Cursos Avulsos de Documentação ministrados por eminentes especialistas estrangeiros Herbert Coblans e Zeferino Paulo atestam a preocupação deste estabelecimento em promover a divulgação dos modernos processos da Documentação.

Sendo, assim, ponto pacífico que atualmente estrutura do ensino da Biblioteconomia não atende as modernas concepções e exigências das bibliotecas especializadas que são como sinônimos dos centros de documentação e que hoje se constituem em grande número, nada mais se deve aguardar para o rápido encaminhamento às autoridades competentes para os estabelecimentos de uma nova Regulamentação dos Cursos da Biblioteca Nacional que poderá ser obtida, através de um decreto executivo, alterando o vigente Decreto nº 15.395, de 27 de abril de 1944, que regulamenta o Decreto-lei nº 6.440, de 27 de abril de 1944.

Em anexo tenho a honra de encaminhar-vos o anteprojeto de decreto que, de acordo com a média de opinião do corpo docente des-

tes cursos, visa a colocar este estabelecimento em condições de melhor atender as recentes conquistas da técnica e da metodologia nos serviços de biblioteca e centros de documentação.

Aproveito o ensejo para reiterar-vos os meus protestos de elevada estima a distinta consideração.

Assinado: Diretor dos Cursos.

Nota: O anteprojeto de nova Regulamentação do Decreto-lei nº 6.440, de 27-04-44, em substituição ao Decreto nº 15. 395, de 27-04-44 poderá ser solicitado diretamente ao autor.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL⁹⁹ (ANÁLISE DA CONJUNTURA)

Antônio Caetano Dias

EXPLICAÇÃO

O professor Antônio Caetano Dias, que me sucedeu na direção dos Cursos da Biblioteca Nacional em 1948, deve ser considerado, por várias razões, uma figura benemerita da Biblioteconomia brasileira.

O trabalho que ele hoje publica, como contribuição de sua experiência e de seu propósito de ser útil à classe a que pertence, serviu de tese ao V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em São Paulo, sob os auspícios do Instituto Nacional do Livro, em janeiro de 1967.

A análise da conjuntura, evidenciando o crescimento do mercado de trabalho para os bibliotecários e ressaltando a importância da regulamentação legal da profissão, constitui um testemunho a mais de que o País entrou numa fase de desenvolvimento intensivo, que se reflete no campo da Biblioteconomia.

Nesse instante, não é o serviço público que se converte no grande mercado: é a iniciativa particular que entra na competição, atraindo os bibliotecários e dando-lhes oportunidade de trabalho.

⁹⁹ Texto originalmente apresentado no V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado no Estado de São Paulo, em 1967.

Podemos dizer, sem receio de erro, que a profissão alcança agora, por isso mesmo, a sua fase de consolidação, como instrumento de atuação cultural e social.

Houve uma fase em que o bibliotecário era o grande humanista que se assenhoreava de técnicas biblioteconômicas e atuava nas bibliotecas. Há pouco mais de trinta anos, alterou-se o equacionamento do problema. O bibliotecário foi considerado como um profissional de que se exigiam a vocação e a aptidão correspondente, com o preparo adequado.

A essa nova compreensão correspondeu o incremento da profissão na área do serviço público. A transformação do Curso da Biblioteca Nacional em 1944, substituindo a ênfase da preparação humanística pela ênfase da preparação de ordem técnica, reflete a nova tomada de posição na formação dos bibliotecários brasileiros.

Fazia-se necessário que a profissão ultrapassando os quadros do funcionalismo público, se transformasse gradativamente numa demanda geral, como mercado de trabalho. Foi o que a seguir aconteceu, sobretudo após a regulamentação da profissão em nosso país.

Ao Professor Antônio Caetano Dias, responsável pela formação técnica de sucessivas gerações de bibliotecários, como Diretor dos Cursos da Biblioteca Nacional, coube atuação relevante nessa regulamentação, cujos reflexos este trabalho expõe, aprecia e analisa com admirável compreensão.

Josué Montello

I - INTRODUÇÃO

O panorama geral da formação profissional do bibliotecário apresenta, em nosso país, na ocasião em que se realiza o V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, os mais variados e complexos aspectos.

O problema, antes circunscrito às poucas escolas existentes, ganha novas dimensões ao se projetar no setor educacional e cultural, com implicações também no campo científico e tecnológico.

É o que se pode observar, inicialmente, após atenta leitura dos estudos especializados que muito contribuíram, ao longo dos quatro congressos nacionais realizados, para situar o ensino da Biblioteconomia e Documentação dentro do complexo universitário brasileiro.

A partir do primeiro encontro dos bibliotecários em 1951, na capital paulista, durante a “Conferência para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas da América Latina, promovida conjuntamente pela UNESCO e OEA, foram iniciados os estudos visando a articulação dos congressos de Biblioteconomia. Nos seus temários tiveram lugar destacados os problemas relativos à formação profissional do bibliotecário brasileiro.

A abordagem inicial do problema, realizada em conjunto com representantes de outros países latino-americanos, muito contribuiu para que se concretizassem as aspirações dos bibliotecários brasileiros. Na cidade do Recife, no ano de 1954 realizou-se, finalmente, o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Os resultados do Congresso de Recife não se fizeram esperar. O equacionamento dos problemas mais importantes foi a marca predominante do conclave. E a fixação do currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação (Documenta, v. 10), pelo Parecer n.º 326, homologado em 4-12-1962, sua consequência mais relevante.

Incorporado definitivamente aos quadros do ensino superior, o bibliotecário diplomado alcançou, finalmente, uma situação profissional compatível com às severas condições exigidas para a sua formação.

A criação de novas escolas fora dos centros pioneiros, Rio e São Paulo, proporcionou a descentralização da formação profissional, graças ao critério da concessão de bolsas de estudos a candidatos re-

sidentes em estados onde não houvesse escola de Biblioteconomia.

Por ordem cronológica podemos registrar, pelas datas de fundação, as seguintes escolas de Biblioteconomia existentes:

- 1 - Cursos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1911).
- 2- Escola de Biblioteconomia de São Paulo (1938).
- 3 - Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia (1942).
- 4 - Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas (1945).
- 5 - Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Rio Grande do Sul (1947).
- 6 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco (1950).
- 7 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (1950).
- 8 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (1952).
- 9 - Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1957).
- 10 - Escolas de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (1959).
- 11 - Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (1961).
- 12 - Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (1963).
- 13 - Curso Autônomo de Biblioteconomia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1963).
- 14 - Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Ceará (1964).

15 - Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira” (1965).

Cumprir destacar, nesta oportunidade, a importante contribuição do Instituto Nacional do Livro para que o ensino da Biblioteconomia se estendesse a outros estados. O serviço de Assistência Técnica Regional do referido órgão promoveu a instalação de cursos intensivos nos estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Alguns desses cursos puderam se desenvolver e se transformar, posteriormente, em Escolas incorporadas às respectivas Universidades.

Paralelamente, na medida em que novas escolas se desenvolviam, surgiram as associações de classe reunindo os bibliotecários diplomados. O advento da Tecnologia e da Ciência, em nosso país, constitui-se em fator decisivo para impor novas concepções ao campo universitário e facilitou a compreensão dos responsáveis pela orientação do ensino superior em relação à Biblioteconomia e à Documentação.

O processo acelerado e vertiginoso da impressão tipográfica, jogando em circulação papel impresso de toda a natureza, notadamente revistas e folhetos de assuntos especializados, transformou gradativamente a mentalidade dos profissionais de nível superior e promoveu, como consequência lógica, a valorização do bibliotecário, conformando-se a previsão de Ortega y Gasset.

Chega, assim, a Biblioteconomia brasileira, ao seu V Congresso, com uma sólida infra-estrutura, constituída por quinze escolas e dezesseis associações filiadas a uma Federação (FE-BAB). E ainda com uma legislação profissional que confere aos bibliotecários o direito privativo ao exercício da profissão, contando com dez Conselhos Regionais e um Conselho Federal de Biblioteconomia, já instalados e em pleno funcionamento.

II - MERCADO DE TRABALHO

O aparelhamento indispensável das bibliotecas universitárias, dos centros de pesquisas, das bibliotecas públicas e escolares e as necessidades de organização racional dos centros de documentação para as atividades das empresas, são indícios da rápida expansão do mercado de trabalho para os bibliotecários brasileiros.

Os números alinhados em recente trabalho, editado pelo Instituto Nacional do Livro, de autoria de Laura Moreno Russo “A Biblioteconomia Brasileira, 1915-1965”, demonstram que apesar das quinze escolas de formação profissional, o Brasil ainda se ressentia de um déficit considerável em relação às suas necessidades de bibliotecários diplomados.

Formam, segundo a fonte citada, as Escolas existentes, cerca de 400 bibliotecários anualmente. Para uma população de 82.222.000 habitantes, conta o nosso país com apenas 4.332 bibliotecários diplomados, nem todos exercendo a profissão.

O Instituto Nacional do Livro informa, em seu relatório de 1965, a existência de 11.569 bibliotecas registradas e, já no mês de setembro de 1966, segundo dados oficiais, esse número se eleva a 12.568 bibliotecas.

Revelam esses números, numa fria evolução estatística, que para cada três bibliotecas brasileiras existe apenas um bibliotecário diplomado.

A Escola Inter-americana de Biblioteca, da Universidade de Antioquia, realizou em 1965, na cidade de Medellin, a “Primera Mesa de Estudios sobre la Información de Bibliotecários y Mejoramientos de Bibliotecários en Servicio en la America Latina”, e publicou as análises dos informes nacionais sobre o estado atual da profissão biblioteária na América Latina, em trabalho coordenado por Carlos Victor Penna e comentado por Maria Teresa Sáns.

No exame das perspectivas da profissão, numa projeção das suas necessidades para os próximos dez anos, a publicação alinha o Brasil como o de maior déficit em relação a bibliotecários diplomados. Indica a existência de 2.442 bibliotecários diplomados, exercendo a profissão, para uma necessidade de 10.226 bibliotecários, concluindo pelo déficit, em números inteiros, de 7.795 bibliotecários, o maior entre os países da América Latina. Um dos critérios adotados para calcular o número de profissionais, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, teve como base o estabelecimento da proporção de um bibliotecário para 2.000 leitores. Das principais conclusões da Mesa de Medellín destaca-se a previsão de que os países da América Latina precisa triplicar o número de profissionais diplomados para atender à crescente demanda de bibliotecários dentro dos próximos dez anos.

Talvez, para o Brasil, essas previsões sejam até modestas. A complexidade do panorama biblioteconômico brasileiro está intimamente ligado ao problema educacional e cultural. Que por sua vez está subordinado ao processo do desenvolvimento econômico.

Impossível prever, em nosso país, o ritmo de expansão do mercado de trabalho para o bibliotecário. A incorporação das disciplinas da Documentação aos currículos das escolas de Biblioteconomia, foi também fator decisivo para a ampliação desse mercado.

Somente para dar um exemplo do interesse de outras atividades profissionais pela Biblioteconomia e Documentação, vale citar duas recomendações do recente III Congresso Brasileiro de Engenharia. A primeira, destinada às entidades da Indústria e da Engenharia, no sentido da divulgação das fontes de aquisição de conhecimentos técnicos com o recurso dos centros de Documentação. E a segunda, sugerindo à Confederação Nacional da Indústria a criação de um centro de documentação para os processos técnicos, nacionais e estrangeiros, necessários à indústria.

O aproveitamento dos estudantes das escolas de Biblioteconomia do Estado da Guanabara (Biblioteca Nacional e Santa Úrsula), através de convênios com a Universidade do Estado de Guanabara e com o Instituto Nacional do Livro, em regime de estágio remunerado, é prova evidente da rápida absorção dos bibliotecários brasileiros nos centros de irradiação cultural.

III - RESPONSABILIDADE DAS ESCOLAS

A crescente demanda de trabalho, exaustivamente comprovada, necessitando sempre de um maior número de bibliotecários diplomados, impõe às escolas de Biblioteconomia um elevado grau de responsabilidade.

O funcionamento dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, exercendo a fiscalização determinada pela Lei 4.084, veio trazer maiores preocupações para as direções das Escolas, tendo em vista o insuficiente número de matrículas.

Maiores responsabilidades em relação à formação profissional recaem, nessas circunstâncias, sobre as Escolas de Biblioteconomia e Documentação. Sem prejuízo do aprimoramento na formação dos novos bacharéis em Biblioteconomia, devem as Escolas cuidar imediatamente de obter recursos para ampliar sua capacidade de diplomar maior número de bibliotecários.

Como consequência natural da implantação de legislação profissional, ocorrerá uma procura cada vez maior de bibliotecários diplomados. A prática, até agora observada, de formar elementos já empregados em bibliotecas ou centros de documentação, será alterada quando os Conselhos Regionais de Biblioteconomia começarem a exercer sua ação fiscalizadora.

A instituição de bolsas de estudo, nos regimentos das Escolas, deverá ser recomendada com ênfase especial. A Diretoria do Ensino Superior do MEC e a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de

Nível Superior (CAPES), poderão prestar substancial ajuda aos planos de convocação de candidatos residentes em estados onde não existam Escolas especializadas.

A implantação de Cursos de Pós-Graduação e Mestrado deverá ser cuidada com grau de prioridade somente pelas Escolas que tenham condições objetivas para tal. O Conselho Federal de Educação acaba de aprovar as normas para o estabelecimento desses cursos de acordo com o parecer do professor Newton Sucupira publicado na revista daquele órgão (Documenta v. 44).

A advertência de Edson Nery da Fonseca de que “constitui problema gravíssimo” o descuido das Escolas de Biblioteconomia na formação de bibliotecários especializados, encontrará sua solução natural nos Cursos de Pós-Graduação, desde que as escolas estejam em condições de realizá-los condignamente. Elas somente poderão cogitar de problema depois que tiverem sua estrutura de graduação devidamente consolidada.

A especialização do bibliotecário brasileiro se desenvolverá natural e progressivamente na proporção em que um contingente de profissionais diplomados (como já ocorre nos tradicionais centros culturais do país, Rio e São Paulo), puder atender à crescente demanda do mercado de trabalho, cada vez mais diversificado. Obviamente, a especialização estará sempre vinculada às possibilidades de emprego.

A Pós-Graduação trará reflexos importantes na formação e no aprimoramento dos professores, especialmente das matérias chamadas convencionalmente profissionais.

Um exemplo pioneiro de Cursos de Pós-Graduação, Especialização e Extensão pode ser citado, cabendo aqui uma referência especial ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Na gestão da professora Lydia de Queiroz Sambaquy foram realizados os cursos de Pesquisas bibliográficas em Ciências Agrícolas, dentro do verdadeiro espírito dos Cursos de Pós-Graduação.

O equipamento audiovisual e o aparelhamento das bibliotecas especializadas são problemas, também prioritários, das Escolas existentes. Estão vinculados diretamente ao aprimoramento dos futuros bibliotecários brasileiros. Na medida em que os recursos permitirem, elas devem emprestar importância fundamental ao reaparelhamento das suas bibliotecas, ampliando-as e atualizando-as. Para isso devem recorrer às fundações culturais e às principais fontes de intercâmbio. Pode-se ainda constatar que poucas são as Escolas que possuem bibliotecas-laboratório para o treinamento prático dos alunos.

Deve-se assinalar que todos os problemas referidos têm motivado constante preocupação dos responsáveis pelo ensino da Biblioteconomia e Documentação. As falhas e omissões verificadas nesta conjuntura são decorrentes, exclusivamente, da ausência de recursos. É o que demonstra o resultado de recente reunião promovida pelos Cursos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

IV - 1º SIMPÓSIO DO ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Com a presença da maioria dos representantes das Escolas de Biblioteconomia e Documentação existentes em nosso país realizou-se, no mês de novembro de 1965, por iniciativa dos Cursos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na oportunidade das comemorações do seu cinquentenário, o 1º Simpósio do Ensino da Biblioteconomia e Documentação.

Essa importante reunião foi uma consequência das recomendações expressas dos Congressos de Biblioteconomia realizados e se constituiu numa rara oportunidade que permitiu que fossem debatidos os mais variados problemas da formação de bibliotecários em nosso país.

O temário aprovado destacou os seguintes assuntos e ficou assim constituído:

Grupo 1 - Implantação da Lei nº 4.084, de acordo com o Decreto nº 56.725.

Laura Russo - São Paulo.

Myriam Gurjão de Mello - Brasília.

Esmeralda M. Aragão - Bahia.

Grupo 2 - Currículo mínimo.

Felisbela Liberato de Mattos Carvalho - Bahia.

Zilda Machado Taveira - São Paulo.

Heloisa de Almeida Prado - São Paulo.

Alda das Mercês Moreira da Cunha - Pará.

Zenaira Garcia Marques - Rio Grande do Sul .

Grupo 3 - Normalização da nomenclatura de matérias e disciplinas

Alfredo Américo Hamar - São Carlos - (SP).

Maria Martha de Carvalho - Minas Gerais.

Leila Haddad - São Carlos - (SP).

Sônia Corrêa - São Carlos - (SP).

Maria Ignez de C. Dias - São Carlos - (SP).

Grupo 4 - Aperfeiçoamento profissional.

Laura Maia de Figueiredo - Guanabara.

Maria Antonia Ribas Pinke - Campinas - (SP).

Maria Antonieta Ferraz - São Paulo.

Maria Letícia de Andrade Lima - Recife - (PE).

Grupo 5 - Intercâmbio com entidades de classe.

Laura Russo - São Paulo.

Myriam Gurjão de Mello - Brasília.

Esmeralda M. Aragão - Bahia.

Grupo 6 - Intercâmbio com outras escolas, Antônio Caetano Dias - Guanabara.

Hagar Espanha Gomes - Estado do Rio.

Zilda Galhardo de Araújo - Santa Úrsula - Rio de Janeiro.

Zenaira Garcia Marques - Rio Grande do Sul.

Como relator geral funcionou a professora Maria Luisa Monteiro da Cunha. A Secretaria dos trabalhos das sessões foi exercida pelos professores Xavier Placer e Lydia de Queiroz Sambaquy.

Das proposições aprovadas pelo plenário, após esclarecedores debates, foram destacadas as seguintes:

I - Seja criada a Associação Brasileira de Professores de Biblioteconomia e Documentação;

II - Que os currículos de Biblioteconomia incluam: Seleção de Material Bibliográfico e Audiovisual; Psicologia; Línguas Estrangeiras; Relações Humanas; Administração;

III - Que as Escolas normem os seus Cursos de Pós-Graduação;

IV - Que as Escolas de Biblioteconomia e Documentação instalem e mantenham Bibliotecas - laboratório.

V - Sejam estudadas pelas Escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase especial, Sistemas Regionais de Bibliotecas;

VI - Que as direções das Escolas de Biblioteconomia e Documentação reúnem suas congregações no sentido, de promoverem a organização da nomenclatura e seriação das disciplinas, tomando por base as considerações do Grupo 3, a fim de proporem a solução final do problema;

VII - Que as Escolas de Biblioteconomia e Documentação promovam cursos de especialização, extensão e pós-graduação, com a finalidade de ampliar e atualizar conhecimentos profissionais;

VIII - Que a edição da revista especializada, ora proposta, seja

atribuição da Associação Brasileira de Professores de Biblioteconomia e Documentação;

IX - Sejam incluídos nos orçamentos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação recursos para a realização de viagens de estudo com a finalidade de proporcionar a alunos e professores um intercâmbio objetivo de conhecimentos entre os centros bibliotecômicos;

X - Que o resumo dos depoimentos e das sugestões sejam encaminhados ao Conselho Federal de Educação, por intermédio do acadêmico professor Josué Montello e também à Diretoria do Ensino Superior.

Cabe aqui um registro especial em relação a Josué Montello. Primeiro Diretor dos Cursos da Biblioteca Nacional, foi o autor da Reforma de 1944 e colaborou decisivamente para a aprovação do currículo mínimo no Conselho Federal de Educação.

V - BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO: ainda um problema?

Em recente reunião promovida pela Universidade do Estado da Guanabara, em colaboração com a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, realizou o I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL. O tema debatido foi a “exequibilidade da criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural”.

Entre as recomendações aprovadas destacam-se as seguintes:

6^a - Que seja estudada a reforma de curriculum dos Cursos de Biblioteconomia, a fim de proporcionar aos bibliotecários uma formação adequada, capacitando-os a exercer as suas funções em consonância com as imperiosas necessidades do País nesse setor;

7^a - Que seja revista a legislação concernente às categorias profissionais de bibliotecários e documentaristas para que fiquem ni-

tidamente delineadas as suas atribuições, e, em consequência, proporcionando a ambas oportunidades no campo da organização e da divulgação, difusão e disseminação da informação especializada.

Quase ao mesmo tempo ocorria, na Universidade de São Paulo, a criação da Escola de Comunicações Culturais, pelo Decreto nº 46.419, de 16 de junho de 1966, publicado no Diário Oficial do Estado na data de 17-6-1966, compreendendo inicialmente os cursos de jornalismo, rádio e televisão, arte dramática, cinema, biblioteconomia, documentação e relações públicas.

Inspirada nos mais elevados propósitos essa iniciativa, no entanto, incorreu na impropriedade de considerar como cursos separados a Biblioteconomia e a Documentação.

Vale lembrar, nesta oportunidade, as previsões de Suzanne Briet e Herbert Coblans, fortalecidas pelos depoimentos de Jesse Shera e Verner Clapp. Ao responder a uma pergunta “que faz o documentarista que o bibliotecário não possa fazer?” Shera respondeu: - “nada; isso é uma questão de terminologia...”

Seria fatídico reproduzir as opiniões, nacionais e estrangeiras, em relação ao problema Documentação x Biblioteconomia.

Mas não podemos deixar de citar o excelente trabalho de Maria Luiz Monteiro da Cunha “Formação Profissional”, apresentado na reunião de Washington, promovida pela OEA. “*Round Table on International Cooperation for Library and Information Services in Latin America*”, quando analisa com lucidez e precisão o panorama geral da formação profissional do bibliotecário em nosso país e defende a tese correta, na linha das necessidades atuais da nossa conjuntura, que as Escolas de Biblioteconomia e Documentação devem manter seus cursos atualizados e em condições de preparar bibliotecários para qualquer tipo de biblioteca ou centro de informação bibliográfica.

O perigo da separação das duas atividades, Biblioteconomia e Documentação, felizmente está superado em nosso país como em outros. A incorporação das disciplinas ao currículo das Escolas de Biblioteconomia e Documentação e a inclusão das atividades dos documentaristas nos textos legais da legislação profissional são realidades irreversíveis. O que não impede, porém, que de quando em vez surjam manifestações em sentido contrário.

Acreditamos que as associações de classe em geral e as FE- BAB em particular, articuladas com os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Biblioteconomia, serão os instrumentos hábeis para superar as últimas tentativas de diversionismo entre bibliotecários e documentaristas.

VI - CONCLUSÕES

Da análise da conjuntura atual do panorama da formação profissional do bibliotecário brasileiro pode-se extrair algumas conclusões que sirvam para as recomendações finais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO:

- a) fortalecimento das Escolas já existente através do aumento dos recursos financeiros para aumentar a capacidade de diplomar maior número de candidatos;
- b) criação de novas escolas;
- c) instituição de bolsas de estudo;
- d) instituição de Cursos do Pós-Graduação, Especialização e Extensão, quando as condições permitirem;
- e) ampliação de equipamento audiovisual, das bibliotecas especializadas e bibliotecas-laboratório;
- f) intercâmbio entre as Escolas com o incremento das viagens de estudo;
- g) aperfeiçoamento dos professores das disciplinas profissionais;

h) incorporação das Escolas ainda não vinculadas às Universidades;

No balanço geral das atividades inerentes à formação profissional do bibliotecário brasileiro, é fácil constatar o avanço constante e progressivo das suas realizações. As últimas reivindicações alcançadas pela classe, especialmente verificadas no campo do exercício profissional, são decorrências lógicas do fortalecimento da sua base de sustentação, representada pelas escolas e Associações, agora reforçada com a criação dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Biblioteconomia.

A recente criação, pelo Governo, do Conselho Federal de Cultura, proporcionando, às atividades culturais, um fundo de cultura, nos moldes do fundo de educação, deverá trazer as mais benéficas consequências para o desenvolvimento cultural brasileiro.

O baixo grau de prioridade, atribuída às atividades culturais, dentro do planejamento global do orçamento da União, somado às dificuldades impostas pela burocracia, constitui-se no principal obstáculo ao desenvolvimento da Biblioteconomia em nosso país.

Com a formação do Conselho de Cultura os problemas vinculados ao sistema biblioteconômico serão projetados numa escala de prioridade compatível com a sua importância dentro do complexo cultural brasileiro.

Realizações que, ao nosso ver, servirão de estímulo e motivação às lideranças da classe para a consolidação de uma profissão predestinada a prestar mais relevantes serviços à casa cultural e educacional, ao progresso da técnica e da ciência, como importante peça no mecanismo do desenvolvimento do nosso país.

E para encerrar o presente informe, nada mais apropriado do que a transcrição do depoimento de Adonias Aguiar Filho, atual Diretor da Biblioteca Nacional:

“As reivindicações nacionais, pedindo soluções urgentes para sua realidade cultural, não têm como progredir fora da organização e sistematização das bibliotecas e dos órgãos de pesquisas e documentação. Torna-se indispensável, em consequência, o trabalho teórico de verificação que, coordenando os problemas em suas próprias áreas definidas, possa configurar científica e racionalmente o quadro atual das bibliotecas face às condições sociais brasileiras”.

REFERÊNCIAS

Antioquia. Universidad. Escuela Interamericana de Bibliotecología - Resultados de la Primavera Mesa de Estudios sobre la formación de bibliotecários y mejoramiento de bibliotecarios en servicio en la America Latina... Investigación dirigida por Carlos Victor Penna. Tabulación y análisis preliminar por Maria Teresa Sáenz... Medellin, Colombia, 1965.

Briet, Suzanne - Formation des bibliothécaires, plus particulièrement en vue de leur participation a la vie économique et sociale (in Congrès international des bibliothèques et des centres de documentation. Bruxelles, 1955).

Coblans, Herbert - Introdução ao estudo de documentação. Trad. do original inglês por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio, Serviço de Documentação do Dasp.; 1957.

Tendências modernas do currículo no ensino da Biblioteconomia. Rio. Cursos de Biblioteconomia, 1964.

Documenta ... órgão do Conselho Federal de Educação ... v. 44 (dez. 1965), Monteiro da Cunha, Maria Luisa - Formación profesional (in Round Table en international cooperation for library and information services in Latin America. Washington, Pan American Union, 1966).

Nery da Fonseca, Edson - Universidade e informação científica. Belo Horizonte. Curso de Biblioteconomia da U.M. G.; 1965.

Ortega y Gasset, José - Misión del bibliotecario (y otros ensayos afines). Madrid, Revista do Ocidente, 1962.

Russo, Laura Garcia Moreno - A Biblioteconomia brasileira. 1915-1965 ... Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966.

Round Table on international cooperation for library and information services in Latin America... Washington, Organization of American States, 1966



A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTARISTA: situação e perspectivas no Brasil¹⁰⁰

Esmeralda Maria de Aragão

Sinopse

A profissão de Bibliotecário-Documentarista em quase todos os países do mundo e especialmente no Brasil, está ainda na dependência de fatores comuns, desde a sua formação através de Escolas [de Biblioteconomia incorporadas às Universidades, até um melhor planejamento e organização dos serviços para bibliotecas que se pretende criar; legislação específica para assegurar uma regulamentação dos cursos e currículos das escolas; legislação para regulamentação da profissão e seu exercício no país; entrosamento necessário entre Escolas e Associações de Classe para a elaboração e desenvolvimento de planos publicitários visando atrair a opinião pública e os órgãos governamentais para o trabalho do bibliotecário-documentarista, atrações da carreira e vantagens de exercício da profissão. As Escolas de Biblioteconomia no Brasil, incorporação às Universidades e criação de novas escolas.

As perspectivas futuras a respeito da formação profissional: o planejamento da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia, a Universidade de Brasília e a Faculdade de

¹⁰⁰ Texto originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

Biblioteconomia como faculdade de base; os projetos em trâmite na Câmara Federal; trabalho da FEBAB junto às Associações de Classes e aos poderes executivo e legislativo.

Pequenas salas de suas Prefeituras acervos inadequados, fora do interesse comum da população, denominando-os pomposamente de “bibliotecas”. A mentalidade colonial brasileira está, de fato, muito arraigada no espírito da nossa gente, de um modo geral e especialmente entre os homens de governo. A idéia de se criar e instalar uma biblioteca não pressupõe, as mais das vezes um estudo e planejamento necessário à sua existência e atuação na comunidade. Uma previsão, para que e para quem vai ser criado o serviço não entra na cogitação dos planos. Quem vai dirigir e orientá-lo? Na maioria das vezes, pessoas sem a necessária formação profissional.

O fato é, que, não existindo um planejamento racional normalizado e estruturando a instalação de bibliotecas em todo território pátrio, impedindo as demagógicas instalações de serviços improvisados, não se atentou bem para a falta de profissionais que possam cobrir todas as necessidades administrativas dos mesmos. Ainda há falta, sobretudo, de uma mentalidade biblioteconômica, capaz de entender da necessidade de se incrementar a existência de novas escolas, dando-lhes amparo legal, prestígio e influência para solucionar os problemas atinentes à criação, instalação e desenvolvimento das bibliotecas.

Se é verdade que há perspectivas de modificação desse programa pela atuação da classe, através as associações e escolas de biblioteconomia, na luta pela aprovação de dois projetos de leis em trâmite na Câmara Federal, há que se insistir, com veemência, junto a todos os governantes brasileiros, para a solução do problema.

A avassaladora torrente evolutiva de todas as esferas científicas e técnicas que impulsionam a vida brasileira, está a exigir e reclamar não só para o interior, onde se deseja instalar casas poderosas “agên-

cia educativas”, como centros dinamizadores de toda a cultura, plasmadores da mentalidade nacional, mas, especialmente, nos grandes centros, onde as ciências e técnicas se desenvolvem, na busca incessante de novos processos.

Uma especial atenção há que se dispensar para o aumento quantitativo desses profissionais Bibliotecários-Documentaristas, responsáveis pelo êxito da informação e documentação no Brasil.

AS BIBLIOTECAS E OS BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL

Face à complexidade de problemas que envolvem a instalação e organização de bibliotecas públicas de caráter popular, serviços técnicos especializados para vários setores da vida nacional, a falta de pessoal categorizado, profissionalmente capacitado, constitui um dos mais sérios problemas, a todas as áreas do imenso território brasileiro a dinamização dos serviços biblioteconômicos.

O Instituto Nacional do Livro em recente publicação apresentou um levantamento de 7.000 bibliotecas brasileiras em todo território nacional, salientando, na parte introdutória o seu organizador, Dr. Hélio Gomes Machado, a triste revelação de que, em realidade, um milheiro apenas dessas bibliotecas merecem a denominação específica, acrescentado ainda que “a evolução ideal das bibliotecas existentes está, na dependência, tão somente, da formação de técnicos capacitados, profissionais comuns, apenas, nos centros mais adiantados o país”.¹⁰¹

Cumprindo uma daquelas condições primordiais de cultura dos tempos coloniais, governantes brasileiros ainda há que se preocupam em reunir em providencias a serem encaminhadas em forma de recomendações, por este Congresso: campanha para criação de novas escolas incorporadas às Universidades; campanha para aprovação dos dois projetos de lei em trâmite a Câmara Federal; recomendações

101 Guia das Bibliotecas Brasileiras. 3ª edição, Rio de Janeiro, 1955.

às Associações e Escolas para elaboração de planos publicitários em torno da formação profissional do Bibliotecário-Documentarista e exercício da profissão no país.

A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTARISTA

Sua formação

A profissão de bibliotecário-documentarista, a para da crescente imposição social para a criação de serviços modernamente aparelhados que respondem a toda sorte de indagações feitas pelo homem de ciência ou mesmo pelo homem comum, no afan de inteirar-se pelo que realizou e realiza o seu semelhante nos quatros cantos do globo, apresenta aspectos comuns a quase todos países.

Recentes informes publicados pela UNESCO em seu “Boletim para las Bibliotecas” relatam a situação em diversos países da Europa e da Ásia, reportando-se, de modo geral, à afirmativa de que a escassez de profissionais bibliotecários-documentaristas é o fator responsável pelo não funcionamento de melhores serviços biblioteconômicos.

Revela-se também que a formação de tais profissionais é feita através Escolas de Biblioteconomia e os currículos das mesmas variam, assim como a duração dos cursos que vão de 2 a 4 anos. A tendência mais acentuada e aconselhada pelos “experts” é de se incorporar as Escolas às Universidades, com o planejamento de programas e métodos de ensino semelhantes aos ministrados por escolas superiores para médicos, advogados e outras profissões liberais.

Em seu trabalho sobre a formação profissional do bibliotecário Periam Danton, salienta que, entre vários fatores, para se conseguir uma boa formação profissional de bibliotecário, devemos observar: a) criação de Escolas de Biblioteconomia com objetivos definidos; b) elaboração de planos de estudo e métodos de ensino; c) seleção do corpo de professores; d) seleção e recrutamento nos estudantes; e) emprego

para os diplomados e estudantes.¹⁰² No desenvolvimento destes pontos Danton alude a problemas outros que estreitamente relacionados aos mesmos, quais sejam, a situação econômica e financeira, horário de funcionamento das escolas, atividades desenvolvidas pelos estudantes, material didático apropriado e pelas pesquisas bibliográficas. Argumenta principalmente sobre a importância de que as Escolas estejam nas Universidades como qualquer outra de ensino superior, citando o informa de C. C. Williamson, “Training for Library Service”, que deu maior impulso à tese.

Marietta Daniels em seu informe “Estudios y Concimientos em Accion” focaliza os serviços e organizações das bibliotecas na América Latina, situando a formação técnica do bibliotecário observa: “El poder contar com bibliotecários y bibliógrafos debidamente preparados, es tan importante para la creación y mantenimiento de las bibliotecas y servicios de información, como lo es para las escuelas contar com maestros o para los hospitales com médicos”. Também Carlos Victor Penna em seu documentado trabalho “Bosquejo de um plan de estímulo y desarrollo de los servicios bibliotecários” assim nos fala sobre a existência de bons serviços em relação com a preparação profissional do bibliotecário: “Para disponer de um buen servicio em el campo de las bibliotecas se requiere, además de los recursos materiales, de una administración bibliotecária basada em princípios válidos para las condiciones del país y personal capaz de poner em funcionamiento tal administración. Por tal motivo, em el planeamiento que nos ocupa, ele factor personal es de fundamental importância”.

A preparação profissional do bibliotecário atinge, em nossos dias, aspectos de tamanha importância em todo o mundo civilizado que já não se compreende entregar a organização e direção de serviços biblioteconômicos senão a profissionais que hajam realizado

¹⁰² Na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Bahia os estudantes realizam estágio gratuito de 200hs e recebem gratificação pelas horas excedentes do estágio. A partir da 2ª série os alunos já podem ser indicados para trabalhar em bibliotecas com a supervisão de um professor da Escola.

uma boa formação em escola de Biblioteconomia. Por seu turno, a evolução das técnicas biblioteconômicas fez surgir o binômio: bibliotecário-documentarista. As Escolas de Biblioteconomia passaram a se denominar Escolas de Biblioteconomia e Documentação, incluindo nos seus currículos as técnicas documentais, capacitando, assim, os seus alunos a realizarem nas bibliotecas ou nos chamados “Centro de Documentação”, o trabalho que a investigação e a técnica científica, artística e literatura estão a exigir para a consecução dos seus empreendimentos. Tal vem sendo a atenção dispensada aos serviços de documentação que uma pequena corrente cogitou dissociar a documentação da biblioteconomia. Esta tentativa porém, não surtiu o efeito desejado, pois, é fora de dúvida que a documentação não passa da evolução natural da biblioteconomia. Esta é a opinião da maioria dos bibliotecários-documentaristas em todo o mundo.

A bibliotecária paulista Maria Luiza Monteiro da Cunha apresentou, à 26^a Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação, eficiente trabalho sobre o assunto, ao qual acrescentou um questionário realizado com vários bibliotecários de renome internacional.¹⁰³ Na conclusão desse trabalho esboça a opinião acima, acrescentado, com referencia à situação da América Latina e especialmente o Brasil, os principais pontos pelos quais estamos em vantagem para com outros países no que concerne à formação de documentaristas, salientando a fase de transição que atravessamos, e estudos já realizados por grupos de bibliotecários brasileiros diplomados pelas Escolas de Biblioteconomia e Documentação de país.

Estas, a par de virem reformando seus currículos com o acréscimo de novas técnicas e disciplinas de integração cultural, vêm estudando também a possibilidade de criarem cursos de pós-graduação visando formar especialistas. Vejamos as escolas de Biblioteconomia no Brasil.

103 Maria Luiza Monteiro da Cunha. Formação profissional - documentaristas e bibliotecários.

AS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL

Acham-se em funcionamento no Brasil várias Escolas e Cursos de Biblioteconomia assim enumerados: Rio de Janeiro (Est. da Guanabara), os cursos da Biblioteca Nacional e Escola de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Úrsula; S. Paulo, a Escola de Biblioteconomia anexa à Escola de Sociologia e Política, o Curso de Biblioteconomia da Faculdade Sedes Sapientiae e a Escola de Biblioteconomia de Campinas, anexa à Faculdade de Filosofia; Porto Alegre, o Curso dado pelo Departamento de Serviço Público; Santa Catarina; Paraná, a Escola de Biblioteconomia patrocinado pelo Instituto Nacional do Livro; Pernambuco, Curso de Biblioteconomia anexo à Universidade do Recife; finalmente a Escola de Biblioteconomia e documentação da Universidade da Bahia. Até o momento, só a Escola da Bahia e a do Instituto Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, têm a denominação de Escola de Biblioteconomia e Documentação. Todavia, porém, as demais Escolas e Cursos já estão providenciando a reestruturação de seus currículos, sendo a Documentação matéria básica de formação técnica em todos eles, de acordo com as últimas recomendações aprovadas no 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Salvador, em julho de 1959¹⁰⁴. Outra recomendação também aprovada naquele conclave diz respeito à duração dos cursos para um mínimo de 4 anos e incorporação das Escolas às Universidades. Até o momento, apenas a Escola da Bahia já atende a essas duas recomendações isto é; curso com duração de 4 anos e incorporação à Universidade.¹⁰⁵

A par da aprovação dessas importantes recomendações de 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, duas outras, de capital importância também foram aprovadas a respeito da legislação do ensino de Biblioteconomia e Documentação e da regu-

104 Abner Lellis Corrêa Vicentini - A documentação no Brasil.

105 *Op. cit.*

lamentação da profissão e seu exercício no país.¹⁰⁶ Apesar das recomendações, a situação continua a mesma, decorrido 1 ano e meio da realização do Congresso.

De referência ao que ficou estabelecido pela Comissão designada pelo Ministério da Educação e Cultura, para estudar a padronização dos currículos, os mesmos terão duração mínima de 4 anos e matérias básicas de formação técnica obrigatória tais como: classificação, catalogação, organização de bibliotecas, referências, bibliografia, documentação, história e seleção de livros. Além dessas matérias outras de integração cultural devem ser ministradas.

Sugere-se a inclusão da Psicologia Social, Psicologia das Relações Humanas e Públicas e Publicidade, como de importância primordial para que se dê ao estudante de biblioteconomia e documentação melhor preparo psicológico para saber lidar com o público nas suas variadas e complexas parcelas individuais representadas pelos frequentadores da biblioteca. Não se compreende que possa existir um bom bibliotecário sem a necessária formação psicológica e, especialmente, desconhecendo as normas e princípios estabelecidos para o trato formal e informal com o público. Saber informar não é suficiente para o tipo de serviço que a biblioteca deve prestar: é imprescindível gostar de informar.

A Administração Científica, a Literatura em suas várias épocas e idiomas, o estudo das línguas, as introduções aos diversos campos artísticos, técnicos e científicos, são indispensáveis também à boa formação dos Bibliotecários-Documentaristas, como “background” cultural para o desempenho de suas funções.

A – REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

O Projeto de lei nº 4.770/58 que regula a profissão de Bibliotecário-Documentarista no Brasil, ainda tramita morosamente na Assem-

106 Op. cit.

bleia Legislativa Federal, apesar da vigilante assistência que lhe tem sido dispensada pela FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) e outras associações regionais, através ofícios e pedidos pessoais aos deputados para sua aprovação. Acreditamos que há necessidade de se fixar, neste Congresso, uma campanha mais intensa para o êxito final de tais providências.

Sem uma lei que regulamento a profissão o seu exercício no país, não se poderá evitar as nomeações improvisadas ou indiscriminadas que ainda proliferam entre nós, fruto de uma incompreensão das necessidades de bons serviços funcionando em lugar de serviços deficientes, mal dirigidos e orientados, por pessoas sem gabarito e formação profissional.

Foi flagrante a injustiça feita à classe através a Lei 3.780 de 12-7-60, excluindo o bibliotecário da categoria de N.U., relegando-o a uma posição não só injusta como ilegal, pois, de há muito a Biblioteca Nacional vem registrando seus diplomas na Divisão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e a Escola da Bahia desde 1955, quando acertou convênio com a Universidade da Bahia, tal situação vem motivando protestos da imprensa brasileira através seus mais categorizados comentaristas do Rio e São Paulo e está a exigir de nossa parte providências mais energéticas, através a FEBAB e junto à Câmara Federal, Senado da República ou próprio Presidente para que nos seja reconhecido este direito.

Uma medida aconselhável e de certo modo alicerçamento, seria que os Estados da União, a exemplo de que se fez na Bahia, regulamentassem o exercício da profissão de bibliotecário como fez a Lei 675 de 25-11-1954, a qual estruturou o pessoal de N.U. no Estado, incluído o bibliotecário.

A batalha em assegurar para a profissão de bibliotecário-documentarista no Brasil legislação específica para o ensino, reformando-o para garantir uma melhor formação profissional e a

conquista da regulamentação, terá que ser feita agora pela FEBAB, criada como uma das mais importantes resoluções do 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.¹⁰⁷ A FEBEB nasceu sob a inspiração das mais sentidas reivindicações da classe, como um inativo mesmo da nossas próprias necessidades para o estabelecimento de melhor orientações e coordenação das atividades, através do órgão centralizador, com atribuições de defesa e incentivo ao desenvolvimento durante o primeiro ano, levando ao Conselho Deliberativo e Assembleia dos Delegados da mesma, em suas reuniões de julho do ano passado, no Rio de Janeiro, por ocasião da 26ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação. Deveria ser eleita naquela oportunidade, pela Assembleia dos Delegados, a primeira Diretoria, achando porém, a maioria dos delegados presentes, mais conveniente a transferência da eleição e posse para o novo encontro da classe neste 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação que ora se realiza nesta cidade de Curitiba.

Esperamos que, neste Congresso, sejam finalmente eleitos os primeiros dirigentes deste importante órgão federativo da classe, responsável, a esta altura, pelos trabalhos de organização e coordenação das suas atividades em todo país.

COLABORAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COM AS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA

Faz-se mister agora que as associações de classe regionais realizem nos seus Estados um trabalho de colaboração com as Escolas de Biblioteconomia a fim de que se estabeleça a elaboração de planos publicitários atraindo as atenções das elites e do poder público para o trabalho que realiza o bibliotecário.

Compete às Associações o papel de defensores mais ativos e vigilantes ao aproveitamento de pessoal e estímulo à criação de servi-

107 Laura Garcia Moreno Russo e Rodolfo Rocha Jr. - Federação das Associações de Bibliotecários.

ços, e especialmente unir os componentes da classe para as discussões de planos e atividades.

Por sua vez, cabe às Escolas o fornecer às Associações as possibilidades para a elaboração de projetos, e toda sorte de informação técnica que só um estabelecimento de formação profissional pode e deve dispensar aos integrantes da profissão, a braços, muita vez, com problemas administrativos de interesse da comunidade, e até mesmo de ordem puramente técnica.

Esta tarefa, realizada assim em perfeita comunhão de ideias e propósitos, visa objetivos definidos e concretos: tornar a profissão prestigiada, impondo-se no conceito público como profissão tão importante e necessária como o soem ser as demais profissões, ditas liberais.

A união desses dois órgãos de formação e defesa da classe dará possibilidades a que acorram a ela jovens interessados pelas perspectivas apontadas, através um bom trabalho publicitário. Além disso, como profissão nova, há que incentivar um maior labor intelectual por parte de professores e especialistas para a organização de trabalhos didáticos sobre as várias técnicas aplicadas, pesquisas bibliográficas de toda ordem. Fomentar, enfim, uma cultura mais ampla, com a realização de conferências e congressos nacionais e regionais para que se faça o intercâmbio e troca de experiências entre profissionais de outros pontos do país e mesmo de interessados e colaboradores de outras profissões. A aproximação com profissionais e entidades de classes das demais profissões liberais e técnicas é trabalho que está na órbita das associações de classes.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Não se poderá afirmar, sem incorrer na falta de veracidade de dados, que a situação da profissão de Bibliotecário-Documentarista no Brasil seja, de um modo geral, excelente, ou menos satisfatória. A

realidade porém, deixa-nos antever, num futuro próximo, perspectivas bastante promissoras quanto à sua formação e atuação em nosso ambiente social.

Com relação à existência de planos para a formação de profissionais e aparelhamento das escolas, temos a salientar o que vem de ser recentemente elaborado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia. Dentro em pouco será construído, no Parque Universitário da Universidade, ao Canela, um prédio onde serão instalados a Escola de Biblioteconomia e o Serviço Central de Informações Bibliográficas atendendo, de modo satisfatório e mesmo excelente, às necessidades de nossas escolas: funcionamento em prédios próprios e integrados na Universidade. No planejamento, incluiu-se ainda a possibilidade de darem, alunos e professores tempo integral, cursos de pós-graduação, etc.¹⁰⁸

Ainda na Bahia em 1957 a Escola de Biblioteconomia e Documentação projetou, a pedido do então prefeito da Cidade do Salvador, Dr. Hélio Machado, a Biblioteca Pública Municipal de Salvador. O projeto foi elaborado após estudos da densidade populacional da Cidade do Salvador, estabelecendo os locais, bairros e subúrbios, onde deverão ser instaladas as bibliotecas da rede, maneira de distribuição do serviço, admissão de pessoal, orçamento para execução do projeto, etc.

No ano de 1960, foi solicitada à mesma Escola a necessária orientação para o levantamento da planta da Biblioteca Pública de Feira de Santana, próspera cidade do interior baiano. Neste caso foi o próprio arquiteto encarregado do projeto de construção, quem se dirigiu diretamente à escola a qual lhe colocou em mãos todos os dados necessários.

A elaboração de projetos dessa natureza, por parte das Escolas de Biblioteconomia do país, vai ao encontro da opinião de diversas

108 Planejamento e organização em anexo.

autoridades biblioteconômicas internacionais que aconselham um perfeito entrosamento entre as autoridades, arquitetos, construtores, etc. e bibliotecários, em planejamentos desta natureza.

De grande importância para a formação profissional do bibliotecário-documentarista, é, sem dúvida, o projeto que vem de ser apresentado à Câmara Federal criando na Universidade de Brasília, e, como faculdade base, a Faculdade de Biblioteconomia. Diretamente ligada a ela está a Biblioteca Central servindo de laboratório para as práticas dos alunos, como a da Bahia.

A Universidade de Brasília estabelecerá normas completamente revolucionárias para o ensino superior no país, sendo importante observar que o estudante não ingressará, terminando o curso secundário, imediatamente nas escolas de formação profissional, permanecendo algum tempo nos “Institutos Centrais”, dedicando-se à pesquisa em todos os campos do conhecimento humano. Poderão continuar se dedicando à pesquisa aqueles bem dotados e tornar-se especialistas em setores fundamentais. O conjunto dos Institutos Centrais será um estágio intermediário de onde poderão sair e ingressar nas faculdades de formação profissionais.¹⁰⁹

Para o ensino da Biblioteconomia e Documentação a mais nova Universidade brasileira abrirá amplas possibilidades aos interessados, pois os Institutos Centrais de certo poderão encaminhar e alicerçar para as técnicas biblioteconômicas grande número dos seus pesquisadores, dando oportunidades a que aumente, em progressão horizontal, os especialistas no assunto ou mesmo os encaminham para a formação profissional através a Escola de Biblioteconomia. Os alunos para todos os cursos serão recrutados nos vários Estados mediante seleção para bolsas de estudo. Uma oportunidade se abrirá assim, para os inúmeros valores existentes em todo país, muitos dos quais, pesquisadores inatos, mas impedidos de realizarem uma for-

109 Mundo Universitário - Universidade de Brasília. In CAPES, nº 94, setembro, 1960.

mação universitária por falta de recursos financeiros ou existência de escolas de ensino superior nos seus estados.

Como vemos, a mentalidade biblioteconômica brasileira enca-minha-se para estabelecer, através de planos racionais e em conso-nância com o que vem sendo discutido e aprovado nos congressos e reuniões periódicas da classe, as providências mais acertadas para a formação profissional do bibliotecário-documentarista. Resta facilitar os cursos de pós-graduação para os egressos das escolas que dese-jem uma especialização em qualquer setor.

Não será por acaso uma própria imposição social esta de formar especialistas dentro de cada profissão?

A programação de congressos e reuniões da classe desde 1954, quando teve lugar em Recife o primeiro conclave nacional, vem mo-dificando sensivelmente a formação profissional do Bibliotecário.

Em julho de 1959, realizamos em Salvador o 2º Congresso Brasi-leiro de Biblioteconomia e Documentação e, apenas decorrido 1 ano e meio, novamente nos reunimos nesta cidade de Curitiba para um 3º Congresso. De permeio a estes três importantes conclaves da classes, em três outras oportunidades discutimos problemas de interesse pro-fissional, quando, por ocasião das reuniões Anuais da Sociedade Bra-sileira para o Progresso da Ciência, tivemos os simpósios de bibliote-conomia, bibliografia e documentação, apresentação e divulgação do trabalho científico, em 1957, 1958 e 1959, no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, respectivamente.

Ainda em julho de 1960, a Federação Internacional de Docu-mentação realizou no rio de Janeiro, por iniciativa do IBBD, a 26ª Con-ferência Internacional, comparecendo grande número de bibliotecá-rios brasileiros que tiveram oportunidade de manter contatos com notáveis autoridades internacionais em biblioteconomia e documen-tação, acompanhado as discussões em plenário dos problemas então suscitados. Puderam, desse modo, confrontar o desenvolvimento da

experiência brasileira na maioria dos temas e os colegas visitantes por sua vez, observaram, não só no Rio de Janeiro, através o IBBD, mas em outros centros do país, o trabalho que vimos realizando no setor de biblioteconomia e documentação.

Na realização periódica desses congressos, revela-se o bibliotecário brasileiro com aquele espírito que assinala Ortega y Gasset: “El bibliotecario debe ser un hombre de mente joven, inquieto, dinámico, siempre dispuesta a aceptar ideas nuevas. Un espíritu progressista lo anima y lo convence [ILEGÍVEL]. de que ante todo está al servicio de la comunidad y que ya no tiene razón de ser esse sentimento egoísta de querer vivir y gozar para si, para satisfacción e interés personal, los libros que lo acompañam em su tarea diária”.¹¹⁰

A criação de novas escolas de Biblioteconomia e Documentação no país, integradas nas Universidades brasileiras, estimulará a instalação de modernos serviços biblioteconômicos entregando-os à direção de pessoal competente e profissionalmente habilitado. Novas perspectivas se apresentarão então ao exercício da profissão e, não será absurdo prever para o nosso país uma situação mais positiva como líder realmente que o é da Biblioteconomia e Documentação na América do Sul e quiçá de toda América Latina.

CONCLUSÕES

A profissão de bibliotecário-documentarista, no Brasil, está na dependência de fatores comuns a outros países, mas apresenta características próprias, a saber:

- a) Necessidade de incorporação de todas as Escolas de Biblioteconomia às Universidades brasileiras;
- b) Padronização dos currículos com matérias básicas e outras tantas de integração cultural indispensáveis como “back ground” cultural para o exercício de tais funções;

110 J. Ortega y Gasset - Mission del Bibliotecario.

- c) Criação de cursos de pós-graduação;
- d) Aprovação do projeto de lei que padroniza os currículos e determina um mínimo de 4 anos para os cursos de Escolas de Biblioteconomia e Documentação;
- e) Aprovação do projeto de lei nº 4.770 que regulamenta a profissão de bibliotecário-documentarista e seu exercício no país;
- f) Providências cabíveis e necessárias para, na Lei nº 3.780 de 12-7-1960, incluir os Bibliotecários-Documentaristas entre os profissionais de N.U.;
- g) Conseguir, através das Associações da Classe, dos demais Estados, leis semelhantes à Lei do Estado da Bahia, nº 675 de 25-11-1954, que reconhece o bibliotecário como profissional de N.U.;

A eleição da Diretoria da FEBAB para que haja um melhor entrosamento e colaboração entre as Associações Federadas nos trabalhos de reivindicações da classe em todo o país.

Além dos itens mencionados, que consideramos de importância vital para o desenvolvimento da formação dos bibliotecários-documentaristas brasileiros, achamos indispensável um maior e melhor entrosamento entre as Escolas e as Associações da classe, principalmente na organização de planos publicitários que atraiam as atenções das elites e do poder público para a carreira, suas atividades, vantagens do exercício da profissão, como profissão nova intensamente recrutada para serviços nos diversos setores da vida pública e privada do país.

Perspectivas futuras da profissão no Brasil

Abrem excelentes perspectivas: a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia, instalada em prédio próprio, no Parque Universitário em conjunto com o Serviço Central de Informações Bibliográficas; a Universidade de Brasília em bases revo-

lucionárias e a Faculdade de Biblioteconomia como faculdade base; a ativa participação da classe em congressos e reuniões periódicas, estabelecendo novas recomendações de interesse profissional e técnico.

No empenho em dar solução e desenvolvimento a todos esses assuntos, percebe-se que a profissão de bibliotecário-documentarista, no Brasil, encaminha-se para situar o nosso país como líder da Biblioteconomia, não só na América do Sul, mas em toda América Latina.

RECOMENDAÇÕES

Encaminhamos à discussão e aprovação do Plenário, as seguintes recomendações:

1. Referendar as reclamações do 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em julho de 1959, em Salvador, Bahia, a respeito da necessidade de incorporação de todas as Escolas de Biblioteconomia e Documentação às Universidades brasileiras.

Evitar a todas as Universidades brasileiras Memorial com as seguintes considerações: a) importância que se vem dispensando aos trabalhos biblioteconômicos em todo o mundo para a realização de trabalhos técnico-científicos; b) a criação da Faculdade de Biblioteconomia como faculdade de base na Universidade de Brasília; c) necessidade de que hajam bons serviços funcionando numa Universidade e em toda a comunidade onde ela se situa; d) que tais serviços precisem ser entregues a profissionais competentes e com boa formação universitária; e) que as Universidades brasileiras que possuem Escolas de Biblioteconomia estão fadadas a realizar melhores trabalhos no campo da especialização técnica-científica.

2. Recomendar, de acordo ainda com outra recomendação aprovada no 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, a seguinte proposição: Que as Escolas de Biblioteconomia e documentação formem profissionais com um mínimo 4 anos.

3. Recomendar a todas as Associações da Classe que mantenham entendimentos com os representantes de seus Estados, na Câmara Federal, através ofícios ou pessoalmente, para a aprovação mais rápida dos 2 projetos de lei sobre a Regulamentação da Profissão e do ensino, respectivamente.

4. Recomendar à FEBAB e demais Associações da Classe que enviem Memoriais ao presidente da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado, reivindicando para o bibliotecário o N.U. o que, injustamente lhe negou a Lei 3.780 de 12-7-1960.

5. Que este Congresso telegrafe imediatamente ao Presidente da República, à Assembleia Legislativa Federal e ao Senado sobre o assunto do item anterior, ou seja: inclusão dos Bibliotecários entre os profissionais N.U.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – BAHIA. Leis, decretos, etc. Lei nº 675 de 25-11-1954, que reestrutura o pessoal de N.U. e dá outras providências. **Diário Oficial 7-12-1954.**

2 – BRASIL. Instituto Nacional do Livro. Guia das bibliotecas brasileiras. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1995. p. 181.

3 – CARVALHO, Felisbela Leberato de Matos – Formação profissional do bibliotecário. In **IBBD – boletim informativo**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5/6, p. 319-325.

4 – _____. Planejamento apresentado ao Reitor Edgar Santos para construção e instalação da Escola de Biblioteconomia e Documentação e do Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade da Bahia. 1960.

5 – CUNHA, Maria Luiza Monteiro da. A formação profissional. Documentalistas e Bibliotecários. In **26ª Conferência Geral da Federação Internacional de Documentação**. Rio de Janeiro, julho, 1960.

6 – DANIELS, Marietta. Estudios y conocimientos em acción. Wa-

shington, Union Panamericana, 1958, 81 p. ilus.

7 – DANTON, J. Periam. La formacion profesional del bibliotecário. UNESCO, 1950, 104 p.

8 – HATTORI, Kintaro. La formación de bibliotecários en el Japón. *In* **Boletín de la Unesco para las bibliotecas**. v. 13, n. 1, 1959, p. 13-14.

9 – KENNEDY, R. F. Las bibliotecas públicas y la formación de los biblioecarios em la Unión Sadafricana. *In* **Boletín de la Unesco para las bibliotecas**, v. 9, n. 7, 1955, p. 120-122.

10 – MUNDO UNIVERSITÁRIO. Universidade de Brasília. *In* **CAPES – Boletim Informativo da Campanha de Pessoal de Nível Superior**. n. 94, setembro, 1960. p. 16-23.

11 – ORTEGA y Gasset, José. Mission del bibliotecário. *In* **2º Congreso Internacional de bibliotecas y bibliografias**. Madrid-Barcelona, 1935, p. 79.

12 – PENHA, Carlos Victor. Bosquejo de um Plan de Estímulo y Desarrollo de los Servicios Bibliotecários. *In* **Boletín de la Asociación Colombiana de Bibliotecários**. Bogotá, Colombia, v. 3, n. 3, julio-septiembre, 1959, p. 73-85.

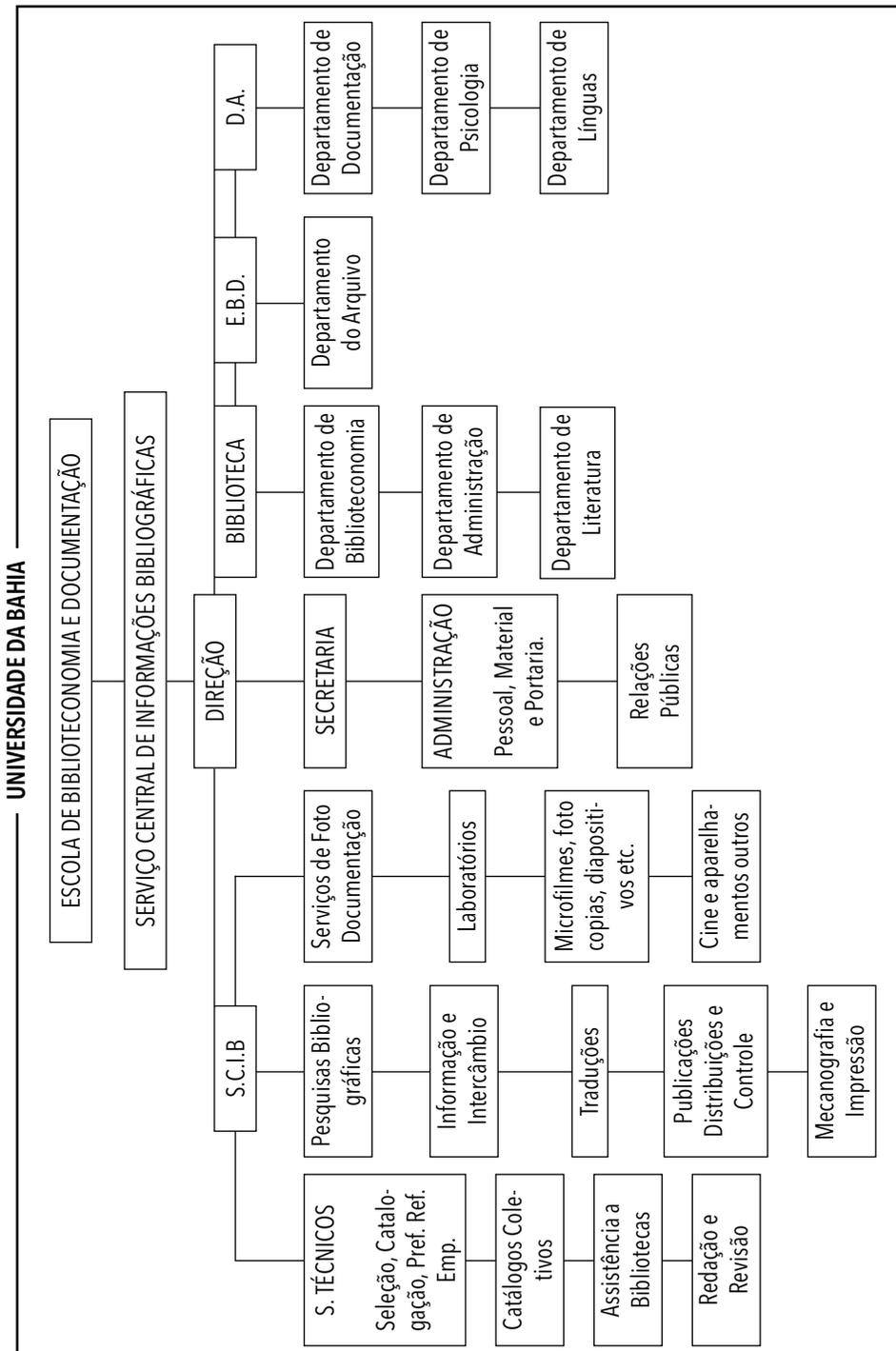
13 – REDMOND, D. A. Formación de bibliotecários em Ceilán. *In* **Boletín de la UNESCO para las bibliotecas**. v. 12, n. 10, 1958, p. 230-231.

14 – RUSSO, Laura Garcia Moreno e Rocha, Rodolfo (Jr.). Federação das Associações Brasileiras de Bibliotecários. *In* **2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador, Bahia, julho, 1959.

15 – VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. A documentação no Brasil. *In* **2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador, Bahia, julho, 1959.

PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO PARA A ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E O SERVIÇO CENTRAL DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA

	Diretoria.....	1 sala
	Secretaria.....	" "
	Relações Públicas e Publicidade.....	" "
	Serviços de Administração.....	3 salas
ESCOLA E S.C.I.B.	Auditório com capacidade para 150 pessoas.	
	Almoxarifado.....	" "
	Área p/ exposição de cartazes, etc.....	" "
	Pequeno apart. para zelador do prédio.	
	5 salas de aula (capacidade para trinta alunos cada sala)	
	1 sala para a Biblioteca de uso dos alunos (cerca de 1.000 livros)	
	1 sala para o Diretório Acadêmico	
ESCOLA	1 cantina	
	1 sala p/ os professores 1 sala para os arquivos Sanitários	
	a) Depósito (em forma de torre) para receber os livros dispostos classificados por assunto, prevendo um crescimento em 20 anos;	
	b) 5 salas p/ os serviços técnicos de seleção, catalogação, preparação, distribuição, permuta, etc. do material bibliográfico (no mesmo pavimento e próximos da área destinada aos catálogos de uso externo).	
	c) Área para os catálogos;	
	d) 4 salas destinadas aos serviços de pesquisas bibliográficas, informações, e intercâmbio e traduções;	
	e) 4 salas para os serviços de publicações, distribuição e controle, redação e revisão, mecanografia e impressão. (Prever área livre para o desenvolvimento deste último serviço);	
S.C.I.B.	f) 4 salas para os serviços de foto-documentação;	
	g) Área para os laboratórios (fotografia, preparo de fotocópias, dispositivos, etc. e restauração de documentos);	
	h) 1 sala (grande) para as obras de referência que será também sala de leitura, com capacidade para 50 leitoras;	
	i) 1 idem onde ficarão os periódicos de consulta (index, abstracts, etc.) do ano em curso e do ano anterior e que será também sala de leitura com capacidade para 30 leitores;	
	j) 1 pequena sala para as raridades bibliográficas;	
	k) 6 reservados destinados aos pesquisadores, onde ficarão reservados o material em estudo, com aparelho para leitura de microfimes, etc.;	
	l) 1 sala destinada às reuniões do "staff";	
	m) sanitários.	





A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO¹¹¹

Lydia de Queiroz Sambaquy

A profissão de Bibliotecário, embora ainda não plenamente valorizado entre nós, oferece oportunidades magníficas de trabalho. Todas as tarefas do Bibliotecário são ricas em experiências novas, possibilitam as mais variadas iniciativas, são instrutivas, interessantes e, até mesmo, sedutoras. As tarefas do bibliotecário têm muito em comum com as do professor e com as do pesquisador. O seu campo de ação é amplo e variado. Tão amplo e variado como a cultura humana. Isto porque, ao contrario do que muitos imaginam, o Bibliotecário não é somente aquele que adquire livros, que põe em ordem e faz com que sejam lidos ou consultados. A missão do Bibliotecário, em todos os tempos, tem sido muito mais ampla e complexa. Naturalmente, para adquirir livros e fazer com que as coleções reunidas prestem serviços – informando, educando, o Bibliotecário, obrigatoriamente, deve ser um conhecedor dos livros que adquire, e, para bem conhecê-los, é mister que também conheça, perfeitamente, a matéria sobre que tratam.

Antigamente, o verdadeiro Bibliotecário era sempre um erudito, pessoa de conhecimentos enciclopédicos. Isso, quando um só individuo podia dominar os conhecimentos humanos. Hoje, o conheci-

111 Texto originalmente publicado no IBBD: Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v.2, n. 6, p. 335-339, nov./ dez. 1956.

mento está tão diferenciado, tão ampliado em todos os ângulos, que a erudição do Bibliotecário vem cedendo lugar à sua especialização. Pouco a pouco, vem surgindo o Bibliotecário para as bibliotecas médicas, versando em literatura medica e nos recursos para a pesquisa bibliográfica em medicina; o Bibliotecário que se dedica as Ciências Naturais e que aprende a conhecer todas as exigências próprias das bibliotecas de museus de História Natural, bem como as características da pesquisa bibliográfica nesse setor do conhecimento; o Bibliotecário que prefere estudar tudo sobre Artes Plásticas, a fim de ser capaz de identificar todos os processos de gravuras e de classificar as obras de arte pelas diferentes escolas etc.; o Bibliotecário que se dedica, exclusivamente, à Música e que sabe determinar a origem das mais singelas melodias; o Bibliotecário que prefere penetrar no tempo e no espaço, trazendo à atenção dos historiadores os documentos bibliográficos do passado, para servirem aos conhecimentos atuais e futuros; outros há que se deixam seduzir pela Ciência ou pela Tecnologia e estão desenvolvendo sistemas perfeitos de informações sobre os conhecimentos recém-adquiridos nos laboratórios de pesquisas dos centros de investigação científica e tecnológica, das universidades e das empresas industriais. As Ciências Sociais, na multiplicidade de seus aspectos, criam, dia a dia, novas bibliotecas que recrutam grande número de bibliotecários especializados em direito, estatísticas, educação, assistência social, comércio, comunicações etc. As Belas Letras conquistam também numerosos bibliotecários. Outros preferem dedicar-se não a um setor especializado do conhecimento, mas a uma das inúmeras feições com que se pode apresentar o trabalho bibliotecário: serviço com crianças, com adolescentes, com adultos, com cegos... Uns escolhem a biblioteca pública que, como sabemos, é a biblioteca da cidade, a universidade do povo em geral. Outros preferem as bibliotecas de escolas primárias, secundárias ou universitárias. Alguns se dedicam às bibliotecas especializadas que

são modernos e perfeitos centros de informação científica. Todas essas bibliotecas têm feição própria de trabalho, atividades diferentes e objetivos perfeitamente caracterizados.

Assim, têm os bibliotecários possibilidade de optar, dentro de sua carreira, pelas mais variadas atividades, que estão condicionadas às mais variadas tendências e à mais diferenciada formação cultural.

Além do privilegio de poderem optar pela especialização, ou pelo tipo de biblioteca em que desejam trabalhar, atendendo à sua própria vocação e à sua formação cultural, o bibliotecário brasileiro tem ainda outro privilégio, igualmente importante, qual seja o de trabalhar como verdadeiro pioneiro em seu campo de atividade. Cada bibliotecário que se forma em um dos dez cursos e escolas de biblioteconomia existentes no País está destinado a organizar serviços, montar bibliotecas, motivar o hábito de leitura e o uso das bibliotecas, criar serviços de informação, compor coleções bibliográficas etc., enfim, cabe-lhe começar tudo, partindo exatamente do princípio. Os bibliotecários europeus e norte-americanos recém-formados são herdeiros de patrimônios bibliográficos magníficos, que já se encontram sob o cuidado de equipes perfeitamente treinadas; às quais foram transmitidas numerosas tradições e vasta experiência. Portanto, os jovens bibliotecários serão neófitos no ofício, sujeitos à orientação dos mais velhos, e longo tempo verão decorrer antes de lhes serem confiados a direção e orientação de serviços. Entretanto, os bibliotecários brasileiros, recém-formados em sua maioria, encontram-se imediatamente diante de uma situação peculiar: serviços por organizar, coleções bibliográficas deficientes e desatualizadas, incompreensão, absoluta falta de recursos, mas, em compensação, não lhes faltam oportunidades para organizar, dirigir, reformar. Geralmente, no Brasil, encontram os novos bibliotecários oportunidades magníficas para iniciar no trabalho, que poderá ser feito com independência, com autonomia, dentro de normas modernas e eficientes, livres de tradições e

preconceitos que delimitem a iniciativa de cada um. Cabe-lhes, pois, enorme responsabilidade, como também grande é a responsabilidade que cabe a seus professores e aos cursos que os diplomaram.

Um dos aspectos mais interessantes da biblioteconomia moderna é a cooperação que, atualmente, une as bibliotecas, fazendo com que o trabalho de cada um seja extremamente facilitado e extraordinariamente valorizado.

O Bibliotecário moderno sabe que não pode, mas trabalhar isoladamente. Por mais ricas que sejam as coleções bibliográficas, ainda muito lhes faltará que, entretanto, será facilmente obtido em uma outra biblioteca da mesma instituição, da mesma cidade, do mesmo país e, até mesmo, do estrangeiro.

Nenhuma biblioteca, por mais bem dotada que seja em recursos financeiros, bibliográficos e em pessoal, deixará de lucrar extraordinariamente ao integrar-se em um sistema de perfeita colaboração com outras bibliotecas.

A experiência já demonstrou amplamente quão excelentes são os planos de aquisição em conjunto, evitando cada biblioteca adquirir aquilo que, facilmente, possa ser encontrado em outras bibliotecas; já ficou evidenciado o magnífico auxílio que presta às bibliotecas a catalogação cooperativa; e a utilização de catálogos coletivos, bem como o empréstimo-entre-bibliotecas ampliam a capacidade de servir de cada uma e particular e de todas em geral.

O bibliotecário de hoje sabe como é preciosa a colaboração que a sua biblioteca poderá prestar às demais bibliotecas e como será valiosa para os seus trabalhos a cooperação que dessas poderá receber. Por isso o Bibliotecário, ao preparar-se para cumprir o seu lema – servir, não pode esquecer que lhe compete como atribuição fundamental, servir não somente aos estudiosos que procuram a sua biblioteca diretamente, mais ainda a todos aqueles que, por qualquer motivo, recorrem à sua Biblioteca por intermédio de outras bibliotecas.

É preciso que o Bibliotecário compreenda o valor da cooperação mútua, mais que, sobretudo, se prepare para desenvolvê-la, pois que a cooperação exige, naturalmente, muita concessão e até mesmo, sacrifícios. Concessões a respeito de ponto de vista sobre assuntos técnicos, sacrifícios em relação à maior cota de trabalhos que deveram desenvolver. Os resultados, porém, excedem às expectativas. Unidas as bibliotecas, unidos os bibliotecários, fortalecidos em sua capacidade de servir, ampliam o prestígio de seus serviços e estendem o benefício dos seus trabalhos, que obtêm, assim, os melhores resultados.

Outros aspectos da biblioteconomia que merece reparo é o fato de que os bibliotecários, atualmente, sofrem o impacto direto da fabulosa evolução científica e tecnológica, que se vem processando no mundo com uma rapidez vertiginosa. Essa evolução influiu, naturalmente, na produção bibliográfica mundial criou novas formas de documentação e colocou o bibliotecário diante de sérios dilemas, em relação a novas técnicas de registros e seleção bibliográficas, afim de que possa continuar a dominar a literatura mundial, mesmo em setores altamente especializados.

Diante do volume extraordinário de novas publicações, livros, periódicos, e da documentação não publicada, relatórios científicos não impressos e de distribuição restrita, os bibliotecários viram-se impossibilitados de, pelos métodos tradicionais, conseguir registrar, catalogar, classificar e arrumar as publicações e informações recebidas, para, oportunidades utilizá-las de maneira rápida e eficiente em benefício dos interessados.

Desde o começo do século, vem surgindo em cena engenheiros, físicos, químicos e especialistas de outras ciências e de várias técnicas, que, desesperados com a incapacidade de os bibliotecários informarem de maneira rápida, perfeita e econômica, deixam seus laboratórios, suas pesquisas e seus trabalhos para tentar ordenar a documentação de que precisam. Milhares de revistas são compulsas-

das diariamente e um número sem fim de fichas e anotações nascem de suas páginas. São compilados centenas de índices e abstracts que crescem assustadoramente e se transformam em volumes colossais. Os mais engenhosos lembraram-se de colocar máquinas a serviços da Bibliografia e das informações científicas e tecnológicas. Surgiu, assim, a Bibliografia mecanizada. Máquinas elétricas, máquinas eletrônicas estão, atualmente, sendo experimentadas para substituir os catálogos e registros usuais, cuja elaboração demorada e crescimento excessivo exigem solução imediata. Surgiram, assim, os centros de documentação e informação bibliográfica, como uma nova feição do serviço bibliotecário.

Atualmente, já esses profissionais estão alertas e conscientes da necessidade de promoverem uma revisão completa de seus sistemas de trabalho, na organização de suas bibliotecas, na interpretação dos objetivos dos seus serviços. Sabem que a função da biblioteca evoluiu no tempo, passando sucessivamente, de museu, arquivo e depósito de livros, a centros de erudição e de difusão cultural, a escola ativa, para todas as idades e para todas as classes, sem distinção e preconceitos, e que, presentemente, teve de ampliar ainda mais as suas atividades para atender à informação científica e tecnológica; que deve ser feita de maneira pronta, atualizada e absolutamente completa. Sob o ponto de vista cultural e científico, marchamos, a passos largos, para um mundo só, sem barreiras ou fronteiras, interessado, por inteiro, em novas descobertas, em novas soluções para antigos problemas, em novas invenções, em novos sistemas, desejando conhecer as novas experiências, as diferentes teorias, enfim, tendo necessidades absoluta de fácil e permanente comunicação de idéias entre os mesmos grupos intelectuais, ou entre os diferentes grupos e níveis intelectuais de um mesmo país, e entre os mesmos grupos intelectuais de diferentes países. Surgem os trabalhos científicos em conjuntos, a pesquisa científica feita em colaboração. Movimentam-

-se congressistas e conferencistas percorrem todo o mundo, levando informações, difundindo conhecimentos, colaborando para a incentivo de pesquisa científica e tecnológica. A indústria, na necessidade de disputar mercados em âmbito internacional, obriga-se a um aperfeiçoamento contínuo para o qual é indispensável a informação científica, completa e atualizada.

Cabe a Biblioteca cuidar que a comunicação de idéia seja facilitada e que todos obtenham as informações que desejem.

Para isso, as bibliotecas deixaram os palácios e mosteiros que as abrigavam, para penetrar no lar do homem comum, para ser a peça imprescindível de todas as instituições, para participar intimamente da vida da escola primária, secundária, universitária, das entidades culturais de todos os feitios, das instituições de pesquisa e, agora, também, das empresas industriais e comerciais.

Haja bibliotecários. Bibliotecários devidamente treinados e perfeitamente esclarecidos, pois que a necessidade dos seus serviços é imensa. São necessários bibliotecários que sirvam como mestres à infância e à juventude. Que sejam capazes de orientar a leitura de todas as classes, desde o operário, o lavrador ao técnico, ao especialista. Que tenham amor à educação e façam da divulgação cultural o motivo de suas vidas. Que sirvam à Ciência e à Tecnologia com dedicação, entusiasmo e eficiência.



ASPECTOS SOCIAIS DA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO¹¹²

Maria Leticia de Andrade Lima

ASPECTOS SOCIAIS DA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Em simpósio sobre “Problemas Educacionais Brasileiros”, realizado em 1959, foi ressaltado duplo aspecto do ensino superior: a) base técnica para fomentar o progresso material; b) meio de intensificar e alargar as relações humanas.¹¹³

O primeiro aspecto – o aspecto técnico, diretamente ligado às pesquisas científicas, tem merecido a atenção mais cuidadosa, nos diversos projetos de reforma do currículo dos Cursos de Biblioteconomia. Em Curitiba, por exemplo, foi dada ênfase aos métodos de coleta, análise e elaboração dos dados, no programa da cadeira de Pesquisa em Biblioteconomia e Documentação.

No projeto submetido à apreciação dos congressistas, no II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, a mera enumeração das cátedras do curso de graduação ressalta a justa importância dada a essa base técnica. Há: Documentação fonográfica, Documentação fotográfica, Semântica geral e Indexação, Teoria da

112 Texto originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

113 Resumo da exposição do Prof. Milton da Silva Rodrigues, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 33, n. 76, out./dez. 1959. p. 217.

Documentação e Cibernética. Não foi incluída, porém, nenhuma cátedra que demonstre preocupação com a intensificação ou alargamento das relações humanas.

É verdade que dentro da cátedra de Organização e Administração de Bibliotecas, alguns pontos importantes das Relações Públicas podem ser tratados.

No projeto de currículo elaborado pelas bibliotecárias Emy Pamplona e Maria Antonieta Requião Piedade, divulgado pela Associação Brasileira de Bibliotecários, em 1956, a cadeira de Organização e Administração de Bibliotecas prevê, no 1º ano: “Princípios de sociologia e psicologia aplicados à biblioteconomia” e no 3º ano: “Problemas de Relações Públicas”.

No Curso de Biblioteconomia do Recife vem sendo incluída a Psicologia, no 2º ano. No programa desenvolvido, encontramos tópicos em são estudados “os aspectos e problemas de Psicologia das relações humanas”. O “problema da liderança”, de tanta importância no estudo da interação e contato social, é também abordado.

Só no programa apresentado pela diretora da Escola de Biblioteconomia e Documentação, da Universidade da Bahia, ao II Congresso Brasileiro, realizado em Salvador, é que vamos encontrar, parece-me, citadas como disciplinas independentes, no 4º ano: Psicologia das Relações Humanas, Relações Públicas e Publicidade, formando o V Departamento, o de Psicologia Social. Entretanto, pelo próprio caráter da profissão, a formação do bibliotecário exige um maior desenvolvimento desses aspectos sociais.

O bibliotecário em face do leitor

Em interessante publicação das “British Council Study Boxes”, Sydney e Ashby¹¹⁴ falam nas “pontes” necessárias na biblioteca: pontes dentro da própria instituição, facilitando o tráfico de livros,

114 Sydney, Edward & Ashby, Robert. The library in the community. London, The British Council, 1957. p. 14.

idéias, informações e, principalmente, pontes entre os serviços e o leitor. Não somente o leitor, como o leitor em potencial.

A personalidade do leitor, seus interesses, hábitos e preferências, eis um importantíssimo campo de estudo, que não pode ser ignorado, no currículo das Escolas de Biblioteconomia.

Creio ser ponto pacífico que toda biblioteca é uma instituição educacional.

Na Conferência que se reuniu em Chicago, em 1948, um dos participantes concluiu o seu documentado trabalho afirmando a estreita aproximação entre os campos da Biblioteconomia e da educação. Nossa mesma reunião, outro orador, fazendo o apanhado dos “pecados” das escolas de biblioteconomia americanas, salientou:

- a) Ênfase excessiva em meras técnicas;
- b) Currículo muito vasto e pouco profundo;
- c) Escolas que não preparam para liderança em campos especializados ou em administração;
- d) Distinção insuficiente entre aspectos técnicos e aspectos profissionais.

A primeira característica de uma profissão, declarou outro participante da oitava conferência, é a existência de um código de ética reconhecido.

Olhando a profissão de bibliotecário, um dos professores da Universidade de Chicago, com a sua autoridade de Chefe da Divisão de Ciências Sociais¹¹⁵ disse serem seus objetivos: o esclarecimento da comunidade, a disseminação da verdade e o desenvolvimento de uma cidadania inteligente.

E, “se se quiser que a biblioteca pública se torne um dos fatores de educação geral, não é preciso escolher os membros de seu pessoal de preferência porque são eruditos ou especialistas peritos

115 Tyler, Ralph W. Educacional problems in other professions. In: Berelson, Bernard, ed. Education for Librarianship. Chicago, A. L. A., 1949. p. 22.

de catalogação”, diz um bibliotecário de Copenhague, em publicação da Unesco¹¹⁶, “mas é preciso considerar, antes de tudo, seu valor como intermediários entre o mundo dos livros e todas as classes da população”.

Creio que não se tem dado a importância devida, até agora, ao estudo do leitor, nos programas dos outros cursos de biblioteconomia.

Analisando as bases mínimas, indispensáveis em qualquer Escola de Biblioteconomia, manual, publicado pela Unesco, em 1950¹¹⁷ sintetiza:

- 1) Catalogação e Classificação;
- 2) Bibliografia e instrumentos de referência;
- 3) Seleção e aquisição de livros;
- 4) Organização e administração de livros;
- 5) Necessidade do leitor, interesses e hábitos.

Só os quatro primeiros itens, entretanto, são universalmente adotados, em escolas da Bélgica, Brasil, Canadá, Equador, Inglaterra, França, Itália, México, Escócia, Estados Unidos e Uruguai.

As necessidades, interesses e hábitos do leitor representam, contudo, conhecimento indispensável, no trabalho junto ao público.

Para que a biblioteca sirva como escola de ação complementar, é preciso não só habilitar o bibliotecário, por meio de sólida base de psicologia, à boa compreensão do elemento humano com que vai lidar, como prepará-lo para entender os problemas da comunidade, dando-lhe conhecimentos de sociologia aplicada.

Finalmente, deve o bibliotecário adquirir técnicas eficientes de ação junto aos leitores, por meio do estudo das Relações Públicas.

116 Thomen, Carl et alii. Le rôle des bibliothèques publiques dans l'éducation de adultes. Paris, Unesco, 1950. p. 5 - 6.

117 Danton, J. Perian. La formation du bibliothécaire. Paris, unesco, 1950. p. 16.

Sugestões quanto ao currículo

O currículo dos cursos de biblioteconomia, que tem se preocupado até agora, principalmente com os estudos em torno do documento impresso, precisa, pelo menos em parte, focalizar seu centro de interesse no leitor.

“Leitores são tão importantes quanto os livros” seria um bom slogan para essa orientação.

Alguns tópicos, que têm sido abordados de maneira muito superficial, podem ser aprofundadas e desdobradas, colhendo-se dentro da Psicologia, da Sociologia e ciências afins, os elementos necessários à formação do bibliotecário.

O desdobramento do curso em quatro anos seria uma oportunidade favorável para experiências nesse sentido.

Não julgaríamos, porém, proveitosa a inclusão desses estudos, em conjunto, no último ano do curso. Precisam ser intercaladas, desde o primeiro ano, proporcionando-se gradualmente, durante todo o curso, possibilidade de estudar o leitor e compreendê-lo.

O Curso de Biblioteconomia do Recife tem incluído a Filosofia no primeiro ano e Psicologia no segundo. Creio ser essa uma boa medida, pois os conhecimentos básicos de Filosofia preparam o estudante para uma melhor compreensão do programa de Psicologia.

No terceiro ano, poderá ser incluída a Sociologia, além de cursos teóricos e trabalhos práticos sobre Relações Públicas e Publicidade.

As Relações Públicas, não constituindo uma ciência, nem mesmo uma técnica, são sobretudo um método. Método que aproveita várias ciências, como a Psicologia e a Sociologia e utiliza técnicas, como a da Propaganda.

Se se pode definir Relações Públicas, como o faz o Professor Walter Ramos Poyares: “método de integrar na opinião pública con-

ceitos favoráveis a uma pessoa ou instituição”, não pode o bibliotecário ignorar esse recurso moderno, junto a seu público.

No quarto ano do curso, em que devem ser intensificados os estágios e trabalhos práticos, retaliação obrigatoriamente os alunos alguma pesquisa de carácter social, como inquéritos sobre preferências dos leitores, sobre atitudes para com os serviços biblioteconômicos da comunidade ou sobre a influência exercida pelas bibliotecas, trabalhos que servirão para estimular o carácter social da profissão.

Caracterização do bibliotecário

Alguns cursos superiores têm exigido, ocasionalmente, dos candidatos ao exame vestibular, provas psicotécnicas. Práticas que se deveria tornar obrigatória, pois há, em cada profissão, condições de trabalho diversas, que correspondem a determinadas tendências e preferências individuais. Embora ainda não se dê, no Brasil, a devida importância à orientação profissional, não se pode deixar de reconhecer que os atributos pessoais influem, extraordinariamente, no êxito, dentro de qualquer carreira.

Myra y Lopes, citado pela D^a Fernanda Barcellos¹¹⁸, caracteriza da seguinte maneira o trabalho do bibliotecário: “trabalho predominantemente psíquico, abstrato-verbo espacial, determinado, perceptor reacional”, concluindo que são requeridos “bom nível intelectual, com ampla capacidade de classificação e ordenação de conteúdo conceituais. Temperamento com bom equilíbrio e simetria de tendências. Carácter perseverante, ordenado, plástico e ativo. Excelente memória de nomes próprios e títulos. Boa precisão de movimentos. Boa capacidade discriminativa táctil.

Pela enumeração, vê-se que o autor citado teve em mente o bibliotecário de ação interna, dentro de sua instituição, com contato com público. Não se refere à sociabilidade, que é incluída nas carac-

118 Barcellos, Fernanda. Pequeno tratado de relações humanas. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1960. p. 145-146.

terísticas exigidas em outras profissões.

Se há classificadores e catalogadores, cujo trabalho se realiza dentro de suas secções, de maior importância social é a ação do bibliotecário como educador e orientador do público. Se do professor é exigido, segundo o próprio Myra y Lopez, “um elevado grau de sociabilidade”, para o bibliotecário em contato com os leitores, deve existir a mesma exigência. As palavras finais da caracterização do professor “Contra indica-se, evidentemente, tipo de personalidade neurótica ou psicológica, inclusive se estiver dotado de boas condições intelectuais e boa intenção para a sua missão”, podem ser aplicadas, sem receio, na escolha de um bibliotecário.

Sugerimos, em conclusão, que os Cursos de Biblioteconomia:

a) Identifiquem, em seus currículos, o estudo das ciências necessárias a uma melhor compreensão do leitor, seus interesses e hábitos;

b) Preocupem-se com o conhecimento da comunidade, treinando os futuros bibliotecários na observação do meio social, para dar base sólida ao planejamento do seu trabalho junto ao público;

c) Proporcionem aos seus alunos conhecimentos atualizados de Relações Públicas e Publicidade, para um melhor aparelhamento da biblioteca, em sua ação educativo-social.



A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS¹¹⁹

Voline Cardim

Cada profissão é terreno propício à realização do ideal traçado por vocação.

Não se diga que a Classe Bibliotecária seja exceção. Hoje, é carreira reconhecidamente oficial, é como todas as outras profissões, requer estudos, preparativos e tem o seu programa. Os Cursos de Biblioteconomia estão aí, como prova do quanto é indispensável preparar intelectualmente os interessados pela profissão de Bibliotecário e como é sumamente importante dar rumo certo a estes mesmos que se interessam pela causa.

As exigências dos Cursos variam, em alguns lugares os alunos cursam 2 anos, em outros, 3 anos, e há o caso de exigir-se apenas 1 ano para aqueles que já possuem título de Curso Superior. O ideal será uniformizar esta situação, chegar-se a um acordo, estabelecer nacionalmente uma norma, pois, a finalidade é **una** em todo o território. Uniformização, aliás, já em estudos.

Mas não vamos falar aqui, nessas irregularidades, nem tão pouco falarmos sobre um “CURSO IDEAL”. Queremos, sugerir, sim, algo que pudesse realmente melhorar, algo que resultasse de prático, relacionando-se ao homem, aquilo que dignifica qualquer espécie de co-

¹¹⁹ Texto originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

munidade: é o dever de cumprir uma missão. É disto que trataremos nesta pequena contribuição. Contribuição de uma ideia nova traduzida em **nova aula** a ser ministrada nos Cursos: Ética Profissional, não só com a formação intelectual, pode o Bibliotecário realizar-se inteira e devidamente. Além desta, há a formação moral. Formação que desperte amor à causa, para o trabalho não ser frio e penoso, para a alma vibrar e a profissão deixar de ser rotina e fardo pesado. Formação que penetre fundo e ensine o que é dever e responsabilidade. Dever que é o estímulo das consciências retas, obrigação de se traduz na exatidão de uma tarefa e que tem como prémio a paz dos que saiam **fazer bem** e a alegria tranquila de quem tem na personalidade a marca do ser responsável. Dever e responsabilidade que sofrem crise em nossos dias, mas que, felizmente, sobrevivem ainda nos que são tidos como “INTRANSIGENTES”.

Raro o funcionário que não se deixe influenciar pelos males da época, pelas enroladas e inexatidões, no cumprimento do seu dever. Estas influências, talvez, venham prejudicando os que receberam formação na infância, à altura de clima seguro e honesto, contrários a toda e qualquer fraude – mesmo em questão da sua profissão. É uma das razões fundamentais da nossa sugestão de agora. Seria interessante a criação de nova cadeira para ensinamentos neste gênero. Além de beneficiar o aluno, a si próprio, como pessoa humana que é, a colaboração à coletividade e ao serviço excederia à expectativa.

Há pontos urgente que precisam ser esclarecidos na formação ético-profissional do pessoal que trabalha em Biblioteca. Assim, o respeito à dignidade humana e à personalidade de cada um, o espírito de solidariedade mútua e vida de equipe (quando se vive em grupo, deve-se olhar mais o grupo de que a si próprio), são partes essenciais do êxito de um trabalho que, por si só, requer minúcias infindas, pormenores intermináveis de burocracia. Conhecedor destas mesmas particularidades, o Bibliotecário não se pode eximir ao cuidado de

preparação ético-profissional para ser capaz de enfrentar o viver de cada hora na sua profissão. Bem verdade que a educação doméstica é cunha forte e de base, mas, de mãos dadas com a boa formação do indivíduo é que atingirão o Bibliotecário ideal, este de quem tanto se fala e se espera.

O homem é ser completo e não se deve descuidar, nele, nem uma das partes que o compõem. Se uma das partes é falha, o homem todo se ressentido. Todos temos qualidades e defeitos. Refreando as imperfeições e melhorando o que há de bom, necessariamente, teremos clima favorável. As qualidades exigidas aos Bibliotecários devem ser conhecidas, aprendidas e vividas em permanente estágio pelos interessados, para haver menores possibilidades de constantes decepções e desenganos na vida, no cotidiano da sua profissão. De qualquer modo, somos seres diferentes uns dos outros (temperamento, educação, circunstâncias de vida, etc.) e não podemos transformar ninguém. Poderemos, contudo, tolerarmo-nos mutuamente e vivermos em paz com os outros, realizando conscientemente, cada um a sua função, sabendo qual o seu dever, sem pesar ao companheiro, sem atrapalhar o conjunto, sobretudo, sem prejudicar o resultado do serviço para atender cuidados pessoais.

Também, estamos vivendo a **ora da técnica e da educação**. O homem tem de se adaptar ao ambiente, como fator de vital significação no processo educativo, pois, a ação educativa não depende meramente do indivíduo que a realiza. A educação na evolução dos tempos, substituiu o **“homem em si”** pelo **“homem-ambiente”** que serve e é servido, em troca constante e recíproca. A tentativa de aperfeiçoar é substituída pela tentativa concreta de melhorar, “O homem vive graças ao seu poder de corrigir erros. Se sempre acertasse desapareceria como ser singular, ficaria envolvido totalmente pelo ambiente, sepultado nele. Ao desdobrar sua técnica e a sua cultura, recria a natureza; adapta-a a si próprio, fá-la sua”. “A civilização tec-

nológica formará novos tipos de homens das suas sociedades e novas formas de vida e de cultura”¹²⁰. Era da técnica e da educação.

Interessante é observar, que, há uma publicidade do “CÓDIGO DE ÉTICA PARA BIBLIOTECÁRIOS” na Revista do Serviço Público, v. IV n. 1 de 1951, versão do inglês feita por Sylvio do Valle Amaral, código este, adotado pelo Conselho do A.L.A. em dezembro de 1938. Na Bibliografia Brasileira de Documentação nada encontramos relacionado, sobre o assunto, depois daquela data.

Este Código regula normas de comportamento ético para o Bibliotecário profissional. Diz ele, que a Biblioteca, como instituição, existe para beneficiar certa clientela, elementos de instituição educacional ou algum outro grupo mais desenvolvido e mais especializado. Os que escolhem a profissão de Bibliotecário, obrigam-se a manter padrões de ética de comportamento **em relação à autoridade**, aos **fundamentadores do estabelecimento**, à **própria Biblioteca**, bem com à **carreira escolhida** e à **sociedade**.

I – RELAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COM A AUTORIDADE GOVERNAMENTAL

Cumprindo os seus deveres, o Bibliotecário o fará, sabendo que a jurisdição superior da administração, repousa em autoridade governamental, oficialmente constituída. O responsável pela Biblioteca manterá o governo informado quanto ao padrão profissional e o desenvolvimento das atividades. Os outros Bibliotecários responderão pela realização do plano da autoridade e agir como elemento de ligação nas recomendações, nas promoções, mudança de pessoal, resoluções, etc., e fazer tudo em ambiente liberal, onde se possam declarar as opiniões.

II – RELAÇÕES DO BIBLIOTECÁRIO COM A CLIENTELA

Auxiliado pela equipe de Bibliotecários, o responsável pela Bi-

120 REISSIG, Luís - A era tecnológica e a educação. Trade Germano Jardim. Rio de Janeiro, INEP, 1959.

biblioteca, estudará as necessidades presentes e futuras do estabelecimento para adquirir material de acordo com as necessidades. Os frequentadores da Biblioteca terão conhecimento das possibilidades da Biblioteca e o trabalho prestado por cada funcionário, será imparcial a quantos estejam credenciados a frequentá-la. Além disso, o Bibliotecário tem obrigação do **segredo**. Qualquer informação particular de algum leitor, tem caráter confidencial. Zelando pela propriedade da Biblioteca, inculcar-se-á nos seus frequentadores, o senso de responsabilidade na sua conservação.

III – RELAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO ESTABELECIMENTO

Ao chefe convém delegar autoridade, encorajar as iniciativas, tomar providências, apreciar o bom trabalho. O espírito de lealdade e a amável cooperação, são essenciais ao equilíbrio do serviço. Críticas construtivas serão feitas com o propósito de fazer melhoramentos. Quem é admitido num trabalho tem obrigação de permanecer nele, o tempo suficiente para compensar à despesa resultante da admissão. Contrato deve ser cumprido fielmente. Em caso de desistência, avisar com razoável antecedência. Não se cogite de **vantagem pessoal**, pois este, não é o objetivo do Bibliotecário que não utilizará recursos da Biblioteca para uso próprio.

IV – RELAÇÕES DO BIBLIOTECÁRIO PARA COM A CARREIRA

A profissão não é só reconhecida como educacional, como também, deve ter eficiência crescente de serviço.

Os fatores **habilidade** e **personalidade** no serviço, são de tal forma importantes, que o Bibliotecário somente deve estimular pessoas com aptidões recomendáveis, para o ingresso na profissão, desencorajando os incapazes. A clareza, sinceridade, confiança e interesse crítico, são elementos que põem o Bibliotecário à altura dos seus deveres, dos seus direitos, e o manem em condições apropriadas,

inclusive o de exigir salário justo. Unidos em organizações bibliotecárias, participarão dos movimentos e comparecerão às reuniões e conferências do interesse da profissão.

V – RELAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COM A SOCIEDADE

É por meio do Bibliotecário, que o público tomará conhecimento das atividades da Biblioteca. Ele precisa estar informado dos movimentos, organizações e instituições, cujos objetivos se harmonizem com os do seu estabelecimento. Assim, representarão a Biblioteca de modo que ela tenha o lugar definido, entre as entidades educativas, sociais e culturais.

De conduta do bibliotecário, dependerá a estima do público pela respectiva instituição e serviço, finalidade exclusiva da classe: “SERVUM SERVORUM SCIENTIAE”.

Amemos o trabalho com alma e coração, pois, trabalhar é condição que dignifica e enobrece o homem desde que ele corresponda com precisão a tudo o que lhe é atribuído, desde que ele se compenetre da sua missão de servir com solicitude e espontaneamente, servir que á amar a seu irmão, única coisa que contará no TRIBUNAL DE CONTAS final.



PROCESSOS TÉCNICOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Adelpha S. R. de Figueiredo

Tendo recebido o honroso convite de apresentar, neste conclave, um trabalho sobre “formação profissional do bibliotecário” começávamos a elaborá-lo quando fomos consultados sobre a possibilidade de apresentarmos, como representante da Associação Paulista de Biblioteconomia, um outro sobre “processos técnicos”.

Se um convite era honroso, o outro era impossível de se rejeitar, na qualidade de representante da Associação a que pertencemos.

Como diz, em seu trabalho “The Technical Processes and Library Service”, William M. Randall,

... (os serviços técnicos) tornaram-se, para muitos, a atividade mais típica das exercidas pelos bibliotecários...

Pensamos que reunir, em uma só exposição, esses dois aspectos da biblioteconomia, não seria fora de propósito, pois estaríamos estudando, ao mesmo tempo a formação do bibliotecário e aquilo que, até há bem pouco tempo, constituía a atividade mais biblioteconômica das atividades da biblioteconomia: os processos técnicos.

Sendo nossa tarefa histórica, começaremos tentando definir o que entendemos por processos técnicos e diremos, depois, também por largo tempo, a formação dos nossos bibliotecários.

E possível pensar em bibliotecas, pelo menos de dois modos, sobre qual destes modos a biblioteca é julgada, por um indivíduo, depende exclusivamente do conceito que ele faz, através do tipo de biblioteca que geralmente encontra.

Um dos modos é bem típico da biblioteca do passado e o outro, tão claramente da biblioteca do presente que não seria de todo mau chamá-lo respectivamente de “biblioteca museu” e de “biblioteca viva ou atuante”. Em outras palavras, de “coleção de livros”, a biblioteca antiga e de “agência de serviço”, a biblioteca viva.

Não podemos, entretanto, deixar de reconhecer que a biblioteca “agência de serviço” nasceu do desenvolvimento natural da biblioteca “coleção de livros”, talvez possamos dizer, mais claramente que a primeira ideia, a da coleção de livros, transformou-se na segunda, quando essa coleção de livros passou a ter valor como coleção de coisas usadas, cada uma no sentido da utilidade nelas contidas.

Em seguida consideraríamos as coleções de livros como arquivos de conhecimento e portanto, fontes de cultura, o que nos leva à ideia moderna de biblioteca, sendo cada livro uma fonte de conhecimento com um serviço específico a ser prestado, ou a coleção como “agência de serviço”: fontes de informação que têm como função específica a comunicação de um fato ou ideia a alguém.

Esse alguém que é? Fatalmente, o consulente, o estudioso que procurava se abeberar nas fontes de conhecimento de todos os tipos, quer seja ele um curioso, um simples estudante, um pesquisador, um cientista ou, alguém que deseja momentos de um lazer intelectual.

Desde que admitamos o consulente, teremos descoberto o público das bibliotecas e, nesse mesmo momento, deixamos de pensar na biblioteca como uma “coleção de livros”, e o nosso conceito passa a ser o de uma biblioteca “agência de serviço”.

E quem se ocupará da prestação deste serviço? Como será ele prestado? Que conhecimentos deverá ter quem o prestar? Que métodos empregará para prestá-lo eficientemente? De que material disporá pra a sua prestação de serviço?

Surge então a idéia daquele que prestará o serviço: o profissional da biblioteca. Em seguida, aparecem as maneiras dos melhores meios da prestação de serviço. E o profissional enfrenta os problemas do material para servir, do conhecimento que lhe é necessário para, no desempenho do seu mister, pode ser realmente útil. E daí, é que vem a questão da “formação profissional”.

Constata-se então, o fato da função educacional do profissional da biblioteca, pois, não basta dar uma determinada organização ao material, de acordo com determinados métodos; é necessária a capacidade de orientação do público através da massa de material informativo.

O profissional de biblioteca pensa, então, em seu papel de “guia de leitura” através de mundo de conhecimentos contidos em sua coleção de livros, folhetos, revistas etc. Assim agindo, pensa mais no seu serviço junto ao público do que em coleções e grandes acervos.

Para melhorar o serviço, terá ele que aprender mais e mais a respeito daqueles a quem serve e das suas necessidades; mais e mais sobre os materiais de que usa para desempenhar suas obrigações, no serviço que lhe é solicitado; logo descobrirá que o serviço não sempre eficiente, se ele pensar só em termos de métodos, de processos, de técnicas.

Verá, entretanto que os mesmos processos técnicos são também indispensáveis, ao lado do conhecimento, para que ele seja capaz de comunicar, rapidamente, ao público, a informação pedida.

Temos, pois aqui, os dois pensamentos básicos da biblioteconomia, estando o problema assim situado:

a) De um lado, o conhecimento dos processos que nos levarão a poder servir de maneira eficiente;

b) De outro, o estudo do público e de suas exigências que, se é possível através de cultura.

Em outras palavras: a formação profissional do bibliotecário pelo estudo dos processos técnicos, alicerçadas em larga e profunda base cultural.

Até agora, estivemos falando em processos técnicos como se soubéssemos, exatamente, o que eles são. Bem sabemos que todos os bibliotecários presentes o sabem, mas, parece-nos necessário chegarmos a um entendimento definitivo. Conseguirmos defini-los, razoavelmente, se enumerarmos aquilo que as bibliotecas, geralmente, fazem para conseguir “servi bem” ao seu público. Estas atividades, parece-nos, podem ser incluídas em seis (6) categorias, a saber:

1. Seleção do material;
2. Aquisição do mesmo material;
3. Tombamento ou incorporação do material;
4. Preparo do material para uso; ou, catalogação e classificação;
5. Ensino do uso material; ou, interpretação para o público, através da referência ou do empréstimo;
6. Técnicas especiais, para material documentário diferente de livro.

Em muitas bibliotecas, infelizmente, a atividade da seleção é incluída na de aquisição, juntamente com a de incorporação.

A quarta, a quinta e a sexta são consideradas como processos relativos à preservação da coleção, ao mesmo tempo que de interpretação junto ao público, tomando diferentes aspectos, conforme o tipo de público servido: geral ou especializado.

Desde que a seleção seja incluída na aquisição, o bibliotecário fica privado de uma das atividades de mais alto teor cultural da biblioteca, aquela que no dizer do grande mestre de seleção “Francis K. W. Drury” é a de fornecer os meios de dar a certo leitor, o livro certo, na ocasião certa. Isto demanda, do bibliotecário, um grande conhecimento do mercado livresco, uma grande cultura. É, repetimos, uma infelicidade para o profissional do livro que, então é levado a pensar muito mais no conhecimento de processos técnicos do que na formação cultural que constitui a base indispensável até para a assimilação dos processos e sua aplicação inteligente.

Pensamos que agora devemos passar a estudar a história do desenvolvimento desses mesmos processos técnicos entre nós.

Qual era, no início da biblioteconomia moderna entre nós, a situação que deveríamos encarar?

Para esta pergunta daremos três respostas, a saber:

1. Um desconhecimento completo da biblioteca moderna;
2. Inexistência do bibliotecário preparado para exercer uma biblioteconomia moderna;
3. A necessidade absoluta da reorganização das nossas bibliotecas-museus, para transformá-las em “agências de serviços”.

Esta a situação que encontramos em São Paulo, em 1931, ao regressarmos ao Brasil, depois de termos terminado nossos estudos na escola de Biblioteconomia da Universidade de Columbia.

Devido a circunstâncias diversas que não cabe aqui expor, só em juho de 1936 começámos a ter alguma atuação no então desenvolvimento da biblioteconomia e, concomitantemente na formação de bibliotecários que, apesar de já se ter esboçado em 1931, no Instituto Mackensie, só teve real desenvolvimento, quando fomos convidados a colaborar na reorganização da então Biblioteca Municipal de São Paulo.

Pelo Ato 1.146 da Prefeitura Municipal de São Paulo, deveria o Chefe de Divisão da Biblioteca Municipal, manter um curso de biblioteconomia, para a formação de bibliotecários para o Município.

Como manter um curso completo para bibliotecários, se só havia, no Brasil, um bibliotecário com estudos de biblioteconomia?

Foi então que resolvemos iniciar o primeiro curso que teria carácter de iniciação e que devia versar sobre as técnicas básicas apenas. Assim nasceu o primeiro curso de técnica bibliotecária, a 17 de agosto de 1936, em São Paulo.

Foram ministrados, de maneira muito geral, os processos técnicos mais necessários, através de aulas que incluíam:

1. Seleção e Aquisição de Livros;
2. Catalogação e Classificação;
3. Referência e Bibliografia.

No primeiro semestre, demos de barato que os alunos sabiam que deveriam e como deveriam adquirir a coleção da biblioteca, pois eram eles, na sua grande maioria, funcionários de bibliotecas dedicamos portanto, o pouco tempo de aula de que dispúnhamos, ao ensino de Catalogação e Classificação.

Fazíamos, no decorrer dessas aulas, cada vez que as circunstâncias o exigiam, menção da necessidade do estudo de Referência e Bibliografia. O mesmo se dava em relação à Organização da Coleção e à Administração dos Serviços. Para esse fim recorríamos a visitas especialmente feitas à Biblioteca do Instituto Mackensie que era, então, a única organizada em moldes modernos, pois fomos sua bibliotecária, no período de 1926 a 1936, e a reorganizáramos, de 1931 a 1936, antes de ingressarmos no funcionalismo municipal.

Se o primeiro curso começará suas atividades em agosto de 1936, já no princípio de 1937 era promulgada, pelo Governo Estadual, a Lei nº 2.389 que criava o “Conselho Bibliotecário de Estado” que,

uma vez constituído, passou a funcionar regido por essa mesma lei. Nessa previa-se, entre outras atividades, a redistribuição dos acervos das bibliotecas do Estado, a uniformização dos processos técnicos, a existência de um catálogo coletivo e a regulamentação da carreira de bibliotecário.

Infelizmente, como sabeis, esse Conselho Bibliotecário do Estado foi extinto uma vez, reapareceu como “Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus” pelo Decreto-Lei nº 13.411 de 1943. Mais uma vez extinto, deixou entretanto, bem viva a necessidade dos estudos dos processos técnicos.

Hoje, graças a esforços de carácter internacional, todos temos bem clara a idéia da urgência da internacionalização básica desses processos, ou pelo menos, de alguns desses processos, aqueles que se destinam a orientar as atividades de preservação das coleções e da interpretação de seus elementos junto ao público, em suas diversas modalidades.

A este resultado porém, não chegamos sem atravessar muitas etapas, das quais consideramos como mais importantes, aquelas diretamente ligadas à formação profissional, no afã de prepararmos os interpretes das fontes de conhecimento, junto ao consulente de todos os tipos.

Do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura, graduou-se uma única turma em 1938. Em seguida foi extinto.

Criou-se em São Paulo, então, em 1937, a Escola de Biblioteconomia anexa à Fundação Escola de Sociologia e Política. Nessa nova escola, com o corpo docente do primeiro curso ampliado e com seu programa alargado, já contendo aulas regulares de Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência e de História do Livro, novas levas de bibliotecários foram se formando, não só no sentido técnico, mas também, começaram a surgir bibliotecários com exata mentalidade biblioteconômica.

Em 1944, tivemos oportunidade de colaborar na organização de uma segunda escola de biblioteconomia, a conhecida pelo nome de “*Sedes Sapientiae*”, anexa à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Outra escola, a de Campinas, Estado de S. Paulo, organizada por ex-aluno da primeira, passou também a preparar bibliotecários.

Outros ex-alunos da Escola de Biblioteconomia de São Paulo levaram para a Bahia, Pernambuco, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, os conhecimentos aqui recebidos. Nesses estavam incluídos, em situação preponderante, aqueles processos técnicos contidos e recomendados pela Lei nº 2.839 de 1937, do Estado de São Paulo.

Desde a vigência dessa Lei, a Biblioteca Municipal de S. Paulo, agora chamada Biblioteca Municipal Mário Andrade, em obediência aos ditames nela exarados, preparava e arquivava fichas para um Catálogo Coletivo do Estado, que só veio a se tornar realidade por um Ato do então reitor da Universidade de São Paulo, publicado no Diário Oficial de 31 de outubro de 1954, com o seguinte teor:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

Atos de 26 do corrente

Designado e autorizado pelo Governador do Estado, por despacho de 27 de outubro de 1954, exarado a fls. 4, do Processo n. 17523-54, desta Reitoria, e em face de Recomendação do I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado em Recife, em julho do corrente ano, a Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, como Sede dos Catálogos Coletivos de Livros e de Publicações periódicas do Estado de São Paulo.

Mais tarde, em 20 de novembro de 1956, pela Resolução nº 678, o Governo do Estado de São Paulo, recomenda às Repartições Públicas do Estado, que contribuam para a atualização dos Catálogos Coleti-

vos da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.

E a seguir, em 10 de fevereiro de 1958, a Resolução nº 897 regulamenta a anterior, no sentido de evitar contribuições diretas ao Catálogo Coletivo Nacional, esclarecendo que as contribuições só poderão ser feitas através da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.

Entretanto, de acordo com o teor do Processo n. 17523 de 1954, da Reitoria da Universidade de S. Paulo, já pode a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, dar início, a maior contribuição para esse Catálogo Coletivo de Estado, ou sejam, 109.125 fichas de autor, em novembro de 1954, um mês após o Ato do Sr. Reitor.

Através de todas essas atividades, reconhecemos o papel importante que tiveram os processos técnicos, sempre base da formação profissional.

Em quase todas as escolas novas e mesmo na primeira, a mais antiga, começou-se, entretanto a sentir que algo faltava na formação profissional de nossos bibliotecários. E essa falta era, infelizmente, a base cultural de tanta magnitude na formação de todo e qualquer profissional, sem que, nem mesmo os processos técnicos podem sobreviver. São eles apenas, o primeiro passo do preparo profissional, passo básico, indispensável, porém perigoso pelo seu carácter exclusividade de técnica. Incluem então, as escolas, em seus ensinamentos, estudos que concorram para o desenvolvimento cultural dos bibliotecários, tais como indicação à filosofia e à literatura, às ciências sociais e econômicas, às ciências naturais, às artes e à história. Assim fazendo, em relação à formação dos bibliotecários, lançaram as bases do conhecimento necessário à futura especialização daqueles que tal desejassem.

Abriam ainda assim, o caminho para o campo de treinamento nas técnicas da prestação de informação de toda a sorte, em face da multiplicidade de documentos de todos os tipos e de sua sempre crescente bibliografia. Esta Bibliografia documentária, exatamente

devido à variadíssima forma dos documentos, exigirá uma base de conhecimentos bibliográficos gerais, que aliada a conhecimentos científicos especiais, poderá levar o bibliotecário-documentalista a ser um profissional eficiente em qualquer dos campos de especialização de sua escola.

Dado porém o fato histórico dos países de recente desenvolvimento, recebendo seus conhecimentos na Europa ou nos Estados Unidos, onde as mentalidades, por força de diferença de formação são totalmente diferentes e têm outros problemas que não os nossos, julgamos dever aproveitar a oportunidade de repensar em nosso caso, livre e inteligentemente, tomando de cada fonte aquilo que ela tenha de bom e, de acordo com os nossos problemas, estabelecer uma situação que satisfaça, plenamente, aos bibliotecários.

Proporíamos, então, um programa de formação profissional nacional: ensino de processos técnicos de maneira profunda, matérias culturais, técnicas documentárias e, como cursos supletivos, o ensino de línguas vivas além do português. Avultaria, entretanto, a exigência de determinadas horas de prática na aplicação dos diversos processos técnicos.

Pensamos ter dado, assim, um esboço em linhas gerais, do que constituiria um curso de preparação profissional para bibliotecários-documentalistas. Não entramos em detalhes de seriação de cursos, pois pensamos aqui não caber tal estudo.

Não queremos, entretanto, lançar a idéia de que alunos que passaram por esses cursos estejam “para todo o sempre” preparados para exercer eficientemente sua profissão.

Como todos os cursos de preparação profissional, também o de biblioteconomia não passa de um guia básico na vida intelectual e cultural do bibliotecário. Não nos esqueçamos de que a cultura é um processo de desenvolvimento tão longo quanto uma vida. Não tem fim propriamente. Aquilo de que mais desejamos impregnar as men-

talidades dos nossos bibliotecários é que, uma vez formados numa escola de qualquer tipo, estão apenas dando o primeiro passo, numa longa sonda de estudos contínuos, se quiserem se manter em situação real de poderem, prestando serviços eficientes, prestigiar a sua profissão, a sua carreira.

Nas suas tarefas específicas, o bibliotecário se encontra, muitas vezes, diante do consulente, numa situação didática, e em face de um aluno que, frequentemente não sabe, exatamente, o que lhe é mais adequado, em seu caso particular. Não sabe se, para obter uma determinada informação, deve pedir um certo livro, uma determinada monografia ou alguma coisa sobre um assunto que deseja conhecer melhor.

Sendo assim, grande discernimento e grande conhecimento bibliográfico no sentido profundo e não no de listas de livros, são necessários aos bibliotecários, em seus campos de especialização, estejam eles adquirindo livros ou outro material bibliográfico para seu acervo, ou respondendo a uma determinada consulta.

“Um bom livro” sobre energia atômica ou sobre cultivo de vegetais, ou sobre mecânica de aviação ou televisão, pode ser pedido. Possivelmente o leitor se esqueceu do nome do autor do livro que deseja, ou do título. Falta de conhecimento ou percepção em atender a tais pedidos é mau para o leitor e reflete desfavoravelmente na reputação e no serviço da biblioteca. Isto é o que diz “Ernestine Rose” em seu livro “The Public Library in American Life”.

Ora, se isto é certo em bibliotecas públicas, quanto mais não o será nas especializadas!

É pois necessário, em se tratando de “formação profissional” que os bibliotecários se convençam de que não basta um ótimo curso profissional; é urgente que pensem em seu desenvolvimento cultural em todos os sentidos e, principalmente, no sentido da sua especialização, que deve ser obtida em todas as fontes possíveis, em nossa língua e em outras de outros países de grande desenvolvimento cien-

tífico, enquanto não tivermos a possibilidade franca da tradução bem feita e em grande quantidade.

Talvez, então, alguém nos pergunte: valerá a pena todo esse esforço de estudo para se obter um grau de bibliotecário? Dedicar-se uma vida toda, estudando para se atingir a uma cultura que torne o bibliotecário, não só orientador de leitores em geral, mas ainda o “guia bibliográfico vivo” por assim dizer, até de cientistas? Valerá a pena todo esse esforço, quando a remuneração que corresponde a essa dedicação, só em poucos casos, atinge à de um professor catedrático? Só os postos altos da administração biblioteconomia são realmente compensadores, e esses são pouquíssimos!

A profissão exige uma série graduada de cargos, com salários proporcionais, para poder ser compensadora.

Em São Paulo, só os bibliotecários municipais têm uma carreira graduada, que inicia na letra “I” e sobe, aos poucos, por sucessivas promoções, até a letra “M”. Daí por diante passam seus ocupantes a “Oficial Administrativo” padrão “N” e “O”, indo atingir a chefia de Seleção na letra “R” e a chefia de Divisão na letra “X”. De cinco anos recebem adicionais de 5% que se somam ao salário.

Nem o Estado, nem a Universidade apresentam carreiras para o bibliotecário, no mesmo sentido que a Municipalidade; em uns casos, dois cargos e noutros, só o de chefe, com auxiliares burocráticos.

Pensamos que uma escala de cargos, com uma correspondente escala de responsabilidade e a escala respectiva de salários, tornariam os bibliotecários mais interessados em progredir, em se manter ao par das produções literárias e científicas, de maneira a poderem fazer, de fato, trabalho eficiente e transformar suas bibliotecas em verdadeiras “agências de servir”.

Não podemos portanto só pensar nos currículos escolares, mas temos que pensar na organização da carreira, seja ela exercida na

União, no Estado ou no Município; na biblioteca de instituições de carácter público ou particular.

Temos notado que alguns bibliotecários têm uma espécie de “instituto” ao solucionarem os problemas de seus consulentes, enquanto que outros não sabem como transmitir os seus conhecimentos, não sabem lidar com pessoas. Haverá uma profissão realmente, quando os seus componentes mostram-se, por assim dizer, “amadores” no exercício de suas tarefas?

Se os bibliotecários quiserem obter prestígio profissional como interpretes do conhecimento, é lógico que deverão, primeiro, treinar-se, não só na ciência da sua profissão, como também na sua arte.

Aqui está, de novo, a necessidade do conhecimento dos processos técnicos, não só em teoria, como também através de prática real e longa; a necessidade de uniformização desses processos, não em termos de nações, mas no sentido internacional; a necessidade da normalização na documentação e suas técnicas também. Tudo isto, entretanto, repetimos deverá ter por base um alicerce cultural largo e profundo.

Não nos esqueçamos de que a biblioteca deve ser, por natureza, uma instituição de utilidade pública, agindo dentro de uma sociedade democrática, devendo portanto os bibliotecários estar preparados para esse serviço que é social, que é cívico, porque é serviço para o público, quer seja ele geral ou especializado.

São Paulo, 11 de novembro de 1960

Adelpha S. R. de Figueiredo

INFORME SOBRE A COMISSÃO BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

ANEXO Nº1 MEMBROS DA IBBB/CDU

1. ABNER LELLIS CORRÊA VICENTINI (1ª a 8ª Reuniões) pela Biblioteca Central do Centro Técnico de Aeronáutica, de São José dos Campos-SP | Presidente da IBBB/CDU: 1958/59, 1959/60 e 1960/61.

2. ADELPHA SILVA RODRIGUES DE FIGUEIREDO (7ª Reunião) pela Biblioteca Municipal de São Paulo.

3. PE. ASTÉRIO CAMPOS, S.D.B. (1ª a 5ª Reuniões) pelo Instituto Teológico Pio XI, de São Paulo.

4. FREI BERNARDO DO CATÃO, O.P. (2ª, 3ª e 4ª Reuniões) pelo Convento Dominicano de São Paulo.

5. CACILDA BASÍLIO DE SOUZA REIS (4ª Reunião) pela Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais.

6. CORDÉLIA ROBALINHO CAVALCANTI (4ª a 8ª Reuniões) pelo Serviço Central de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

7. ÉDSON NERY DA FONSECA (1ª a 6ª Reuniões)

pela Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas

8. ÉLTON E. VOLPINI (8ª Reunião) pela Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais.

9. EMÍLIA MACHADO DE BUSTAMANTE (1ª, 2ª, 4ª e 6ª Reuniões) pela Biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

10. ETELVINA LIMA (7ª Reunião) pela Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais.

11. FELISRELA LIBERATO DE MATTOS CARVALHO (4ª a 7ª Reuniões) pela Subcomissão Bahiana da CDU.

12. FERNANDA LEITE RIBEIRO (1ª a 8ª Reuniões) pelo Serviço de

Informações Técnico-Científicas do IBBD Secretária da IBBD/CDU.

13. FLÁVIA RUBENS ACCIOLI DO PRADO (4ª Reunião) pela Subcomissão Paranaense da CDU.

14. ILÍRIA BUEDE (6ª Reunião) pelo Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade do Rio Grande do Sul.

15. LAURA MAIA DE FIGUEIREDO (1ª a 8ª Reuniões) pelo Serviço de Bibliografia do IBBD.

16. LAURO NEY DE MENEZES, MAJ. AV. (2ª a 3ª Reuniões) pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, Base Aérea de Cumbica.

17. LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY (1ª a 8ª Reuniões) pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

18. MALVINA VIANA ROSA (4ª Reunião) pelo Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade do Rio Grande do Sul.

19. MANOEL ADOLPHO WANDERLEY (1ª a 8ª Reuniões) pela Biblioteca Nacional

20. MARIA ANTONIETA REQUIÃO PIEDADE (4ª a 8ª Reuniões) pela Escola de Biblioteconomia e Documentação “Santa Úrsula”.

21. MARIA APARECIDA GOMES DE MOURA (5ª Reunião) pelo Conselho Nacional de Estatística.

22. MARIA DA GLÓRIA VASCO DE TOLEDO (2ª Reunião) pela Biblioteca Municipal de São Paulo.

23. MARIA EMÍLIA DE MELLO E CUNHA (1ª a 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Reuniões) pelo Conselho Nacional de Estatística.

24. MARIA HELENA G. DE PAIVA (5ª Reunião) pelo Conselho Nacional de Estatística.

25. MARIA LIA FASANO (2ª Reunião) pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

26. MARIA LUÍSA MONTEIRO DA CUNHA (1ª a 3ª, 5ª a 8ª Reuniões)

pela Biblioteca Central da Universidade de São Paulo.

27. NANCY WESPHALEN CORRÊA (4^a a 8^a Reuniões) pelo Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade do Paraná.

28. NOÊMIA LENTINO (3^a a 8^a Reuniões) pela Biblioteca Municipal de São Paulo.

29. REGINA PÔRTO MACEDO (2^a a 8^a Reuniões) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

30. WASHINGTON JOSÉ DE ALMEIDA MOURA (1^a a 5^a Reuniões) pela Biblioteca da Câmara dos Deputados.

INFORME SOBRE A COMISSÃO BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

ANEXO Nº 2 – REGIMENTO INTERNO DA IBBD/CDU

Capítulo I

Dos fins, da sede e da competência da Comissão

Art. 1º - Criada pela Resolução nº 70, do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, como um de seus órgãos técnicos consultivos, em sua Trigésima Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 1958, e confirmada pela Federação Internacional de Documentação, em 19 de agosto de 1958, a Comissão Brasileira da Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU) tem como finalidade precípua a difusão da CDU no Brasil e demais países da América Latina, colocando-a ao alcance do maior número possível de estudiosos.

Art. 2º - A sede da IBBD/CDU é o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, membro nacional da FID para o Brasil (Av. General Justo, 171 – 4º andar – Rio de Janeiro)

Art. 3º - Compete à IBBD/CDU:

- a) Difundir o emprego da CDU nas bibliotecas e centros de documentação do Brasil;
- b) Congregar os esforços das entidades que já se utilizam da CDU no Brasil;
- c) Contribuir para a edição da CDU em língua portuguesa;
- d) Promover a revisão das divisões particulares da CDU, apresentando propostas de extensão ou correção à Comissão Central de Classificação de FID (CCC/FID);
- e) Estudar os projetos de extensão e correção apresentados pelas Comissões Nacionais dos demais países membros da FID e emitir parecer sobre os mesmos;

Estudar as extensões da CDU relativas ao Brasil, tendo em vista as classes ou subdivisões de assuntos que apresentem peculiaridades nacionais;

f) Colaborar com a Comissão Portuguesa da Classificação Decimal Universal (CP/CDU).

Capítulo II

Art. 4º - A IBBD/CDU será constituída por técnicos e representantes de Bibliotecas e outros órgãos que utilizam a CDU.

§1º - O total de membros não deverá exceder a 25.

§2º - Os novos membros serão eleitos pela IBBD/CDU e designados pelo IBBD.

Art. 5º - A IBBD/CDU poderá solicitar também a colaboração de professores universitários e especialistas, sempre que necessário ou aconselhável.

Art. 6º - A IBBD/CDU terá um Presidente, eleito, por período de um ano, por votação dos seus membros na última Reunião anual da Comissão.

Art.7º - São atribuições do Presidente:

- a) Presidir, orientar e dirigir os trabalhos da IBBD/CDU;
- b) Zelar pela fiel observância de Regimento e das Resoluções da Comissão;
- c) Representar a IBBD/CDU nos atos, visitas, solenidades e cerimônias a que deva comparecer, ou designar quem o representante;
- d) Exercer todas as atividades compatíveis com o Regimento;
- e) Resolver os casos omissos neste Regimento.

Art. 8º - Em caso de impedimento do Presidente, os membros da Comissão elegerão seu substituto.

Art. 9º - Os trabalhadores de secretaria da IBBD/CDU ficarão a cargo do serviço de Informações Técnico-Científicas (SITC) do IBBD.

Capítulo III

Das disposições gerais

Art. 10º - As Resoluções da Comissão serão redigidas em forma articulada e indicada pelo respectivo número de ordem.

Art. 11º - A Resoluções serão aprovadas pelos membros da Comissão presentes a cada Reunião, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 12º - Para facilitar seu trabalho, a IBBD/CDU poderá organizar subcomissões estatuais que deverão fazer-se representar nas Reuniões da Comissão e prestar contas de seu trabalho.

Art. 13º - Os membros da IBBD/CDU, residentes fora do Rio de Janeiro, convocados para as reuniões terão sua hospedagem e diárias pagas pelo Instituto Brasileiro de Bibliografias e Documentação durante o período da Reunião.

INFORME SOBRE A COMISSÃO BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

ANEXO Nº 3

(Pbr 3, 8 e 9)

Números auxiliares de lugar para o Brasil

(81) Brasil

(811) REGIÃO NORTE

(811.1) Território de Rondônia (antigo Guaporé) (811.11) Município de Porto Velho (capital) (811.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (811.2) Território do Acre

(811.21) Município de Rio Branco (capital) (811.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (811.3) Estado do Amazonas

(811.31) Município de Manaus (capital) (811.32) Outros municípios. Subdividir A/Z (811.4) Território do Rio Branco

(811.41) Município de Belém (capital) (811.42) Outros municípios. Subdividir A/Z (811.5) Estado do Pará

(811.51) Município de Belém (capital) (811.52) Outros municípios. Subdividir A/Z (811.6) Território do Amapá

(811.61) Município de Macapá (capital) (811.62) Outros municípios. Subdividir A/Z (812/813) **REGIÃO NORDESTE**

(812) Região Nordeste Ocidental (812.1) Estado do Maranhão

(812.11) Município de São Luís (capital) (812.12) Outros municípios. Subdividir A/Z

(812.2) Estado do Piauí

(812.21) Município de Teresina (capital) (812.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (813) Região Nordeste Oriental

(813.1) Estado do Ceará

(813.11) Município de Fortaleza (capital) (813.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (813.2) Estado do Rio Grande do Norte (813.21) Município de Natal (capital) (813.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (813.3) Estado da Paraíba

(813.31) Município de João Pessoa (capital) (813.32) Outros municípios. Subdividir A/Z (813.4) Estado de Pernambuco

(813.41) Município de Recife (capital) (813.42) Outros municípios. Subdividir A/Z (813.5) Estado de Alagoas

(813.51) Município de Maceió (capital) (813.52) Outros municípios. Subdividir A/Z (813.6) Território de Fernando de Noronha (814/815)

REGIÃO LESTE

(814) Região Leste Setentrional (814.1) Estado de Sergipe

(814.11) Município de Aracaju (capital) (814.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (814.2) Estado da Bahia

(814.21) Município de Salvador (capital) (814.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (815) Região Leste Meridional

(815.1) Estado de Minas Gerais

(815.11) Município de Belo Horizonte (capital) (815.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (815.2) Estado de Espírito Santo

(815.21) Município de Vitória (capital) (815.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (815.3) Estado do Rio de Janeiro

(815.31) Município de Niterói (capital) (815.32) Outros municípios. Subdividir A/Z (815.4) Estado de Guanabara

(815.41) Município do Rio de Janeiro (capital) (816) REGIÃO SUL

(816.1) Estado de São Paulo

(816.11) Município de São Paulo (capital) (816.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (816.2) Estado do Paraná

(816.21) Município de Curitiba (capital) (816.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (816.3) Território do Iguaçu (extinto) (816.31) Muni-

cípio de Iguazu (capital) (816.32) Outros municípios. Subdividir A/Z (816.4) Estado de Santa Catarina

(816.41) Município de Florianópolis (capital) (816.42) Outros municípios. Subdividir A/Z (816.5) Estado do Rio Grande do Sul (816.51) Município de Porto Alegre (capital) (816.52) Outros municípios. Subdividir A/Z (817) **REGIÃO CENTRO-OESTE**

(817.1) Território de Ponta Porã (extinto) (817.11) Município de Ponta Porã (capital) (817.12) Outros municípios. Subdividir A/Z (817.2) Estado de Mato Grosso

(817.21) Município de Cuiabá (capital) (817.22) Outros municípios. Subdividir A/Z (817.3) Estado de Goiás

(817.31) Município de Goiânia (capital) (817.32) Outros municípios. Subdividir A/Z (817.4) Brasília, Distrito Federal.



DEONTOLOGIA E ÉTICA PROFISSIONAL¹²¹

Laura Garcia Moreno Russo

DEONTOLOGIA E ÉTICA PROFISSIONAL

O estudo da função social das profissões está na ordem do dia é de palpitante atualidade.

Jeremias Bentham, economista inglês, foi que pela primeira vez usou a palavra “deontologia” com o sentido de moral especial ou ciência dos deveres. É, pois, um conjunto de normas que regulam as relações de um profissional com o seu público, com a sociedade.

Um trabalho sobre deontologia bibliotecária vem a ser uma apresentação dos problemas da classe e um exame de sua moral profissional.

Antes de mais nada, devemos considerar se é a Biblioteconomia chamada de profissão. Sim, é julgada desse modo no Brasil e em todo o país civilizado, assim a julgou também o Excelentíssimo Dr. Fernando Nóbrega, ex-Ministro do Trabalho, ao incluí-la no 19º Grupo do Plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais do Brasil.

Chama-se de profissão a Biblioteconomia porque não é, apenas, um trabalho que se faz para ganhar a vida. Requer conhecimento e

121 Texto originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

estudo especial, adquirido para benefício da coletividade.

Os bibliotecários, como tantos outros profissionais, têm responsabilidades legais e morais. Desde que assumem seus cargos estão obrigados a um estudo consciencioso dos progressos conseguidos no campo de sua profissão.

Todas as profissões têm a sua moral, que consiste na consideração de sua utilidade social.

Ser amigo dos livros sem sentir afeição por seu mundo não é suficiente para ser um bom bibliotecário, para governar uma biblioteca, fazendo-se útil aos demais.

O erudito, o acadêmico, o sábio que por uma especialização fosse designado para dirigir uma biblioteca poderia chegar a ser o primeiro inimigo de sua função social. Ser bibliotecário é sentir a biblioteca como empresa a serviço da coletividade.

O mundo integrado pelos elementos de propagação da cultura se ampliou extraordinariamente. O livro e a biblioteca já não é tudo. Apareceram as microtecas, discotecas, filmotecas, etc. Todo esse material de cultura, cada dia, exige mais técnicos para a sua classificação, ordenação e seleção de métodos e sistemas. O trabalho do bibliotecário deve, pois, estar em dia com todos esses elementos propagadores da cultura.

Tendo em vista a preparação e especialização do bibliotecário deve ele ter formação integral que abarque, quanto possível, todos os horizontes do mundo dos livros. Deve possuir, como nenhum outro universitário, o que há de cultura em todas as Faculdades, ou seja, uma formação que é a base de ponderação de todos os enciclopédicos, senão conhecer as dimensões da cultura, não para escrever sobre ela, mas para não ignorar, precisamente, que há sempre alguma coisa mais em qualquer questão.

A especialização há de vir depois, posto que nas pequenas lo-

calidades, e são a maioria, a biblioteca deve servir, primeiramente, como força social civilizadora e moralizadora.

CLIMA ESPIRITUAL DO BIBLIOTECÁRIO

Ortega y Gasset chamou espírito ao “conjunto de atos íntimos que cada qual se sente verdadeiro autor e protagonista”.

No desempenho de suas funções todo o bibliotecário tem o dever de pôr espírito, o dever é uma coisa que é rigorosamente obrigado todo aquele que deseja evitar o completo descrédito moral; é uma obrigação, uma dívida que não pode ser paga senão por esforço voluntário.

Sua formação lhe dará os meios de bem servir à coletividade; sua deontologia, a norma; a competência, lhe dará confiança em si mesmo; o domínio de si mesmo, a segurança; sua decisão e tenacidade, o êxito; a disciplina, a exatidão; a dignidade, o prestígio; o espírito de compreensão a paz; a autoridade, e respeito; a equidade; a gratidão; o tacto, a subordinação.

INDECISÃO NO CUMPRIMENTO DO DEVER

Em bem da coletividade e de seu próprio êxito, o bibliotecário deve desterrar de seu vocabulário “não sei, não posso, não há meios, é de difícil solução, não existe, acha-se perdido, etc.”. Nada desacredita tanto como essas fórmulas tão usadas, referindo-se a um livro que conta no Catálogo. Nada desanima tanto ao leitor como dar-lhe uma dessas desculpas tão condenáveis, porque, hoje há muitos meios de se obter informação e reprodução de textos.

Definindo, exatamente, as obrigações do bibliotecário, de maneira simples, podemos dizer que são:

1º - Conservar

2º - Administrar

3º - Facilitar

ÉTICA PROFISSIONAL

Para se falar em ética profissional, convém, antes de tudo, que se precisem os termos e se delimitem os campos.

Toda ética e, essencialmente, um conhecimento prático, isto é, um conhecimento que visa dirigir a ação humana numa atividade para o bem comum. A ética profissional abrangerá, portanto, os princípios morais que terão de dirigir a atividade dos que exercem um profissão.

O escopo deste trabalho é tratar do problema em relação à biblioteconomia; será um aspecto particular da ética profissional.

Difícilmente, uma única pessoa, poderia chegar a um sistema concreto e praticável de preceitos cabíveis, para as variadas modalidades de conduta dos integrantes de um classe. Esse sistema, só poderia ser estabelecido através do processo democrático de debate refletido e paciente entre membros das várias Associações de Bibliotecários do País e que tenham experiência dos problemas práticos da vida biblioteconômica.

Acrescentamos que, mesmo através de debates, realizados com o máximo boa vontade, não se poderia organizar, rapidamente, um Código de Ética.

Seria necessário algum tempo, durante o qual, poderiam ser testados, em casos concretos, os princípios aceitos a título precário.

A criação de um código moral para o bibliotecário, que possa captar o consenso geral e a indispensável aprovação social, implicará, de certo modo, os mesmos processos evolutivos que caracterizaram a ciência biblioteconômica entre nós.

Deve ser exercida grande cautela para que esse Código propicie os frutos desejados, mas devemos criá-lo, para disciplinar atitudes, motivadas quase sempre, por algum impulso entusiástico.

Cumpra às nossas Associações se habituarem a ter ideias claras, bem delineadas, no que se refere ao conceito do bem coletivo e fundar nesse princípio o estabelecimento de normas éticas.

Não se trava de empregar truques pedagógicos, porém, apelar ao bom senso de verdade de todos, para que possam ouvir a voz da Razão em prol do bem comum.

Sabemos ser de difícil a aplicação desse princípio, uma vez que o elogio e a censura são empregadas como meios de coação. Ao ver-se guiado assim o bibliotecário adapta-se e permanece.

Ao elogio e à censura se deve o adiamento injustificável de nossa valorização profissional e do reconhecimento de nossos direitos.

A autora apresenta à consideração do plenário o espírito deste trabalho e às Associações de Bibliotecários um Ante-Projeto de Código de Ética Profissional do Bibliotecário Brasileiro, que, uma vez estudado e debatido, deseja ser aplicado.

São Paulo, 6 de dezembro de 1960

Laura Garcia Moreno Russo

ANTE-PROJETO DE CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO

CONTEÚDO

SECÇÃO I – EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

SECÇÃO II – DAS RELAÇÕES COM O PÚBLICO E COM SEUS COLE- GAS

SECÇÃO III – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SECÇÃO IV – DA ACEI- TAÇÃO DE TRABALHOS SECÇÃO V – DAS CRÍTICAS

SECÇÃO VI – DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE SECÇÃO VII – DA OBSERVANCIA DO CÓDIGO

SECÇÃO VIII – DA MODIFICAÇÃO E VIGENCIA DESTE CÓDIGO

SECÇÃO I – EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Art. 1º – O bibliotecário deve preservar, contra tudo e contra todos o cunho liberal e humanista de sua profissão, porque é fundado na liberdade de convicção científica, humanístico porque tem como fundamento a dignidade da pessoa humana.

Art. 2º - O bibliotecário deve, acima de tudo, capacitar-se de que a sua profissão não se exaure num círculo restrito de interesses pessoais, mas constitui um elemento substancial da comunidade.

Art. 3º - Aplicará o bibliotecário todo zelo e diligência e os recursos de saber em prol do progresso da profissão e bom nome da instituição onde sirva.

Art. 4º - Os deveres do bibliotecário compreendem, além da defesa dos direitos e interesses que lhe são confiados, o zelo do prestígio de sua classe, da dignidade e aperfeiçoamento das Instituições biblioteconômicas.

Art. 5º - O bibliotecário não se valerá de sua influência política em benefício próprio quando essa atitude comprometer o direito de

um colega ou os direitos da classe em geral.

Art. 6º - Todo bibliotecário deve assumir posição vigilante no momento da feitura das leis, para preservar-se o caráter técnico cultural da profissão e os interesses da classe.

Art. 7º - Não será inibido o bibliotecário de prestar esclarecimentos necessários aos corpos legislativos ou perante qualquer departamento da administração pública, propugnado pela aprovação de projetos de leis ou resoluções, defendendo direitos e causas justas. É mister, entretanto, que o faça às claras, guardando as observâncias que regulam sua ação no seio da classe.

SECÇÃO II – DAS RELAÇÕES COM O PÚBLICO E COM SEUS COLEGAS

Art. 8º - Deve o bibliotecário tratar as autoridades e o público em geral, com respeito e urbanidade devidos, não prescindido do mesmo tratamento por parte deles.

Art. 9º - Deve tratar seus chefes com o maior respeito e discrição, sem dispensar igual tratamento por parte deles e sem esquecer que uns e outros colaboram na mesma obra e servem à mesma causa igual dignidade.

Art. 10º - Havendo queixas sérias e fundadas contra um chefe é de obrigação representá-las ao poder competente. A par desse fato cabe aos bibliotecários prestarem auxílio ao Colega alvo de críticas injustas.

Art. 11º - Deve observar em suas discussões a mais perfeita cortesia e urbanidade, abstendo-se de alusões à vida particular e de entendimento tendenciosos.

SECÇÃO III – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 12º - É necessário que se contrate, previamente, por escrito, a prestação de serviços profissionais, atendidos os elementos seguin-

tes:

- a) a relevância, o vulto, a complexidade ou dificuldade do trabalho;
- b) o tempo necessário;
- c) o lugar da prestação dos serviços;
- d) a competência e renome do profissional.

SECÇÃO IV – DA ACEITAÇÃO

Art. 13º - Deve o bibliotecário não se pronunciar sobre serviços que saiba entregue à responsabilidade de outro colega, sem conhecer os fundamentos da opinião ou da atitude do mesmo colega, e na presença dele ou com seu prévio e expresso assentimento.

SECÇÃO V – DAS CRÍTICAS

Art. 14º - As críticas de trabalhos profissionais de colegas deverão ser feitas com espírito elevado, sem outro interesse senão aquele de colaborar para o progresso da própria profissão.

Art. 15º - São condenáveis e devem ser proscritas as discussões pela imprensa, tendo por objetivo causas pendentes. Quando circunstâncias extremas, de razões especiais, possam justificar a necessidade de uma explicação em público, não poderá fazê-lo senão com sua assinatura e responsabilidade, cingindo-se ao assunto em questão, evitando referência de fatos estranhos à causa.

Art. 16º - Não deve o bibliotecário apontar falhas da formação profissional ou associativa brasileira em Congressos ou Reuniões profissional ou associativa brasileira em Congresso ou Reuniões Internacionais, deixando para fazê-lo em suas Associações de Classe, em Reuniões e Congressos Nacionais.

SECÇÃO VI – DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Art. 17º - Cabe às Associações de classe:

- a) Reforçar o sentimento de responsabilidade social do biblio-

tecário;

b) Estimular a formulação de padrões peculiares e exequíveis para orientar as decisões a serem tomadas pelas Associações de classe;

c) Incentivar o debate, entendimento mútuo e cooperação entre os vários grupos interessados;

d) Organizar os trabalhos de equipe;

e) Criar um clima social que se imponha às camadas administrativas do país;

f) Criar um ambiente moral em que todo bibliotecário se sinta disposto a obedecer a esses princípios e percebam que fazendo isso estarão atendendo aos seus próprios interesses remotos.

Art. 18º - Declinará o bibliotecário de mandato para o qual tenha sido eleito, logo que sinta falta-lhe a confiança dos seus colegas.

Art. 19º - No caso de renúncia de mandato, terá o bibliotecário o maior cuidado em preservar a defesa dos direitos a ele confiados a abster-se de declaração pública.

SECÇÃO VII - DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO

Art. 20º - Deve o bibliotecário levar ao conhecimento de sua Associação de Classe, com discrição e fundamentadamente, as transgressões das normas deste Código.

Art. 21º - Quando em dúvida sobre questão de ética profissional que considere não prevista neste Código, o bibliotecário deve, antes de qualquer atitude, apresentar o caso em termos gerais à consideração de sua Associação de Classe para que o considere em sua primeira reunião.

Art. 22º - Sempre que tenha conhecimento de transgressão das normas deste Código, a Associação a que o bibliotecário pertença

chamará a atenção do responsável para o dispositivo violado, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Art. 23º - Constitui falta de ética profissional a infração dos Estatutos, Regulamentos e demais disposições das Associações de Classe e da FEBAB.

Art. 24º - A enumeração dos preceitos expressos neste Código, não exclui outros deveres que aos bibliotecários impõe às Leis e Regulamentos, nem os que resultem da independência, probidade, virtudes que hão de ser as inspiradoras de todos e de cada um de seus atos da vida profissional.

SECÇÃO VII – DA MODIFICAÇÃO E VIGENCIA DESTE CÓDIGO

Art. 25º - Qualquer modificação deste Código, somente será feita pelo Conselho Deliberativo e Assembleia dos Delegados, da FEBAB, em virtude de proposta da Diretoria, com antecedência de 90 dias.

Art. 26º - O presente Código entrará em vigor em todo o Território Nacional a, cabendo às Associações de Classe, promover a sua mais ampla divulgação.



O AUXILIADOR DE BIBLIOTECA E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL¹²²

Heloisa de Almeida Prado

O AUXILIADOR DE BIBLIOTECA E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Resolvemos tratar deste assunto porque sentimos que há, até certo ponto, unidade de vista dos bibliotecários brasileiros quanto à formação profissional do bibliotecário. Grande tem sido o interesse, por parte dos dirigentes das escolas de biblioteconomia, de melhorar seus currículos dando aos alunos um preparo de nível superior.

Logicamente os indivíduos que assim se preparam, almejam cargos onde possam exercer sua profissão, usando os altos conhecimentos adquiridos em estabelecimentos universitários.

A biblioteconomia é uma das profissões que mais exige cultura dos profissionais, pois, além de técnica, requer conhecimento de línguas, literatura, ciências, arte, filosofia, etc. para que seja possível enfrentar o trabalho de dirigir, desenvolver e manter bibliotecas universitárias, nacionais, especializadas, enfim instituições que exijam tal competência de seus encarregados.

¹²² Texto oficialmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

Se por um lado esta afirmação é irrefutável, por outro não é menos verdadeira a necessidade de prepararmos profissionais para se dedicarem à bibliotecas infanto-juvenis, escolares e mesmo municipais, em pequenos centros. Quem se encarregará dessas bibliotecas que deverão estar espalhadas por todo Brasil, maiores e menores, na medida das posses do diversos municípios? Essas bibliotecas, em geral modestas em seus acervos e em suas pretensões, não menos necessárias do que as já citadas.

Inútil seria perdermos tempo falando aos congressistas sobre o valor do material impresso como veículo impar para a difusão cultural e base para a realização dos mais altos objetivos da educação.

Ideal seria que cada município e cada escola tivesse sua biblioteca. Sabemos que o ensino só pode ser realmente eficiente quando a escola dispõe desse verdadeiro laboratório para a tarefa escolar.

Julgamos imprescindível que preparemos profissionais capazes de se encarregar desse trabalho. Temos o exemplo dos professores primários (normalistas) que após o 1º ciclo ginásial ingressam no curso profissional, se habilitam e se propõem a realizar o seu trabalho nas mais longínquas escolas. Temos também o dos auxiliares de enfermagem que tão bons serviços vêm prestando. Formar apenas bibliotecários (nível superior) seria não querer enfrentar a realidade brasileira. Mesmo em países mais avançados do que o nosso, tal solução seria utópica.

Parece-nos que, diante desta evidência, será altamente as Escolas de Biblioteconomia organizarem cursos para a formação desses profissionais.

Sendo a falta destes cursos sentida por todos que se interessem pelo assunto, tais grupos menos credenciados venham a se incumbir da tarefa de organizá-los, quando o serviço poderá ser eficientemente executado pelas escolas de biblioteconomia.

A melhor solução para o problema dessas bibliotecas nos parece ser o sistema centralizado nacional ou estadual, onde os processos técnicos, desde a aquisição do material impresso até o preparo para circulação estará a cargo da biblioteca central, ficando o auxiliar de biblioteca apenas encarregado de administrar e dirigir a biblioteca, atender convenientemente o leitor e fazer com que a instituição atinja seus verdadeiros objetivos. Naturalmente o sistema centralizado garante a uniformidade e a perfeição na parte técnica, além de ser muito interessante sob o ponto de vista econômico.

Como, porém, a organização desse trabalho centralizado depende de muitas soluções de ordem burocrática, o mais prático será procurarmos habilitar os auxiliares de biblioteca para executar sozinhos suas tarefas. O que não podemos é privar o nosso povo de bibliotecas bem orientadas enquanto aguardamos a centralização do serviço.

Julgamos que o curso poderia ter a duração de um ano e que poderia ser exigido para ingresso o certificado de conclusão do 1º ciclo ginásial, ou um exame de admissão correspondente aos conhecimentos desse primeiro ciclo, pois há, pelo interior do Brasil, pessoas que não sendo portadoras do certificado do 1º ciclo ginásial, possuem boa cultura, sendo elementos capazes de seguir com sucesso o curso de auxiliar de biblioteca, e executar um trabalho eficiente junto a toda essa população ávida de oportunidade para desenvolver sua inteligência e personalidade.

Por exemplo, no Estado de S. Paulo possuímos apenas 86 (oitenta e seis) bibliotecas públicas municipais o que é indiscutivelmente irrisório, se considerarmos o número de municípios (505) e os seus desenvolvimentos. Através da Comissão Estadual de Literatura do Conselho de Cultura do estado de S. Paulo estamos propondo ao Governo do Estado um plano de fundação de novas bibliotecas e assistência às já existentes, por meio de um serviço centralizado.

Atendida essa proposta estamos certos de que lutaremos com o problema do material humano para efetivar o trabalho que essas bibliotecas deverão realizar.

Devemos oferecer ao auxiliar de biblioteca um mínimo de conhecimentos técnicos. Certamente os processos técnicos para as bibliotecas a que se destinam serão mais simples. O acervo também é mais uniforme, o que facilita o trabalho. Quanto aos leitores, as exigências são menores, porque dificilmente surgirá um investigador, no sentido mais amplo, em geral serão indivíduos desejosos de adquirir novos conhecimentos.

A título de sugestão propomos o seguinte programa para esse curso:

Classificação – 3 aulas semanais Catalogação – 3 aulas semanais

Noções de história do livro – 1 aula semanal Elementos de referência – 2 aulas semanais Língua portuguesa – 2 aulas semanais Psicologia – 2 aulas semanais

Organização e administração de bibliotecas – 2 aulas semanais.

Esta distribuição dará 3 horas diárias, devendo ser exigido de cada aluno um estágio de 50 horas em biblioteca, o que será indispensável para que consiga levar a bom termo sua tarefa. Terminando o curso, o aluno receberá um certificado.

Esclarecimentos sobre as disciplinas.

CLASSIFICAÇÃO: Esta disciplina deverá tratar apenas do sentido da mesma e do estudo dos três sumários de Dewey, habilitando os alunos a classificar de acordo com essa tabela e a saber orientar os leitores na colocação dos livros nas estantes. Será estudado também o problema da identificação do livro classificado, podendo ser usada a Tabela de Cutter.

CATALOGAÇÃO: Regras para preparo de fichas simplificadas e conhecimento básico de organização de catálogo dicionário, recomendado para esses tipos de bibliotecas.

NOÇÕES HISTÓRIA DO LIVRO: Serão úteis como cultura, pois o auxiliar de biblioteca trabalhando com o material impresso deverá conhecer algo de sua história.

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA: Será indispensável alguma orientação sobre as obras de referência, utilidade e manejo de dicionários, enciclopédias e anuários, principalmente os nacionais.

LÍNGUA PORTUGUESA: É indiscutível a utilidade do ensino da língua, pois a deficiência de conhecimento que temos notado, mesmo em estudantes que terminaram 2º ciclo ginásial, nos autoriza a afirmar que esta disciplina é indispensável.

PSICOLOGIA: Esta disciplina oferecerá conhecimentos básicos de psicologia infantil e do adolescente, o que muito ajudará o trabalho do auxiliar de bibliotecas infante-juvenis e escolares. Nesta cadeira poderá ser incluído algo de relações públicas, o que contribuirá para o sucesso dos serviços prestados em qualquer tipo de biblioteca.

ORGANIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS: A maior atenção deve ser dada a esta cadeira, que será por assim dizer a coordenadora do ensino ministrado em outras disciplinas. Ela deverá oferecer aos alunos uma visão geral de todos os trabalhos que precisam ser feitas em uma biblioteca e determinar os métodos de trabalho que garantam maior rendimento o melhor serviço. Poderá ser incluído um mínimo sobre seleção, pois embora este trabalho não deva ser executado pelo auxiliar, é necessário que conheça o critério que o determina.

Aproveitando os conhecimentos técnicos adquiridos, deverá a cadeira de organização orientar sobre o uso do catálogo e da classificação, assim como sobre o modo de prestar assistência aos leitores.

Por certo, no exercício de sua profissão, terá o auxiliar em série de obrigações de caráter administrativo, técnico e de rotina para as quais precisará ser convenientemente preparado.

Quanto às obrigações administrativas, está incluída a determinação do horário, do regulamento interno do serviço de empréstimo, a instituição da penalidade, a substituição de livros perdidos e descartados, etc. Precisarão ser orientado quanto ao trabalho de estatísticas, relatórios, etc. Receber sugestões quanto a exposição, hora do conto, orientação de leitura, arranjo dos livros e da sala e outros trabalhos que proporcionam maior e o melhor aproveitamento do material da biblioteca.

Indiscutivelmente o responsável pela biblioteca é a alma da mesma e, aliado as suas possibilidades naturais aos conhecimentos recebidos, poderá tornar a instituição uma verdadeira oficina de trabalho. É ele que poderá criar o clima para que os leitores se sintam a vontade e possam tirar da biblioteca todas as vantagens que ela estiver em condições de oferecer.

As qualidades pessoais exigidas dos auxiliares de biblioteca são de tal importância que julgamos ser muito útil haver orientação profissional, pois grande parte do sucesso desse curso se situa numa boa seleção das possibilidades individuais. Amor aos livros, compreensão, dedicação, bom humor, paciência, interesse em auxiliar os trabalhos de pesquisa e fé na boa influência da leitura são requisitos essenciais.

Diz Emma Buenaventura em seu trabalho “Manual para la organización de bibliotecas infantiles y escolares”: Só quando todo o conjunto de recursos técnicos e humanos se põem em movimento, em ação contínua para servir os leitores, podemos falar de uma biblioteca.

Pensamos que seria oportuno aproveitar este Congresso para ouvir opiniões sobre o plano de formação do auxiliar de biblioteca e,

no caso de ser aprovado, estabelecer o programa para este curso, pois será de inestimável valor esta uniformização.

Naturalmente sempre que a Instituição mantenedora de uma biblioteca estiver em condições financeiras de ter um bibliotecário, poderá fazê-lo, pois o auxiliar de biblioteca continuará em sua atividade, uma vez que seu certificado não lhe dá o direito a ser bibliotecário, mas simplesmente auxiliar.

Terminando, aguardamos a opinião dos colegas para as seguintes recomendações:

1 – Seja organizado nas Escolas de Biblioteconomia o curso para auxiliar de biblioteca.

2 – Seja determinado o programa e a duração para esse curso, a fim de haver uniformidade.

3 – Seja fornecido, aos aprovados no curso, o certificado de auxiliar de biblioteca.

4 – Seja pedida às autoridades competentes a criação, no quadro do funcionalismo, do cargo de auxiliar de bibliotecas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – Developmet of public libraries in Latin America: the São Paulo conference. c1952.

2 – Instruções para a organização das bibliotecas municipais – Ministério da educação. Instituto nacional do Livro. 1940.

3 – Manual of techniques in library organization – Cundiff. 1954.

4 – Manual para la organización de bibliotecas infantiles y escolares – Buenaventura. 1960.

5 – Principles of college library administration – Randall and Goodrich. 1941.

6 – O problema das bibliotecas brasileiras – Moraes. 1943. 7 – The public library in American life – Rose. 1954.

7 – Simple library cataloging – Akers. 1945.

8 – The small public library – Moshier LeFevre. 1942. 10 – Teaching with books – Branscomb. 1940.



ENSINO DE METODOLOGIA DA PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA¹²³

Relinda Kohler / Jussara de Melo Toledo

1 Introdução

Uma revisão de literatura – exemplificativa, sem pretensões a exaustividade – indica a latência da preocupação de bibliotecários e de alguns Cursos de Biblioteconomia e Documentação brasileiros pela metodologia da pesquisa.

Igualmente a título de exemplo são indicadas justificativas para a inclusão da disciplina no currículo, mostrando a sua validade.

Do ponto de vista da Biblioteconomia a inclusão da disciplina interessa para que se reflita com mais propriedade sobre a sua natureza e para que se recolham subsídios válidos e fidedignos, registrando as mudanças que se operam nos seus elementos. A decantação desses elementos parece um processo mais promissor que a simples discussão para definir a velha questão se a Biblioteconomia é arte, ciência ou técnica.

Metodologia da pesquisa em Biblioteconomia é viável como disciplina: há conteúdo, literatura para avaliação, bastando selecioná-los.

A validade e a viabilidade da disciplina são exemplificadas com

¹²³ Texto originalmente publicado no III Congresso de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

a experiência do seu ensino no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná. A abordagem dessa experiência é feita, por um lado, tomando como fonte os trabalhos de pesquisa realizados pelos alunos durante os nove anos em que se ensina a disciplina; por outro lado, tomando as opiniões de alunos que acabaram de concluir seu trabalho.

Se o número de publicações dos bibliotecários que tiveram a disciplina no seu currículo fosse a única evidência da efetividade desse ensino, tal efetividade não teria ocorrido.

2 Metodologia da Pesquisa e o Bibliotecário Brasileiro

A pesquisa em Biblioteconomia como preocupação de bibliotecários brasileiros pelo menos há vinte anos.

Depois do Congresso de Salvador (1959), quando foi apresentada na categoria de trabalho¹²⁴, voltou a constar no Congresso de Fortaleza (1963) dentro do trabalho que discutia a formação do bibliotecário¹²⁵ e, sob este mesmo aspecto em Porto Alegre (1977)¹²⁶ e, ainda neste Congresso, novamente como trabalho.¹²⁷

No início da década de setenta era publicado um manual de autora brasileira¹²⁸ e, pouco mais tarde, um artigo de periódico, relatando o que se fazia na Inglaterra e nos Estados Unidos na área de pesquisa em Biblioteconomia¹²⁹. Ambas as autoras dedicavam-se, na

124 AMORIM, Maria José Theresa de. Encorajemos as investigações em Biblioteconomia e na Documentação. 10f. mimeo. (2. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, 1959).

125 MACEDO, Neusa Dias. Formação integral do bibliotecário - documentarista brasileiro. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários, 1963. (21) f. mimeo. (IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Ceará, 1963).

126 FIGUEIREDO, Nice. Currículo de Biblioteconomia: uma questão de mudança de orientação. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 9., Porto Alegre, 1977. Anais. v. I, p. 258-63.

127 FERRERI, Gabriela Menni. Natureza da pesquisa científica em Biblioteconomia. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 9., Porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 1977. v. I, p. 253-57.

128 AMORIM, Maria José Theresa de. Introdução à metodologia da pesquisa; resumo da matéria. Curitiba, Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná, 1972. 35 p.

129 GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A pesquisa em Biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG., 1(1): 7-11, mar./set. 1972.

época, ao ensino dessa disciplina em diferentes cursos de Biblioteconomia e Documentação.

Por essa época eram também traduzidas e publicadas no Brasil algumas obras, entre as quais duas que enfatizavam o assunto: a primeira abordava-o num dos seus capítulos¹³⁰ e a segunda lhe era inteiramente dedicada.¹³¹

Enquanto isso proliferavam no exterior publicações sobre o assunto.

Se por um lado se discutia a importância teórica da pesquisa e a adequação dos métodos à Biblioteconomia¹³², ¹³³, por outro lado já era possível fazer uma revisão da literatura¹³⁴, bem como apresentar uma relação de 782 referências de e/ou sobre pesquisa em Biblioteconomia, agrupadas estas pelos respectivos métodos de elaboração¹³⁵ ou sugeridas para a área de ensino.¹³⁶

No terço final desta mesma década, o mais recente levantamento das disciplinas componentes dos currículos plenos dos Cursos de Biblioteconomia e Documentação brasileiros¹³⁷ revela que apenas três dos vinte e nove cursos existentes no Brasil oferecem disciplina denominada Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia.

Dentre estes não consta um dos que a oferecia no início da década, mas, por outro lado, constam dois cursos de criação relativamente recente. Apenas num dos cursos mais antigos a disciplina permanece.

130 BUTLER, Pierce. Introdução à ciência da Biblioteconomia. Trad. Maria Luiza Nogueira. Rio de Janeiro, Lidador, 1971. 86 p.

131 GOLDBOR, Herbert. Pesquisa científica em Biblioteconomia e Documentação. Tradução de Leila Novaes... Revisão e edição de Abner Lellis Correa Vincentini. Brasília, VIPA, 1973. 224 p.

132 VICKERY, B. C. Methodology in research. *Aslib Proceedings*. 22(12): 597-606, Dec. 1970.

133 GOLDBOR. *Op. cit.*

134 WHITEMAN, Philip M. Review of the origins and development of research: tradition, innovation and research in the library. *Aslib Proceedings*, 22(11): 531-37, Nov. 1970.

135 WYNAR, Bohdan S. Research methods in library Science; a bibliographic guide with topical outline. Littleton, Colo., 1971. 153 p.

136 BORKO, Harold. Targets for research in library education. Chicago, American Library Association, 1973. 239 p.

137 FIGUEIREDO, Nice. Currículo de Biblioteconomia: uma questão de mudança de orientação. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 9, Porto Alegre, 1977. Anais. v. I, p. 258-63.

O citado levantamento relaciona somente os títulos das disciplinas. Assim, é possível que o assunto seja desenvolvido nos cursos mas sob outra denominação, como ocorre naqueles que adotam determinado manual de documentação.¹³⁸

É igualmente possível que as disciplinas em diversos cursos segundo o mesmo levantamento, sejam mais abrangentes do que a denominação indica.

Outras disciplinas como Análise da Informação e Bibliometria requerem conhecimentos de pesquisa. Por outro lado, Métodos Quantitativos Aplicados à Biblioteconomia, disciplina preparatória da maior importância como pré-requisito para a de Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia, é oferecida por curso que suprimiu esta última.

No entanto, de um modo ou de outro, há cursos empenhados em oferecer ao aluno alguma coisa nesta linha: num oferece-se um seminário final em bases teóricas¹³⁹, enquanto se exige um trabalho de caráter monográfico.¹⁴⁰ Aquele, num dos temas, orienta a elaboração de instrumentos para a coleta de dados – logo, aspectos de metodologia científica – enquanto neste não há evidência de preparação teórica para a realização da tarefa.

Estes são os dois exemplos colhidos a esmo, de registros acidentalmente à mão, mas que fazem supor a existência de experiências as mais variadas no computo geral de ensino brasileiro de Biblioteconomia. Uma delas será relatada, sob alguns aspectos, neste trabalho.

Cabe aqui mencionar que parece um consenso quanto à relevância dos conhecimentos de métodos e técnicas de pesquisa para a formação do bibliotecário. Isto pode ser afirmado com base nas su-

138 LASSO DE LA VEJA, J. Manual de documentación; Las técnicas para La investigación y redaccion de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona, Labor, 1969. 829 p.

139 FIGUEIREDO, Nice. Tópicos modernos em Biblioteconomia. Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977. 42 f.

140 TRABALHOS de conclusão de curso. Os Bibliotecários, S. Luis, 1(1): 13-15, dez. 1978.

gestões remetidas pelos Cursos à Comissão criada pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) para elaborar uma proposta de currículo mínimo.

Na proposta, Metodologia da Pesquisa é considerada matéria de fundamentação geral.¹⁴¹

Apenas um dos Cursos ofereceu uma alternativa, sugerindo que a nível de graduação sejam estudados Métodos Quantitativos Aplicados à Biblioteconomia no lugar da matéria indicada.¹⁴²

3 Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia como Disciplina

No ensino da Biblioteconomia ainda não está resolvido o problema da ponte entre os ciclos básico e profissional¹⁴³, bem como não está devidamente resolvido o problema do entroncamento dos conhecimentos, habilidades e experiências adquiridas pelo aluno durante o curso, de modo a lhe dar uma visão globalizante da profissão e das suas perspectivas.

Neste sentido há pelo menos duas tentativas bem conhecidas: a do seminário de final de curso e da apresentação de um trabalho monográfico individual mais desenvolvido que os outros solicitados durante o curso.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia, além de merecer, por sua própria relevância, ser incluída no currículo, reúne o potencial daquelas duas experiências, enriquecendo-as com o que Ferreri chama de “atitude mental”¹⁴⁴ e Figueiredo de “noções de métodos científicos e de estatística para poderem contribuir (os bibliotecários) com soluções criativas para os problemas de administração e avaliação, bem como para

141 MUELLER, Suzana Pinheiro Machado, et al. Currículo mínimo de Biblioteconomia; proposta de alteração a ser apresentada ao Conselho Federal de Educação. Brasília, 1978. f. 12.

142 A correspondência recebida pela Comissão encontra-se nos arquivos da ABEBD.

143 POLKER, Ana Maria Athayde. Relatório dos seminários do Curso de Metodologia do Ensino em Biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 7(1): 159, mar. 1978.

144 FERRERI. Op. cit. p. 54.

os de organização, controle e disseminação da informação”.¹⁴⁵

Convém, pois, que o bibliotecário seja capaz de desenvolver as suas atividades profissionais com um mínimo de rigor científico, capacidade que lhe deve ser possibilitado exercitar com um dos aspectos da sua formação.

E ao bibliotecário que tiver inclinação pessoal para tanto devem ser oferecidos os conhecimentos básicos de metodologia da pesquisa para que possa contribuir para o desenvolvimento da Biblioteconomia, estudando-a com o objetivo de ampliar, corrigir ou modificar as práticas e os conhecimentos da especialidade.

E mesmo que o bibliotecário “não venha a realizar essa pesquisa, a assimilação dos princípios o tornará um estudioso crítico, inteligente, capaz de avaliar a pesquisa alheia”.¹⁴⁶

Essas são algumas razões para a inclusão da disciplina no currículo.

Quanto à organização da disciplina, há vários fatores a considerar.

Na seleção dos conteúdos e mesmo no trabalho com os estudantes pode ser de valia o concurso de professores das áreas de Ciências Sociais e Estatística.

A literatura é abundante e um dos pontos chaves quanto ao conteúdo é a boa escolha dos textos.

Outro fator de importância para o bom resultado nesta disciplina é a experiência e o gosto tanto no magistério quanto na pesquisa indispensáveis ao professor encarregado.

Além dessas características, vivência como bibliotecário, atualização permanente, criatividade, calor humano...

145 FIGUEIREDO, Nice. Currículo de Biblioteconomia: uma questão de mudança de orientação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 1977. v. 1, p. 260.

146 GOLDHOR. Op. cit. p. 18.

E tempo. No período em que os alunos estão envolvidos com as pesquisas individuais o tempo do professor deve ser calculado pelo número de alunos que não podem ser numerosos.

Para efeitos tanto didáticos quanto administrativos, convém que o estudo da metodologia da pesquisa se estenda por dois períodos ou semestres.

No primeiro período, em sessenta horas, é possível trabalhar um conteúdo que dê ao aluno condições de iniciar a sua pesquisa. O trabalho pode ser desenvolvido com uma turma comum, de vinte e trinta alunos.

No segundo período é útil intercalar em um grupo e com toda a turma com os trabalhos individuais, de modo a que cada aluno enriqueça o seu aprendizado com as experiências dos colegas.

O trabalho com a turma toda presta-se muito bem para o aprofundamento de questões metodológicas, visto que as pesquisas correm paralelamente. Por outro lado, a atividade nos grupos menores presta-se justamente à integração dos conteúdos específicos da Biblioteconomia. Ao funcionar com um seminário informal, tal atividade permite a revisão, o acréscimo, o aprofundamento, o questionamento, a crítica, e mesmo a rejeição de noções trazidas do curso ou acumuladas de outra maneira.

Cada problema de pesquisa pode funcionar com um centro organizacional para o grupo em que é tratado. Aí podem interagir os objetivos do aluno expressos no problema de pesquisa por ele escolhido, os objetivos e os conteúdos da disciplina, assim com os objetivos do professor e a metodologia de trabalho.

Um modo de assegurar organicidade é, por exemplo, programar o conteúdo num enfoque sistêmico.

Quanto aos objetivos da disciplina, fixados no início, antes poucos e atingíveis. Os conteúdos e as estratégias selecionados podem

ter, dentre outros propósitos, os de propiciar ao aluno:

- formação básica que o capacite a planejar, organizar, executar e apresentar estudos e pesquisas academicamente aceitáveis;
- elementos para compreensão do papel da pesquisa no avanço do conhecimento científico, particularmente na Biblioteconomia;
- noções úteis para realizar pesquisa profissional contínua, por meio científico, por meio do domínio dos métodos e técnicas de pesquisa.

A nível de professor, a disciplina pode ter tantos objetivos quantos forem os alunos, multiplicados tanto pelas suas dificuldades quanto pelas suas potencialidades.

O professor pode, por exemplo, ajudar o aluno a perceber-se de certas atitudes fundamentais da pessoa humana e do profissional. A solidariedade, a tolerância, o respeito pela diversidade de aptidões; a boa vontade de cooperar; o estar devidamente informado acerca do próprio trabalho e da sua profissão, de modo a fornecer fatos e dados preciosos; a opinar de maneira fundamentada e objetiva; a ter e a sustentar uma posição diante dos acontecimentos, das perspectivas, da vida; a desenvolver crítica sadia e construtiva.

Pela reflexão sobre o desenvolvimento da Ciência pode encorajar a humildade diante da provisoriedade dos conhecimentos, o zelo pela autoeducação contínua e a abertura para as mudanças.

Pode tentar ajudar a cria-se o espírito de turma, ausente das universidades desde a Reforma, espírito esse indispensável como a preparação do espírito de classe, indispensável este à consolidação da profissão.

A nível de aluno, é de extraordinário valor o trabalho individual devidamente, mas sobriamente orientado. Do início ao fim do curso o aluno tem poucas oportunidades de determinar o que deseja fazer, mas a sua perplexidade desaparece ao ver que, em Biblioteconomia,

tudo está para ser explorado. Se o tema foi objeto de estudo recente, há sempre uma abordagem nova a ser descoberta.

Depois, é gratificante para o aluno deixar a universidade com a alegria de ter contribuído de algum modo, com o seu trabalho, para melhor conhecimento da sua área profissional.

Mesmo que se possa arguir de simplistas e/ou de ingênuos os trabalhos de pesquisa realizados a nível de graduação, eles registram e organizam fatos e dados que, num dia, talvez não muito remoto, constituirão a massa com a qual poderá trabalhar em níveis de pesquisa mais avançados.

4 Características da Pesquisa como um Produto

Para representar uma contribuição ao conhecimento ou à solução de determinado problema de pesquisa, o relatório ou informe ou monografia que a traduz, deve apresentar diversas características, todas atingíveis a nível de graduação.

Essas características podem ser agrupadas sob os seguintes itens: tema, tratamento, fontes, método, instrumentos, estruturas, redação e apresentação.

Tema: relevância para a Biblioteconomia (mesmo local) ou área afim; abordagem que revele curiosidade, conhecimento, aplicação, criatividade do pesquisador; delimitação claramente formulada; exploração dos aspectos propostos.

Tratamento: consistência, pela integração das etapas da pesquisa; coerência entre o problema, o método, os instrumentos e o tratamento dos dados.

Fontes: busca metódica; adequação ao tema e às características do pesquisador.

Método: adequação ao tratamento do problema; explicitação devidamente enunciada na introdução.

Instrumentos: adequação à hipótese e à amostragem; qualidade, quanto a validade e fidedignidade.

Estrutura:

parte preliminar destacada do texto; sumário em numeração progressiva e caracteres que indiquem subordinação; introdução, descrevendo a metodologia e o desenvolvimento da pesquisa; corpo devidamente estruturado; equilíbrio entre as partes; conclusão coerente com a proposta; notas de referência ou notas de rodapé corretas e consistentes; referências bibliográficas normalizadas; anexos, os que não forem supérfluos e numa sequência correspondente à do texto.

Redação: clareza de enunciados; precisão vocabular; correção ortográfica e sintática; simplicidade do conjunto.

Apresentação: papel formato A4; datilografia em espaço dois; quadros, tabelas, gráficos, ilustrações pertinentes e bem situados.

O que parece distinguir uma pesquisa realizada a nível de graduação daquela realizada em níveis subseqüentes são a complexidade do problema e a sofisticação do tratamento.

Como pesquisa exploratória – cujo volume constitui como que o alicerce sobre o qual se vai edificando uma ciência – tanto o produto quanto a difusão dos métodos e técnicas são válidos neste nível.

Os maiores obstáculos para um pesquisador em potencial, são, hoje, a insuficiência de conhecimentos básico de matemática e de língua, por serem de recuperação difícil.

Por outro lado, o gosto e o hábito de lidar com minúcias é certamente uma característica do bibliotecário, de valia no pesquisador. É possível mesmo que aproveitando essa característica no trabalho científico a atenção do bibliotecário seja desviada de minúcias supérfluas.

5 Experiências de um Curso de Biblioteconomia e Documentação no Ensino de Metodologia da Pesquisa

A disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia foi introduzida no Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná em 1970. Nestes nove anos os alunos produziram um total de 139 trabalhos de pesquisa. Verificou-se que durante os sete primeiros anos, o assunto mais explorado, e em maior proporção, é tipos de bibliotecas, num tratamento quase que totalmente descritivo. Em 1977 os assuntos passaram a ser o uso de determinadas bibliotecas, seguido, quantitativamente, pelo seu tipo. Em 1978 desaparece por completo o estudo meramente descritivo de bibliotecas, para dar lugar ao estudo do usuário e suas opiniões, aspecto esse, vale dizer, que apareceu constantemente como uma das abordagens em determinados trabalhos. O bibliotecário e a formação profissional, tal como acontece com o usuário, vêm sendo objeto de pesquisa desde a introdução da disciplina, e, mais assiduamente, em 1978. Dos últimos cinco anos pode-se observar uma diversificação dos assuntos agrupados em torno de documentação, informação, controle bibliográfico e cooperação bibliotecária. Um estudo comparativo do currículo pleno, neste período, poderia indicar as razões da abertura de interesse dos alunos, constatada na mudança de enfoque dos seus trabalhos.

Quanto aos diferentes materiais, o uso de monografias para o referencial teórico assume a maior proporção em qualquer dos anos. Pode-se observar, porém, que o uso de artigos de periódicos, publicações oficiais, trabalhos apresentados em congressos etc., e documentos internos, vem aumentando gradativamente. A utilização de material mais especializado para o referencial teórico vem demonstrar mais desenvoltura quanto ao uso de fontes de informação, o que se reflete positivamente na pesquisa.

Um levantamento sobre os locais onde as pesquisas foram desenvolvidas e/ou as instituições que serviram de base para investigação, mostrou uma maior concentração de interesses nas bibliotecas especializadas, seguidas pelas universitárias. Estas bibliotecas geralmente são as mesmas nas quais os alunos estagiaram. Pode-se notar, portanto, a importância do estágio supervisionado para chamar a atenção dos alunos para problemas de pesquisa.

Quando o local de pesquisa difere de pesquisa da sede do Curso, geralmente se trata das cidades de origem dos pesquisadores.

Apesar de, em alguns casos, os informes de pesquisa resultantes serem superficiais, são de valia e, como únicos no gênero, já utilizados, inclusive, alguns, como fonte para estudos mais avançados.

A contribuição desses trabalhos para o conhecimento da situação bibliotecária local, em termos de serviços e materiais oferecidos pelas bibliotecas, tomadas como foco ou local de investigação, é válido também como alerta aos alunos sobre as suas potencialidades em termos de fomento à investigação.

Dos trinta e cinco alunos aprovados em Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia II em 1978, vinte e seis responderam a um questionário aberto opinando sobre: dificuldades encontradas na elaboração do trabalho, atitudes que tomariam ao iniciar uma pesquisa, sugestões aos colegas que vão cursar a disciplina e procedimentos e atitudes que deveriam ser intensificados durante o curso, para favorecer o gosto pela pesquisa.

Quanto às dificuldades, constatou-se uma grande incidência no fator língua, pois a quase totalidade dos alunos admitiu as suas limitações de expressão. Em ordem numérica foram apontadas ainda como dificuldades: o encadeamento das etapas da pesquisa; insuficiência de tempo para o trabalho, demonstrando inabilidade no planejamento; na análise dos dados e na escolha do tema.

Quanto às atitudes, a maioria dos alunos afirmou que o mais importante em face de uma pesquisa é bem informar-se sobre o tema, isto é, ler tanto quanto possível.

Relacionada com esta e imediatamente após, vem a atitude que diz respeito à definição do problema, que deve ser a mais antecipada possível.

Aos futuros alunos da disciplina foi oferecida a sugestão de que é importante informar-se bem: selecionando a literatura pertinente; lendo muito; fichando as leituras – o que é uma forma de enfatizar dificuldades encontradas.

A segunda sugestão diz respeito à seleção de problemas: definição de critérios, objetividade, interesse para o aluno, consciência para a importância do trabalho. Ao tratar do problema, ser metódico, organizado, manter a calma.

As sugestões referentes ao desenvolvimento do gosto pela pesquisa são endereçados ao currículo pleno do Curso, que deve incentivar também a prática de elaboração de diversas monografias menores; incentivar o hábito da leitura; favorecer o aprimoramento da expressão – reiterando mais uma vez as próprias dificuldades.

Os alunos indicam ainda com útil a existência de um roteiro para a elaboração do trabalho, tal como existe para a sua apresentação.

Esta sugestão pode ser atendida, mas parcialmente, com cautela: primeiro, porque cada problema determinará, em parte, o encadeamento ou curso do trabalho; segundo, porque há o risco de favorecer-se o comodismo do aluno em vez de a sua criatividade.

As etapas comuns a todos os trabalhos estão evidentes na forma sistêmica de tratar o conteúdo.

No que pese a experiência de lidar com metodologia da pesquisa no período da sua formação universitária específica, os bibliotecários

formados pela Universidade Federal do Paraná não se estão sobressaindo quantitativamente como autores de trabalhos publicados.

Dessa constatação decorrem algumas questões para estudo:

– a realização de uma pesquisa a nível de graduação não é suficiente para desenvolver a habilidade e o gosto necessário aos trabalhos dessa natureza;

– a formação bibliotecária relega as questões de comunicação e/ou intercâmbio de experiências profissionais;

– o bibliotecário não entende como dirigidos a ele os pedidos de colaboração feitos pelos periódicos especializados.

Conclusões

A metodologia da pesquisa tem sido preocupação de bibliotecários e do ensino de Biblioteconomia, mas com ênfase variável.

Há justificativas, conteúdo e metodologia suficiente para sustentar essa disciplina no currículo pleno de Biblioteconomia.

Pesquisas realizadas a nível de graduação, quando apresentem determinadas características, são contribuições efetivas para o conhecimento da situação da biblioteconomia e, como tal, são bases sobre a qual se pode pesquisar em outro nível.

Os trabalhos apresentados como requisito da disciplina Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia na Universidade Federal do Paraná, caracterizam-se pela evolução quanto à abordagem de tópicos, constituindo-se em contribuições ao conhecimento da realidade biblioteconômica local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMORIM, Maria José Theresa de. Encorajemos as investigações em Biblioteconomia e na Documentação. 10 f. (2. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, 1959).

2. _____. Introdução à metodologia da pesquisa; resumo da matéria. Curitiba, Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná, 1972. 35 p.
3. BORKO, Harold. Targets for research in library education. Chicago, American Library Association, 1973. 239 p.
4. BUTLER, Pierce. Introdução à ciência da Biblioteconomia. Trad. Maria Luiza Nogueira. Rio de Janeiro, Lidador, 1971. 86 p.
5. FERRERI, Gabriela Menni. Natureza da pesquisa científica em Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 1977. c. 1, p. 253-57
6. FIGUEIREDO, Nice. Currículo de Biblioteconomia: uma questão de mudança de orientação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., Porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 1977. v.1, p. 258-63.
7. _____. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. Brasília, CAPES, 1978. 3v.
8. _____. Tópicos modernos em Biblioteconomia. Brasília, Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.
9. GARCIA, Maria Lúcia Andrade. A pesquisa em Biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG., 1(1): 7-11, mar./ set. 1972.
10. GOLDHOR, Herbert. Pesquisa científica em Biblioteconomia e Documentação. Tradução de Leila Novaes... Revisão e edição de Abner Lellis Correa Vicentini. Brasília, VIPA, 1973. 224 p.
11. LASSO DE LA VEJA, J. Manual de documentación: las técnicas para la investigación de los trabajos científicos y de ingeniería. Barcelona, Labor, 1969. 829 p.
12. MACEDO, Neusa Dias. Formação integral do bibliotecário-documentarista brasileiro. São Paulo, Associação Paulista de Bibliotecários, 1963, (21) f. mimeo. (IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia

e Documentação, Ceará, 1963).

13. MUELLER, Suzana Pinheiro Machado, et al. Currículo mínimo de Biblioteconomia; proposta de alteração a ser apresentada ao Conselho Federal de Educação. Brasília, 1978. 13f. mimeo.

14. POLKE, Ana Maria Athayde. Relatório dos seminários do Curso de Metodologia do Ensino em Biblioteconomia. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 7(1): 149-200, mar. 1978.

15. TRABALHOS de conclusão de curso. Os Bibliotecários. S. Luís, 1(1): 13-15, dez. 1978.

16. VICKERY, B. C. Methodology in research. Aslib Proceedings, 22(12): 597-606, Dec. 1970.

17. WHITEMAN, Philip M. Review of the origins and development of research: tradition, innovation and research in the library. Aslib Proceedings, 22(11): 531-37. Nov. 1970.

18. WYNAR, Bohdan S. Research methods in library Science; a bibliographic guide with topical outline. Littleton, Colo., Libraries Unlimiteds, 1971. 153 p.



A ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO SANTA ÚRSULA E A REGULAMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA¹⁴⁷

Maria Antonieta Requião Piedade

Há muitos anos um grupo de bibliotecários do Rio vinha estudando a possibilidade de ser criada uma escola de Biblioteconomia particular, vinculada a uma das universidades existentes na cidade.

Em 1953 esta ideia começou a tomar forma. Reuniram-se Francy Portugal, Zilda Galhardo de Araújo, Maria Antonieta Requião Piedade para discutir o currículo mais aconselhável, a um curso de Biblioteconomia. Preliminarmente, como base para a escolha do currículo, fez-se um estudo dos pontos que deveriam ser considerados e em seguida programou-se o currículo, especificando a matéria a ser lecionada em cada serie e determinando, por disciplina o número de horas anuais.

Na mesma época houve um movimento pela reforma do ensino de Biblioteconomia e tivemos conhecimento do envio de dois proje-

¹⁴⁷ Texto originalmente publicado no IBBD: Boletim Informativo, Rio de Janeiro, v. 4, n.3/4, p. 159-167, maio/dez. 1958.

tos de currículos ao diretor da Divisão de Ensino Superior, professor Jurandir Lôdi; um encabeçado pela pela bibliotecária paulista Maria Luisa Monteiro da Cunha e o outro, entregue pela bibliotecária baiana Bernadete Sinay Neves.

O grupo, a que chamaremos da Santa Úrsula, continuou a estudar o currículo e procurou aconselhar-se com três educadores de reconhecida sabedoria, D. Hélder Câmara. Arcebispo

Auxiliar do Rio de Janeiro, professor Alceu Amoroso Lima e professora Virgínia Cortes de Lacerda.

Estabelecido definitivamente o currículo, foi entregue ao professor Jurandir Lôdi e enviado aos bibliotecários interessados. Essa publicação, mimeografada, é datada de 15 de dezembro de 1953.

Por essa época o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Antonio Balbino, nomeou uma comissão para estudar os problemas relativos a bibliotecas, da qual fizeram os bibliotecários: Antônio Caetano Dias, Maria Antonieta Mesquita Barros e Emy Pamplona e Hélio Machado. A comissão subdividiu-se em grupos de estudo, cabendo às bibliotecárias Maria Antonieta Mesquita Barros e Emy Pamplona apresentar projeto de reforma dos cursos de Biblioteconomia. Seu projeto, apresentado em 1954, sugeriu um currículo muito semelhante àquele entregue ao Ministério pelo grupo da Santa Úrsula. O novo projeto diverge deste somente na exclusão da cadeira de “Seleção de Livros e Orientação de Leitura”, havendo também alguma divergência quanto à nomeação e programação da cadeira de “Organização e Administração de Bibliotecas”.

O projeto de Emy Pamplona e Mesquita Barros foi divulgado pela Associação Brasileira de Bibliotecários para receber sugestões enviadas, partidas da Escola de Biblioteconomia “Sedes Sapientiae” e dos diretores e professores de Biblioteconomia do estado de São Paulo, referem-se:

1. Ao número de horas para cada disciplina;

Cabe à direção de cada escola estabelecer o número de horas para cada disciplina, não sendo, portanto, necessário acordo sobre o assunto.

2. Ao programa de cada disciplina;

Cabe aos professores e a direção da escola estabelecer anualmente o programa a ser lecionado, não precisamos, pois tratar do assunto.

3. À troca da cadeira “Introdução à Cultura Histórica” para a 1ª série e “Introdução à Cultura Literária e Artística, para a 2ª série.

4. A separação do ensino de Classificação e Catalogação nas três séries.

5. A inclusão da cadeira de “História do Livro” também na 2ª série.

Em 1956 resolveu o grupo de Santa Úrsula, indiscutivelmente liderado por Francy Portugal, procurar concretizar um segundo curso de Biblioteconomia na capital, com currículo maior do que aquele da Biblioteca Nacional.

Francy Portugal entrou em entendimento com as freiras ursulinas, que mantêm a conceituada Faculdade de Filosofia nesta capital, e interessou-as no novo empreendimento. Começaram a ser dados os passos necessários à organização da Escola de Biblioteconomia e Documentação, que serão relatados adiante, com maior precisão.

O primitivo projeto foi modificado, incorporando os projetos de Maria Antonieta Mesquita Barros e Emy Pamplona.

Em outubro de 1956, o professor Antônio Caetano Dias apresentou ao diretor da Biblioteca Nacional o projeto do novo regulamento para os cursos da biblioteca.

Em 1957, os bibliotecários paulistas voltaram a interessar-se pelo destino dos cursos, Lenyra Fracaroli, então presidente da Asso-

ciação Paulista de bibliotecários, entregou ao deputado Ulysses Guimarães um projeto de regulamento da carreira de bibliotecário e que trata também dos cursos, para que fosse transformado em lei.

Na mesma ocasião, bibliotecárias baianas conseguiram interessar o deputado Raimundo de Brito na regulamentação da carreira de bibliotecário. Tivemos oportunidade de examinar o projeto e introduzir pequena modificação.

Nenhum dos referidos projetos de lei que continuam em mãos dos citados deputados, foi apresentado à Câmara dos Deputados.

Como se vê, os movimentos partiram de vários pontos do país, demonstrando a necessidade por todos sentida da reforma do ensino da Biblioteconomia no quadro educacional brasileiro.

Devemos salientar que, uma vez escolhido o currículo, é preciso que todos os bibliotecários colaborem, unindo os esforços e evitando a dispersão causada por propostas de novos currículos, para que consigamos atingir o objetivo desejado.

Estudando os vários currículos apresentados, expostos em quadro anexo, oferecemos à apreciação dos senhores congressistas o currículo abaixo:

1ª série

Catálogo Classificação

Bibliografia e Referência

Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro

Introdução à Cultura Histórica.

2ª série

Catálogo

Classificação Bibliografia e Referência

Organização e Administração de Bibliotecas Introdução à Cultura Literária e Artística.

3ª série

Catálogo Classificação Documentação

Seleção de Livros e Orientação de Leituras Matéria optativa (2)

Introdução à Cultura Filosófica e Científica.

Parece-nos aconselhável também não reunir os problemas do curso de Biblioteconomia à regulamentação da carreira, assunto, talvez, prematuro entre nós, e que envolve uma série de interesses, que podem prejudicar o projeto relativo ao ensino.

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO SANTA ÚRSULA

Registro

Uma vez resolvida a organização da escola, foi pedido ao Ministério da Educação e Cultura autorização para o seu funcionamento, constando o processo dos seguintes documentos:

1. Requerimento do presidente do Instituto
2. Regimento de nova Escola
3. “Curriculum Vitae” dos professores
4. Balanço da entidade mantedora
5. Pessoal administrativo
6. Secretaria
7. Fotografia das instalações
8. Planta do andar onde ficam as salas de aula
9. Sugestões para organização de um curso de Biblioteconomia, por Francy Portugal, Zilda Galhardo de Araújo e Maria Antonieta Requião Piedade

Apresentada a documentação, depois de processada na Diretoria do Ensino Superior, foi enviada ao Conselho de Educação, que

escolheu para relatores Cesário de Andrade e Isaías Alves. Os ilustres mestres relataram favoravelmente à autorização, terminando o exame com a frase abaixo:

“O bem elaborado relatório da Comissão verificadora deixa claro que o novo curso destinado à formação de especialistas em Biblioteconomia está em condições de preencher sua nobre finalidade, integrando-se vantajosamente nos quadros do ensino superior do país.”.

A escola do Santa Úrsula é a única escola de Biblioteconomia sob inspeção federal, cujos professores são registrados no Conselho Nacional de Educação.

Como é de praxe no ensino nacional, os dois primeiros anos de cada novo curso são experimentais; assim, só no terceiro ano de funcionamento será a Escola definitivamente reconhecida.

Muito nos auxiliou na apresentação da documentação o técnico de educação Nair Fortes Abu-Mery.

Funcionamento

Iniciamos a Escola em abril de 1957, havendo na primeira turma três alunas.

Hoje funcionam duas turmas: 1^a e 2^a séries

O número de alunos é infelizmente, muito baixo, o que se explica pelo fato de existir, na mesma cidade, um curso de duração menor (dois anos) e gratuito, enquanto a Escola do Santa Úrsula cobra a mensalidade de Cr\$ 500, 00.

Vestibular constou de provas escritas e orais sobre:

- Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira;
- Língua e Literatura Francesa;
- Língua e Literatura Inglesa;
- História Geral e do Brasil;

- **Horário.**

Funciona pela manhã das 8 às 11:30 horas, com o seguinte número de horas por disciplina:

- 1ª série
- Catalogação e Classificação – 3 horas semanais
- Bibliografia e Referência – 3 horas semanais
- Administração e Organização de Bibliotecas – 2 horas semanais
- História do Livro – 2 horas semanais
- Introdução à Cultura – 2 horas semanais
- Religião – 2 horas semanais

Uma das razões que nos levou a aceitar a proposta paulista de separar Catalogação foi a impossibilidade de os professores, que geralmente têm outros afazeres, dedicarem elevado número de horas ao ensino. Diria que as horas dedicadas à Catalogação e à Classificação, no Santa Úrsula, não têm sido suficientes.

Currículo e Professores

1ª série

- Catalogação e Classificação
- Prof^a. Maria Antonieta Requião Piedade Assistente: Maria Amélia Araújo

Bibliografia e Referência

Prof^a. Zilda Galhardo de Araújo

Organização e Administração de Bibliotecas Prof^a. Maria Antonieta Mesquita Barros Prof^a. substituta: Rosi Bleiggi Peixoto

História do Livro e das Bibliotecas Prof. Afrânio Coutinho

Prof^a. substituto: Helena Maranhão

Introdução à Cultura Literária e Artística Literatura Prof. Tasso da Silveira

Artes

Doutrina Católica

Prof^a. Helena Maranhão.

2ª série

Catálogo e Classificação.

Prof^a. Maria Antonieta Requião Piedade Assistente: Maria Amélia Araújo.

Bibliografia e Referência

Prof^a. Zilda Galhardo de Araújo

Organização e Administração de Bibliotecas Prof^a. Maria Antonieta Mesquita Barros Prof^a. substituta: Rosy Bleiggi Peixoto

Introdução à Cultura Histórica e Moral Católica Prof. Américo Jacobina Lacombe.

Assistente: Antônio Simões dos Reis.

3ª série

Problemas de Catálogo e Classificação Prof^a. Maria Antonieta Requião Piedade

Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas Prof^a. Maria Antonieta Mesquita Barros

Documentação e Métodos Bibliográficos Prof. Manuel Adolfo Wanderley

Seleção de Livros e Orientação de Leitura Prof^a. Virginia Cortês de Lacerda

Introdução à Cultura Filosófica e Científica Moral Católica

Prof. Frei Pedro Secondi

Matéria Optativa (2), entre as seguintes: Bibliotecas Infantis e

Escolares Bibliotecas Universitárias

Bibliotecas de Música Iconografia Mapoteca

Microfilme Livros raros

Paleografia e Diplomática

Esperamos, no terceiro ano de funcionamento, contar com maior número de alunos, pois já percebemos interesse mais acentuado pela Escola – o que nos autoriza a prever um futuro mais promissor.



OBJETO, CONCEITO E MEIOS DE DOCUMENTAÇÃO¹⁴⁸

Espírito Santo Mesquita

Há uns cinquenta anos, Henry La Fontaine e Paul Otlet iniciaram os respectivos estudos no campo da documentação, definindo sua doutrina fundamental, apesar de só levarem em conta naquela época à classificação dos documentos escritos ou, melhor, um aspecto peculiar da Biblioteconomia e da Arquivística. Evoluiu, porém, a tal ponto o documentário que, hoje, ele se processa em diversos setores de trabalho ou de profissões especiais agrupadas, em virtude das afinidades de propósitos, no sistema a que chamamos de documentador.

O objetivo deste, no entanto, não sofreu modificações, salvo as oriundas da revisão do conceito de documento. Para os mestres citados no início deste artigo, a documentação teria por objeto tornar mais acessíveis os conhecimentos relativos a todas as épocas, regiões e setores de atividade, transformando-os, por meio da biblioteca e do arquivo, em patrimônio da comunidade universal¹⁴⁹; mas, por isso mesmo, limitaram suas preocupações ao material bibliográfico. A verdade é que, seja no passado, seja no presente ou no futuro, ela

148 Texto originalmente publicado na Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 231-251, 1956.

149 F.DONKEN-DUYVIS - Prefácio ao livro Documentation, de S.C. Bradford (Crosby & Lockwood, Londres, 1948).

visa, sobretudo, a facilitar a aquisição de cultura, colocando os indispensáveis instrumentos ao alcance dos interessados e “promovendo, dessa maneira, o progresso e, com ele, a concórdia entre os homens e entre as nações”, conforme diz Donken-Duyvis, o que nos leva a afirmar que nem só de livros deve ocupar-se, mas, sim, de toda espécie de documentos.

Esse é, de fato, o objeto básico na esfera de ação em que nos empenhamos. Verificando-se o aperfeiçoamento dos meios destinados a ampliar as possibilidades de consecução do fim enunciado, a atividade documentadora transpôs realmente as fronteiras da biblioteca e do arquivo para penetrar num território mais farto de recursos e de oportunidades. Com o equipamento de que se dispõe hoje e a multiplicidade de processos mecânicos, manuais e intelectuais de registro e divulgação (objeto básico), é claro que não poderíamos reduzir a capacidade desse setor, como agora o concebemos, à simples tarefa estática de guardar e catalogar obras escritas, da mesma forma que não seria lógico restringir sua técnica ao tratamento de impressos e manuscritos exclusivamente para fins de conservação.

“O progresso depende do livre acesso às fontes de informação”, segundo Bradford¹⁵⁰, sendo a documentação a arte de criar esse livre acesso, isto é, de coligir, classificar e pôr à disposição de todos, com todos os meios de que possa lançar mão, as peças informativas referentes a todas as espécies de atividades, quer artísticas, técnicas ou científicas. Mas não é somente esse livre acesso às fontes de instrução e esclarecimentos que consiste a referida arte. Cumpre ao documentador promover a divulgação, dando ao material que colige e classifica um cunho mais útil, imprimindo-lhe movimentação de modo que ele possa ir ao encontro dos indivíduos e não estes ao seu encontro, como o deseja Otlet.¹⁵¹

150 S.C. BRADFORD - Documentation. (op.cit.).

151 Documentos e Documentações - PAUL OTLET - “Revista do Serviço Público” - março e abril de 1946.

Por conseguinte, ela, a documentação, representa o processo pelo qual se pode fornecer ao homem que estuda, pesquisa, cria, inventa e produz, a literatura, os planos, os moldes, os exemplos, as fórmulas e as experiências passadas no respectivo setor de trabalho, avisando-o das realizações similares anteriores a fim de evitar que reproduza os erros já cometidos ou duplique – o que é nocivo, pelo menos em certas esferas – os esforços e as despesas que esses esforços acarretam.¹⁵² Representa, além disso, o mecanismo de que se utiliza o homem para transmitir informações aos que, não as procurando embora, devem conhecê-las em benefício próprio ou da organização que os informa.

Tratemos, porém, das diferenças de pontos de vista quanto ao objeto e, conseqüentemente, aos instrumentos de documentação.

Para os primitivos técnicos documentadores de Bruxelas, ela resultou da simples necessidade de pôr em ordem o método de aquisição, preservação, eliminação e distribuição de documentos que seriam, no caso, os livros, os relatórios, etc. Eles – os técnicos revelaram a preocupação fundamental de catalogar o material impresso e manuscrito relativo a uma série de assuntos, orientando suas pesquisas no sentido de encontrar a melhor maneira de classificá-los, sem levar em conta os documentos de outras formas, a possibilidade de aperfeiçoamento dos recursos úteis à tarefa do documentador e a necessidade, do ponto de vista estrutural, de estender o raio de alcance da documentação a fim de sistematizar suas funções, acrescentando aos seus órgãos de ação passiva os de ação positiva, isto é, aos que se dedicam à guarda de documentos, os que se incumbem de descobri-los, reproduzi-los, elaborá-los e difundi-los.

Hoje, a documentação utiliza, além do livro e similares, o cinema e, como acessório inestimável ao cumprimento de seus deveres atuais, o rádio que é veículo mais eficiente de notícias e de doutrina-

¹⁵² PAUL OTLET, op. Cit.

ção. Abrange, ainda, o museu, a escola de jornalismo, a estatística, a propaganda, etc.

Perdeu, pelo visto, o antigo caráter inerte de classificação decimal para empenhar-se na atividade enérgica de conquista da opinião, de sugestionamento, de pregação insistente e categórica. Saiu do fichário para a conferência, para a exposição e para a polêmica. Criou a mostra de arte, a biblioteca ambulante, as palestras e debates pelo rádio, o noticiário luminoso, o cartaz, o elemento fotográfico e cinematográfico. Deixou o recinto fechado em que se guardam livros para realizar a intensa e extensa circulação dos mesmos através dos empréstimos gratuitos e de aluguel. Explora hoje a editora: imprime livros, manuais, material de publicidades, revistas, panfletos, jornais, etc.

CONCEITO

Se a documentação, como disse La Fontaine, nasceu da necessidade de pôr em ordem o processo de aquisição, preservação, eliminação, e distribuição de escritos, desenvolveu-se posteriormente, como agora sustentamos, a ponto de interessar-se não só pelo processo acima referido mas, também, pela produção, coleta e divulgação de todos os elementos informativos e instrutivos, escritos ou não, de natureza, forma e substâncias diversas, considerando-se mesmo os que podem impressionar o cérebro através da visão assim como os que podem impressionar pelo ouvido e pelo tato; os que transmitem o sentido do pensamento por meio de palavras escritas ou faladas e também os que comunicam a ideia pela forma e pela cor; os que podem ser copiados, reduzidos, ampliados e que representam descrição ou especificação escrita, pictórica, icônica e gráfica de objetos, fatos, ciências e técnicas e os que não podem sofrer tais tratamentos, como certas peças de museu. Desenvolveu-se também em virtude da carência de divulgação metódica dos documentários.

Para Bradford, Otlet, Donken-Duyvis, La Fontaine e outros, principalmente os documentadores italianos, belgas e ingleses, a documentação teria resultado, além disso, da urgência de sanar a lacuna existente entre o registro dos fatos nas várias esferas de atividade e a colocação desse registro nas mãos ou ao alcance dos indivíduos que podem usá-lo ou dele necessitam como base para novas realizações.

De acordo com esse ponto de vista, a atividade que é objeto deste ensaio, nada mais seria do que um aspecto da Biblioteconomia. Para nós, além de sua origem muito mais remota, tendo surgido, na realidade, com o ato de gravar o homem primitivo a sua ideia no plano material, ou, quando muito, segundo M. Pio Corrêa Júnior, desde que os “meios de documentação científica se multiplicam no Oriente Helenístico”¹⁵³ o seu progresso, especialmente no domínio da técnica e do objetivo, redundou na ampliação geral de sua área. Daí identificar-se-á como modalidade de trabalho que implica o esforço de coleccionar, classificando e divulgando, tudo o que constitui uma forma ou expressão de inteligência e de cultura. Só na parte referente à classificação pura e simples e à catalogação do documento escrito, podemos hoje aceitar a teoria de Otlet. Nesse particular, concordamos com Bradford quando diz, elogiando os chamados pais da documentação, que “os cientistas, há cem anos, poderiam ler todas as obras existentes sobre a matéria de seu interesse. Nos tempos que correm, porém, só com o auxílio dos digest, das referências, das notas bibliográficas categorizadas que selecionam, relacionam e sintetizam os informes sobre todos os assuntos, podem eles, com dificuldade ainda, ter ciência do que se passa no mundo contemporâneo ou em épocas anteriores no campo em que se especializaram. Essas seleções representam uma das muitas tentativas de registro e de informações. Foram, neste caso, a pedra fundamental do processo de metamorfose da documentação em atividade técnica especializada, visando sistematizar os da-

153 Origens da Documentação Administrativa - M. PIO CORREA JUNIOR. “Revista do Serviço Público”, novembro de 1951.

dos relativos aos conhecimentos humanos, facilitando sua obtenção e promovendo divulgação.

Aderindo a essa corrente de ideias, os documentadores da escola otletiana, por exemplo, dizem que a fonte de origem da documentação coincide com o aparecimento do livro impresso e não com a arte de sua classificação. Acontece que isso seria limitar demasiadamente o campo dessa atividade, negando-lhe os radicais históricos. A documentação que ao ver do próprio Bradford é, no sentido amplo, o registro de todos os elementos informativos sobre as atividades humanas em todas as épocas, originou-se das artes e das técnicas praticadas, desde a mais remota antiguidade, pelos grupos ou pelos homens isoladamente e é representada, pois, por toda a sorte de esforços ou de produtos dos esforços feitos com o intuito de situar fatos e coisas quer no tempo, quer no espaço, assim como a vida e a inteligência humanas, em todas as suas manifestações sociais, políticas, artísticas, científicas ou industriais. Através da contribuição das artes e dos meios de produção do homem, obtém as gerações que se sucedem os necessários dados para a interpretação e reconstituição dos costumes e do meio dos povos, sua evolução e seu desaparecimento.

A classificação como base do processo técnico de documentação, sim, é que surgiu recentemente com o trabalho de La Fontaine e Otlet, em 1892, quando se empenhavam em coligir material sobre as Ciências Sociais, fundado em Bruxelas, na casa do segundo, o Escritório Internacional de Bibliografia, trabalhando ambos, dessa data em diante, para criarem um sistema universal de catalogação apresentado, afinal, em 1895, na Conferência Internacional de Bibliografia, realizada na capital belga, com base, aliás, na classificação decimal de Dewey.

Só do ponto de vista escrito, porém, a documentação se restringe à classificação de documentos escritos. De acordo com esse conceito, ela teria surgido com o primeiro catálogo conhecido, isto é, o

Libri Graeci Imperi, de 1498, com o catálogo de Robert Etienne, de 1546, e de Conrad Gesner, em 1548.

Mas o seu propósito, a nosso ver, pelo menos, foge a semelhantes limitações para cobrir todo o setor da descoberta, aquisição, classificação, registro, produção, guarda e divulgação de conhecimentos, fatos e coisas relacionadas com o homem e sua história.

No plano de registro ela afetaria a coleta, a classificação, a guarda, a conservação e na divulgação ela importa em atividades de reprodução, circulação e publicidade, utilizando para isso todos os recursos e instrumentos que essa atividade pode requerer em benefício da própria eficiência.

Poderíamos, pois, dividir a documentação pelos seus campos principais, a saber: a biblioteca, arquivos, museus, estatística, publicidade e os respectivos acessórios, instrumentos e subdivisões especializadas, classificando os documentos em impressos, fotográficos, manuscritos, monumentais, pictóricos, instrumentais, podendo agrupar-se entre esses últimos, as moedas, os selos, os objetos de trabalho, as armas, as peças de vestuário, a cerâmica, etc.

MEIOS

As atividades de documentação, pelo menos no campo administrativo, apesar dos esforços feitos com o intuito de ativá-las, jamais foram exercidas com o completo aproveitamento de sua capacidade potencial em termos de criação de novas e importantes facilidades para o governo, de um modo amplo, e para os administradores, de modo particular.

Realmente, os recursos das variadas técnicas desse setor de trabalho, se utilizados com melhor compreensão de seu valor e de seus objetivos, serviriam, inclusive, para munir os chefes dos altos níveis hierárquicos, isto é, os que têm a seu cargo a tarefa de decidir e orientar, dos conhecimentos indispensáveis ao estudo dos casos submeti-

dos à sua apreciação, conhecimentos esses que podem ter a forma de dados relativos à técnica e à doutrina envolvida na questão; de leis e regulamentos que afetam direta ou indiretamente o problema e que podem, de um modo qualquer, sugerir uma solução ou justificativa para a solução a propor; e ainda de argumentos, precedentes, métodos, processos ou experiência, inclusive de administrações estrangeiras, que interessem ao caso.

Além dessas vantagens, há um outro aspecto da documentação que seria de extrema importância para as autoridades públicas: o da divulgação, com caráter ou objetivo publicitários, de um lado, e visando, de outro, à conquista ou esclarecimento da opinião pública relativamente a esses atos.

Essa divulgação poderia ser feita antes da prática do ato e seria, nesse caso, uma espécie de sondagem do público e, ao mesmo tempo, um processo de preparação psicológica dos indivíduos a que esses atos podem afetar de imediato ou indiretamente.

É este o aspecto da documentação que reúne maiores possibilidades mas que é, exatamente, o menos utilizado, se não de modo formal e, às vezes, até negativista. A força da divulgação bem realizada precisa ser demonstrada? Não. Todos sabem como a utilizaram os alemães de antes da última guerra, visando a conquista, simpatias e mercados. A propaganda germânica tinha por base farta e rica documentação de suas realizações técnicas, sociais, artísticas e militares, utilizando para isso instrumentos de difusão mais usuais como o impresso, o cinema e também as exposições. É claro que, no caso citado, o campo dominante não era o de documentação, mas sim, o de propaganda que, constituindo embora um setor da documentação, pode suplantá-la todos os demais setores desta, transformando-os em acessórios seus quando, na verdade, ela é acessório da documentação.

Outro grande valor da documentação é o de poder ser tomada como elemento de promoção de facilidades no campo das relações

humanas, atual objeto de preocupações de cientistas, mormente dos psicólogos sociais em todo o mundo, entre os quais vale citar Alfredo de Grazia, Elton Mayo, Samuel Stouffer e Alexandre Leighton.¹⁵⁴

Como deve ser, porém, encarada, no âmbito administrativo, a documentação? Ela deve realizar-se principalmente:

a) Coleta, classificação e arquivamento de todos os documentos oficiais que representem provas de atos administrativos ou governamentais (políticos) que tenham força de lei ou que sejam subsídios à interpretação de leis, regulamentos, instruções, etc.;

b) Impressão e divulgação de todos os documentos nacionais ou estrangeiros de caráter instrutivo, doutrinário ou informativo de interesse para a administração e o governo;

c) Promoção de melhores relações internas e externas no campo do serviço público por meio da publicidade capaz de conquistar ou formar opinião pública favorável;

d) Reunir o maior número possível de documentários úteis ao estudo e à pesquisa, documentários esses que fogem, porém, ao campo dos impressos, tais como o registro fotográfico, cinematográfico ou sonográfico;

e) Promover o levantamento estatístico da administração a fim de armar a autoridade superior dos elementos necessários à tomada de decisões com base no conhecimento dos dados numéricos ou qualitativos que possam interessar ao caso;

f) Produzir, compor e imprimir, vender ou distribuir gratuitamente o material de índole instrutiva, de propaganda ou de simples divulgação relativo aos problemas econômicos, sociais, técnicos, científicos e artísticos de interesse público, principalmente do ponto de vista da administração.

¹⁵⁴ Vide, para melhor compreensão do assunto, o artigo do Professor ROSCOE MARTIN, publicado neste número da Revista: Comunicações Administrativas.

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

No setor da administração civil essa documentação deve, acima de tudo, identificar-se com a instituição de um organismo especial de publicidade e registro doutrinário, técnico e histórico. Na palavra do Dr. Luiz Simões Lopes “o conceito brasileiro de documentação administrativa, tal como lhe deu sentido o D.A.S.P. quatro anos depois de seu advento ao propor a criação do seu atual Serviço de Documentação, já havia encontrado sua definição lógica com a criação da Revista do Serviço Público, em 1939”.

Devemos acrescentar, porém, que o órgão de documentação administrativa, para cumprir sua finalidade com o aproveitamento de todos os seus recursos potenciais, deve executar trabalhos de qualidade variada e quantidade considerável, trabalhos que se enquadram, quanto à natureza, na seguinte chave:

- a) Ordinários e de rotina;
- b) Extraordinários e de criação.

No primeiro grupo estão o registro, catalogação e arquivamento de documentos: pareceres, exposições de motivos, portarias, circulares, ordens de serviço, comunicados, instruções, constituindo estas as chamadas decisões administrativas ou entendimentos firmados, como complementação dos termos da lei, pelas autoridades executivas, principalmente pelos consultores jurídicos. Compreende também essa fase as atividades de organização e manutenção de fichários atualizados sobre leis, decretos e jurisprudência administrativa firmada pelos tribunais, registrados em fichas classificadas por assunto e também pela ordem cronológica, com a ementa a cada uma delas correspondente. Ainda no grupo das atividades ordinárias, pode-se incluir certas funções próprias das bibliotecas como as de aquisição e empréstimo. Ainda a esta parte cabe as tarefas de preparação mecânica e rotineira (datilografia comum, operações

Vary Type, gravação em stencil ou em *duplimat*, etc.) de material para impressão e também colaboração de noticiário e sumários de legislação, organização de catálogos e indicadores não só de atos administrativos como de órgãos e autoridades públicas, questionários, formulários e periódicos da classe dos boletins, almanaques e folhetos de interesse geral, etc.

Entre os trabalhos de rotina consideramos também os levantamentos estatísticos (coleta de dados) de revisão de provas, de manutenção e atualização de cadastros, de arquivos de fotografias, de serviços de expedição e distribuição de impressos e, por fim, o atendimento do público no setor da orientação e da reclamação.

Na classe dos trabalhos extraordinários, mormente os de livre iniciativa e de criação intelectual, estão as tarefas mais importantes da documentação. Nesse setor, é que se desempenham as mais variadas funções numa sequência de trabalhos coordenados cujos esforços vão desde o de natureza mecânica, como o do compositor ou dactilógrafo, do revisor e do paginador, até o de inteligência, imaginação e cultura como o do escritor, do crítico, do técnico em publicidade, do estatístico, do pesquisador, etc. É nesta parte que estão situados os trabalhos de propaganda e doutrinação, quer se vise a influenciar politicamente a opinião pública com um certo e determinado objeto (venda de ideias ou defesa contra crítico injustas), que se pretenda facilitar a aquisição de conhecimentos a todos os interessados pelo estudo dos assuntos cujo tratamento está a cargo do órgão cuja estrutura a unidade de documentos integra.

Dentre os trabalhos desse caráter estão o de elaboração e divulgação de material publicitário, doutrinário, instrutivo e educacional, isto é, monografia, simposium, teses, livros, artigos, etc., além de manuais de serviço técnico, revistas, jornais e outros seriados, tendo o S.D. do D.A.S.P., por exemplo, publicado já, além de obras clássicas de interesse para a administração como *Chefia, Sua Técnica e Seus*

Problemas, de Wagner Estelita Campos; Administração e Cultura, de J. Guilherme de Aragão; Técnico de Controle Executivo, de Erwin Haskell Schell e Princípios de Administração Científica, de F.W. Taylor (traduzidos os dois últimos sob a supervisão geral do próprio órgão) muitas outras edições de valor, embora não tenha sido realizado o programa feito nesse setor, desde 1943, por razões que fogem ao alcance e ao interesse deste ensaio.

Qual seria, então, o equipamento humano que iria constituir a lotação de uma unidade de documentação ou, melhor, quais as qualificações profissionais que deveriam ser levadas em conta na escolha do pessoal dessa unidade?

Em primeiro lugar, o planejador do órgão deveria considerar o propósito principal da documentação a fazer e, depois, a qualidade e a quantidade dos indivíduos necessários ao cumprimento da tarefa. Os órgãos dessa natureza podem, quanto ao propósito específico de documentação (não o propósito geral) variar de modo notável em estrutura e técnica de trabalho. De fato, há serviços de documentação, como o de Informação Agrícola, por exemplo, cujo interesse principal é instruir os agricultores, entre outras coisas, sobre o melhor processo de plantio ou de tratamento da terra e de suas safras. Outras existem, como a Agência Nacional, cujo propósito básico é de distribuir noticiário e, de certo modo, fazer propaganda governamental. Além disso, os órgãos documentadores, conforme a amplitude de sua estrutura, recursos e processos se empenham em atividades de registro e divulgação de fatos e atos que só interessam à organização que integram e neste particular tanto podem cumprir uma obrigação documentadora integral, cobrindo o campo da estatística, da biblioteca, da editora, da propaganda, do documentário, fotográfico, cinematográfico, radiofônico e artístico de toda a ordem de interesse particular para a tal organização de que faz parte, como pode limitar-se a um único desses setores da documentação. Pode

resumir sua atividade à simples catalogação de uma esfera especial de legislação ou ao levantamento de estatística econômica referente a um campo particular de trabalho ou profissão, desprezando as outras formas de documentação.

Se, porém, a entidade tiver por incumbência realizar todas as variadas formas de documentação, isto é, se lhe couber proceder ao registro, classificação, guarda, coleta, distribuição, criação e divulgação sistemática de todos os dados relativos aos trabalhos do órgão de que é subdivisão ou unidade auxiliar, dados esses que podem ser os de estatística, jurisprudência, doutrina, processos técnicos, história, etc., então deverá ela apresentar em sua estrutura, divisar anos distintos de atividades ou, melhor, se suborganismos especializados, dada uma delas encarregada de cumprir uma parte do plano geral, isto é, de processar levantamentos, pesquisas e interpretações estatísticas; de registrar, classificar, catalogar e arquivar documentos oficiais; de adquirir, catalogar, conservar, emprestar livros; de redigir, compor e editar livros, monografias, folhetos, etc.; fazer publicidade e propaganda.

Para tanto, o órgão necessitaria de pessoal de três categorias:

Auxiliares para trabalhos mecânicos ou rotineiros, mas que exijam instrução geral de certo nível como taquígrafos, datilógrafos, revisores, coletores de dados estatísticos, classificador, arquivistas;

Artífices especializados como impressores, compositores mecânicos, transportadores, fotógrafos, copiadores, operadores de máquinas de microfilmagem, etc.;

Escritores, tradutores, desenhistas, pesquisadores, técnicos em publicidade, técnicos de relações com o público, estatísticos, biblioteconomistas, arquivologistas, técnicos em microfilmagem, etc.

É claro que esboçamos apenas o quadro das necessidades. De outra feita, descreveremos os trabalhos com uma análise mais pro-

funda de cada setor dos serviços de documentação administrativa, procurando então determinar os índices básicos de qualidade e quantidade de unidades executoras do trabalho documentador em termos de equipamento humano e material.



OS INSTRUMENTOS E AS TÉCNICAS DE DOCUMENTAÇÃO¹⁵⁵

Maria Carolina Motta Minelli

ORIGENS

A ideia de documentar, isto é, de fixar materialmente o conhecimento humano, vem desde os primeiros povos que, para isso, se serviram dos mais rudimentares instrumentos: pedra, argila, papel, tradição oral (cancioneiros) etc. Depois de surgido o papel, o livro manuscrito depois impresso – foi durante longo tempo o mais importante dos meios de difusão do pensamento, o melhor servidor do progresso da pesquisa, dos estudos, da cultura, assim como da administração e da técnica. Entretanto, já a partir do fim do século 18, com o desenvolvimento dos periódicos, ele encontra um concorrente apreciável que, apenas cem anos mais tarde, o suplanta no que concerne à informação corrente e, em grande parte, por todo o domínio da pesquisa científica propriamente dita. Mas, desde os meados e, sobretudo, desde o fim do último século, outras técnicas, alcançando um progresso rápido, colocaram-se em primeiro plano. Essas foram a princípio a fotografia, depois a fonografia, a cinematografia, o microfilme (e, mais recentemente, a microficha) e, final-

¹⁵⁵ Texto originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro e Documentação, realizado em Curitiba em 1961.

mente, a radiodifusão e a televisão.

Todos esses processos permitem produzir “publicações” de diversas espécies que constituem “documentos” no mesmo sentido que o livro.

Acompanhando o aparecimento desses documentos, surgiram novos organismos encarregados da sua produção e conservação, colocando-se ao lado da biblioteca com o mesmo propósito de informar.

A Documentação, constituída sob o ponto de vista de síntese desses domínios até então separados, nasceu mais ou menos em 1907-1918, graças aos esforços de Paul Otlet (1868-1944). Até então Otlet se restringira ao domínio bibliográfico. Fundou, em 1893, em colaboração com La Fontaine, o “Office Internationale de Bibliographie”, patrocinado pelo governo belga, compilando ambos o “Repertoire Universelle” em fichas. Prepararam, em seguida, a primeira Conferência Internacional de Documentação (1895) de que resultou a Classificação Decimal Universal. O “Office Internationale Bibliographie” tudo, um dos elementos essenciais da organização documentária do conjunto de outros meios de difusão do conhecimento e da cultura”.

Na realidade, o “ciclo completo de documentação” ou um sistema documentador, abrange desde os organismos produtores de documentos (editores, impressores, estúdios cinematográficos, fábricas de discos, etc.) os que organizam sua difusão (bibliotecas, empresas de jornais, salas e instalações de projeção, discotecas, estações de radiodifusão) até os que os reúnem em conjuntos organizados - organismos de documentação no sentido restrito, ou documentotecas - (bibliotecas, hemerotecas, filmotecas, fonotecas, museus e coleções, centros e serviços de documentação, coleções de análises, etc.).

1 DEFINIÇÃO E OBJETIVO

Várias têm sido as definições de Documentação sob diversos pontos de vista:

“A arte de colecionar, classificar e tornar rapidamente acessível os registros de todos os tipos de atividade intelectual.” (S. BRADFORD.).

“O aspecto da bibliografia no qual a preocupação principal é o desenvolvimento do auxílio à utilização ativa do conhecimento registrado em oposição a sua guarda.” (E. M. R. DITMAS, secretário da Aslib.).

“O esquema da arrumação efetiva que resulta do arranjo sistemático dos registros da comunicação humana.” (V. CLAPP, bibliotecário da Biblioteca do Congresso.).

“Documentação é um amálgama de biblioteconomia e publicação somada a responsabilidade de preparar ou provocar a preparação do material a ser publicado, colecionado, organizado, utilizado e distribuído.” (M. TAUBE, editor do “American Documentation”).

Em quase todas essas definições encontra-se a palavra registro, que constitui, na realidade, o documento.

As formas materiais sob as quais se apresenta o documento são extremamente variadas: im (parte ilegível) todas as formas permitidas pelas técnicas modernas (filmes, discos, etc.).

Pesquisar as fontes desses documentos, recolhê-los, selecioná-los, registrar as noções neles contidas, classificá-los, conservá-los e criar meios de divulgá-los constitui a atividade da Documentação.

Ela concentra informações selecionadas de todos os campos do conhecimento humano (aspecto passivo) para realizar em seguida sua divulgação aos interessados (aspecto ativo) concretizando assim o seu objetivo, isto é, tornar acessível e fornecer material intelectual a todo aquele que exerça uma atividade criadora, com o cuidado de se inspirar na experiência do passado e nos últimos progressos realizados, consistindo meio para o progresso, a cultura, a cultura e a educação dos povos. Daí, conforme frisa o Professor Espírito Santo Mesquita, ser característica fundamental da Documentação: informar.

A Documentação se estende ao conjunto de conhecimentos humanos exercendo sua atividade em dois planos diferentes: interior, quando procura reunir sistematicamente documentos sobre um pro-

blema definido, dentro de um organismo; exterior, quando a pesquisa se realiza em fontes estranhas ao organismo.

2 INSTRUMENTOS DA DOCUMENTAÇÃO

Todos os elementos que constituem meios para a realização da Documentação podem ser considerados como seus instrumentos.

Esses elementos podem ser agrupados em:

Documentos primários: são os documentos originais.

Documentos elaborados: são aqueles derivados ou reproduzidos do documento original.

Órgãos: são os organismos que desempenham as atividades da Documentação.

Equipamentos: são os materiais empregados na execução dessas atividades.

Segundo a Association d'Information Documentaire esses instrumentos podem ser agrupados de acordo com certas características similares em: Documentos, Repertórios de Documentos, Organismos de Documentação e Equipamentos.

Documentos

Agrupando os documentos segundo seus tipos, podemos classificá-los em:

Gráficos

- Manuscritos - Autógrafos, datilografias, etc.
- Multigrafias.
- Livros - Obras em colaboração, particulares, compilações, coleções de textos.
- Periódicos - Jornais, revistas, anuários e almanaques. Outros

impressos - Diplomas, balanços, impressos de propaganda.

- Música - manuscrita, impressa.

Iconográficos

- Desenhos.
- Gravuras e estampas.
- Cartazes.
- Fotografias, vistas para projeções.
- Cartas, planos e atlas.

Plásticos

- Medalhas, moedas, selos.
- Objetos de coleções, espécimes.
- Modelos, fac-símiles.
- Maquetas, montagens.
- Material didático, esquemas, aparelhos de demonstração.

Registros diretos de imagens e sons

- Filmes - artísticos, documentários, jornais cinematográficos, educativos e científicos.
- Microfilmes.
- Microfichas.
- Registros fônicos - Cilindros, discos, filmes sonoros, gravações em fita ou arame.

As fontes de origem dos documentos podem ser privadas, oficiais, comerciais e não comerciais.

Repertórios de Documentos

(Documentografias)

A Documentografia é a ciência geral do documento.

A finalidade das documentografias é o inventário exato e permanente de todas as publicações documentográficas (periódicos, diplomas, filmes, discos, etc.). Repertoriando o conhecimento humano nas suas diversas manifestações (ciência, técnica, cultura, educação, organizações sociais, civilização universal), representam grande valor, pois são o controle de toda a produção intelectual.¹⁵⁶

Esses repertórios podem ser:

Nacionais - quando repertoriam o acervo de uma nação.

Internacionais - quando repertoriam a produção de vários países.

Correntes - quando publicados periodicamente incluindo as publicações recentes.

Retrospectivos - quando se referem a determinadas épocas ou aos documentos antigos.

Sinaléticos - quando fazem simples referência aos documentos repertoriados.

Anotados.

Analíticos - quando incluem um resumo analítico (abstratos).

Sem indicações quanto à localização dos documentos.

Com indicações - catálogos, catálogos-coletivos.

Repertórios de repertórios de documentografia - Listas de inventários de arquivos, bibliografias de bibliografias, etc.

¹⁵⁶ Documentografia - tronco comum do qual derivam todas as espécies de documentos - é o gênero, vale dizer a ciência teórica de caráter geral e se aplica ao estudo dos documentos iconográficos, plásticos e fônicos.

A cada espécie de documento corresponde um repertório especial:

Repertórios de documentos gráficos - bibliografias,¹⁵⁷ hemerografias, inventários de arquivos, etc.

Repertórios de documentos iconográficos - Desenhos, gravuras, cartazes, etc.

Repertórios de documentos plásticos - coleções de museus.

Filmografias.

Repertórios de Microfilmes e Microfichas. Repertórios de registros fônicos - Discografias.

ORGANISMOS DE DOCUMENTAÇÃO

Os documentos suscetíveis de interessar uma técnica ou um ramo da atividade humana são excessivamente numerosos. Em consequência, é difícil a uma entidade para a sua documentação profissional ou a um indivíduo para a sua documentação pessoal, reunir esses documentos, e analisá-los no momento da sua utilização.

Esta função tornou-se tão absorvente, tão complexa e tão indispensável, que para exercê-la sobre um plano geral e mais racional, criaram-se Organismos de Documentação.

Compete aos Organismos de Documentação, coletar, classificar e catalogar, analisar e transmitir (em original ou reprodução) aos interessados os diversos tipos de Documentos.

Possuem organismos ou serviços de documentação as empresas industriais e comerciais, associações científicas ou profissionais, centros, serviços e institutos de pesquisas, instituições de ensino de todos os graus, Ministérios e administrações, serviços de condição civil, estatística, judiciários e política, jornais e revistas.

Distinguem-se diferentes categorias de organismos de docu-

157 A Bibliografia - documentografia especial - estuda unicamente os textos impressos e tipográficos.

mentação segundo a natureza dos documentos coletados, a função do organismo e sua natureza jurídica:

As Centrais documentárias - São, essencialmente, depósitos de documentos originais. Em princípio, elas centralizam documentos da mesma natureza, ou mais exatamente da mesma forma. A cada categoria de documentos corresponde um tipo desses organismos:

Documentos gráficos

- Arquivos e coleções de manuscritos
- Bibliotecas
- Hemerotecas
- Escritórios e Serviços e Patentes

Documentos iconográficos

- Coleções de desenhos
- Coleções de estampas
- Coleções de fotos
- Coleções de cartas e planos

Documentos plásticos

- Coleções de medalhas
- Museus
- Jardins Botânicos, zoos.
- Exposições e feiras

Documentos de registros sono e fonográficos

- Fílmotecas (cinematecas)
- Microfílmotecas

- Microfichários
- Fonotecas (discotecas).

2º) Centros de Documentação

Os Centros de Documentação são os organismos que centralizam tudo que concerne a uma especialidade, reunindo os documentos originais de toda espécie, ou suas reproduções, analisando-os, extraíndo-lhes dados numéricos, adaptando-os, preparando sínteses, códigos, compilações, enciclopédias e divulgando sistematicamente uma documentação escolhida, selecionada, especialmente adaptada a cada categoria de interessado.

3º) Órgãos de Documentação

São os órgãos criados para servir de intermediários aos interessados, realizando o trabalho da Documentação em função dos pedidos, a uma grande classe de interessados. Utilizam as produções de vários centros de documentação e elaboram eles próprios o que não encontram nos centros.

4º) Serviços de Documentação

São os serviços que fazem parte de uma empresa ou de uma administração e que pesquisam a documentação, elaboram-na e a distribuem no interior dessa empresa ou administração.

Os Organismos de Documentação são repertoriados em anuários ou guias especiais. Ex. *Annuaire des Bibliothèques*.

Equipamentos

Cada grupo de documentos utiliza um tipo adequado de equipamentos:

Documentos gráficos: linotipo, rotativa, mimeógrafo, varytiper, máquinas de escrever, prensa manual, etc.

Documentos iconográficos: máquinas de gravar, material de pintura, etc.

Documentos plásticos: material de exposição, cunhagem, etc.

Documentos fono e sonográficos: câmaras, projetores, elementos químicos, etc.

3 TÉCNICAS DA DOCUMENTAÇÃO

O processo da Documentação, “modo de operar”, manifestado através das fases de pesquisa, coleta, classificação e catalogação, guarda e divulgação do documento, é o mesmo para todas as técnicas que a servem: arquivos, bibliotecas, museus, imprensa, fotografia e cinematografia, rádio, estatística, relações com o público. Todas elas apresentam as mesmas fases de recepção e divulgação, amoldadas as suas características específicas. Algumas das técnicas da Documentação representam maior importância na primeira fase e outras na segunda.

Acontece, porém, que os Centros de Documentação, incluindo em sua especialidade os mais variados tipos de documentos e as suas diversas técnicas, têm que adotar normas aplicáveis a todos eles. Daí, conforme acentuou o Prof. H. Coblans, autoridade no assunto, a tendência desses centros de:

1º) Estabelecer como unidade básica em lugar do livro, o periódico que representa as seguintes vantagens:

a) Precede o livro na divulgação das mais recentes descobertas e informações; para os assuntos em que estas são de capital importância, tais como: as ciências, tecnologias, política econômica e questões industriais;

b) Permite representar, sinteticamente, o mesmo assunto sob os

mais variados pontos de vista;

c) Constitui material para assuntos sobre os quais ainda não há livros. Ex.: Obras sobre Documentação, em português;

d) Representam volume considerável de aumento de material sobre os vários assuntos, em relação ao livro dentro do mesmo espaço.

2º) De utilizar os processos fotográficos, sempre que possível.

Os processos fotográficos profetizados por Otlet, no seu ensaio “Sur une nouvelle forme de livre: le livre microphotographique”, em 1909, permitem reproduzir e reduzir os documentos tanto quanto necessário através da cópia fotostática, o microfilme e a microficha, apresentando as seguintes vantagens:

a) Representam considerável economia em tempo, espaço e dinheiro, permitindo aos Centros de Documentação uma rápida difusão dos documentos conservados;

b) Substituem a impressão de novas tiragens, nos casos de edições esgotadas em que não é imprescindível grande número de exemplares ou naqueles nos quais as condições econômicas não permitem a impressão;

c) Conservam o documento original;

d) Representam enorme facilidade de transporte.

Reguladas as questões de direito autoral, a cooperação internacional na distribuição dos documentos fotográficos permitirá colocar a disposição de cada nação, o documentário de outros povos.

3º) De dispensar cuidados especiais às documentografias, sobretudo de abstratos.

a) Os abstratos nasceram da preocupação, cada vez maior de ir do simples conhecimento do título à extração do melhor do conteúdo da obra. Criados em princípios do século vinte, sua utilidade cresceu à medida que o volume da produção aumentava tornando mais

e mais difícil o estudo direto das fontes e apresentam as seguintes vantagens:

- b) Representam uma síntese analítica do documento;
- c) São elaborados por pessoal especializado, constituindo, assim, fonte de referência por excelência;
- d) Pouparam, em grande parte, o trabalho da pesquisa.

4º) De dar a devida importância às técnicas de divulgação, por excelência, a imprensa, a cinematografia, a televisão e radio-difusão e as relações com o público, sobretudo as duas últimas.

Houve tempo, na história da humanidade, em que o teatro e o circo constituíam veículos únicos de acessibilidade para as massas, dos usos e costumes e transmissão de conhecimentos recebidos. A farsa e a mímica tinham então grande influência sobre o povo. O rádio, o cinema, a imprensa e a televisão, vieram ocupar na sociedade moderna papel similar, porém dinamicamente e com repercussão muito maior. É através deles que o povo escala gradativa e insensivelmente as etapas do conhecimento.

Das técnicas de divulgação da Documentação, a radiodifusão é que exerce a maior influência, pela facilidade e âmbito de penetração.

Sob as formas de palestras, conferências, concursos, informações e orientações sobre atividades relativas a qualquer uma das suas atividades e outras formas de propaganda radiofônica, a Documentação pode estar sempre viva na ideia dos ouvintes.

As relações com o público constituem fator importantíssimo na Documentação. Da forma de contato com o público depende, sem dúvida, boa percentagem do seu sucesso. Dela derivam a compreensão e interesse por parte do público pela sua utilidade; a implantação da ideia de documentar, como fazê-lo e através de que meios servir-se do documento.

BIBLIOGRAFIA

BRADFORD, Samuel C. - *Documentation* - London, Crosby Lockwood, 1948.

BRIET, Suzanne - *Qu'est-ce que la Documentation?* - Paris, Edit., 1952.

COBLANS, H. - *Apontamentos de aula*. Curso especial de Documentação da Biblioteca Nacional, 1953.

ESPÍRITO SANTO MESQUITA - *Súmulas* - Curso de “Administração de Arquivos e Serviços de Documentação”, 1953.

OTLET, Paul - *Documentos e Documentação* - Trad. do discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937, pelo D.A.S.P. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

OTLET, Paul - *Traité de Documentation: le livre sur le livre* - Bruxelles, 1934.

RIBEIRO, Ibany - *Súmulas* - Curso de Organização de Bibliotecas da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 1952.

RIBEIRO, Ibany - *Relações da Administração com o Público* - Tese apresentada ao Concurso para Técnico de Administração do Serviço Público. 1949. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.



O TRABALHO BIBLIOGRÁFICO DA UNESCO¹⁵⁸

Herbert Coblans

(Trad. de Maria Elisa P. Baptista)

O Dr. Coblans, até recentemente, era bibliotecário da Universidade de Natal (África do Sul), organizou a Biblioteca da UNESCO em Paris em 1949 e foi seu diretor até o fim de 1950. Foi mandado pela UNESCO como consultor, a pedido, do Governo Brasileiro para aconselhar e auxiliar a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

A UNESCO é uma organização internacional devotada à educação, ciência e cultura, que são campos das atividades humanas, que cobrem uma grande extensão. Entretanto, o que é importante é a necessidade de comunicações, de intercâmbio de culturas, entre nações e ainda dentro de cada nação. Talvez um dos mais importantes aspectos da hereditariedade é a transmissão do saber, em forma de documentos, desde a página impressa até o microfilme, e toda as várias formas intermediárias dos processos gráficos. E isto na prática é a bibliografia.

Assim todos os esforços do trabalho de contribuição da UNESCO estão sendo para a bibliografia. Entretanto, as bibliografias siste-

158 Texto originalmente publicado na Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 254-268, 1956.

máticas, são da alçada da Divisão de Bibliotecas, que é uma parte do Departamento de Atividades Culturais. De alguns aspectos, o trabalho pode ser considerado em três categorias: internacional, nacional e bibliografias de assunto; algumas vezes, é difícil separar estas atividades.

A UNESCO é uma organização administrativa de membros governamentais e não tem opiniões oficiais sobre princípios bibliográficos. Esta não tenta criar um centro mundial de Bibliografia, mas auxilia a coordenar as atividades de organizações profissionais já existentes, como a Federação Internacional das Associações Bibliotecônicas e a Federação Internacional de Documentação.

Ainda mais, ela estimula a criação de novos órgãos, caso as necessidades o exijam, como por exemplo a Associação Internacional de Bibliotecas de Música.

A técnica consiste em estudar as necessidades existentes, em colaboração com os órgãos profissionais, determinar o que pode ser feito e arranjado para que o projeto elaborado seja feito por grupos nacionais ou internacionais, auxiliando com contratos ou subsídios financeiros.

Somente quando o trabalho não possa ser feito por alguém, a própria UNESCO faz a bibliografia, como por exemplo o seu Index de traduções. (2)

BIBLIOGRAFIA INTERNACIONAL

Como resultado de muitos planos e de cooperação do trabalho bibliográfico em 41 países, a UNESCO realizou em novembro de 1950 em Paris, a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços Bibliográficos.

Representantes de 38 países (10 da América Latina) e 15 de organizações internacionais estiveram presentes.

O mais importante documento apresentado à Conferência, foi o exame dos serviços bibliográficos (6), feito pela UNESCO e a Biblioteca do Congresso. Entre as 14 resoluções tiradas e resumidas do Relatório Geral (UNESCO/CUR/5) estão as seguintes:

1º) Cada país deverá estabelecer um plano de organização nacional para bibliografia e a colaboração em conexão com órgãos internacionais;

2º) Todos os Delegados deverão arranjar o aparecimento de bibliografias correntes nacionais, que abranjam folhetos, publicações governamentais, mapas, músicas, teses, índices para periódicos e jornais;

3º) Cada país deverá designar uma instituição existente ou criar um Centro Nacional de Informação Bibliográfica. Este Centro estará credenciado a receber perguntas não encontradas em quaisquer outros lugares, e sejam de seu próprio país ou de outros países. Geralmente estes centros são para indicar às pessoas interessadas as fontes especializadas de informações bibliográficas;

4º) Para coordenar o trabalho de grupos nacionais ou de órgãos internacionais, um Conselho Consultivo Internacional Permanente será criado, com uma secretaria provida pela UNESCO.

Desde 1950 tem havido considerável progresso na implantação de muitas destas resoluções. Grupos de bibliografias nacionais têm-se formado em vários países. O Comité Consultivo Internacional de Bibliografias, composto de 12 membros, criado pela UNESCO entrou em funcionamento no princípio de abril de 1953, depois de ter existido com uma forma provisória de 1951 a 1952.

Foram Designados Mr. Julien Cain (da Biblioteca Nacional da França) como Diretor e M. L. Brummel (da Biblioteca Nacional da Holanda) como secretário-geral. Um membro correspondente é nomeado em cada país para ser a ligação com o Grupo de Bibliografias

Nacionais e informar o Comitê sobre as atividades bibliográficas nos seus países.

Desde 1951 este Conselho tem examinado e recomendado um número de projetos e recomendado um número de projetos para o desenvolvimento dos serviços bibliográficos. Foram assinados contratos com os seguintes relatórios:

1º) Padronização de regras para dar forma de entrada aos nomes asiáticos, nas bibliografias e nos catálogos.

2º) Um catálogo de publicações periódicas nos países asiáticos. Isto indica uma lista o mais completa possível de publicações de “erudito” em todas as disciplinas. Neste sentido “erudito” foi definido com uma extensão dos conhecimentos na base de pesquisas ou dando uma explicação avançada de algum tópico da fase do saber.

Ambos estes contratos foram feitos com a Associação de Bibliotecários da Índia com o Dr. R. Ranganathan como redator-geral. Em cada caso, os relatores nacionais dos 9 países deverão se entender com o Dr. Ranganatham.

3º) Um catálogo de livros de referência, produzidos na Ásia com Mr. P. K. Garde, Bibliotecário da U.N. Comissão Econômica para Ásia e Oriente.

4º) Padronização de técnicas bibliográficas, com a Organização Internacional de Padronização (ISO).

O contrato apresenta 3 padrões:

- a) citações bibliográficas e de referência.
- b) abreviatura de títulos de periódicos;
- c) arranjo de periódicos.

Tem-se pedido a ISO para publicar um panfleto contendo o esquema de recomendações destes três padrões, para distribuição aos bibliotecários de todo o mundo.

5º) Relatórios das técnicas de compilação de catálogos coletivos com o Dr. L. Brummel. Isto será uma análise comparativa dos métodos usados nos catálogos existentes, e terá a finalidade de dar auxílio prático aos bibliotecários em cujos países os catálogos de fichas únicas estão começando.

6º) Um catálogo de periódicos de organizações internacionais não governamentais com a União de Associações Internacionais, Bruxelas.

7º) Relatório sobre lacunas muito importantes, isto é, resumos para assunto e bibliografias internacionais especializadas, com Mlle. P. Salvan.

Desde 1951 a seção de Bibliografias e Documentação da Divisão de Bibliotecas da UNESCO tem coletado dados, por questionários para o Guia dos Centros Informativos Nacionais.

Isto agora foi aprovado em sua forma final pelo Comitê, e os melhores métodos para publicação mesmo comercialmente ou estão sendo investigados.

Finalmente, uma das mais valiosas decisões do Comitê é que a UNESCO publicará um relatório anual dos serviços bibliográficos em todos os países.

Este trabalho foi confiado a Mlle. N. Macles (Sorbonne, Paris) autora das “Sources du travail bibliographique”. Para cada país, no período de agosto a setembro de cada ano, será feito um relatório e uma análise das novas atividades assim como das informações sobre as técnicas de bibliografias e padronização. O sucesso final desse significativo empreendimento para a bibliografia mundial, dependerá da cooperação dos grupos bibliográficos nacionais, que fornecerão as informações locais.

Este relatório será publicado em inglês, francês e espanhol, na série dos documentos principais da UNESCO, com direitos autorais

livres e acessíveis onde quer que seja para a republicação.

BIBLIOGRAFIA DE ASSUNTO

O estado desordenado das bibliografias de assunto como resultado da anarquia nacional e internacional dos abstratos e índices foi grandemente aumentado pelas interrupções da 2ª Guerra Mundial com sérias consequências para a ciência e cultura.

A UNESCO muito cedo devotou sua atenção para este problema.

Em 1949 convocou uma Conferência Internacional de Resumos de Periódicos Científicos e mais de 50 delegados de 29 países encontraram-se em Paris; um grupo selecionado e autorizado de acordo com as conveniências.

Houve discussões completas em alguns problemas técnicos, tais como língua e apresentação de resumos, sua relação com os direitos autorais, classificação, fichários e o uso de processos mecânicos para a seleção de documentos. Entretanto, somente um acordo limitado foi executado como este, não é fácil conciliar diferentes práticas nacionais ou satisfazer interesses existentes. Nem ao menos o Relatório final (20) incluiu um valoroso sumário dos conhecimentos existentes, e um exame das propostas para melhorá-las.

Francamente falando, houve 2 grupos principais de recomendações.

As atividades nacionais existentes deverão ser estimuladas e coordenar pela criação de Comitês Nacionais e Regionais. No nível internacional, comissões para assuntos deverão ser formadas para estudar as necessidades de resumos nas principais ciências. Isto foi efetivamente feito em 1952 quando a União Internacional dos Conselhos de ciências criou uma Repartição de Resumos, que está agora tratando de física e que provavelmente muito cedo incluirá também a química.

No nível nacional, a UNESCO tem estimulado a criação em cada país de um só Comitê Nacional de Documentação em ciências naturais.

Já existem 17 de tais comitês nacionais ou eles estão nas fases finais de formação.

Para aconselhar a UNESCO e coordenar o trabalho dos comitês nacionais, o diretor-geral da UNESCO em maio de 1953 nomeou um Comitê Consultivo Permanente de Documentação para Ciências Naturais, constituído de 11 especialistas (Um deles é o Prof. Paulo Carneiro, do Brasil).

Da mesma maneira, pelo Departamento da UNESCO de Ciências Sociais foi criado um Comitê de coordenação para a documentação de Ciências Sociais.

Em colaboração com as Associações Internacionais de Sociologia, Ciência Política e Economia, tentativas foram feitas para organizar resumos e índices tais como: *Documentation Politique Internationale* (12), *Sociologie Contemporaine*(11), *Catálogos de Periódicos* (13 e 14) contendo informações bibliográficas e centros de documentação de ciências sociais.

Há uma lista mundial de periódicos de ciências sociais incluindo cerca de 800 e um guia com métodos para o estabelecimento de centros de documentação de ciências sociais.

SELEÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DA UNESCO

BIBLIOGRAFIAS GERAIS

1. *Index bibliographicus*. Science and technology - Sciences et techniques. Social sciences, education, humanistic sciences. Sciences sociales, education, sciences humaines. Prepared by T. Besterman for F I D. Unesco, 1952. 2 vols. (Catálogo de resumos de periódicos correntes e bibliografias, arrumadas em ordem de classificação. Seu objeti-

vo é indicar o título, organização responsável, natureza do resumo, detalhes de publicação.

2. *Index translationum. Repertoire international des traductions* - International bibliography of translations. New Series 1948 - (Uma bibliografia anual arrumada pelo país; as traduções são relacionadas com índices de autores, tradutores e editores. O volume 4 de 1951 relacionou 17.832 traduções de 44 países).

3. LARSEN, KNUD. *National bibliographical services - their creation and operation*. 1953. (Edições inglesas, francesas e espanholas).

4. *Manuel des échanges internationaux de publication* - Handbook on the international exchange of publication, 1950. (Contém lista de organizações e as bibliografias de publicações oficiais oferecidas para intercâmbio).

5. *Repertoire internationale des archives photographiques d'oeuvres d'art* - International directory of photographic archives of works of art. Paris, Dunod, 1950. (Publicado para a UNESCO contém informações acerca de 1.225 coleções bibliográficas pertencentes a 67 países diferentes).

6. Unesco - Library of Congress bibliographical survey. Vol. 1 Bibliographical services, their present state and possibilities of improvement. Washington, 1950. (Um estudo especial feito para a UNESCO pela Biblioteca do congresso). Vol. 2. National development and international planning of bibliographical services, Paris, 1950. (Unesco - CUA - 1). (Este volume é um sumário dos relatórios dos trabalhos de 26 grupos nacionais e das atividades bibliográficas da U.N. e de Agências especialistas).

7. *Vocabularium Bibliothecarii*, ed. by A. Thompson. 1953. (Um glossário em várias línguas de termos biblioteconômicos, contendo cerca de 2.500 palavras em ordem classificada (UDC) com equivalentes em inglês, francês e alemão).

Microfilme

8. *Directory of microfilm and photocopying services*. Preliminary ed. prepared by the International Federation for Documentation under the auspices of Unesco. The Hague, 1950. (Uma seleção dos serviços de 78 países e regiões, dando para cada um 4 fontes de referência nas quais os microfilmes poderão ser comprados).

9. *Manual on document reproduction and selection*. The Hague, Federation Internationale de Documentation. (Este importante manual está preparado pelo Comitê Editor da FIB para a UNESCO. A primeira parte apresentará os processos da reprodução fotográfica, custos comparativos e padronização; a segunda parte tratará das fichas perfuradas e de outras técnicas de seleção).

10. *Unesco survey of microfilm use* - Enquete de l'Unesco sur l'emploi du microfilm. 1951. (Reimpresso do Boletim da Unesco para Bibliotecas, vol. 6, ns. 2/3 e 5 e 6, 1952. Faz um sumário dos mais importantes fatos em microcópia, especialmente para uso das bibliotecas, dá completos detalhes técnicos, como fontes, preços das câmeras, das leituras e materiais fotográficos).

Ciências Sociais

11. *Current Sociology* - La sociologie contemporaine, 1952 - Bibliografia de sociologia preparada para a Unesco pela Associação Internacional de Sociologia em forma de índice trimestral arrumado por grupos de assuntos; abrange mais de 200 periódicos).

12. *International political science abstracts* - Documentation politique internationale, 1951 - (Trimestral com resumos informativos abrangendo mais de 100 periódicos. Do volume 3 dos artigos ingleses são resumidos em inglês, e todos os outros em francês).

13. *Inventaire Raisonné des Services Périodiques de Documentation des Sciences Sociales*. 1951 (Oitenta periódicos dando informações bibliográficas de ciências sociais em 14 países e em 6 línguas são descritos

com detalhes. A edição inglesa pode ser comprada. O primeiro suplemento a esta lista foi publicado no Boletim da Unesco para bibliotecas, v. 7, nº 1, 1953).

14. *Repertoire Internationale des Centres de Documentation de Sciences Sociales*. 1952 (Preparado para a Unesco pelo Comitê de Coordenação e Documentação em Ciências Sociais. O endereço, organização, fontes, etc. de 90 centros de documentação em 16 países são dados em detalhes. A edição inglesa também pode ser comprada).

15. *Theses de sciences sociales - Thésés in the social sciences*. 1952. (Um catálogo analítico internacional de teses doutorais não impressas, 1940-1950. Relações de 3.200 teses apresentadas em 23 países).

16. *Revista Analítica de Educación, 1949* - (Um boletim mensal contendo resumos escolhidos no campo da educação fundamental e de adulto, também publicado em inglês e em francês).

17. *Répertoire Internacional de l' Education des Adultes*, 1953. (Uma fonte mundial de organização, programa e bibliografia sobre educação de adultos em 50 países. A edição inglesa também pode ser comprada).

18. *Centro de Co-operación Científica para a América Latina (Unesco)*. Lista de artigos científicos publicados em América 1948-1950. Montevideo. (Um índice anual e classificado de artigos científicos dos periódicos da América Latina).

19. *Centro De Documentacion Científica y Técnica (Unesco)*. Boletim 1952 - México (Um índice mensal de títulos arrumados pelo nome do periódico sob a entrada das principais ciências naturais, medicina, engenharia e agricultura. Todos os títulos não espanhóis foram traduzidos para o espanhol).

20. *Conférence Internationale sur l' Analyse de Documents Scientifiques*. Rapport final. 1951. (Documentos apresentados e resoluções tomadas pela Conferência da Unesco em 1949. Este volume é um estudo

exaustivo de todos os aspectos e serviços dos resumos nas ciências. A edição inglesa também pode ser comprada).

21. *Directory of International Scientific Organizations*. 2nd. edition, 1952 (Dá detalhes informativos para mais de 200 organizações).

22. *East Asia Science Co-operation Office (Unesco)*. Lista de jornais científicos e técnicos publicados no sueste da Ásia. Edição revista. Manila. 1951.

23. Holmstrom, J. E. *Bibliography of Interlingual Scientific And Technical Dictionaries* - Bibliographie de dictionnaires scientifiques et techniques multilingues. 1951. (Catálogo de mais de 1.000 dicionários sobre cabeçalhos de assunto e fichado em 45 línguas).

24. Middle East Science Co-operation Office. List of scientific papers published in the Middle East, 1948 - Cairo. (Índice publicado duas vezes ao ano).

25. *South Asia Science Co-operation Office*. List of scientific papers published in the Middle east, 1948 - Delhi. (Índice publicado duas vezes ao ano).

Medicina

26. Rapport sur les activités et ls réunion du Comité de coordination des comptes rendus analytiques et d'index des sciences médicales et biologiques. 1950. (Os atos e decisões deste Comitê relacionados com resumos médicos).

27. *World Medical Periodicals*, compiled by L.T. Morton, 1953 (Publicado conjuntamente pela Unesco e pela Organização Mundial de Saúde; dá informações detalhadas acerca de 4.000 periódicos).



A LIÇÃO DAS BIBLIOTECAS AMERICANAS¹⁵⁹

Rubens Borba de Moraes

Em 1939, recebi da American Library Association um convite para fazer uma viagem de estudos aos Estados Unidos.

O fim da minha permanência na América tinha como propósito, além da parte de estudo e estágio em diferentes serviços e diversas bibliotecas, combinar com as instituições Americanas e a Biblioteca Municipal de São Paulo uma cooperação mais estreita.

Com esse objetivo compareci ao 61º Congresso da American Library Association, em São Francisco, ao Congresso do “Committee of Latin American Studies”, Ann Arbor (Michigan) e visitei diversas instituições interessadas no intercâmbio cultural com a América Latina.

Quanto à parte propriamente biblioteconômica de minha estada nos Estados Unidos, poderia ela ser dividida: 1º) estudo minucioso de uma biblioteca pública, de tamanho médio (300 a 400 mil volumes), numa cidade de população pouco inferior a meio milhão de habitantes e tipicamente americana; 2º) o estudo de serviços de extensão bibliotecária, tais como “branches”, estações rurais, cooperação com escolas, fábricas, clubes, publicidade, etc.; 3º) estudo de uma grande biblioteca, com milhões de volumes e seus diferentes depar-

159 Trabalho originalmente publicado na Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v. 3, n.2, p. 197-208, maio 1942.

tamentos; 4) estudo dos métodos de ensino em diferentes escolas de Biblioteconomia.

Cada um desses pontos compreendia, além do estudo minucioso, o estágio variável quanto a tempo, conforme as minhas necessidades pessoais.

Pude, portanto, graças à admirável boa vontade e ao espírito generoso dos colegas americanos, que me dispensaram uma hospitalidade rara de se encontrar em outros países, aproveitar todas as horas da minha permanência. Devo confessar que, graças a esse espírito notável de cooperação, pude aprender mais durante esse período que muitos anos de leitura e estudos em diversas viagens a outros países. Com uma paciência notável, os colegas americanos tudo explicaram e tudo mostraram. Bastava manifestar o desejo de estudar um problema, para que imediatamente me providenciassem em encontro uma pessoa indicada e me levasse ao lugar escolhido. Pude também graças às gentilezas de amigos, penetrar um pouco na vida americana, o que me facilitou compreender o papel social que representa a biblioteca na vida do povo dos Estados Unidos.

Passadas as primeiras impressões de entusiasmo e admiração pelas maravilhosas bibliotecas americanas e procurando explicar o seu extraordinário desenvolvimento, acreditei que esse desenvolvimento sem igual em outra parte do mundo era proveniente de uma mentalidade favorável as bibliotecas em todo cidadão. De fato, o americano está convencido de que toda a ciência, todo conhecimento é transmitido pelo livro. Ele crê que lendo aprende, e aprendendo melhora sua situação moral e material. Existe, portanto um respeito pelo livro e pela instrução, como nunca vi em outros países. Não se encontra, senão raramente, esse ceticismo pelo conhecimento livresco, tão comum em muitos lugares.

Obrigar o povo a ler cada vez mais, levando o livro ao leitor, chamando a atenção para os benefícios da leitura, com métodos publici-

tários iguais aos comerciais, é a preocupação do bibliotecário americano. Enquanto em muitos países ainda se discute as vantagens de espalhar bibliotecas populares, isto é, dar ao povo uma leitura ao alcance de sua instrução, os Estados Unidos já passaram por essa fase de discussão acadêmica.

A biblioteca pública possui, em quantidade assombrosa, livros de ficção. Entretanto ninguém julga que seja gastar dinheiro a toa, distribuir romances à população. O importante para o bibliotecário americano é obrigar o povo a ler, é desenvolver nas massas o hábito da leitura. Enquanto que em outros países a preocupação é formar elites e do bibliotecário auxiliar essa elite. Somente nos Estados Unidos a preocupação é formar uma média. Os educadores e os bibliotecários preocupam-se em elevar o nível dessa média, mas não se nota neles a intenção de fazer da biblioteca pública uma instituição para a elite. É por isso que a maravilha dos Estados Unidos não é a biblioteca de pesquisa, nem a biblioteca especializada, mas a biblioteca pública, aberta para todos e espalhada por toda a parte.

É interessante notar que, nos Estados Unidos, foi o povo quem tomou a iniciativa das primeiras bibliotecas, sem necessitar para isso de lei. E até hoje a iniciativa particular é uma preciosa ajuda para as bibliotecas. A própria organização do país, em República Democrática e Federativa, permite uma liberdade de ação e de iniciativa particular que não existe em outros lugares.

Não é possível, portanto, nesse país, existir uma organização bibliotecária centralizada e controlada pelo governo central. Em certos casos, essa falta de centralização acarreta desvantagens. Mas essas dificuldades, que em outras partes seriam insuperáveis, nos Estados Unidos não trazem prejuízos tão graves, graças a uma das virtudes mais notáveis do americano: o espírito de cooperação. Devido a essa falta de controle central (que poderia ser feito somente pelo Governo Federal), escapam a uma perigosa burocracia bibliotecária, burocracia

cia essa que anularia muitos esforços, como em outros países, onde as bibliotecas são controladas pelo governo e centralizadas.

Não pode, pois, existir, nos Estados Unidos, uma administração típica de bibliotecas. Umas dependem do governo da cidade, outras do município, outras do Estado, outras ainda, e numerosíssimas, de fundações particulares, de universidades, etc. Não existe padronização de ordenados, nem tão pouco de títulos para os bibliotecários.

Toda essa diversidade provém das seguintes: 1) as bibliotecas não são repartições públicas; 2) os bibliotecários não são funcionários públicos. Apresso-me em dizer que considero o fato das bibliotecas, mesmo quando recebe seu fundo das rendas públicas, não serem repartições públicas, o grande, o maravilhoso fator do desenvolvimento e da eficiência das bibliotecas americanas. Elas não ficam envolvidas na rotina da repartição pública, não ficam sujeitas aos “trâmites legais”, pavor das responsabilidades e às injunções estranhas. O bibliotecário, não sendo funcionário, não pode tornar-se um pensionista do governo à espera de uma aposentadoria. Não existe carreira bibliotecária nos Estados unidos, mas emprego em biblioteca. Emprego esse do qual ele pode ser demitido, de acordo com as leis gerais do país, como qualquer empregado de qualquer empresa comercial. Não precisa subir lentamente de posto, mas, mudando de biblioteca melhorará a sua situação, uma vez que não existe tempo de serviço que o acorrente ao lugar.

Não me complete aqui fazer a crítica das desvantagens sociais, da falta de “garantias” do bibliotecário americano, pela simples razão que o que me interessou em minha viagem não foi fazer Sociologia, mas estudar os meios de desenvolver as bibliotecas. É por isso que eu insisto nesse fato primordial, capital, não serem repartições públicas as bibliotecas americanas, de não se composto de funcionário o seu pessoal.

Mas vejamos como é organizada a biblioteca pública de uma ci-

dade, o tipo de biblioteca que corresponde às nossas municipais

A biblioteca é superintendida por um “board” eleito pelo povo ou nomeado pelo prefeito ou ainda é o mesmo “board” que superintende a educação e as escolas do município. Deste “board” não fazem parte exclusivamente gente entendida em livros ou educadores profissionais. É composto, muitas vezes, de homens de negócios, de gente habituada a administrar, gente prática. Esse comitê é responsável pela superintendência da biblioteca. Ao “board” compete obter no orçamento da cidade a verba geral para a biblioteca. Essa verba, ou é proveniente de um imposto especial que toda a gente paga, ou é uma porcentagem determinada em lei sobre a arrecadação total. Uma vez obtida a verba, o “board” nomeia o bibliotecário. Fica ele dependendo do “board” e não da administração municipal; pois ele não é um funcionário do município, mas um empregado da biblioteca, sem direito às vantagens dos funcionários. Esse bibliotecário tem ampla e plena autonomia, age sem restrições burocráticas e presta contas mensalmente ao “board”, que o controla e o guia. Todos os seus atos (nomeação de pessoal, designação de ordenados, emprego de verbas, etc.) são rigorosamente controlados. O “board” não pode nomear ninguém, nem intervir diretamente na biblioteca sem a audiência do bibliotecário e vice-versa. Se o bibliotecário não é eficiente, é substituído.

Os demais bibliotecários são escolhidos pelo bibliotecário-diretor, de acordo com o “board”, segundo os seus títulos técnicos e culturais, os anos de prática em outras bibliotecas e, sobretudo mediante as qualidades pessoais. Os americanos dão uma importância enorme às qualidades pessoais, independente das técnicas ou culturais. Para um chefe de serviço entrará em conta a sua capacidade de “Teadership”, sua capacidade realizadora; para um empregado que tem de lidar com público, valerá muito a simpatia pessoal, a afabilidade, e assim por diante. Esse valor que os americanos dão às qualidades pessoais é de grande importância. Graças a elas, ninguém espera por

um livro e ninguém recebido com maus modos. Existe numa biblioteca americana uma atmosfera sui generis de cordialidade, de amabilidade e de uma cooperação com o leitor, que não se encontra em país algum. Não se pede uma informação com medo de molestar um funcionário com muitos e muitos anos de rotina, mas se é atendido sempre, com um sorriso amável, por uma pessoa, cuja obrigação é servir o público e que foi selecionada entre muitas para esse serviço.

Esse pessoal competente e serviçal pode ser obtido por que não foi escolhido por um órgão estranho à biblioteca, mas pelo próprio bibliotecário e o “board” que conhecem mais de perto as necessidades do serviço. E esse espírito serviçal da parte do pessoal pode ser mantido, porque o empregado não é burocrata, mas um empregado cujo ordenado varia segundo seus méritos e esforços e pode ser aumentado anualmente no próprio posto. Não existe, portanto, padronização de ordenados dentro de uma categoria existem diversos ordenados, que variam segundo os méritos pessoais de cada um. Todos os chefes de serviço não ganham o mesmo ordenado pela simples razão que eles não possuem exatamente as mesmas qualidades técnicas, culturais, pessoais.

O empregado entra para o serviço com um ordenado fixado por um ano, ano esse de experiência. No fim do ano, segundo sua eficiência, o seu ordenado pode ser aumentado e o seu contrato renovado por maior tempo. A demissão é feita com três meses de aviso prévio pelo diretor. O empregado, não considerando justa pode recorrer ao “board”.

O recrutamento do pessoal é feito entre os bibliotecários de outras bibliotecas e os alunos saídos das escolas de Biblioteconomia. Para os postos sem grandes responsabilidades escolhe-se moças recém-saídas das escolas técnicas e com um mínimo de instrução universitária. Para os postos de chefes de serviços, as exigências são maiores.

Eis, em grandes linhas, o sistema de administração das bibliotecas públicas. Há pequenos defeitos nesse sistema, não há dúvida, e os próprios bibliotecários americanos os conhecem muito bem. Mas é um sistema excelente. Tem três grandes vantagens: 1) não permite a burocratização; 2) evita a intromissão de fatores estranhos aos interesses da biblioteca; 3) dá uma autonomia a um serviço “sui generis”, que não pode funcionar eficientemente nos moldes clássicos dos outros serviços públicos.

A prova que esse sistema é melhor que o empregado no Brasil e na Europa é o próprio desenvolvimento, sem igual das bibliotecas americanas. Enquanto no Brasil (que teve bibliotecas antes dos Estados Unidos) temos regredido e visto as nossas bibliotecas mingua-rem, nos Estados Unidos as bibliotecas vêm sempre progredindo. Muita gente que visita os Estados Unidos querendo explicar o processo das bibliotecas atribui irrefletidamente esse progresso ao dinheiro de que dispõem os americanos. Explicar o progresso de um país pelo dinheiro não é apontar uma causa, mas uma consequência. Eles têm dinheiro por diversas razões e para mim, a principal é a organização. E por que são organizados, porque tem a preocupação da coisa bem-feita prevista e metodizada, é que conseguem produzir economicamente e fazer dinheiro. Esse princípio, que o que se pode aplicar a toda a vida material nos Estados Unidos, é verdadeiro para as bibliotecas. A técnica americana em matéria biblioteconômica é hoje adotada e copiada em quase todos os países, por trazer vantagens incontestáveis. E essa técnica poupa dinheiro e tempo.

Por outro lado, se examinarmos bem a situação orçamentária das bibliotecas americanas, verificamos que elas estão muito longe de nadar em ouro. Se alguns Estados gastam grandes somas, outros, entretanto, não dispõem o suficiente para poder manter um serviço à altura das necessidades do público. Há lugares onde a situação das bibliotecas é simplesmente aflitiva, dada a escassez de dinheiro.

Mas o que há de confortador nessas bibliotecas pobres é que, graças a um pessoal escolhido e à técnica de trabalho empregada, o rendimento do serviço é muito superior ao que se poderia esperar. A autonomia dos serviços e as técnicas fazem muitas vezes milagres.

É verdade que a preocupação técnica chega, nos Estados Unidos, a um certo exagero. Uma grande biblioteca pública americana dá, às vezes, a impressão de uma grande usina, onde tudo foi mecanizado ao extremo. A maioria dos empregados dão, às vezes, a impressão de que estão ali enquanto não se inventa uma máquina para substituí-los, exatamente como uma grande fábrica. A grande preocupação dos diretores é “modernizar” os métodos de trabalho, no sentido de torná-los mais mecanizados. É engraçado, às vezes, a quantidade de maquininhas, de aparelhinhos de que se utilizam para poupar uns minutos em casos onde o tempo não vale a pena que se conte em minutos. Os métodos de trabalho são controlados e recontrolados com uma infinidade de papezinhos copiadas em carbono ou picotados em diferentes vias; de cores variadas que circulam pelos empregados que, com um simples traço verificam e reverificam coisas que precisam ser controladas assim. Para mandar uma empregada tirar três cópias de uma ficha, usa-se um papelzinho de cor, que leva uma infinidade de tracinhos de controle de uma porção de pessoas, até o

O.K final. Que se utilizem esses métodos numa enorme biblioteca que empresta milhões de livros por ano, não há dúvida que está certo, mas o uso do papelzinho e das diversas vias, em cores diferentes em pequenas bibliotecas com movimentos pequenos, já é volúpia de organização e fetichismo de mecanização.

A biblioteca pública americana é baseada no princípio do empréstimo a domicílio. Praticamente não há livro que circule. As estatísticas não contam o número de leitores que consultaram ou leram na biblioteca, mas o número de pessoas registradas para retirar livros e o número de volumes emprestados. E esses números são im-

pressionantes. Numa pequena cidade de 100 mil habitantes, mais ou menos, a estatística revela 49.000 pessoas que retiram livros para ler a domicílio. Isto é, 50% da população lê livros da biblioteca pública. É preciso dizer que nessa cidade existe, além da biblioteca pública e suas agências, uma biblioteca da Universidade, com um milhão de volumes para atender aos estudantes. São algarismos que, à primeira vista, impressionam e demonstram como os americanos têm o hábito da leitura. Mas o que leem eles? É claro que não tem obras de alta filosofia e massudos tratados científicos. Leem novelas, biografias, obras de vulgarização e coisas desse gênero. O que impressiona desfavoravelmente na biblioteca pública americana (sobretudo na sucursal de bairro) é o número preponderante de romances, novelas (fiction), sem grande valor. É fabuloso o que um leitor americano pode devorar de romance, sobretudo se é mulher. Estudando as estatísticas de bibliotecas comparando os algarismos, calculando as porcentagens, fica-se assombrado do número de livros que lê, ou melhor devora um leitor por ano. E a grande maioria é “fiction”, isto é, o romance mais ou menos romântico e que acaba bem, porque é preciso que acabe bem para ter sucesso. A biblioteca em muitos casos fornece ao leitor o que cinema fornece: um passatempo alegre ou sentimental. Poder-se-ia dizer que, nos Estados Unidos existem três grandes divertimentos: cinema, “base-ball” e biblioteca.

Não quero discutir aqui esse grande problema da preponderância do romanceco na biblioteca. É fora do nosso propósito, mas é preciso notar que o grande esforço dos bibliotecários conscientes, nos Estados Unidos é feito no sentido de melhorar essa situação e elevar o nível da leitura. Parece-me difícil obter-se esse intento, pois os bibliotecários sozinhos não podem elevar o nível de cultura de um país. Aliás, esse problema da qualidade de leitura do povo, nos Estados Unidos, não é problema americano, mas universal e, se muitos europeus criticam acerbamente a qualidade da leitura do povo, esquecem de

notar que nos seus países não existem bibliotecas públicas nas mesmas proporções, nem o hábito de leitura é tão desenvolvido entre os povos. É necessário comparar bibliotecas iguais. As bibliotecas europeias, na sua generalidade, não são feitas para o povo, mas para uma elite de leitores ou para o estudante que não pode adquirir livros.

E mesmo assim a porcentagem de literatura é muito superior à metade das obras lidas. Não se pode exigir que a população de uma cidade só leia clássicos e metafísica. É preferível que leiam romances a não ler nada. Convencidos desse princípio é que os americanos dão facilidades ao leitor que em parte nenhuma do mundo se dá. Assim o departamento de circulação é o mais importante, que o mais ativo, é como que o coração da biblioteca, ao contrário de outros países, onde ele se encontra na sala de leitura. Em outras palavras, a biblioteca é, sobretudo circulante.

Outro ponto interessante é a formação do pessoal para trabalho em bibliotecas. Nos Estados Unidos essa formação é feita em “training courses” e escolas de Biblioteconomia, geralmente anexas às universidades.

A escola de Biblioteconomia americana é essencialmente uma escola técnica. Para admissão exige-se um curso secundário (High School). Elas admitem que o aluno já possui uma cultura e fornece-lhe somente a técnica. Não estou muito convencido da eficiência desse sistema para a formação de um pessoal capaz de exercer cargos superiores numa biblioteca. As escolas americanas formam excelente pessoal para o serviço diário e rotineiro, pessoal esse capaz de fazer uma ficha sem escapar uma vírgula, de envernizar com eficiência a capa de um livro e de usar com rapidez a máquina de carregar o “book card”. Mas o aluno não recebe nessa escola uma cultura bibliotecária. Não há cursos de História do Livro e das Bibliotecas, não há cursos de Literatura, História das Ciências, Artes, etc do ponto de vista bibliotecário. O que ensinam nas aulas de Referência é a maneira de atender a

uma informação, mas quase que mecanicamente, como quem procura um endereço num anuário sem o mínimo espírito crítico. É verdade que o número colossal de bibliografias feitas por especialistas, de manuais, de guias, etc. facilita o trabalho do bibliotecário americano, sem exigir dele um conhecimento muito profundo do assunto, e torna possível um chefe de departamento de livros estrangeiros trabalhar de uma maneira eficiente, sem saber língua nenhuma!

Os próprios americanos devem estar convencidos dessas falhas, pois nas melhores bibliotecas de referência e universitárias os departamentos são dirigidos por “scholars” dos mais competentes, recrutados entre universitários.

E nas próprias bibliotecas públicas essa falha na formação dos estudantes de Biblioteconomia é corrigida com muita facilidade: não havendo entre o pessoal diplomado disponível o especialista que se necessita, o diretor contrata esse especialista fora dos quadros bibliotecários. Vejamos casos concretos: numa determinada biblioteca situada numa grande cidade industrial, havia falta de livros técnicos e falta de uma pessoa competente para dirigir esse departamento e orientar a leitura dos industriais que procuravam a biblioteca. O problema exposto ao “board” pelo diretor foi resolvido da melhor maneira: o contrato de um engenheiro industrial para chefiar o departamento. Mas nem todas as bibliotecas americanas estão na situação financeira desejada para contratar (com vencimentos altos) os especialistas que necessitam e dificilmente podem encontrar, no pessoal saído das escolas de Biblioteconomia, as “cabeças” que necessitam. Daí a criação recente de algumas escolas superiores de Biblioteconomia, onde estudantes já graduados por universidades, vão seguir cursos de especialização de nível cultural mais alto.

A influência desses cursos superiores já se faz sentir e é incontestável que tem beneficiado as bibliotecas de tal maneira que a procura de pessoal graduado por universidades e com cursos superiores

de especialização é cada vez maior. Os ordenados melhores que lhes têm pago são uma prova da necessidade e do apreço em que se tem esses bibliotecários, com mais cultura que a média.

Muitas e muitas outras coisas poderiam ser ditas ainda das bibliotecas da América. Mas isso nos levaria a escrever um livro, mais um livro sobre bibliotecas! E o que é preciso no Brasil não é escrever livros sobre bibliotecas, mas fundar bibliotecas e fazê-las funcionar com eficiência.

Mas como obter essa eficiência, entre nós, onde tudo está por fazer? Preliminarmente, creio que a nossa pobreza em matéria de bibliotecas não é um empecilho, em certo sentido, é, até, uma vantagem. Explico-me melhor para não parecer que estou fazendo um paradoxo: o Brasil, país novo, não possui uma porção de melhoramentos modernos que outros países mais velhos foram obtendo paulatinamente, à custa do aperfeiçoamento, e, portanto, à custa de desperdício de tempo, de dinheiro e de energia. Nada existindo, nada impede de começar logo com o que há de mais aperfeiçoado. Quem tiver de montar uma indústria não irá adquirir máquinas antiquadas e pouco a pouco substituindo-as até, no fim de alguns anos, comprar os modelos mais aperfeiçoados? Comprará logo o que existe de mais moderno e o país que não possuía absolutamente nada, passa a ter fábricas muito mais perfeitas que países mais antigos nessa.

Se alguém pensa que para as instituições culturais o problema não pode ser encarado dessa maneira, responderíamos que nesse caso, quando se funda uma escola primária o professor deveria ensinar a ler nela pelo método do b, a, ba e num hospital recém-criado as amputações deveriam ser feitas sem anestésico, como no tempo da guerra do Paraguai!

Nada nos impede, em matéria de Biblioteconomia, de nos aproveitarmos da experiência dos países mais adiantados e iniciarmos a fundação de bibliotecas com aparelhamento técnico mais perfeito e

baseado nos princípios já experimentados e amplamente provado. Não teremos assim de encarar, dentro de poucos anos, o terrível problema das bibliotecas europeias, a remodelação completa, a modernização dos órgãos técnicos.

Mas quais são, enfim, esses pontos, esses princípios modernos, estes progressos indiscutíveis? A nosso ver, esses pontos são os seguintes:

- a) catálogo-dicionário para as bibliotecas públicas;
- b) a classificação e o livre acesso;
- c) autonomia administrativa

Não é aqui a ocasião para refazermos a história dos catálogos e provar que de Calímaco, na Biblioteca de Alexandria, os catálogos onomásticos, sistemáticos e de títulos independentes, das bibliotecas europeias do século XIX ao catálogo dicionário, tal qual o difundiram os americanos, existe um progresso incontestável? Que o diga quem se serve de uma biblioteca do tipo europeu e de uma americana.

Quanto a classificação (arrumação dos livros nas prateleiras na ordem de assuntos pré-estabelecidos) e ao livre acesso do leitor às estantes, onde lhe é permitido folhear e examinar o livro à vontade, tais vantagens são indiscutíveis. Não aplicá-las nas bibliotecas populares é crime ou ignorância.

A autonomia administrativa, já afirmamos, é um ponto capital. A ela atribui todo o progresso americano e o atraso europeu em matéria de bibliotecas. Na Europa as bibliotecas são, como no Brasil, repartições públicas. Nos Estados Unidos não. Nunca foram. Na América sempre progrediram. Mesmo durante as grandes crises financeiras, durante os anos terríveis de politicagem, com distribuição de empregos a cabos eleitorais, as bibliotecas não foram atingidas pelo terrível mal, porque a sua constituição não permitia a intromissão de influências estranhas. Enquanto na Europa, após guerra, os

inválidos receberam sinecuras em museus e bibliotecas, na América não se verificou esse fato. Os americanos sempre tiveram em mira esse princípio: não permitir que a instrução e as bibliotecas caíssem em mão da política, exigir que essas instituições fossem administradas por delegados eleitos especialmente para esse fim ou fossem instituições particulares, em livre concorrência.

A falta de continuidade administrativa, a mudança dos executivos com pontos de vistas diferentes, fizeram com que na Europa as bibliotecas andassem aos saltos. Progredindo, quando um governo lhes é favorável, estacionárias, à história de um novo governo, quando outras cogitações preocupavam as autoridades. Se esse mal não é só das bibliotecas, são elas, entretanto que mais sofrem da falta de auxílio contínuo e metódico. Muito mais que outras instituições, as bibliotecas precisam de continuidade administrativa. São necessários anos e anos de esforço metódico para se fazer um simples catálogo. Uma simples falta de verba em determinado momento pode impedir a compra de uma obra que amanhã não se encontrará mais. São frequentes, nas bibliotecas europeias, as falhas em séries dos acervos, devido a mudança de orientação administrativa.

Todos esses males e outros que são óbvios citarem não se encontram nos Estados Unidos. Lá não vi a atitude frequente na Europa, o desânimo dos chefes de serviço cansados de lutar contra o governo. Vi bibliotecários entusiasmados, fazendo planos e procurando novos métodos de aperfeiçoamento de seus serviços. Nunca vi o funcionário público pacato e cansado, à espera de uma aposentadoria.

Entre nós o problema não é somente igual ao europeu. É mais grave. Temos poucas bibliotecas e são repartições públicas. Enquanto elas o forem, não teremos no Brasil bibliotecas dignas desse nome. Se quisermos de fato resolver no Brasil o gravíssimo proble-

ma das bibliotecas, na base de toda cultura e instrução, não há que hesitar, temos que fundá-las nos moldes americanos. Enquanto não tomarmos essa resolução, poderemos ter repartições públicas (já existem algumas), com funcionários encarregados de lidar com livros, mas nunca com bibliotecas públicas.



A BIBLIOTECA DO NORTE E DO NORDESTE DO BRASIL¹⁶⁰

Maria Luisa Monteiro da Cunha

Durante o ano de estudos na Universidade de Colômbia (1) e, principalmente, na Assembleia de Bibliotecários das Américas (2) e na Convenção Anual da American Library Association (3) às quais comparecemos com a honrosa incumbência de delegada brasileira, verificamos, com entusiasmo, que a par dos aperfeiçoamentos técnicos, multiplicam-se na América do Norte, com intensidade crescente, esforços e empreendimentos que visam a fazer da Biblioteca um centro de cultura acessível a todos.

À medida que as bibliotecas foram se desenvolvendo e seu raio de ação tornou-se mais e mais complexo, os bibliotecários estadunidenses sentiram a imperiosa necessidade de maior intercâmbio com os colegas das instituições congêneres.

O movimento de interdependência entre bibliotecas e bibliotecários não se limitou às entidades da mesma cidade; atravessando as fronteiras estaduais e nacionais, propagou-se por vários países e continentes, aproximando-se bibliotecários de todas as nacionalidades e irmanando-os no mesmo sentimento de amor à profissão e desejo de aperfeiçoamento.

160 Texto originalmente publicado no Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v. 14, p. 117-123, 1950.

Côncio do papel preponderante da Biblioteca na grande obra de cultura dos povos, o bibliotecário norte americano dedica-se ao desempenho de suas funções cheio de entusiasmo pelo seu trabalho e de confiança no futuro da Biblioteconomia. Foi essa a melhor lição que recebemos no país amigo que nos hospedou durante quase um ano. Foi o que nos serviu de incentivo para, de regresso ao Brasil, colaborarmos tanto quanto possível, na grande obra de propagação e desenvolvimento das bibliotecas e Escolas de Biblioteconomia entre nós.

Sabendo que a “Exposição Flutuante dos Produtos do Estado de São Paulo” organizada em janeiro passado pelo Touring Club do Brasil sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Cultura da nossa Municipalidade e oficializada pelo Governo do Estado levaria uma Comitativa Oficial, empenhamo-nos em dela participar, a fim de poder entabular conhecimento pessoal com os bibliotecários do Norte e do Nordeste do Brasil, e de estudar “*in loco*” o que já se fez, e o que ainda resta fazer no terreno biblioteconômico naqueles setores do país.

Nesse roteiro de expansão e colaboração, técnica e cultural, tivemos o desejo de verificar que há grande entusiasmo por parte dos bibliotecários cultos, amantes do livro e do seu trabalho, mas sem conhecimentos baseados na técnica moderna.

Pertencem ao primeiro grupo: a Biblioteca Pública da Bahia; as bibliotecas da Escola Politécnica e da Escola de Biblioteconomia da cidade de Salvador; a Discoteca Municipal de Recife; as novas coleções da Biblioteca Pública do Maranhão; A Biblioteca Pública de Manaus. No segundo grupo se incluem as bibliotecas públicas de Vitória, João Pessoa, de Natal, de Fortaleza e de Belém do Pará, sendo que em Fortaleza já se nota, tanto na Biblioteca Pública como do Instituto do Ceará, grande interesse no sentido da recatologação do acervo.

Como fazendo eco ao movimento de modernização de processos técnicos, intenso no sul do país, os bibliotecários da Bahia, de Per-

nambuco, do Maranhão e do Amazonas, se iniciam, com entusiasmo, no terreno da técnica moderna, processando, aos poucos, a renovação de suas bibliotecas, com o devotamento dos que amam verdadeiramente o livro e sabem que a missão do bibliotecário é tornar a biblioteca acessível e útil ao público.

Obedecendo à ordem das visitas transcreveremos, a seguir, as observações feitas nas diversas bibliotecas que percorremos.

1. ESPÍRITO SANTO

A Biblioteca Pública de Vitória teve início em 1853, com 400 volumes doados pelo cidadão Braz da Costa Robin, do Rio de Janeiro. Uma comissão nomeada pelo Governador Evaristo Lasdislau e Silva foi incumbida da organização da Biblioteca, que começou a funcionar em julho de 1855. Dois anos depois, o acervo subira a 900 volumes.

É de se lamentar que, atualmente, se acha a Biblioteca praticamente fechada, estando os livros guardados numa das salas da Prefeitura Municipal. Segundo informação fornecida pelo Senhor Prefeito, a situação não se modificará enquanto não se construir um prédio adequado ao funcionamento da Biblioteca. Aproveitei o ensejo para sugerir a possibilidade da adaptação de qualquer edifício suficientemente espaçoso, a fim de que os leitores não continuem privados de leitura.

2. BAHIA

O desenvolvimento da Biblioteconomia na cidade de Salvador, já previsto, dada a atuação da senhorita Bernadet Sinay Neves, bibliotecária da Escola Politécnica e diretora do Curso de Biblioteconomia da Bahia, não nos surpreendeu. O mais recente empreendimento da Srta. Neves é o curso intensivo para professores primários, iniciado em março deste ano. Isto tornará mais ampla a esfera de atividades

dos professores baianos, pois o seu preparo biblioteconômico será suplementado com orientação adequada às necessidades e exigências dos métodos pedagógicos modernos.

Merece também menção a obra do Sr. Oswaldo Imbassahy da Costa, diretor da Biblioteca Pública da Bahia, sob cuja orientação se processa, com grande êxito, a reorganização daquela instituição onde tivemos o ensejo de percorrer a esplêndida coleção de referência já organizada por duas alunas do Curso de Biblioteconomia da Bahia.

Temos a impressão de que a conjugação dos esforços dos bibliotecários baianos contribuirá para que, também no campo da Biblioteconomia, a Bahia confirme o seu justo título de celeiro da intelectualidade brasileira.

3. PERNAMBUCO

No Recife, muito nos impressionou o movimento biblioteconômico que se inicia com passos de gigantes e que, pelo entusiasmo e competência dos seus dirigentes, é semente que frutificará em fartas menses de significação no cenário cultural da terra de Nabuco.

A primeira grande realização do grupo de bibliotecários do Recife, que tem à frente o espírito empreendedor e eclético do Césio Regueira Costa, foi a instalação da Discoteca Municipal, pela organização, pelo seu selecionado acervo, bom gosto e eficiência do aparelhamento técnico, e, de modo especial, pela competência e dedicação do bibliotecário Ernani de Paula Cerdeira que vem dando amplo cumprimento ao seu programa de atividades, disseminando a ideia de que o povo precisa conhecer e apreciar a boa música fina, em oposição à preferência de outrora, pela popular.

A Discoteca pertence à Diretoria de Documentação e Cultura. Foi inaugurada oficialmente em 24 de fevereiro de 1948 e entregue ao público a 18 de maio do mesmo ano. Funciona diariamente das 13 às 19 horas e aos sábados das 15 às 19 horas. Possui 1.200 discos

incluindo concertos sinfônicos, música de câmara, solos e música orquestrada.

Quatro cabinas providas de ar refrigerado comportam dois consulentes em cada uma, por hora. As horas de audição são reservadas às segundas feiras, podendo cada interessado reservar horas para dois dias, semanalmente.

Possui a Discoteca uma sala de leitura provida de livros e revistas sobre música. A coleção, de acesso livre, já se acha devidamente catalogada e classificada.

Há, ainda, um pequeno auditório onde são ministradas aulas gratuitas de francês, espanhol e inglês pelo processo de linguafone.

Além dos programas diários, de livre escolha dos consulentes, há aos sábados, das 18 às 19 horas, um programa de auditório, acompanhado de comentários sobre as peças e de informação bio-críticas sobre os autores programados.

Milton de Melo, outro integrante da equipe de bibliotecários de Recife, e diplomado pela Escola de Biblioteconomia de São Paulo, também participa do louvável trabalho de orientação de umas redes municipais de bibliotecas, cujo passo inicial será a Biblioteca Central da Encruzilhada, com ramais fixos ou ambulantes, nos demais bairros da cidade. A escolha da Encruzilhada para centralização e ponto de partida do serviço biblioteconômico municipal, foi feita mediante estudo comparativo das necessidades e exigências culturais das diversas zonas distritais do Recife.

O que entusiasma os que como nós se dedicam à difusão dos princípios biblioteconômicos modernos, e anseiam pelo desenvolvimento das bibliotecas em todos os quadrantes do país, é verificar que os bibliotecários pernambucanos não se imitam ao planejamento de atividades. Se planejam bem, agem e realizam melhor. Assim, com apenas alguns meses de vida, pois foi criado em julho de 1948, o Cur-

so de Biblioteconomia patrocinado pela Diretoria de Documentação e Cultura (D.D.C) já proporcionou aos alunos a prática, remunerada, da recatologarão e reclassificação da Biblioteca da Faculdade de Direito, trabalho de vulto há pouco começado sob a orientação e planejamento do moço culto e dinâmico que é Edson Nery.

Pelo que nos foi dado ver, no campo da Biblioteconomia do Recife, ficamos entusiasmadas e certas de que aquela plêiade de jovens esforçados muito contribuirá para o engrandecimento cultural da grande terra pernambucana.

4. CEARÁ

Em Fortaleza visitamos o Instituto do Ceará, importante entidade cultural do nosso Nordeste. Possui o Instituto valiosa biblioteca carinhosamente formada e mantida desde 1889, e que atualmente conta alguns milhares de volumes entre as quais preciosas obras de história e geografia não só do Ceará, mas também de outros estados do Brasil.

Dando amplo cumprimento ao seu programa de atividades culturais, o Instituto do Ceará promove, nos dias 4 e 20 de cada mês, palestras a cargo de especialistas nos diversos assuntos tratados. Nas salas do Instituto, artistas locais ou do exterior faz suas exposições. Tivemos oportunidades de ver a exposição de trabalhos do artista plástico cearense conhecido sob o nome “Barrica”, cuja sensibilidade estética se demonstra principalmente no desenho. É notável a beleza dos seus pratos ornamentais.

Depois de visitar as várias dependências do Instituto, tivemos oportunidade de trocar material impresso com o simpático grupo que, chefiado por Fran Martins, dirige a conhecida revista “Clã”.

O atual diretor da Biblioteca do Instituto é o Sr. Renato Braga, estando à teste dos trabalhos puramente técnicos a senhorinha Maria da Conceição Souza, que foi aluna do Curso de Biblioteconomia da

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Estivemos também na Biblioteca Pública fundada, em 1867, pelo tenente coronel João de Melo e Souza, mas só em franca atividade a partir de 1872.

Atualmente, a Biblioteca acha-se em fase de reorganização. O Dr. Walter Fontenelli Silveira, diretor daquela instituição, apoia, com grande interesse, as atividades de sua assistente técnica, a senhorinha Hilzanir Cals de Abreu, cujo trabalho merece encômios. Pelo seu grande desejo de adquirir conhecimentos técnicos, a senhorinha Hilzanir faz jus a que, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, lhe seja concedida uma bolsa de estudos, merecido prêmio para quem com boa vontade e esforço se dedica ao cumprimento de suas funções.

Ao visitante causa funda impressão a coleção de 1335 volumes de autores cearenses, mantida em estantes reservadas para esse fim.

Uma prova do interesse do público pela biblioteca, é fornecida pelos dados estatísticos que, no ano de 1948, acusaram a frequência de 20.000 consulentes, dos quais perto de 4.000 menores.

Com pouco mais de atenção por parte dos poderes públicos, a Biblioteca Pública de Fortaleza, vem recebendo verbas necessárias para serviços imprescindíveis, constituirá valioso patrimônio cultural na terra de José de Alencar.

5. MARANHÃO

A história de São Luís do Maranhão tem à frente do movimento biblioteconômico a senhorinha Aryceya Moreira Lima, sob cuja orientação a Biblioteca Pública planejada de acordo com os mais perfeitos requisitos de concepção moderna de bibliotecas.

Pertence à Biblioteca Pública a pinacoteca de Aluízio de Azevedo, atualmente em exposição no Palácio do Governo, onde permanecerá até que termine a construção do novo edifício da Biblioteca.

Além das atividades no campo da Biblioteconomia, a senhora Aryceya colabora na obra educacional do Maranhão, dirigindo os cursos noturnos de alfabetização mantidos pelo Governo e em funcionamento no edifício do Colégio Estadual. As aulas são frequentemente ministradas por meninos de 11 a 15 anos, sistema que tem dado resultado satisfatórios.

6. PARÁ

A Biblioteca Pública de Belém do Pará (4) situada à esquina da Rua 13 de Maio foi criada em 1839, no ciclo da Cabanagem, por iniciativa de uma Comissão que angariou, por subscrição pública, a quantia de um conto e dezesseis mil quinhentos e cinquenta réis. A Assembleia Provincial votou, em 15 de outubro de 1839, uma lei concedendo à instituição a verba anual de 600 mil réis, quantia que, no ano seguinte foi aumentada para um conto de réis. Em 1846 foi a Biblioteca anexada a Liceu Paraense. Os vencimentos do bibliotecário eram, então, dez mil réis, mensais.

Depois de várias mudanças, foi a Biblioteca solenemente instalada em prédio próprio, em 1871, no Governo do Presidente Joaquim Pires de Machado Portela. Todavia, durante anos viveu completamente abandonado pelos poderes públicos e em consequência sofreu declínio; novamente reerguida, passou para o prédio que atualmente ocupa.

Possui, a Biblioteca, preciosa coleção de documentos, utilíssima para o estudo do ciclo Colonial, do tempo do Império e da República.

Entre as raridades bibliográficas da Biblioteca Pública de Belém, destacam-se: os “Anais históricos”, de Berredo; os “Motins Políticos” de Domingos Raiol; o “Compendio das eras”, e o “Ensaio corográfico sobre o Pará”, de Antônio Ladislau Monteiro Baena. Digna de menção, pela sua raridade, é a “Descrição de todo marítimo da terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente Brasil”, de autoria de João Tei-

xeira, cosmógrafo de sua Majestade Imperial, em 1640.

Na Capital paraense, visitamos, ainda, a Biblioteca do Museu Goeldi, repositório de mais de 20.000 volumes, rico para estudos zoológicos, etnográficos, geológicos e botânicos.

7. AMAZONAS

Como a Bahia e o Recife, Manaus foi outra revelação, no que diz respeito às possibilidades de um bibliotecário, que aos dotes culturais alie conhecimentos técnicos adquiridos em Escola de Biblioteconomia. Prova-o a reorganização da Biblioteca Pública no curto espaço de três anos, após o lamentável incêndio que, em 1945, destruiu a ala direita do edifício, consumindo o valioso acervo bibliográfico que ali se achava, num total de 35.000 volumes. Genesiano Braga, atual diretor da Biblioteca, é, sem dúvida, uma alta expressão no cenário biblioteconômico do Brasil.

“A ideia da criação da Biblioteca Pública do Amazonas deve-se ao deputado provincial Ramos Ferreira, em 1870, mas somente a 9 de março de 1871 foi ela inaugurada com o nome de Gabinete de Leitura, anexa ao Liceu Amazonense, e acessível apenas a estudantes e professores do estabelecimento. Todavia, foi em 1874, no governo de José Lustosa da Cunha Paranaguá que se deu corpo a fundação de uma biblioteca franqueada ao público em geral. Foi seu primeiro bibliotecário na campanha abolicionista. A fundação da biblioteca causou grande júbilo em toda a população. Por ocasião do ato inaugural, foram concedidas, em sinal de regozijo, duas cartas de alforrias a escravos e negros” (5). Este fato, altamente contributivo para a história da Biblioteconomia nacional, é mais uma página emocionante nos fatos do movimento que visou a libertação do elemento servil em nossa terra.

Nas demais bibliotecas que tivemos o ensejo de visitar, se não nos foi dado observar normas biblioteconômicas modernas, vimos, contudo, acervos valiosos sob a guarda de bibliotecários que honram a tradição de cultura do nosso povo.

Já em viagem de regresso, visitamos, mais uma vez, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde tivemos o ensejo de entabular com cordial palestra com os Srs. Josué Montello e Antônio Caetano Dias, respectivamente diretor daquela instituição e orientador do Curso de Biblioteconomia mantido pelo mesmo estabelecimento. Essa visita nos proporcionou a oportunidade da troca de novas ideias para o futuro e mais intenso intercâmbio entre bibliotecários cariocas e paulistas. O primeiro passo nesse trabalho de amistosa colaboração foi a gentil oferta de publicações e programas de novos cursos organizados pelo Sr. Antônio Caetano Dias.

A série de visitas às bibliotecas do Norte e do Nordeste do Brasil, além de agradável, foi sumamente útil pela oportunidade que tivemos de conhecer pessoalmente os colegas daqueles setores do país. Isso facilitará a tarefa que temos como representante brasileira da “Comissão Internacional de Processos Técnicos” criada durante a 1ª Assembleia de Bibliotecários das Américas (6), e cuja principal finalidade é difundir no Brasil os princípios biblioteconômicos, que aproximando bibliotecários de todos os quadrantes do país, graças a uma intensa e bem orientada colaboração, os unificará no mesmo espírito de brasilidade indispensável à manutenção e ao engrandecimento da integridade nacional.



BIBLIOTECAS DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO E O MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO DA CAPITAL PAULISTA¹⁶¹

Dorothy M. Gropp

Tenho grande prazer em falar esta tarde sobre assunto de interesse especial para mim, bibliotecária. Durante muito tempo, talvez demasiado em vista dos resultados obtidos, reuni material para esta conferência. Embora tenha sido o contato com as bibliotecas e o seu pessoal no Brasil, que me levou a tratar deste assunto, muitos anos se passaram desde a minha estadia naquele país; e, podemos dizê-lo, foram nestes últimos 10 anos que teve as suas origens o verdadeiro movimento bibliotecário, com resultados em minhas investigações pessoais e o conhecimento da situação anterior não bastam para apreciação das suas tendências.

Nos meus esforços a fim de obter informações recentes, deparamos com dificuldades que devem desaparecer à medida que se desenvolva a “ideia” bibliotecária no Brasil: refiro-me à falta de dados sobre as suas bibliotecas, livrarias, seus movimentos culturais, seus autores e grupos literários e, sobretudo que se acha intimamente liga-

¹⁶¹ Texto originalmente publicado na Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n. 68, p. 205-224, jul. 1940.

do às bibliotecas e ao movimento bibliotecário.

Quando começamos a organizar esse trabalho, pensamos em dividi-lo da seguinte maneira:

a) Descrição das várias bibliotecas principalmente as de São Paulo, e dentre estas, a Biblioteca Pública Municipal e a do Mackenzie College.

b) Descrição do programa bibliotecário, tal como se materializou nestes últimos anos em São Paulo.

c) Referência das várias relações do estrangeiro com o Brasil e vice-versa, as quais influem direta ou indiretamente na formação do seu programa moderno de bibliotecas.

Parece-me, porém, que devo começar pelo último ponto de maneira a mostrar a origem e necessidade de parte do atual programa de bibliotecas no Brasil.

Estamos, nos Estados Unidos muito mal informados sobre as bibliotecas no Brasil, - o que não é de surpreender, por serem escassos os nossos conhecimentos sobre quase tudo o que diz respeito aquele país. Esse fato se explica por não existir trabalho sistemático de informações e porque, em geral, não temos desenvolvido uma cooperação com as bibliotecas e livrarias do Brasil a ponto de tornarem esses contatos conhecidos num país como o nosso, de grandes recursos de publicidade.

Existem vários centros bibliotecários, culturais e científicos, muitos deles nos Estados Unidos e no Brasil, que estão cada vez mais interessados naquilo que antes era um fim secundário e hoje é o principal: o intercâmbio de livros.

Esse interesse - é desnecessário dizer-lo - acabará por fomentar, dentro do Brasil, um acurado exame do futuro de suas bibliotecas, assim como contribuirá para que as bibliotecas norte-americanas estabeleçam relações regulares com o Brasil e outras Repúblicas Lati-

no-Americanas, tornando acessíveis os seus recursos bibliotecários, como se dá entre os vários Estados da União norte-americana.

Onde podem começar com êxito essas atividades é na “International Conference of American States” junto do seu órgão permanente a “Pan-Americana Union”. Na “Columbus Memorial Library”, da União Pan-Americana em Washington, existe uma coleção de 98.000 volumes consagrada ao Brasil. O seu “Pan American Rookshelf (1), destina-se a tornar mais conhecida a literatura das Repúblicas Americanas, representadas por suas obras recentes e periódicas, cuja bibliografia é uma expressão do crescente interesse da bibliografia sul-americana. Começando com o v. 2, n. 1, de janeiro de 1939, a lista dos livros é organizada por país; de julho de 1939 em diante, por assunto. No número de janeiro de 1939 e nos seguintes, há uma secção de notas sobre Bibliografia, Biblioteconomia, Bibliotecas e Arquivos, e notícias sobre ações e associações interessadas no movimento bibliotecário.

A Conferência Internacional dos Países Americanos, na sua reunião de 1936, em Buenos Aires, apresentou, entre outros projetos (2), a criação na Biblioteca Nacional, ou em outra oficial de cada país, uma secção reservada a trabalhos dos outros países e governos; enviando a cada um deles uma coleção de livros sobre as ideias de seus homens de letras e seus cientistas, assim como as publicações oficiais. Na sua reunião de 1938, em Lima, Peru, outra vez se recomendou (3), que todos os documentos oficiais ou quaisquer outros trabalhos publicados pelos governos fossem retidos à Biblioteca Nacional de cada país; que fossem modificadas as leis para facilitar a importação de livros, revistas e outros materiais impressos, e tomadas providências no sentido de estabelecer um serviço interamericano para aquisição de livros e outros materiais bibliográficos. Estas e outras propostas não podem nunca se realizarem sem uma revisão radical da atual organização bibliotecária de muitos países da América Latina.

Na primeira “American Conference of National Committee of Intellectual Cooperation”, que teve lugar em Santiago, Chile, em janeiro de 1839, foi apresentada, entre outra proposta (4), a de serem quanto possível removidas as dificuldades para o comércio de livros, criadas por questões cambiais, direitos alfandegários ou regulamentos postais. São estes alguns dos grandes obstáculos, que impedem uma passagem fácil do livro da América do Norte para América do Sul, como desta para aquela.

A “American Association of University Women” tem uma bolsa de estudos de \$1. 500.00 que, em 1930-31 foi concedida a Adelpha da Silva Rodrigues (agora Sra. Figueiredo), que cursou a secção de Ciências Biblioteconômicas da Universidade de Columbia e regressou ao seu país para assumir um lugar de influência no desenvolvimento do programa bibliotecário. Cabe-lhe a honra de ser a primeira bibliotecária diplomada de sua terra.

A primeira “Pan American Conference of Municipalities”, que se realizou em Havana, durante o ano de 1938, adotou igualmente uma decisão (5) favorecendo o desenvolvimento das bibliotecas municipais nas três Américas, com intuito de estimular o gosto pela leitura.

A “Inter-American Bibliographic and Library Association” tem como finalidade promover trabalhos bibliográficos interamericanos. Uma das contribuições para o programa da segunda reunião dessa sociedade, que teve lugar em Washington, durante o mês de fevereiro de 1939, foi a de Adelpha de Figueiredo sobre “A literatura para crianças no Brasil” (6). Eis, um pequeno resumo, desse trabalho.

A Sra. Figueiredo conta que a literatura para crianças no Brasil veio de Portugal, da mãe pátria, mas que a primeira, original desse país, era de origem africana, pois as mães pretas divertiam os pequenos contando e recontando histórias do seu país, e geralmente tristes. Apareceram elas assim, contadas, não escritas, mas a sua influência

pode ser observada na mais moderna literatura brasileira. Aliás, no século XIX havia muito pouca literatura nacional para crianças no Brasil, se bem que não faltassem traduções de Andersen, Grimm, Burger, Swift, Defoe, Cervantes, Contos árabes, assim como os dos franceses, Condessa de Segur e Júlio Verne. No século XIX começaram a aparecer os autores nacionais, como José Bento Monteiro Lobato e Tales Castanho de Andrade, que escrevem para o prazer das crianças e pensando nelas. Na relação que acompanha esse estudo de bibliografia infantil brasileira, a autora dá 210 títulos de 103 autores, ou seja, $\frac{3}{4}$ dos escritores deste século.

Para completar a digressão desejo citar um trabalho que a Sr. Figueiredo leu perante a “Associação Brasileira de Educação”, no Rio de Janeiro, em setembro de 1934, sob o título “Por que uma biblioteca pública infantil?” (7), no qual atribui a pobreza da literatura para as crianças no Brasil não a falta de pendor das crianças para a leitura, nem a um desinteresse dos autores em escrever para elas; nem tão pouco ao custo desses livros ou a dificuldades dos editores ou livreiros, mas, antes ao fato de que os educadores, e necessariamente os bibliotecários foram muito vagarosos em reconhecer o valor da literatura infantil e por consequência, em recomendar a produção e uso.

Outro fator que veio aumentar o interesse pelas bibliotecas encontra-se no movimento educacional no Brasil: as bibliotecas são elemento auxiliar na educação. Stephan Dugan, diretor do “Institute of International Education” refere-se ao imenso interesse que despertaram no Brasil as novas teorias educacionais e atuais práticas da escola elementar. Esse interesse, na sua nomenclatura, lembra frequentemente a influência das teorias e práticas dos Estados Unidos. Um ligeiro exame de lista recente (8) das publicações do Brasil em matéria de educação, demonstra o predomínio de assuntos como ensino de Sociologia no curso secundário; a escola rural brasileira; problemas de educação secundária no Rio de Janeiro; o método projetivo apli-

cado à educação religiosa; escolas ao ar livre; lanches para as crianças; o método de teste na educação religiosa; leitura, testes escritos usados no Brasil; a escola rural experimental; crianças abandonadas e delinquentes; proteção da criança; psicologia infantil; crescimento e adolescência; construção de escolas secundárias; educação para a democracia; psicologia aplicada à escola, entre tantos outros.

Qualquer progresso em relação às finalidades da escola envolve conseqüentemente a necessidade de livros e outras fontes de material, os quais por sua vez sugerem a biblioteca bem organizada. No “Serviço de Psicologia Aplicada”, sob a direção de Noemi Silveira (agora Sra. Noemi Silveira Rodolfer), a sua bibliotecária teve de fazer um curso prático de Biblioteconomia de seis meses na Escola do Mackenzie College (10).

O Departamento de Estados dos Estados Unidos empreendeu há dois anos uma política de desenvolvimento das relações culturais com outros países, e em particular com as Repúblicas latino-americanas. Para esse fim, criou a Divisão de Relações Culturais, chamando, para dirigi-la, o Dr. Ben M. Cherrington. O objetivo primordial dessa divisão é um intercâmbio de estudantes e professores, troca de informações sobre livros, e em geral, de ideias culturais. Para atingir essa finalidade, realizaram-se duas conferências em novembro de 1939, uma sobre Música e Educação, e a outra sobre Livros e Bibliotecas. Representantes de instituições e sociedades culturais foram convidados a participar ativamente dessas conferências e cooperar para o seu êxito.

A 13 de janeiro de 1938 (11), foi inaugurado no Rio de Janeiro, perante numerosa assistência, o “Instituto Brasil-Estados Unidos”, para combater a propaganda anti-Estados Unidos que transparece sutilmente de instituições culturais europeias. Propõe-se à nova instituição, desenvolver a cooperação intelectual entre o Brasil e os Estados Unidos, incluindo entre seus objetivos a instalação de uma biblioteca

de livros norte-americanos, acessível ao público (12). Esse instituto já realizou parte do programa, tendo recebido cerca de 2.000 livros que foram expostos na Capital da República.

Em 22 de outubro de 1938 fundou-se a “São Paulo União Cultural Brasil-Estados Unidos”, que tem como seu primeiro presidente (13) o professor A. G. Pacheco.

A “American-Brazilian Association, Inc.” (14), fundada em 1927 com sua sede principal no “International Building, Rockefeller Center N.Y.”, destina-se a promover o intercâmbio cultural mais prático e um melhor conhecimento entre brasileiros e americanos, facilitando as viagens entre os dois países. Essa instituição publica uma revista mensal, “Brazil” e o “News Bulletin”.

Um grupo de estudiosos e interessados em questões latino-americanas promoveu uma conferência em Nova York, em 25 de abril de 1935, e, nessa reunião criou o “Committee on Latin American Council of Learned Societies” e mais tarde também da “Rockefeller Foundation”, iniciou a publicação de uma bibliografia anual, o “Handbook of Latin-American Studies”. Ela procura registrar com notas críticas informativas, as publicações importantes do ano anterior em cada um dos países latino-americanos. Explicando um artigo especial do volume de 1937, intitulado “Selected list of book dealer in the Americas” (15), o editor cita a declaração do Sr. Cordell Hull, de que os “os livros, jornais e revistas deste país tem uma circulação muito reduzida nas outras Repúblicas Americanas; que dificuldade de toda sorte impede a livre circulação de publicações similares procedentes das nações americanas de língua espanhola e portuguesa...” O editor, depois de afirmar ser a lista de livreiros nas Américas uma tentativa para remediar a situação pela publicação dos nomes dos livreiros na América Latina, concluiu que, “as condições estão melhorando lentamente e se pode esperar que o manual anual, demonstrando sempre o crescente produto intelectual da América Latina, estimule o indiví-

duo e as instituições bibliotecárias a criar as suas coleções”.

A Fundação Rockefeller tem frequentemente evidenciado o seu interesse nas relações culturais com a América Latina, auxiliando eficazmente com contribuições financeiras. Ainda há pouco, concedeu a “American Library Association” um auxílio de \$ 30.000, por um período de três anos, a fim de ser usado pelo seu “Committee on Library Cooperation with Latin América” para investigar e desenvolver o programa bibliotecário da América Latina. No último verão reservou outro auxílio com o objetivo de trazer o Dr. Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, para estudar a nossa organização bibliotecária em uma viagem de três meses nos Estados Unidos. O bibliotecário de uma grande biblioteca pública municipal visada por esse paulista, declarou tratar-se de pessoa realmente interessante, o mais dinâmico entre todos os observadores estrangeiros que teve aquela biblioteca, um excelente embaixador do Brasil, e muito bem escolhido para observar e levar ao seu país as ideias Americanas no assunto.

A “American Library Association” vem se interessando há muito tempo pelas bibliotecas dos países sul-americanos (16). Em várias atividades isoladas até 1920, cristalizou-se esse sentimento, criando-se um comitê especial “American Library Association” destinado a traçar um programa e executá-lo. Na reorganização desse comitê, em 1931 em que tornou o nome de “Committee on Library Cooperation with Latin América”, foram designadas as suas funções: “servir como intermediário para troca de informações, conselhos e assistências entre as organizações bibliotecárias dos Estados Unidos e Canadá” e, com suas congêneres da América Latina; promover a troca de livros e revistas por doação, venda ou assinatura; e cooperar com o “Committee on International Relations of the American Library Association”. É também do interesse daquele comitê traduzir para o espanhol ou português os manuais de Biblioteconomia, facilitar, por meio de bol-

sas de estudos, a vinda de estudante latino-americano aos Estados Unidos, para cursar nossas Escolas de Biblioteconomia, viajar e observar no país o que lhes possam interessar.

Não podemos deixar de referir-nos algumas bibliotecas do Brasil, começando naturalmente pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a qual teve suas origens (17) na chegada, em 1807 àquela cidade, D. João VI, príncipe regente de Portugal que fugir à revolução em seu país. Deixando Portugal entregue a sua mãe, a Rainha, Dom João VI trouxe os arquivos, tesouros e os mais preciosos bens da Coroa Real. Livros e estudos eram raros no Brasil antes da vinda da corte de Portugal, mas, em 1814, logo depois de sua chegada, o príncipe abriu ao público a Real Biblioteca do Palácio da Ajuda, com 60.000 volumes (18). Foi instalada no hospital dos Terceiros do Carmo, na rua Detrás do Carmo, e aos cuidados de Joaquim Damasco e José Viegas. O Sr. Louis Agassiz e Senhora, os naturalistas, na sua excursão ao Brasil em 1865 (19), referem-se à Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro. Assim também Herbert Smith (20), visitando o Rio em 1876, elogiou a Biblioteca Nacional “com seus 120.000 volumes impressos e grande quantidade de valiosos manuscritos, uma biblioteca que honraria qualquer cidade dos Estados Unidos. Franqueada ao público de dia e à tarde, a sua sala de leitura está quase sempre cheia de estudantes ou pesquisadores”. Ele menciona especialmente manuscritos, relíquias dos antigos conventos de jesuítas e das casas missionárias.

Hoje a Biblioteca Nacional, está instalada num rico edifício de granito e mármore, de quatro pavimentos além do térreo, na extremidade sul da Avenida Rio Branco (21). A sua coleção de livros impressos atinge mais de 500.000 volumes, além de numerosos manuscritos, especialmente sobre a América do Sul. Entre os seus tesouros contam-se uma das bíblias latinas originais impressas por Gutenberg na sua prensa e das quais apenas três outros exemplares são conhecidos (22).

Entre outras bibliotecas do Rio de Janeiro (24), destacam-se a da Marinha, a do Museu Nacional, a do Clube Literário Português, a Biblioteca Fluminense, a do Convento dos Beneditinos e a Biblioteca Municipal, esta, com cerca de 60.000 volumes. O Colégio Bennett e a Escola Metodista tem também as suas bibliotecas bem organizadas.

O célebre Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos perto do Rio de Janeiro, e que deve o nome brasileiro insigne que foi seu diretor durante muitos anos, e teve a honra de banir a febre amarela da capital do país, dispõe também de uma biblioteca moderna, luzida como um de seus laboratórios, com modernas estantes de aço, devidamente protegidas contra os insetos dos livros. É uma coleção altamente especializada e constituída, sobretudo, de revistas, periódicos, brochuras, recortes, excertos, cuidadosamente organizados de maneira a atender as consultas.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que celebrou o seu centenário (24) em 1938 possui talvez a melhor coleção de mapas no país (3.000 mapas), tendo a sua biblioteca 80.000 volumes e 50.000 manuscritos, sistematicamente catalogados.

Esse Instituto é uma das mais antigas sociedades eruditas da América do Sul. Durante meio século foi seu protetor D. Pedro II, o segundo imperador do Brasil, neto de D. João, rei de Portugal. D. Pedro presidiu muitas sessões e sempre muito estimulou os seus trabalhos. Fez ao Instituto valiosas doações de obras, manuscritos e outros trabalhos de inestimável valor, de sua coleção particular.

Por ocasião de sua morte, em 1891, em Paris, onde se achava exilado desde a abdicação ao trono do Brasil, D. Pedro II segundo fez ao Instituto outra doação de sua biblioteca particular, uma coleção de ilustrações, retratos históricos, gravuras, fotografias, mapas antigos, e um sem número de panfletos e brochuras, além de uma coleção completa conhecida pelo nome de “Coleção Teresa Cristina” em honra de sua senhora, a Imperatriz.

“Possui também o Instituto muitas outras coleções, tanto de livros quanto de autógrafos, pertencentes originalmente a bibliotecas ou arquivos de brasileiros notáveis, que as presentearam à Instituição”. A sua bibliotecária é a senhora Lúcia Furquim Lahmeyer, e secretário perpétuo o Sr. Max Fleuiss.

A Associação Brasileira de Educação, no Distrito Federal, tem uma biblioteca especializada. Lourenço Filho é o diretor da Associação.

Antes de 1937, a Universidade Nacional se compunha de escolas esparsas, entre as quais a Faculdade de Direito, fundada em 1891; de Medicina, criada em 1909, atualmente com uma biblioteca de 51.707 volumes; a Escola Politécnica, que data de 1815 e cuja biblioteca dispõe de um acervo de 6.000 volumes; e duas outras escolas, incorporadas todas à Universidade do Rio de Janeiro. Na reforma do plano universitário, em 1937, o Governo Federal criou a universidade do Brasil, em que se integraram três faculdades e cinco escolas (25), e que absorveu a antiga Universidade do Rio de Janeiro. A nova Universidade será construída e instalada, com todos os seus institutos, na Quinta da Boa Vista, onde teve sua residência D. Pedro II e que abrigou mais tarde o Museu Nacional. As bibliotecas e seus objetivos, em conformidade com esse programa educacional a ser executado, oferecem felizes perspectivas.

As instituições de ensino superior em São Paulo, a segunda cidade do Brasil, passaram também por uma reorganização, em 1934, modelada em suas linhas gerais pelo mesmo plano da Universidade do Brasil (26). Havia anteriormente várias faculdades como partes de uma universidade a organizar-se. A nova Universidade integra outras escolas e colégios, além de ter a cooperação de vários institutos, como o Instituto Biológico, o de Higiene, o Instituto Butantã, etc., ao todo umas dez instituições de pesquisas científicas.

Esses departamentos de Universidade e seus institutos anexos

tem as suas bibliotecas especializadas, em geral, antigas. Em 1937 o governo francês fez à Universidade uma doação de Frs. 1.200.000 (27) em livros.

A biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo tem uma coleção excepcional em Direito e leis sul-americanas, especialmente do Brasil. Em 1935 o seu acervo elevava-se a 50.000 volumes, além de uma boa coleção de revistas e jornais (28). Nesse mesmo ano, assim como a Faculdade, mudou-se a biblioteca para o edifício novo. Além de estantes de aço fechadas, há duas salas de trabalho, quatro gabinetes de estudos, e uma sala de desinfecção e encadernação. A sala de leitura tem acomodação para 150 leitores.

Em 1884 apareceu o primeiro catálogo dessa biblioteca, cujas origens são um tanto obscuras (29). Em 1920, de acordo com o catálogo do Dr. Spencer Vampré, havia 33.325 volumes encadernados que, acrescidos de 300, em média, por ano, por aquisição, e de outros por doação e intercâmbio, já se elevavam a 46.000, em 1933. O centenário dessa biblioteca foi celebrado em 1925. O trabalho para reorganizar a biblioteca pela classificação decimal, segundo a sugestão do Dr. Vampré em 1925, só começou quando o Dr. Sérgio Milliet da Costa e Silva (30) foi nomeado seu diretor técnico. Os seus fichários compreendem a catalogação analítica de revistas, nacionais e estrangeiras, da jurisprudência brasileira dos periódicos literários e recortes de jornais.

A biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo foi fundada pelo mesmo decreto que criou essa escola. Acha-se instalada em uma aula do edifício novo, concluído desde 1931. As estantes de aço e o mobiliário moderno oferecem um aspecto atraente. O catálogo não está ainda terminado, mas o “Index Medicus”, na sala de leitura, supre em parte essa falta, tanto mais quanto seu acervo se compõe em grande parte de revistas recebidas e calculadas em mais de 300 por ano. Figuram, ao todo nessa biblioteca cerca de 10.000 revistas encadernados e livros (31).

Em 1935 (32), o Dr. Geraldo de Paula Souza diretor do Instituto de Higiene, e professor da Faculdade de Medicina, convidou a Sra. Figueiredo para organizar a biblioteca da Faculdade, principalmente na parte técnica do catálogo e para aconselhar e assistir na parte administrativa. O seu primeiro assistente, incumbido de classificação, é um médico. A catalogação propriamente é feita por outros quatro assistentes, sobre sua orientação. Além dos livros, catalogam-se também artigos de revista ainda não inseridos no “Index Medicus”.

A biblioteca da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo foi fundada em 1894. A sua coleção em 1935 atingia acerca de 16.000 volumes, excluindo obras não catalogadas, e se compõe principalmente de trabalhos científicos e técnicos em arquitetura. Em 1935 estava sendo planejado o novo prédio para a escola, e a biblioteca que se reorganizava para as suas novas acomodações. Os seus catálogos são de autor e de título (33).

A biblioteca do Instituto de Higiene da Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado de São Paulo tem suas origens na criação do laboratório de Higiene anexo à Faculdade de Medicina em 1918 e mantido, conjuntamente, até 1924 pelo “Internacional Health Board of the Rockefeller Foundation” e pelo Estado de São Paulo. Desde 1924, em que foi adotado o seu nome atual, vem sendo mantido principalmente pelo Estado. Trata-se, é claro, de uma das bibliotecas especializadas, que, servindo ao pessoal do Instituto e estudantes da Escola, é também facultada ao público (34).

Em 1935 esse Instituto mudou-se para local moderno, com salas especiais e excelente mobiliário para sua biblioteca. O bibliotecário fez o curso especializado dirigido pela Biblioteca Pública Municipal de São Paulo. A sua coleção de livros encadernados ultrapassa 1500 volumes (35), mas a parte mais consultada é a dos periódicos.

O Mackenzie College em São Paulo data de 1870, com a fundação da escola Americana, para o curso elementar. Em 1880 foi-lhe

acrescentada a escola secundária. 1886, separados esses dois cursos, apareceu o Mackenzie College of the University of the State of New York, com orientação e regulamentos daquela universidade. Em 1921, a orientação do Mackenzie College, com suas várias secções, passou para a jurisdição do Conselho Superior de Educação do Brasil, e por volta de 1927, a Universidade de Nova York tornou-o autônomo.

Hoje o Mackenzie College mantém Jardim de Infância e escola primária; cursos ginásial; curso normal; curso inferior de preparatório e comércio; escola de comércio; cursos pré-acadêmicos, e as escolas de Engenharia e Química. A Escola de Engenharia, fiscalizada pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro (hoje Universidade do Brasil), é reconhecida pela universidade de estado de Nova York. Os diplomas conferidos pelas suas várias escolas e cursos são reconhecidos no Brasil e os do “Mackenzie Syndicate”, pelo Estado de Nova York e outros países (36).

Para a Biblioteca do Mackenzie, que data de 1886, só em 1923 começou-se a construir o prédio, que terminou em 1926 e recebeu então o nome de Biblioteca George Alexander, em homenagem a um benfeitor daquela escola. Além de servir aos alunos e professores, é também franqueada ao público mediante pequena taxa de matrícula. A coleção atinge cerca de 15.000 volumes, sem contar mais de 100 revistas e jornais e a coleção de desenhos de arquitetura.

“O Mackenzie College, diz um escritor brasileiro (37), é um estabelecimento modelo no Brasil. É o ápice do sistema educacional organizado pelos Presbiterianos no Brasil senão talvez dos estabelecimentos educacionais estrangeiros na América Latina”. Tendo sido pioneiro de muitas ideias e práticas modernas de educação no Brasil, o Mackenzie quis também introduzir na sua instituição ideias e práticas modernas de Biblioteconomia e, em 1929, três anos depois da instalação de sua biblioteca no prédio novo, os administradores do Mackenzie mandaram vir uma bibliotecária diplomada dos Esta-

dos Unidos. Além dos trabalhos de reorganização, que nos primeiros anos consistiram na recatálogo, reclassificação e introdução de processos novos no catálogo e na localização dos livros, aquela bibliotecária deu um Curso Elementar de Biblioteconomia, seguido principalmente pelo pessoal da biblioteca e professores da instituição, e por alguns bibliotecários de outras instituições de São Paulo. A presença destes foi uma prova do interesse que esse curso despertou nos meios profissionais daquela cidade. Uma segunda série do curso de Biblioteconomia foi dada sobre os auspícios do Instituto de Educação - um grupo de educadores interessados em promover teorias e práticas modernas de educação.

A bibliotecária efetiva da biblioteca George Alexander, brasileira de larga educação, obteve uma bolsa de estudos (A. A. U. W.) durante 1930-31, como já tive ocasião de dizer, e cursou a “Columbia University School on Library Science”, voltando para o Mackenzie onde reassumiu o seu cargo. A sua influência ampliou-se ultimamente no mundo bibliotecário de São Paulo e culminou com a sua nomeação para Chefe da Catalogação da Biblioteca Municipal de São Paulo.

Desde então tornou-se um fator preponderante no atual movimento bibliotecário.

A Biblioteca Pública Municipal de São Paulo foi fundada no dia 14 de janeiro de 1925, pela Prefeitura de São Paulo. Em 1938 contava 67.277 volumes, mais uma coleção de 40.000 de outra biblioteca que nela se incorporou. Além disso, possui muitos mapas e cartas, manuscritos e peças iconográficas, jornais e revistas, no total de cerca de 80.000 unidades; códigos valiosos; uma coleção de aquarelas de arte decorativa em motivos tirados da vida brasileira, por Theodoro Braga; algumas raras edições “princeps” e outras obras de interesse especial para a Bibliofilia e Bibliografia. A referida coleção de 40.000 volumes veio da Biblioteca Pública do Estado que foi, pelo decreto

2.839, art.5, de 5 de janeiro de 1937, fundida com a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo.

A antiga Biblioteca do Estado se constituía basicamente de grandes e ricas coleções, adquiridas por doação ou compra. Data de 1895 com uma coleção de 60.000 volumes (sic), cuidadosamente escolhido por Jerônimo Azevedo, então bibliotecário, e adquiridos em parte na Europa. Devido à falta de espaço no local em que estava instalada, não pode infelizmente catalogar uma rica coleção de 19.000 volumes, doada pelo Barão Homem de Melo.

Essas duas bibliotecas, fundidas já por lei, serão realmente unidas quando a Biblioteca Pública Municipal se transferir para o seu prédio novo, ainda em construção, que ocupará um terreno de dois acres mais ou menos, bem próximos do centro e cujo custo será \$400.000, com uma capacidade de 500.000 volumes (39).

Em 1935 o programa cultural do Estado de São Paulo foi largamente desenvolvido. A cidade de São Paulo também foi muito ativa na reorganização de seus serviços nesse setor. A Prefeitura criou o Departamento de Cultura do Município da Capital e nomeou para dirigir a Divisão de Bibliotecas, a que está subordinada a Biblioteca Pública Municipal, o doutor Rubens Borba Alves de Moraes, em cujo programa se encontra a semente de todo o movimento bibliotecário nessa parte do Brasil. São os seguintes os pontos capitais do plano traçado pela divisão de bibliotecas:

1. Construção de um moderno edifício para a Biblioteca Pública Municipal, cuja as obras vão já bem adiantadas.

2. A criação de uma verdadeira Biblioteca Infantil, que já está funcionando, e que será, porém, definitivamente instalada, com cinema e mobiliário especial, no prédio da Biblioteca Pública Municipal.

3. A criação de Bibliotecas de Jardim, em parte em funciona-

mento normal por meio de seu automóvel-biblioteca, que faz parada regular em duas praças daquela cidade.

4. A criação de bibliotecas de bairro, para cuja instalação foram tomadas as providências necessárias.

5. A função da Biblioteca Pública do Estado com a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, e que já foi decretada.

6. A criação de uma Escola de Biblioteconomia, na qual São Paulo possa preparar os seus jovens para a profissão de bibliotecários.

7. Legislação bibliotecária especial.

A Escola de Biblioteconomia foi organizada e começou imediatamente a funcionar, com dois professores e um secretário. A senhora Figueiredo foi convidada para cadeira técnica de Catalogação e Classificação. O diretor da Biblioteca Municipal, que o é também da Escola de Biblioteconomia, ficou com as cadeiras de História do Livro e Bibliografia. Em maio de 1937 havia 215 estudantes matriculados, dos quais 72 tinham já feito a cadeira de Catalogação e Classificação. Em maio de 1939 a escola graduou 65 bibliotecários.

Sobre a legislação especial para bibliotecas, – parte do programa do doutor Rubens Borba Alves de Moraes, – também já se obteve uma vitória com a Lei Estadual que abrange as bibliotecas do Estado e do Município da Capital. Essa lei criou o Conselho Bibliotecário do Estado, cuja finalidade é coordenar o trabalho das bibliotecas estaduais e municipais. Esse conselho se compõe de cinco membros:

1. O diretor de uma das bibliotecas universitárias do Estado;
2. O representante da Secretaria de Educação;
3. O bibliotecário de um dos institutos especializados do Estado;
4. O chefe da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura;
5. Representante do Departamento de Cultura.

Tem o Conselho ainda outros objetivos, tais como organizar o “catálogo coletivo” de todas as bibliotecas existentes do Estado, inclusive os particulares dispostas a colaborar nessa obra importantíssima de uma completa bibliografia local. Para a feitura desse catálogo que será instrumento de valor inestimável no país e no estrangeiro, e no intuito de torná-lo uniforme, como é necessário, foram adotadas as regras de catalogação publicadas pela “American Library Association”.

A legislação do Estado estabelece também que a profissão de bibliotecário não pode ser exercida senão por aquele que tenha o Curso de Biblioteconomia. São estas as exigências da lei:

1. Certidão de nascimento.
2. Carteira de eleitor.
3. Caderneta de reservista ou prova de que está quite com o Serviço Militar.
4. Atestado de que o candidato não sofre de moléstia contagiosa e está em condições físicas de exercer suas funções.
5. Apresentação do diploma de uma Escola de Biblioteconomia reconhecida.
6. Provas de concurso, que se fará sempre que houver mais de um candidato e constante das seguintes matérias:
 - a) Organização e administração de bibliotecas (valor) “25%”
 - b) Catalogação e classificação “25%”
 - c) História do livro “20%”
 - d) Francês “15%”
 - e) Inglês ou alemão “10%”
 - f) Datilografia “5%”

Se for preciso estabelecer precedência entre um e outro candidato, cujo os exames tenham sido iguais, será levado em conta o seguinte:

1. Títulos de educação universitária.
2. Publicações em matéria de Biblioteconomia.
3. Número de línguas em que é versado candidato.

De acordo com o programa traçado pela Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura, e segundo a legislação bibliotecária do Estado, a Biblioteca Pública Municipal de São Paulo deu início à modernização de seus serviços técnicos, como catalogação e classificação, tendo convidado em 1935, para dirigi-los, D. Adelpha da Silva Rodrigues de Figueiredo. Essa Biblioteca, que constitui a sede da divisão, tem sob sua orientação, as demais bibliotecas públicas do Estado (40 e 41) e procura uniformizar em todas, o mais rapidamente possível, os processos de catalogação, de maneira a possibilitar a sua cooperação no catálogo coletivo projetado.

A Associação Paulista de Bibliotecários está compilando uma terminologia biblioteconômica e um manual de regras de catalogação para a língua portuguesa. O Instituto do Livro é outro órgão destinado a estimular os trabalhos bibliográficos naquele país.

Depois desse apanhado sobre as ideias biblioteconômicas dominantes do momento, a mais ampla e digna dos maiores louvores, e para que se possa avaliar o processo alcançado, seja-me permitida uma palavra sobre as características das bibliotecas antigas do Brasil. A sua organização era toda inspirada nos processos europeus. Os livros alinhavam-se nas prateleiras de acordo com formato, visando principalmente dá uma aparência agradável ao arranjo. Assim, eram remunerados de tal forma que, uma vez colocados na prateleira, não podia mudar de lugar sem que se modificasse o número de ordem tanto no livro como nas fichas correspondentes. As verbas para aquisição de livros não eram certas. Não se adquiriram para as bibliotecas de institutos de educação ou de pesquisas científicas, senão obras de necessidade premente, enquanto as bibliotecas públicas ficavam completamente esquecidas. A Biblioteca Pública do Estado confessou

certa vez que, praticamente, “não tinha comprado um livro durante trinta anos”, e que as entradas novas eram quase todas por doação. Livro de leitura para criança não havia nenhum.

Para um estudante que frequenta a Biblioteca, o catálogo por autores é o bastante, tão conhecida lhe é a bibliografia de seu campo de estudos. Mas, para uma pessoa que procura conhecer um dado assunto não basta este instrumento, nem um catálogo sistemático, pois, em nenhum destes casos poderia guiar-se satisfatoriamente. O moderno catálogo dicionário, apesar de suas deficiências, é muito superior.

Segundo escreve Philip Means (42) em “ Research experiences um libraries a board and here for the scholar”, “na América Latina as bibliotecas têm em geral boa coleção pessoal, é cortês e solícito, o público frequentador muito comportado, mas os prédios são antigos e inadequados e a deficiência dos catálogos embaraça até o pesquisador”.

Os bibliotecários latino-americanos, comentando (43) as suas necessidades, reconhecem que devem ter uma visão mais ampla do que deve ser uma biblioteca, a sua importância, o seu significado na vida da comunidade, o seu caráter como instituição de valor público e social, e que precisam conhecer melhor a técnica para aquisição de livros, classificação, catalogação e o serviço de empréstimos de uma biblioteca moderna.

Eles desejam aproveitar-se da experiência norte-americana para instalação e organização de suas bibliotecas, tornando-as geralmente ativas. Querem que também em seus países se desenvolva e prepondere a ideia de que a biblioteca tem por finalidade máxima servir o leitor, e não principalmente preservar o livro. Eles precisam de nossas publicações sobre técnicas de organização e dos vários serviços de bibliotecas para adultos, crianças cegos e bibliotecas rural, preferivelmente em espanhol ou português.

O governo do país está atento a essas necessidades e foi para removê-las em parte que se criou o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo. Das quatro divisões de que se constitui esse Departamento, duas se relacionam diretamente com livros e documentos: a de Biblioteca e a de Documentação Histórica e Social.

O objetivo do desenvolvimento bibliotecário é social, primeiramente local, nacional, em seguida internacional na medida de seus recursos. Sob esse último aspecto, parece-nos interessante concluir esta conferência com o relato do que as bibliotecas da América do Norte pretendem das sul-americanas e das necessidades que manifestam e que podem, na minha opinião, ser resolvidas pelos bibliotecários:

“Todos nós queremos os seus livros e periódicos”.

“Precisamos de maiores e melhores coleções de livros latino-americanos. Queremos informações sobre suas publicações logo que apareçam. Precisamos de listas correntes e bibliografias de toda espécie, catálogos, lista de documentos e melhor intercâmbio de relações entre institutos e governos...”

“Precisamos de mais informações sobre bibliotecas e arquivos da América Latina e mais facilidades para empréstimos entre as bibliotecas de vários países. Apreciariamos muitas exposições de publicações latino-americanas e das atividades das bibliotecas desses países.”

“Certamente deviam ser traduzidos para o inglês muito mais livros latino-americanos...”

“Queremos oportunidades de estudos, na América Latina, para maior número de nossos bibliotecários, e para todos nós, afim de nos tornarmos, pelas visitas e conferencias, mais familiares.com nossos colegas latino-americano.”

Bibliografia

1. Pan American ROOKSHEL, v. 1, nº 1, March 1938.
2. Groop, A.E. & Ker, Annita. Libraries. (*In Handbook of Latin American Studies*, 1938).
3. Inman, Samuel Guy. Building na Inter-American neighborhood.

(World affairs books, nº 20). Nova York, 1937.

4. Sanders, William. The First American Conference of National Committees on Intellectual Cooperation. (*In Pan American Union Bulletin*, maio de 1939, p. 251).

5. Groop, A.E. & Ker, Annita. Libraries. (*In Handbook of Latin American Studies*, 1938).

6. Relatório da Conferência, 1939.

7. Duggan, Stephen. Latin America. (World affairs books, nº 15). Nova York, 1936.

8. Galarzo, E. & Lourenço Filho. Education. (*In Handbook of Latin American Studies*. 1937).

9. Correspondência de Adhela a D. M. Groop, maio, 1935.

10. Martin, P.A. O Instituto Brasil-Estados Unidos in *Hispanic-American Historical Review*. Maio, 1937).

11. American Library Association. Library relations with America. 1937.

12. Hernandez, Francisco. Bilateral institutes of cultural relations. (*In Pan American Union Bulletin*, julho, 1939).

13. Ware, E.E Study of international relations in the U.S.; survey for 1937. Nova York, 1938

14. Hanbook of Latin American Studies. 1935. Prefacio

15. Ibid. 1037. Introdução.

16. Groop, A. E. Latin American programo f the American Library Association. (in *Handbook of Latin American Studies*, 1937).

17. Fletcher, J.C. & Kidder, D.P. Brazil and Brazilians, Boston, Little Brown, 1857, p.64-66.

18. Walsh, R. Notices of Brazil in VRBR and 1829. London 1830.

19. Agassaiz, Louis. Journey in Brazil. Boston, Houghton, Mifflin, 1893.

20. Smith, Herbert H. Brazil: the Amazonas and the Coast. 1879.

21. Pan American Union. American city series: Rio de Janeiro.
22. Enciclopédia Britânica. 1929.
23. Ibid.
24. Fleiuss, Max. Brazilian historical and geographical institute. (*In* Pan American Union Bulletin, outubro de 1938, p.557- 567).
25. Minerva Jahrbuch der gelehrten Welt. 1936.
26. Inman, Samuel Guy. Latin America. Chicago, Willet, Clark c1937, p. 9.
27. Questionário respondido pela bibliotecária em 1935, em poder da conferencista.
28. A biblioteca da Faculdade. (*In* O Progressista. Faculdade de Direito de São Paulo. Setembro, 1933. Ano I nº 2).
29. Informação de Adhempa Figueiredo. 1935.
30. Ibid
31. Ibid
32. Ibid
33. Ibid
34. Minerva Jahrbuch der gelehrten. Welt. 1936.
35. Informação do Mackenzie College. 1931
36. RODRIGUEZ. Religiões Católicas. (*In* Livro do Centenário)
37. AZEVEDO, Jeronimo. Trabalhos de instalação. São Paulo, 1895.
38. Informações do Dr. Rubens de Moraes e D. Adhempa Figueiredo.
39. Conselho bibliotecário. São Paulo, 1938.
40. Ibid
41. Artigo in Intr-American Bibliographical and Library Association. Relatório (da primeira convenção) 1938, p. 205.
42. Milam, C.H. Some possibilities of library cooperation with Latin America. (*In* Inter-American Bibliographical and Library Associa-

tions. Relatório da segunda convenção, 1938. P.203

43. SHAW, Paul Van Orden Division of Historical Documentation of the Department of Culture of São Paulo. (*In Handbook of Latin American Studis*, 1937).

44. O mesmo da nota.



O PAPEL DA BIBLIOTECA NA EDUCAÇÃO¹⁶²

Adelpha de Figueiredo

O papel da biblioteca na educação é um tema importantíssimo e, por isso mesmo tem sido muito debatido, em muitos dos seus aspectos.

Procuramos abordar, nesta modesta palestra, um aspecto diferente, para o qual entre nós, ainda não atentaram os que se interessam em fazer do homem um ser capaz de ocupar no meio social, o lugar que lhe compete por legado divino. E esse o de usufruir dos bens que o Criador lhe reservou neste mundo, durante a sua curta existência, porém, com o discernimento necessário do que é bom e aproveitável e do que é mau e deve ser afastado de seu caminho.

O homem culto, em sua limitada sabedoria, não hesita em lançar mão de todos os recursos ao seu alcance. E quando nos referimos ao homem culto, queremos tornar claro ainda que o fazemos em sentido geral, referindo-nos a todos aqueles que sendo alfabetizados, tendo seguido um curso secundário, procuram seguir uma atividade profissional liberal, industrial ou comercial; mas, também e muito especialmente àqueles que seguiram ou pretendem seguir uma carreira política, transformando-se em líderes nacionais e

162 Texto originalmente publicado no Boletim da Associação dos Bibliotecários Municipais - BABIM, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 22-39, abr./jun. 1961.

que nessa afã também não hesitam em usar da palavra – esta como instrumento de educação, para fins culturais. Usam-se em todas as suas múltiplas formas, aquelas que o próprio engenho humano nos forneceu. E não é só. Usam também de outros tipos de recursos, tais como comunicações visuais e auditivas, substituindo por vezes a palavra ou o livro.

Não hesitam em definir as bibliotecas como repositórios do conhecimento humano e diários da humanidade, e especificando mais a biblioteca pública, como universidade do povo.

Quando se fala do papel da biblioteca na educação, o que primeiro nos ocorre é apreço a necessidade das bibliotecas, em todos os tipos de escola e das de caráter popular.

Grandes sábios antigos já diziam do valor do livro e, portanto, das bibliotecas, aconselhando um e outros ao povo.

A propósito, vamos repetir o que lemos, ultimamente, na revista “Anhemi” a respeito do livro, dito por um cabalista judaico do século 12:

Faze do livro teu companheiro constante, faze dos armários e das prateleiras que os abrigam, jardins de teu prazer.

Aquece-te neste paraíso, colhe suas frutas, suas rosas, sente o néctar que dali recende. E quando tua alma exaurir-se de satisfação, muda de jardim em jardim, de horta em horta, de paisagem em paisagem, e então, renovar-se-ão teus desejos e tua alma encher-se-á de delicias!

E tal foi o apego dos antigos ao livro, que o acorrentaram aos bancos e púlpitos de suas bibliotecas. Dele fizeram propriedade que se transmita por legados, e do qual o uso era privilegiado de pouquíssimos.

Conta-se mesmo que herdeiros generosos, que eram dados a emprestar seus livros, eram privados, pelos pais, dessa herança que passava àqueles que os guardavam avaramente.

Ora, meus amigos, não estamos mais na idade média, os ociden-

tais já viveram séculos de democracia, já gozaram do uso das grandes bibliotecas, tão ciosamente acumuladas pelos antigos; já apreçoam o “livro para todos”! Já cuidam laboriosamente de transformar as bibliotecas em universidades do povo; de disseminá-las largamente em todas as pátrias, fazendo do livro um instrumento de intercâmbio internacional; agremiações de todos os tipos trabalham nesse sentido.

Entretanto, perguntamos, já atingiu o livro o seu objetivo máximo, a sua verdadeira finalidade de transmitir o conhecimento a todos igualmente? Não e não, responderemos. Já pensastes na proporção da nossa população brasileira que à inteiramente inculta? Já pensastes na população paulista, da qual uma enorme porcentagem jamais pode se educar? Estais lembrados dos campineiros que não frequentam escolas? Que não usam bibliotecas porque não as tem? Porque, se foram alfabetizados, nunca tiveram para seu uso, um livro um pouco mais adiantado que uma cartilha?

E, bem sabemos, há entre nós campanha de alfabetização de adultos, desses adultos que em crianças não tiveram nem meios, nem incentivos para se educarem. E tudo isso por que? Porque em nosso país tudo está por se fazer! Eminentemente brasileiros já disseram muitas vezes que o problema do Brasil reside na falta de instrução, essa instrução que ampara, que ensina a trabalhar e a formar caracteres; essa educação que eleva o nível moral.

Mas, direis, isso não é problema das bibliotecas e dos bibliotecários! E diremos que sim! É problema também dos bibliotecários. Quantas crianças brasileiras, sem falar em adultos, uma vez alfabetizados, abandonam a escola por falta de meios? E há escolas para todos? Se encontrassem o meio de continuar a ler, a estudar, sem ir à escola, muitos o fariam?!

Se classes noturnas, funcionando sob orientação de leitura, que é tarefa de bibliotecários, existissem, nunca mais ouviríamos de pessoas que souberam ler um pouco, porém se esqueceram de falta de

oportunidade.

Bibliotecários, organizai e dirigi – classes pequenas de continuação de leitura orientada!

O professor já ensinou a ler uma boa porção do povo. Cabe a vós a tarefa da “continuação”, muito mais ampla que a da escola primária.

Formai clubes de leituras, onde os sócios sejam orientados em leitura boa, sadia, instrutiva e, onde nada se pague para isso! Começai com grupos pequenos, a exemplo do que tem feito outros países do mundo. Ajudai-vos uns aos outros e tereis concorrido para a educação e elevação cultural e moral dos vossos irmãos menos afortunados! Tereis dito parte da formação da nacionalidade brasileira pois que a educação é para todos e não para alguns!

Há, entretanto, um outro campo educacional em que sereis utilíssimos!

Este é o da formação dos brasileiros novos, aqueles que, por vontade própria escolheram este país como segunda pátria!

Isso também é vossa responsabilidade! Isto é tão importante quanto formar bibliotecas para pesquisas científicas! Não somos contra o movimento que se esboça com tanto vigor no Brasil, o da pesquisa científica! Temos apenas receio que o castelo esteja sendo construído sobre areia! Onde estão as bases formadas pelas massas educadas e me são o sustentáculo dos cientistas que, por essas mesmas massas trabalham? Não nos esqueçamos do verso da medalha – ela também precisa de brilho!

Num país como o nosso, onde o fluxo imigratório é incessante, é nosso dever ir ao encontro dos que chegam, dando-lhe auxílio.

Por que não se usa orientação certa de leitura apropriada ao recém chegado, o esforço do bibliotecário? Porque não ensinar-lhes gratuitamente a nossa língua tão bela, ao invés de absorver, de suas

diferentes línguas, expressões nem sempre muito escolhidas? Porque não contar-lhes a nossa história tão pequena, mas cheia de grandes feitos de heroísmos?

Por que não entregue na luz do nosso civismo e deixá-los a própria mercê, recordando-se de suas pátrias distantes, criando entre nós núcleos estranhos, assimilando, não eles a nossa civilização, mas nós a deles?

Por que não procurar com a nossa célebre hospitalidade, deixar transparecer a heroicidade dos nossos homens, a justeza de nosso caráter, a nossa personalidade?

Não será pondo-os a distância que os transformaremos em brasileiros que a todos abrem os braços, que a todos os acolhem sem protestos, nesta terra onde há lugar e meio de viver para todos!

Vamos ao seu encontro oferecendo, o que temos, oferecendo elementos de nacionalização, antes que as exigências econômicas os obriguem a se naturalizarem sem conhecer a nossa língua, a nossa história, os nossos costumes!

Isto, bibliotecários, vós podeis fazer se formardes e dirigirdes pequenos grupos de estrangeiros que nos desejam conhecer, e que é só o conseguiram por meio de leitura orientada e de contato conosco.

Poderíamos mesmo chegar a manter classes noturnas de nacionalização, com programas bem escolhidos e bem formais, para não penetrarmos no campo das escolas. Se ao iniciarmos esta conversa convosco, nós vos disséssemos que iríamos falar sobre escolas de continuação e nacionalização, como vimos em outros países, direis que esse não era o tema de nossa palestra.

Reservamos, pois para esta noite a seguinte conclusão de nossas palavras: um dos papéis da biblioteca na educação, como elemento que é de integração social, é o exercício de orientação de indivíduos e grupos que desejam e tem o direito de “continuação” dos seus pou-

cos estudos escolares e, também, o de orientação daqueles que estão em processo de nacionalização, sejam, uns e outros, crianças, jovens, adultos ou velhos.

Não nos esqueçamos de que a boa Biblioteconomia, em nossos dias, não é meramente boa disposição para com os que nos procuram para obter informações, mais ainda, ir ao encontro daqueles que não nos procuram.

Nossa obrigação não é apenas satisfazer aos que tem sede de conhecimento, mas despertar essa sede naqueles que ainda não a sentiram.

É grande, pois a nossa tarefa educacional e queira Deus que ela nunca termine, nunca acabe, para podermos continuar na obra da procura da perfeição, tarefa que Deus impôs a todos nós.



A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS ATIVIDADES

Laura Garcia Moreno Russo

1. PASSADO DA BIBLIOTECA

Ao inaugurar em 1926 a biblioteca municipal, como já foi mencionado em minha primeira conferência, foi ela entregue a direção do senhor doutor Eurico de Góis.

Com uma organização condizente com a época quando a Biblioteconomia moderna não tinha penetrado em nosso meio, já a Biblioteca Municipal era uma fonte de luzes para os paulistas.

Nos seus primitivos planos já estavam incluídos muito serviço só agora realizados.

Em muitos aspectos ainda perduram os traçados antigos. Já havia, além das sessões com nomes de livros e revistas de manuscritos e documentação histórica e a realização mais nova da biblioteca atual, que é o serviço de pesquisas bibliográficas, já estavam no programa, só sob o título de notas e indicações bibliográficas.

Ao abrir 1926, o acervo da Biblioteca era apenas de 15 mil volumes. Foi o seu diretor um esforçado, lutando com as dificuldades decorrentes da época. Não se esqueceu nem mesmo do preparo dos bibliotecários, tendo em certa ocasião planejado um Curso de Biblio-

tecnologia, no Instituto Histórico de São Paulo. É interessante notar-se que também Alfredo Freire, da Biblioteca do Estado já fazia sentir a necessidade do preparo técnico dos bibliotecários. Estes anseios dos nossos precursores nos fazem pensar quão grande a nossa responsabilidade agora que temos as possibilidades de fazer verdadeiros técnicos de biblioteca.

Entrou a Biblioteca Municipal pois, em funcionamento e, assim, passaram-se os anos até 1935, quando o Departamento de Cultura veio dar novo impulso a Biblioteca com a chefia de Rubens Borba de Moraes e o aparecimento em 1936 da Escola de Biblioteconomia da prefeitura.

De 1936 a 1941 desenvolveram-se os serviços que fariam da Biblioteca o que ela é hoje; prepararam-se os novos bibliotecários. Dentro desse período foram oferecidos a dois funcionários bolsas de estudos nos Estados unidos, por intermédio da American Library Association. Essas bolsas foram conferidas aos funcionários Leonor Voigtlander e Francisco José Almeida de Azevedo, que cursaram a Escola de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Louisiana, nos Estados Unidos. Eram eles já formados pela Escola do Departamento de Cultura.

Um dos pontos mais importantes do programa da direção Rubens Borba de Moraes era dotar São Paulo de uma biblioteca digno do progresso do povo bandeirante. Só em 1941 ficou pronto o novo prédio; nesse mesmo ano realizou-se a mudança.

2. ESTADO ATUAL

No prédio novo da Rua da Consolação, onde começou a funcionar em abril de 1942, acha-se atualmente a Biblioteca Municipal sua coleção de 150 mil volumes, mais ou menos, foi organizada nos moldes antigos da Biblioteca da Rua 7 de Abril.

Bem sabem os que já mudaram uma biblioteca que tarefa imen-

sa é essa. Apressados pelas insistentes reclamações do público que supunha ser a mudança da biblioteca semelhante a de qualquer casa de família, não houve tempo senão para trocar de prédio, sem se pensar em nova organização. Procurou-se melhorar os catálogos já existentes: o de autores foi revisto sob o ponto de vista das entradas de nome, que foram pesquisadas, de maneira não muito superficial, e assim puderam ser uniformizadas. Para o catálogo de assuntos foi usada a sistemática de Dewey em substituição a antiga. Foi ainda feito um índice alfabético dos assuntos usados. Os livros foram localizados em grupos correspondentes aos assuntos da Classificação Decimal de Dewey, supondo-se uma a possibilidade futura de localização relativa.

A mudança da secção de publicações periódicas não está incluída neste trabalho; foi feita ao mesmo tempo em que os livros, por um grupo separado de funcionários.

Para o trabalho de classificação das obras e arranjo do catálogo de assuntos havia apenas oito funcionários. Podeis calcular o trabalho insano que foi, considerando-se que 150 mil volumes foram classificados e arranjados no respectivo catálogo sistemático.

Para revisão do catálogo de autores, pesquisa de nome, correção na ficha e arranjo no catálogo, havia dois funcionários, normalmente; de tempos em tempos mais um da classificação passava a ajudar. Para o índice de assuntos houve regularmente um funcionário. Com toda essa dificuldade, a Biblioteca só deixou de funcionar durante seis meses, pois durante os primeiros meses da mudança funcionou em ambos os prédios. Organizou-se, em primeiro lugar, a Seção de Referência. Esse foi um serviço novo, organizado no prédio novo, pela funcionária Leonor Voigtlæder e foi o primeiro posto à disposição do público mesmo antes do funcionamento completo da Biblioteca.

Expliquei-vos tudo apenas para, à guisa de desculpas, mostrar porque a Biblioteca Municipal que tem sido um dos órgãos paulistas

mais ativos no desenvolvimento da Biblioteconomia moderna ainda tem a sua coleção geral moldada em processos antigos de organização.

Passando do prédio velho para o novo é lógico que a mesma organização não podia perdurar. Como, porém, a reorganização da Biblioteca depende de um reajustamento de quadro que vem sendo estudado pelo Sr. Prefeito, a Biblioteca criou novos serviços, tendo já em vista a nova organização que será muito diferente do que foi e do que é.

Passarei, portanto a descrever os serviços que constituem as três seções já existentes: a de Aquisição, chefiada pelo senhor Paschoal, encarrega-se de toda aquisição, compra ou doação, e organiza o tombo. Cuida da conservação da coleção, limpeza e encadernação dos livros; tem também a seu cargo o movimento da sala da leitura e da estatística de seu movimento. Esta estatística registra um movimento sempre crescente que já atingiu a 33.067 consulentes num mês, ou seja, 1.102 em 1 dia. Funciona a sala de leitura todos os dias úteis de 9 às 22 horas e nos domingos e feriados de 13 às 18 horas. Comporta de uma vez 200 leitores. Já tivemos ocasiões, durante determinadas horas do dia, em que a sala estava totalmente cheia. Havendo, na portaria, fila de 30 ou mais pessoas aguardando no lugar.

A seção de Catalogação e Classificação é chefiada pela vossa conferencista. Além de fazer os seus próprios serviços, ainda fiscaliza o arranjo dos catálogos públicos e o auxílio prestado na consulta pública ao consulente. Há ainda nesta seção, inaugurada há apenas dois meses, um serviço de pesquisas bibliográficas com finalidade de:

1. Pesquisar para todos os serviços da Biblioteca os nomes dos autores, assim uniformizando as entradas de nome, nos catálogos;
2. Fornecer, num futuro não muito longínquo, informações bibliográficas a quanto delas necessitarem. Este trabalho será feito por correspondência.

Esta seção também tem a seu cargo o preparo da bibliografia representativa das entradas de livros na Biblioteca, em período de 3 meses. Esta bibliografia figura no Boletim Bibliográfico, uma das opções do diretor Sérgio Milliet da Costa e Silva.

Proporcionam-se ainda nesta seção, aos seus funcionários, reuniões onde são estudados assuntos de interesse cultural para os bibliotecários, onde são discutidos problemas de classificação e catalogação. Realizam-se periodicamente, com a presença de todos os funcionários, como também do diretor da Biblioteca. Alguns dos problemas já discutidos foram:

1. O que é “social survey”; qual a diferença na classificação entre livros como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre e “Middletown” de Robert Staughton Lynd.

2. Como se deve considerar o estudo sobre índios: Antropologia ou História?

3. Que diferença estabelecer entre os números 209 e 290 de Dewey?

4. Onde colocar a Geopolítica e as causas da guerra; quais são os pontos de contato?

A finalidade dessas reuniões é provocar nos bibliotecários o desejo do progresso cultural e aproveitar esse progresso no trabalho, principalmente de classificação.

A terceira sessão da nossa Biblioteca é a Infantil, dirigida por dona Lenira Fraccaroli. Existe, como já disse em minha primeira conferência, desde 1935. Sua coleção de 8.000 volumes está dividida em duas partes: uma forma a coleção chamada fixa e destina-se a leitura dentro da biblioteca; e a outra forma a parte de empréstimo que já atingiu a 1.500 por mês em uma média de frequência de 188 horas por dia. Inclui em seu programa outras atividades de caráter cultural, como sejam: a hora do conto, com a colaboração de escritores e

da professora dona Maria Artigas ponto-e-vírgula a hora da música, com a colaboração da discoteca Municipal, wi-fi esta hora é feita por um menino de 14 anos. E, o centro cultural Monteiro Lobato, iniciado pelas próprias crianças; palestras educativas; excursões culturais; o jornalzinho, dirigido e feito pelas próprias crianças e mais, semanalmente, uma sessão de cinema.

Além dessas três sessões tem a biblioteca municipal os serviços que a seu tempo formaram as novas seções, quando dá realização da nova organização tão desejada. São esses serviços, alguns já bem antigos na biblioteca e outros muito recentes, realizados pela administração Sérgio Milliet da Costa e Silva. Dentre os antigos, devo citar em primeiro lugar o serviço de publicações periódicas que é feito de maneira bem cômoda para o leitor, através da sala própria de leitura que comporta um tempo 78 eleitores. Na sala de eleitores acham-se os números mais recentes dos jornais e revistas científicas e mundanas a consulta de números atrasados é feita por meio de pedidos feitos com ajuda dos catálogos e fornecidos pelos depósitos de publicações periódicas. Recebe a biblioteca cerca de 300 revistas diferentes, por assinatura e por distribuição gratuita, sem contar cerca de 47 a 50 revistas mundanas este serviço é dirigido pelo primeiro bibliotecário senhor Renato Snell.

O serviço de mapas, gravuras e manuscritos está entregue aos cuidados da primeira bibliotecária, na frase de Lima é constituído de uma mapoteca com 1.200 peças, mais ou menos, já catalogada; gravuras históricas e antigas, cerca de 1.250 fichadas. Entre seus manuscritos devemos citar uma coleção quase completa da propaganda civilista de Rui Barbosa; o manuscrito de 1749, sobre a descoberta das minas, de Caetano da Costa Matoco; o roteiro de viagem da napolitana “Aranha”; e outros que seria longo e.

O serviço de referência, localizado na sala de leitura, foi organizado pelo terceiro escriturário, Dr. Leonor Vogue, que se especializou

nos Estados Unidos e é da turma de bibliotecários da escola do Departamento de Cultura. Está esse serviço modernamente organizado. A coleção composta de cerca de 2.800 a 3.000 volumes, é disposta em posição de livre acesso indo ainda, para uso dos interessados, um catálogo dicionário.

São esses serviços ainda da administração de Rubens Borba de Moraes.

Na administração de Sérgio Milliet da Costa e Silva, nove serviços se tornaram realidade, e entre estes quero citar em primeiro lugar a criação do serviço de circulação empréstimo a domicílio, dirigido pelo primeiro bibliotecário senhor Francisco José de Azevedo. Com acervo atual de 4 mil volumes, funcionamento inicial da 25 de janeiro próximo passado, este serviço vem atingido um desenvolvimento extraordinário, considerando-se o pouco tempo de vida que tem, e pequeno número de funcionários que dele se ocupam. a estatística até junho registrar um total de 1286 eleitores inscritos, tendo os empréstimos, até essa época, atingido a 12078, ou uma média mensal de 2415 pontos o mais interessante sobre esse serviço é que ainda não se registrou nenhuma falta o estrago de livro.

Depois, em menção ao serviço de livros raros, destinados especialmente aos amadores desse gênero de livros, dirigido pelo quarto escriturário, dona Marina Assunção Machado, bibliotecária da turma de 1938 da escola do Departamento de Cultura. Tem esta coleção de obras de real valor bibliográfico, contando com as raridades das antigas bibliotecas de Félix Pacheco e Paulo Prado, além de obras adquiridas, isoladamente, principalmente pelo critério de Rubens Borba de Moraes.

Passa agora falarmos do serviço de arte, sobre a direção do quarto escriturário, dona Maria Eugênia de Almeida Franco serviço uma especialização dentro da biblioteca municipal e está tendo uma organização moderna, com localização relativa ao catálogo dicionário.

terá uma sala de leitura, aparelhada especialmente para consulentes de arte. O seu mobiliário é também feito a propósito, para dar comodidade na consulta não saiu de livros, como diabos de reproduções de quadros e gravuras de arte. Está no programa deste serviço organizar a série de conferências sobre a arte e, com finalidade educativa artística; promover exposições temporárias e permanentes, de obras de arte e a oportunidade de reuniões para artistas .

3. PLANOS FUTUROS

É com imenso prazer que passou agora a levar nos planos do senhor Prestes Maia sobre os desenvolvimentos futuros da divisão de bibliotecas, da qual a biblioteca municipal é o órgão central tanto nesta parte o senhor Prestes Maia interessa as atividades de duas divisões do Departamento de Cultura dos pontos a Divisão de Bibliotecas e a Divisão de Educação e Recreio. Ao ler estes planos escritos especialmente pelo senhor Prefeito, para figurarem nesta conferência, sinto bem patente o interesse que anima o senhor Prestes Maia no desenvolvimento das bibliotecas municipais de São Paulo. Antes de dar exatamente o original de S. Ex. resumirei os seus planos dando os bairros atingidos por esses melhoramentos 10 pontos Maiorca, Lapa, Brás e Penha ponto no futuro mais longínquo, ou Bexiga e o Bibi.

Eis o que diz o senhor Prefeito:

1. Acha-se em exploração uma quadra na vila Buarque para jardimete público e a biblioteca infantil central. Essa área é de 62 x 100 m, no valor de 3500 contos enquanto se projetar e construir o novo edifício, a biblioteca infantil central uma bacia para o melhor dos prédios existentes na quadra, antiga residência do senhor Rodolfo Miranda que será conservada por um um ano e meio.

2. no canto do parque a ser iniciado no antigo Prado da Mooca, será iniciado este ano o edifício duplo destinado a biblioteca do bairro e a casa de Cultura. Esta última destina-se mais a clube, reuniões,

jogos, palestras,, ginástica. Acha assim elaboração o projeto pelo arquiteto korngold será realizada em uma área de terreno de cerca de 15000 metros quadrados

3. estava sendo iniciado outro projeto semelhante para Lapa quando dificuldades supervenientes, devido ao terreno pretendido, obrigaram a nova procura de local. São estes, ou Brás ou Mooca, os dois bairros mais populosos e exclusivamente operários da cidade pontos

4. nos mesmos bairros pretende-se construir, iniciando-se em fins deste ano duas bibliotecas infantis. Estas conterão: sala de leitura, sala de trabalhos e desenho, sala de palestras ou pequenas exposições, saleta de lanche, acomodações para o jornalzinho, clube, terraços e pátios para leitura ao ar livre.

5. as bibliotecas do bairro para adultos terão: sala geral de leitura, para menores, depósito moderado para livros, mas com possibilidade de ampliação para eventuais excessos da torre central da Rua da Consolação; sala de palestras etc. as casas de Cultura compreenderam sala clubes, salas de palestras conferências, sala de jogos, ginástica, etc. quanto a este programa, só experiência permitirá resolver em definitivo. Parece conveniente prever grande área livre anexa, para eventuais desenvolvimentos esportivos ou recreativos.

6. A ideia de uma instituição infantil no Bexiga (bairro extremamente compacto) e no Bibi (não compacto, mas pobre) com características novas, ainda de terminar.

7. Na Penha está sendo adquirida uma área de 20000 metros quadrados, com frente para a avenida Celso Garcia, antiga Chácara Maringo, arborizada, para um parque infantil, que será um pouco maior nas suas instalações que os restantes Porto terá clube de menores e uma pequena biblioteca, sem caráter autônomo.

8. Pretende-se ainda fazer, no momento, uma grande organização para descanso, Recreio e educação dos funcionários mais humildes e operários municipais. Espécies de “dopolavoro” ponto para isto foi realizado um recenseamento completo (cerca de 9 a 10 mil fichas) sobre a situação desses elementos; aqui também funciona uma biblioteca. Todas essas bibliotecas serão de acesso livre de empréstimo.

Datas interessantes na biblioteconomia Paulista:

- 1886-Mackenzie;
- 1895 -96 - Biblioteca do Estado;
- 1925-26 - Biblioteca Municipal e reorganização do Mackenzie;
- 1935-36 - departamento de cultura e reorganização da da biblioteca municipal.



QUE OBRAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DEVEM SER TRADUZIDAS PARA O PORTUGUÊS?¹⁶³

Edson Nery da Fonseca

TEXTO 01

Quando este suplemento iniciou há meses, um inquérito sobre as dez obras estrangeiras que, sendo fundamentais para a formação cultural do homem moderno, deveriam ser traduzidas para o português, lembrando-nos de fazer o mesmo em relação à Biblioteconomia e à Documentação; quais as obras estrangeiras, neste setor, que deveriam ser publicadas para o português? O serviço de Documentação do MEC, que prometeu editar as obras mais votadas naquele inquérito, também se interessará por este, pois o nosso caro Simeão Leal é um dos poucos diretores de Serviços de Documentação que sabem o que é documentação e se interessam pelos seus problemas. Creio que o nosso inquérito deve interessar, igualmente, ao Instituto Brasileiro de Documentação

que até hoje só tem editado bibliografias, relatórios e boletins e ao Instituto do Livro, cuja coleção “Biblioteconomia”, infe-

¹⁶³ Este texto foi publicado no semanário dominical do Jornal do Brasil no mês de setembro de 1957, em que Edson Nery da Fonseca, apresentava, as respostas dos bibliotecários. Teunimos, aqui, as várias matérias publicadas nesse periodico, que demoninamos de texto 01, 02 etc

lizmente parada, bem poderia recomeçar com a publicação de uma grande obra estrangeira. “Grande obra”, note-se bem; porque a publicar trabalhos superados como Elementos de Bibliologia, de Finó, é melhor não fazer nada.

A primeira lista foi organizada pela bibliotecária Bernadete Sinay Neves. Não poderíamos desejar melhor começo. Poucas pessoas, em nosso país, poderiam responder com mais autoridade a este inquérito. Bernadete Neves teve a formação que se considera ideal para o documentalista: conclui um curso superior (o de Engenharia Civil, na Escola Politécnica da Universidade da Bahia) e fez depois o curso técnico (Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo). Viajadíssima, ela frequentou cursos de verão nos Estados Unidos e na Inglaterra, fez estágios em importantes bibliotecas norte-americanas (inclusive nas do famoso Tennessee Valley Authority) e tomou parte na organização de congresso e assembleias internacionais de bibliotecários. Na Bahia, na sua terra natal organizou cursos de Biblioteconomia (destacando-se a atual Escola de Biblioteconomia da Universidade), reformou e ainda hoje dirige a biblioteca da Escola Politécnica, organizou o Serviço Central de Informações Bibliográficas da Universidade da Bahia, e dirige, desde 1954, a preparação e publicação do Índice Tecnológico, uma lista classificada, semestral, de artigos sobre engenharia e tecnologia publicados em revistas brasileiras. Bernadete Neves encontra-se presentemente no Rio de Janeiro, requisitada pelo Conselho Nacional de Pesquisa para exercer o cargo de professora nos cursos de pesquisas bibliográficas do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

RESPOSTA DE BERNADETE NEVES

Procurei selecionar livros que julgo oportuno sejam traduzidos no momento.

Não me parece sejam todos, necessariamente, os melhores no

assunto. Levei em consideração o fato de que, algumas obras excelentes principalmente em inglês, quase que só interessam a bibliotecários brasileiros de larga experiência e nível elevado, ora, estes conhecem bastante inglês e, portanto, a tradução dessas obras não seria de grande vantagem.

Por outro lado, procurei indicar certos livros como o “Documentation in Action Seggestions” e o Challenges to librarianship”, etc., que podem interessar não só a bibliotecários, como a educadores, cientistas, etc.

Na realidade a lista dos dez livros se encerra em nove. A décima seria uma espécie de antologia, compreendendo a tradução de uma série de artigos publicados nas melhores revistas de Biblioteconomia e Documentação no mundo, assim como certos capítulos de livros do mesmo assunto.

Quero também chamar a atenção para o fato de que, se a pergunta me fosse feita alguns meses mais tarde, provavelmente incluiria o PROCEEDINGS da conferência realizada em Cleveland, em abril deste ano.

OBRAS A TRADUZIR

BRADFORD, S.C. - *Documentation with in introduction by Jesse H. Shera and Margaret E. Egan*. London, Crosby Locwood & Son ltd. 1953.200p.

CHANCELLOR, John Miller - *Helping adults to learn: the library in action*. Chicago, Amercan Library Association, 1939, 269p.

DANA, John Cotton - *Suggestions*, Boston, mass, the F. W. Faxon co. 1921, 52p.

HOLMSTROM, J. Edwin - *Records and research in enginnering and industrial science; a guide to the sources, processing and storekee pingo of technological knowledge, with a chapter on transinting*. 2nd. London,

Chapman & Hall ltd. 1947, 366p.

SAYERS, W. C. Berwick - *A manual of classification for librarians and bibliographers*. 3 ed. London, Grafton & co, 1955, 344p.

SHERA, Jesse Hauk and EGAN, Margaret E - *The classified catalog, basic principles and practices with a code for the construction and maintenance of the classified catalog*, Chicago, American Library Association, 1956. 136p.

SHERA, Jesse Hauk et al - *Documentation in action*. Based on 1956 conference on Documentation at Western Reserve University. New York, Reinhold Publishing Corporation, London Chapman & Hall ltd. 1956, 471p.

SHORES, Louis - *Challenges to librarianship*. Dubuque, Iowa, Wm, C. brown co, 1953, 1546p.

WILSON, Louis Round and TAUBER, Maurice F - *The University library: the organization, administration, and functions of academic libraries*, 2 nd. New York, Columbia University Press, 1956, 641p.

TEXTO 02

Continuado o inquérito iniciado no último domingo, divulgamos hoje a resposta de Ada Maria Coaracy. Quem desconhece esse sobrenome no Brasil? Com o nome completou assinando V. Cy Vivaldo Coaracy é um dos nossos cronistas mais lidos e admirados. Sua filha, além de continuar a tradição dos Coaracy como excelentes tradutores (veja-se o nome de Norah Lofts publicado recentemente por José Olympio, saiu-se uma bibliotecária exemplar). Diplomada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional e pela Catholic University of America, ela organizou e chefiou com inteligência, preparo técnico e entusiasmo, uma Seção de Referência difícilíssima: a da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Por outro lado, suas aulas sobre Serviços Téc-

nicos nos Cursos de Pesquisas Bibliográficas e Documentação, foram muito apreciadas, revelando uma bibliotecária perfeitamente em dia com os livros e os problemas da Biblioteconomia e Documentação.

RESPOSTA DE ADA MARIA COARACY

ASHWORTH, Wilfred - *Handbook of special librarianship and information work*. London. Aslib, 1955, 387p.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO - *Classificação Decimal Universal* (3 ed. Internacional completa).

HAINES, Helen E. - *Living with books*. 2 ed. New York. Columbia University Press, XIII, 10 P, (traduzir a primeira parte e fazer uma adaptação da segunda parte para bibliotecas brasileiras)

LARSEN, Knud. - *National bibliographical services, their creation and operation*. Paris (UNESCO), 1953, 142p.

Library Trends, Urbana III, University of Illinois, *School of library Services*, 1952 - trimestral.

RANGANTATHAN, s. r. - *Herding and canons; comparative study of fice catalogue codes*. Madras, S. London, G. Blunt, 1955. 300p.

Ridenour, Louis; SHAW, Ralf R & HILL, Albert G. - *Bibliography in an age of science*. Urbana, University of Illinois Press, 1952. 90p.

SHERA, Jesse Hauk and EGAN, Margaret E - *Bibliography organization*. Chicago, The University Press [1951] XII, 275p.

WILSON, Louis Round and TAUBER, Maurice F - *The University library: the organization, administration, and functions of academic libraries*, 2 nd. New York, Columbia University Press, 1956, 641p.

TEXTO 03

O fato de no Brasil, o número de bibliotecárias ser muito maior que o de bibliotecários, tem levado muita gente a pensar que Biblioteconomia é atividade para mulheres. Nada mais falso. Homens e mu-

lheres encontram na Biblioteconomia iguais oportunidades de integração. É o que mostrará entre outras coisas, o nosso inquérito, pois nas listas de obras que devem ser traduzidas figuram nomes de ambos os sexos. De homens como John Holmstrom e de mulheres como Helen Halnes, por exemplo. E até dos dois sexos, conjuntamente, como é o caso de Jesse Shera e Margaret Egan, coautores e coeditores de obras que figuram em todas as listas até agora recebidas.

Estas considerações vieram a propósito das listas que hoje divulgamos, ambas de bibliotecários. Manuel Adolpho Wanderley e Washington José de Moura são dois autênticos valores da nova geração de bibliotecários brasileiros. Perfeitamente integrados na sua profissão, seus exemplos desfazem por completo aquela suposição a que nos referimos inicialmente. O primeiro é Chefe da Seção de Classificação da Biblioteca Nacional. O segundo é bibliotecário na Câmara dos Deputados. Ambos fizeram cursos de especialização no Brasil e nos Estados Unidos. São dois bibliotecários muito bem formados e sempre bem informados. É pena que sejam excessivamente, modestos e vivam tão retraídos. Mas, não é a modéstia o apanágio dos que tem valor?

RESPOSTA DE MANOEL ADOLPHO WANDERLEY

Selecionar as obras dignas de tradução imediata no campo da Documentação e Biblioteconomia é haver-se com os embaraços de uma escolha muito restritiva. Há estantes sobre o assunto e os títulos em português escasseiam.

É como forçar trinta ou quarenta itens igualmente necessários numa só dezena de lugares? Não temos aí novo exemplo do que entre classificadores, poderíamos chamar de verdadeiro aperto decimal? Inevitáveis, porém, como se iam tais reduções, importam em preferências nem sempre livres de arbítrio. O nosso, tentaríamos justificá-lo por duplo critério.

Procuramos menos sugerir a literatura de vanguarda, embora incluíssemos certas peças ricas em novas perspectivas (Documentation in action ou os trabalhos de Raganathan, Bradford), do que apontar umas tantas ferramentas básicas (Subjee headings. Os manuais básicos de Maiclès, Mann, etc.), reclamadas pela experiência cotidiana, mas ainda ausentes, em versão portuguesa, das bibliografias especializadas ou didáticas.

Paralelamente a essa primeira opção, preferíamos nos ater às obras que interessam de perto aos profissionais, não insistindo demasiado sobre as que possam alcançar público mais amplo. Se este fosse, em última análise, o objetivo da seleção, substituiríamos o “Cours” da Malcles por: La bibliographie (Paris Presses Universitaires de France, 1956) da mesma autora e colocaríamos ensaios como The beginnings of systematic bibliography, de Theodore Besterman (2d ed. rev. London, Oxford University Press, H. Milford [1936] xi, 81, [1] p.), Bibliography in na age of Science (Urbana, University of Illinois, 1951. 9 p. ex) da Library trends in public libraries, p. ex da Library trends [Urbana, III. University of Illinois Library School] no lugar dos livros mais técnicos.

Ignoramos se, ao tornar assim duplamente singulares, certos títulos da lista, ainda estaríamos respeitando as regras do jogo. Mas não resistiremos à tentação de acrescentar a obra: Washington Library of Congress. Technical Information division Listo of Subject headings (3 ed. Issued for the Office of Naval Research under contract Naonr 13-47). Washington, 1952, de caráter técnico-científico, como alternativa para a que preferimos, por mais geral, embora receando não tenha ainda vindo a lume.

Em matéria de tradução, a de um sistema bem articulado de cabeçalhos de assunto é, aliás, o projeto que julgamos principal. Tal empresa, se viável, não traria benefícios sensíveis para vasto setor bibliográfico? Destinam-se eles, em última instância ao grande pú-

blico que os procurará fatalmente em português, ao passo que as demais publicações, enquanto aguardam a imprescindível tradução para o vernáculo, não estarão de todo fora de alcance dos conhecimentos linguísticos médios exigidos a bibliotecários e documentalistas.

RESPOSTAS DE WASHINGTON JOSÉ DE MOURA

Critérios: livros de textos sobre temas correntes nos programas comuns de um Curso de Biblioteconomia, ensinando como adquirir, como preparar, como fazer com que o material seja consultado. A síntese desses processos. Seus resultados concretos.

GEER, Helen Thornton - *Charging systems*, Chiacago, American Library Association, 1955, 177p.

HAINES, Helen E. - *Living with books, the art of books selection*. 3 ed. New York, Columbia University Press, 1954, 610p.

LIGHH, Robert D. - *The public library in the United States: tuhe general report of the Public Library Inquiry*, New York, Columbia University Press, 1950. 272p.

MALCLÉS, Louise N. - *Corrs de bibliographie à i' intention des étudiants de l'université et des candidats aux examens de bibliothécaire*. Genève E. Droz, Lille Giard, 1954,350p.

MANN, Margaret - *Introduction catalogin and classification of books*. 2 ed. Chicago, American Library Association. 1943, 276p.

PHILLIPS, W. Hoead, - *A primer od books classification*. London, Association of Assistent Associations, 1955, 235p.

RIDER, Fremont. - *The scholar and future od the research library, a problem and its solution*, New York Hadham Press, 1944, 236p.

SHERA, Jesse Hauk and EGAN, Margaret E - *Bibliography organiza-tion*. Chicago, The University Press [1951] XII, 275p.

TEXTO 04

Lais da Boa Morte, que hoje responde ao nosso inquirido, organizou e dirige a Biblioteca do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, vale dizer, a mais completa coleção de livros e periódicos especializados em Biblioteconomia e Documentação, existentes no Brasil. A lista merece, portanto, uma consideração especial;

Se me fosse dado escolher, faria traduzir para o português as dez seguintes que relaciono na ordem de minhas preferências.

RESPOSTA DE LAIS DA BOA MORTE

WILSON, Louis Round and TAUBER, Maurice F – *The University library; the organization, administration, and functions of academic libraries*. 2nd. New York. Columbia University press, 1956, 641 p.

BRADFORD, Samuel C. – *Documentation. With an introduction by Jesse H. Shera and Margaret E. Egan*. 2 ed. London C. Lockwood, 1953. 200 p.

SAYERS, William C. B. – *An introduction to library classification, theoretical and practical with reading. Exercise and examination papers*. 9 ed. London, Grafton, 1954. 320p.

Prefiro esta obra ao Manual of Classification, do mesmo autor, pelo fato de incluir exercícios, de grande utilidade para os alunos dos cursos de Biblioteconomia

ASHWORTH, Wilfred - *Handbook of special librarianship and information work*. London. Aslib, 1955, 387p.

MALCLÉS, Louise N. - *Corrs de bibliographie à l'intention des étudiants de l'université et des candidats aux examens de bibliothécaire*. Genève E. Droz, Lille Giard, 1954,350p

OSBORN, Andrew D. - *Serial publications, their place and treatment in libraries*. Chicago, American Library Association, 1955, 309p.

TAUBER, Maurice. F. *The subject analysis of library materials. Papers,*

presented at an Institute, June 24-28, 1952, under sponsorship of the School of Library Service, Columbia University, and the A. L. A. Division of Cataloging and Classification, New York, Scholl and Library Service, Columbia University, 1953, 235.

TEXTO 05

A Biblioteconomia brasileira conta com excelentes elementos, tanto no Rio de Janeiro como nos estados. Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre possuem escolas e cursos de Biblioteconomia talvez melhores do que os da metrópole. Não devemos, portanto, limitar este inquérito ao Distrito Federal. As mais autorizadas vozes da província também se farão ouvir a respeito das obras de Biblioteconomia e Documentação que devem ser traduzidas para o nosso idioma. E se a língua, ou, mais do que a língua, a cultura é uma só, por que não ouvir, igualmente, os bibliotecários portugueses? É o que faremos brevemente.

Hoje comparecem a esta página bibliotecários do Recife, de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. São de lugares diferentes, mas tem, em comum, uma vivíssima curiosidade intelectual e exemplar dedicação profissional. Não saberíamos dizer, sinceramente, qual das três é mais culta ou mais interessada pela Biblioteconomia.

Cordélia Robalinho Cavalcanti dirige o Serviço Central de Bibliotecas e os Cursos de Biblioteconomia da Universidade do Recife. Sully Brodbeck dirige a Biblioteca do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul e o Curso de Biblioteconomia para professoras, patrocinado pela Secretaria de Educação e Cultura daquele estado. Lêda Labouriau chefia a Seção de Aquisição, Catalogação e Classificação da Biblioteca da Câmara dos Deputados onde teve a glória de restaurar a CDU – e é, além de bibliotecária, especialista na organização de museus.

RESPOSTA DE CORDÉLIA ROBALINHO CAVALCANTI

Selecionar dez obras de Biblioteconomia e Documentação a serem traduzidas para o português é um problema cuja solução obtaremos quando reunidas e estudadas todas as respostas. Visando a sua aplicação prática e imediata, procurei indicar aquelas que me parecem de maior utilidade no momento.

Quando tanto se fala em Documentação, não poderia ser ignorado o monumental *Traité de Documentation*, de Paul Otlet, justamente o “pai da documentação”. A sua leitura é fundamental para a formação de documentalistas e bibliotecários. A leitura de Otlet poderia ser antecedida pela de Briet que é uma introdução perfeita ao assunto, seguindo-se a de Bradford e a de *Documentation in action*. Para a bibliografia, Malclès, com suas *Notions fondamentales* e o *Cours de bibliographie*, para completá-las.

Margaret Mann dá uma boa introdução à catalogação e classificação, em conjunto, enquanto que Sayers é básico para os estudos da classificação. O *Classified catalog* de Shera, para a organização de um catálogo de biblioteca especializada, completaria esta série.

Trabalhando em biblioteca universitária, não poderia deixar de incluir a obra de Wilson e Tauber, *The University library*, a melhor atualmente para a organização deste tipo de biblioteca.

E se fosse possível ampliar a lista, ou talvez iniciar obras para uma série suplementar, gostaria então de mencionar Ashworth, com o *Handbook of special librarianship and information work*, Larsen com o seu *National bibliographical services*, ainda Maiclès com as *Sources du travail bibliographique*, Shores com o *Basic reference sources* e Tauber com o ótimo *Technical services in libraries*.

Encerro esta resposta desejando que, em consequência de um inquérito tão oportuno, possamos ter brevemente algumas boas traduções de obras de Documentação e Biblioteconomia.

BRADFORD, Samuel C. – *Documentation*. With an introduction by Jesse H. Shera and Margaret E. Egan. 2 ed. London C. Lockwood, 1953. 200 p.

BRIET, Suzanne – *Qu'est-ce que la documentation?* Paris, Éditions documentaires, industrielles et techniques, 1951, 48 p.

MALCLÈS, Louise- N. – *Cours de bibliographie à l'intention des étudiants de l'université et des candidats aux examens de bibliothécaire*. Genève, E. Droz; Lille, Giard, 1954. 350 p.

– *Notions fondamentales de bibliographie*. [En vente: Paris, Bibliothèque nationale] 1955. 62 p. (Mimeografado).

MANN, Margaret – *Introducion to cataloging and the classification of books*. 2 ed. Chicago, American Library Association, 1943. 276 p.

OTLET, Paul – *Traité de documentation; le livre sur le livre*. Bruxeiles, Éditiones Mundaneum, 1934. 431 p.

SAYERS, William C. B. – *A manual of classification for librarians and bibliographers*. With illustrations and bibliography. 3d ed. ver. London, Grafton, 1955. 346 p.

SHERA, Jesse H. e EGAN, Margaret E. – *The classified catalog; basic principles and practices*. With a code for the construction and maintenance of the classified catalog. Chicago, American Library Association, 1956. 130 p.

SHERA, Jesse H; KENT, Allen e PERRY, James W., ed. – *Documentation in action*. New York, Reinhold; London, Chapman & Hall, 1956. 471 p.

WILSON, Louis R. e TAUBER, Maurice F. – *The university library; the organization, administration and function of academic libraries*. 2d ed. New York, Columbia University Press, 1956. 641 p.

RESPOSTA DE SULLY BRODBECK

Se pensarmos em traduções, minha opinião é que deveríamos

traduzir para o português, em primeiro lugar, algumas obras que facilitassem o estudo dos que se iniciam na profissão. Senti demais a falta de textos, lecionando nos cursos, e nos últimos dois anos, preparando professoras do ensino primário para organizar bibliotecas escolares. A bibliografia de Biblioteconomia está fortemente representada pela língua inglesa. Esta é fracamente difundida entre nosso magistério. Aliás, nos outros cursos de Biblioteconomia se evidencia também que o aluno tem dificuldade e “falta de tempo”, para ler os livros em língua inglesa que sugerimos. Acaba não lendo mesmo!

Acredito que a qualidade dos trabalhos seria melhorada, se houvesse possibilidade de consultar as seguintes obras, ou similares, em língua portuguesa:

DOUGLAS, Mary Teresa (Peacock) – *The teacher- librarian’s handbook*. 2nd. ed. Chicago, A.L.A, 1949, 166 p.

WILSON, Louis Round & TAUBER, Maurice F. – *The University library: the organization, administration, and functions of academic libraries*. 2nd. ed. New York, Columbia University Press, 1956. XIII, 641 p.

ASHWORTH, Wilfred, ed. – *Handbook of special librarianship and information work*. London, Aslib, 1955. 387 p.

SAYERS, William Charles Berwick. – *A manual of classification for librarians and bibliographers*. 3rd. ed. rev. London, Grafton, 1955. XIII, 346 p.

SHERA, Jesse Hank & EGAN, Margaret E. – *The classified catalog: basic principles and practices*. Chicago, A.L.A. 1956. XI, 130 p.

BUTLER, Pierce, ed. – *The reference function of the library*. Chicago, University of Chicago Press [c1944] X, 366p.

ESDAILE, Arundell. – *A student’s manual of bibliography*, by Arundell Easdaile; rev. by Rosy Stokes. [3rd. ver. ed.] London, Allen & Unwin, 1954] 362 p.

SHERA, Jesse Hank & EGAN, Margaret E. ed. – *Bibliographic organi-*

zation. Chicago, University of Chicago Press [c1951] XII, 275 p.

BRADFORD, S. C. – *Documentation, with an introduction by Jesse H. SHERA and Margaret E. EGAN*. London, Crosby Lockwood, 1953. 200 p.

RESPOSTA DE LÊDA LABORIAU

MACLÈS, Louise – Noëlle – *La Bibliographie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1956. 136 p. (“Que saisje? 708).

BRADFORD, S. C. – *Documentation with an introduction by Jesse H. SHERA and Margaret E. EGAN* [2nd. ed.y. London, C. Lockwood, 1953. 200 p.

SHERA, Jesse H. e Margaret E. EGAN – *Bibliographical organization*. Chicago, The University of Chicago Press [1951] xii, 471 p.

Allen KENT e James W. PERRY – *Documentation in action...* New York, Reinhold; London, Chapman & Hall, 1956. Xv, 471 p.

e Margaret E. EGAN – *The classified catalog, basic principles and practices with a code for the construction and maintenance of the classified catalog*. Chicago, American Library Association, 1956. 130 p.

BRIET, Suzanne – *Qu'est-ce que la documentation?* Paris, ÉDIT, Éditions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951. 48 p.

MANN, Margaret – *Introduction to cataloging and the classification of books*. 2nd. 2 ed. Chicago, American Library Association, 1943. 276 p.

LARSEN, Knud – *National bibliographical services; their creation and operation*. [Paris]. UNESCO. [1953]. x, 142 p.

SCHNEIDER, Georg – *Theory and history of bibliography*. New York, Columbia University Press, 1934. xiv, 306 p.

FEDERATION INTERNATIONALE DE DOCUMENTATION – *Classification décimale universelle*. 3.ed.

SAYERS, W. C. Berwick – *A manual of classification for librarians and bibliographers*. 3ed. London, Grafton & co, 1955, 346 p.

SHERA, Jesse Hauk and EGAN, Margaret E – *The classified catalog, basic principles and practices with a code for the construction and maintenance of the classified catalog*. Chicago, American Library Association, 1956. 136 p.

SHERA, Jesse Hauk et al – *Documentation in action*. Based on 1956 Conference on Documentation at Western Reserve University. New York, Reinhold Publishing Corporation; London Chapman & Hall Ltd, 1956. 471 p.

SHORES, Louis – *Challenges to librarianship*. Dubuque, Iowa, Wm. C. Brown co, 1953. 156 p.

WILSON, Louis Round and TAUBER, Maurice F – *The University library; the organization, administration, and functions of academic libraries*. 2nd. New York. Columbia University press, 1956, 641 p.



RELAÇÕES PÚBLICAS E PUBLICIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS¹⁶⁴

Nancy Meirelles Junqueira

1. CONCEITUAÇÃO DO ASSUNTO

Relações Públicas - Várias são as definições e os conceitos de Relações Públicas. Assunto relativamente novo, é natural, que não se tenha, ainda, firmado o conceito e mesmo que reine certa confusão em torno de seu sentido.

Em 1942, em uma reunião de Servidores Públicos realizada nos Estados Unidos, foi estabelecida a seguinte definição: “Relações Públicas dizem respeito ao desenvolvimento e manutenção, por qualquer meio legítimo, de atitude favoráveis da parte de um público com que órgão está em contato.”

Esta definição não situa, porém, o assunto em todos os seus aspectos, pois Relações Públicas pressupõe uma reciprocidade entre instituição e público: é preciso que a instituição esteja enquadrada nos interesses do público, tenha uma maneira de agir de modo a im-

¹⁶⁴ Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

por-se perante a opinião pública, para, então, receber desse público, o crédito que lhe é devido.

Outra definição de Relações Públicas, mais completa, diz que são elas a função administrativa por meio de qual se avaliam as atitudes públicas, se identificam as diretrizes e os procedimentos de um indivíduo ou de uma organização com o interesse público e se executa um programa de ação, com o objetivo de angariar a compreensão e a aceitação públicas em favor daquele indivíduo ou daquela organização.

As Relações Públicas consistem 90% em fazer o que é direito e 10% em divulgar.

Facilitam a comunicação e a interpretação da informação de uma empresa para os seus públicos e a comunicação das ideias e opiniões desses públicos para a empresa, de modo a resultar daí, para a empresa, um sólido programa de ação que conte com uma completa compreensão, aceitação e apoio do público.

A principal função de um agente de Relações Públicas é identificar seu público, estudá-lo, compreendê-lo, para, então, ajudar a empresa e os serviços que ela oferece a esse público. Descobrir as causas das más relações e certificar-se de que a instituição está funcionando bem. Caso contrário, procurar corrigir os erros e os desajustamentos.

Depois, empregar os recursos da publicidade, todos os veículos de divulgação para tornar sua instituição, já identificada aos interesses do público, bem aceita por ele.

No Brasil, no entanto, consideram Relações Públicas unicamente como divulgamos, publicidade ou, o que é pior, como cortesia, amabilidade, simplesmente com o fim captar a simpatia e boa vontade do público. Publicidade é o único meio de que se servem para realizar Relações Públicas.

Publicidade – É toda ação consciente, destinada a transmitir qualquer informação ou ideia a um público, com o intuito de levá-lo a pensar ou agir de determinada forma. É um dos meios adotados pelas Relações Públicas, depois de estabelecido o plano do ajustamento da instituição à comunidade, para tornar, esta instituição, conhecida e procurada. A publicidade visa o coletiva, o grupo social, seu fim é essencialmente lucrativo, para as organizações comerciais, e é paga pelo público, pelo próprio consumidor do produto. Além de ter um caráter informativo, mostra as vantagens do produto, sugere benefícios, procura forçar o público a aceitar, divulga novas necessidades e novos hábitos.

O fim da publicidade é sempre desenvolver e aumentar o consumo de um produto anunciado. Publicidade serve, primeiramente, para formar uma clientela que, depois, deverá ser conservada e aumentada.

2. RELAÇÕES PÚBLICAS E PUBLICIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A Biblioteca Pública é, hoje em dia, uma instituição humana e, como tal, pronta a considerar os interesses pessoais de sua clientela.

A qualidade de serviços que oferece deixa-a em posição de servir como agente, guia e orientadora da cultura de uma comunidade. Sua finalidade precípua é a de ter um livro para cada leitor que a procura e um leitor para cada livro de sua coleção e, ainda mais, de conseguir localizar esses livros em poucos minutos.

Não pode, portanto, ser uma instituição estática, um museu de livros, limitando-se a ter um acervo bem organizado. Não pode se divorciar do público a que pretende servir. Existe em função dele e deve dar-lhe aquilo que ele necessita.

Para isto, deverá utilizar-se dos princípios e métodos das Relações Públicas, procurando, por meio de estudo minucioso, inquéritos

bem planejados, conhecer seus leitores. Deve, então, analisar-se cuidadosamente, para verificar se os serviços que oferece corresponde, realmente, às necessidades e interesses dos leitores.

Corrigir falhas porventura notadas, modificar regulamentos, ampliar horários, enfim, procurar tornar-se realmente um organismo vivo, parte integrante da comunidade.

E, então, tornar-se agressiva, fazer a publicidade bem planejada de seus serviços.

O leitor precisa ser recrutado em todas as partes. Não é fácil para uma biblioteca competir com o mundo comercial do entretenimento público que, hoje em dia, absorve e domina a opinião pública.

Salvo em casos excepcionais, o público não procura a biblioteca para distrair-se. Aqueles que a procuram para pesquisa ou estudo, têm razões próprias, não precisam ser solicitados. Mas a grande maioria que deveria ler para instruir-se e educar-se, esta, ignora o que a biblioteca lhe pode oferecer.

Torna-se necessário, então, que a biblioteca organize um plano cuidadoso de [?] publicitária, que empregue todos os recursos de atração aos leitores. Será uma publicidade ativa a sensibilizar o público, pois não basta oferecer friamente, por mais bem documentada que seja essa oferta.

Se a biblioteca é, entretanto, uma instituição governamental que nada cobra por seus serviços, como competir com o comércio e a indústria em uma campanha de publicidade? É lícito desviar verbas, quase sempre exíguas, para fazer publicidade?

As verbas da biblioteca nunca são suficientes para a aquisição de um bom acervo e nem mesmo para o pagamento de pessoal indispensável para organizá-lo e movimentá-lo.

O problema tem, entretanto, outro ângulo: é lícito, ao contrário, despendar verbas para formar coleções que permaneçam

estáticas, por falta de conhecimento dos leitores?

É preciso, portanto, que a biblioteca encontre um meio termo: organize e aplique um bom programa de relações públicas, empregando princípios e métodos, procurando, por meio de estudo minucioso, inquéritos bem planejados, conhecer o que os leitores em potencial pensam e desejam.

O Diretor da Biblioteca Pública, entre suas funções administrativas, deve atuar como agente de Relações Públicas, contando, para isto, com a colaboração de seus auxiliares imediatos. Mesmo o planejamento de uma campanha publicitária é tarefa que lhe compete.

A aplicação dos planos traçados é, então, trabalho de colaboração de todo o pessoal. Os recursos e imaginação desse pessoal poderão suprir a escassez de recursos financeiros. Nem é preciso que a Biblioteca empregue um especialista em publicidade. Se puder fazê-lo, tanto melhor. Mas, uma conjugação de esforços de todo o pessoal, aproveitando-se habilidade e vocações, poderá conduzir a resultados satisfatórios no campo da publicidade, muito embora não se possam desprezar os métodos e roteiros da publicidade científica.

Um bom planejamento, uma boa aplicação do plano, imaginação e boa vontade – eis os elementos com que contar para uma publicidade pouco disposta.

2.1. BASES PARA UMA CAMPANHA DE PUBLICIDADE EFICIENTE

Antes de mais nada, ao se planejar a publicidade, é necessário o estudo preliminar da comunidade onde se localiza a Biblioteca, para que se possam determinar os meios de atingi-las e, portanto, de influenciá-la favoravelmente. Tal estudo será feito por meio de inquéritos adrede preparados, bom como por intermédio da análise do material estatístico existente sobre o local. Deve-se conhecer o

público a que se vai servir o, portanto, seus interesses, suas atividades, nível de instrução, ocupações predominantes, grupos raciais ou religiosos, além das agremiações já existentes, tais como clubes, associações esportivas, de classe, culturais, etc., mais facilmente atingíveis por uma campanha de publicidade, pois seus membros têm, de início, algumas ideias e opiniões em comum. É este o estudo que se faz ao organizar-se um plano de relações públicas para o ajustamento da Biblioteca a seu público e que, será aproveitado como diretriz da campanha publicitária.

O conhecimento do público e de suas condições leva ao emprego de recursos psicológicos destinados a estimular e desenvolver o desejo de leitura. Todas as pessoas têm razões internas e externas para não gostar de ler. Algumas, lêem muito vagorosamente, ao ponto de se desinteressarem; no entanto, só a leitura atraente poderá levá-las a melhorar seu tempo de leitura. Outras, possuem defeitos de visão; a leitura escolhida, não conseguem concentração suficiente para se manterem paradas, lendo. Além dessas razões, que podemos chamar internas, há, ainda, livros que não despertam interesses, [Linha ilegível] isso, serviço inadequado, desconhecimento dos recursos da Biblioteca, regulamentos [?], horários insuficientes, instalações incômodas.

– enfim, grande número de fa[ze]res que, conhecidos, poderão ser objeto de estudo e correção, por perto da Biblioteca, visando ao ajustamento das campanhas publicitárias aos interesses da coletividade.

Conhecidos os interesses e tendências do público a que serve, a Biblioteca, haverá maior facilidade em planejar-se uma campanha de publicidade no sentido de despertar a atenção dos leitores, ao ponto de desejarem estes adquirir novos conhecimentos, procurar a leitura para educar-se, instruir-se e divertir-se – como é programa da Biblioteca.

Em segundo lugar, vem a necessidade de conhecimento da técnica de publicidade, dos métodos a serem empregados. Existe farta bibliografia a respeito, que poderá ser consultada. Artigos de periódicos de biblioteconomia costumam ser de grande valor nesse sentido. E, também, qualquer trabalho sobre publicidade comercial servirá como roteiro para ser adaptado às necessidades da Biblioteca.

A observação das campanhas de publicidade levadas a efeito por firmas comerciais para implantar determinados produtos pode ser fonte de ideias para o Bibliotecário.

E, finalmente, resta definir a finalidade da campanha de publicidade para a Biblioteca. O que se conseguir e como consegui-lo. Os meios a serem empregados para atingir as finalidades, combinando recursos e técnicas variadas, de maneira a que toda a Biblioteca possa se empenhar em uma causa? Comum.

Para orientação do plano, convém estudar o calendário dos acontecimentos cívicos, sociais e culturais da região e da localidade, estabelecendo um programa de ação para determinado período – trimestre, semestre ou ano. O planejamento será flexível para que se possam aproveitar acontecimentos imprevistos, ocorrências momentâneas.

Convém determinar, no plano, o tipo de livros que se quer anunciar. Deve-se localizar determinado assunto, determinado autor e, nunca, determinados títulos, pois a Biblioteca não poderia fornecer aos que a procurarem, atraídos pela publicidade, exemplares em número suficiente. Serão focalizados assuntos como viagens, biografias, aviação, viagens interplanetárias, eletrotécnica, etc., dos quais a Biblioteca possua vários livros de autores diversos. Datas comemorativas e aniversários de escritores nacionais e estrangeiros poderão ser, também, motivo para orientação de uma campanha publicitária, visando incrementar a leitura de suas obras.

Uma vez organizado o plano e dele ciente todo o pessoal da Biblioteca, passa a aplicação, usando-se todos os recursos do meio e procurando, mesmo, utilizar-se dados que são oferecidos gratuitamente à Biblioteca.

3. MEIOS DE PUBLICIDADE QUE PODEM SER EMPREGADAS PELA BIBLIOTECA PÚBLICA

Vários são os meios que se podem empregar para fazer a publicidade e elevar o incentivo a ler. Sempre procurando utilizar os recursos da comunidade, para evitar despesas possíveis que iriam sobrecarregar o orçamento da Biblioteca.

Contatos pessoais – O pessoal da Biblioteca, principalmente seu Diretor, deverá estar sempre em contato com associações, organizações culturais, escolas, etc. Os acontecimentos de interesse cultural – tais como conferências, lançamentos de livros, composições, etc. – não poderão ser esquecidos. O Diretor de uma Biblioteca, muito embora tenha de atender às múltiplas tarefas de sua administração, estará sempre presente aos acontecimentos marcantes da vida cultural da localidade.

Além dessa presença, tão necessária para tornar a Biblioteca conhecida, em plano de visitas sistemáticas, com a finalidade de explicar, em poucas palavras a biblioteca e suas finalidades, deverá ser organizado. Um preparo prévio será necessário. O Diretor – ou a pessoa por ele designada – preparará uma pequena exposição sobre a Biblioteca, ilustrada, se possível, com “slides”, fotografias, quadros estatísticos das plantas, levando sempre em consideração os interesses do grupo a ser visitado e procurando mostrar-lhes em que a Biblioteca poderá servi-lo. Tais palestras serão informais, mais em tom de conversa que de conferência e serão feitas por ocasião de reuniões regulares desses clubes ou associações. Ao fim da palestra, o bibliotecário convidará o gru-

po a visitar a Biblioteca, em horário previamente escolhido.

As visitas de grupos especiais de leitores à Biblioteca serão objeto de cuidadosa preparação. Deverão ser designados guias que receberão instruções sobre como desenvolver a visita aos diferentes setores da Biblioteca, quais as informações que deverão ser prestadas, naturalmente aqueles de maior interesse para o grupo visitante, evitando-se demasiados detalhes técnicos. Se o grupo for grande, será subdividido por pequenos núcleos de, no máximo, dez pessoas, para que todos possam ouvir as explicações do guia. Para cada núcleo, será estabelecido um ponto de início da visita, de modo a não haver quebra na sequência das explicações. Finalmente, todo o grupo será reunido em um auditório ou sala maior, para conclusão da visita. Nessa ocasião, caso os recursos o permitam, poderá ser oferecido um pequeno lanche aos visitantes ou, então, a visita poderá terminar pela exibição de um filme ou mesmo pela projeção de “slides” ou “filmstrips”.

Para as secções infantis, este é um recurso extremamente valioso. As escolas serão visitadas pelo bibliotecário, convidando-se as diversas turmas para a visita protocolar à Biblioteca. As turmas serão acompanhadas pelas respectivas professoras, marcando-se horários diversos para os diferentes anos ou séries da Escola. Depois de explicada e visitada a secção infantil da Biblioteca, a visita terminará com uma “hora de histórias”, para os menores e, para os maiores, numa hora comentários dos livros mais interessantes, mostrando-lhe e resumindo as histórias nele contidas.

Cartazes – Um bom mimeógrafo é o melhor auxiliar do bibliotecário para a publicidade. E, também, uma pessoa que saiba lidar com ele, é claro. Além que se especialize em trabalhos de duplicação, conhecendo todos os recursos oferecidos pela máquina – impressão a cores, tamanhos reduzidos, etc.. Com isso, poderá organizar a Biblioteca uma série de folhetos para distribuição interna, tais como: bibliografias de assuntos de interesse, anúncios

de novos serviços, alterações em regulamentos, etc.. Se tais folhetos puderem ser ilustrados, melhor. Uma boa ilustração oferece ou revela uma ideia em menos tempo do que se gasta por explicá-la em um parágrafo.

Cartazes são de fácil confecção na própria Biblioteca, empregando-se cartolinas coloridas, recortes de revistas e letreiros desenhados com normógrafo. Podem ser utilizados para dar a conhecer a localização dos diversos setores da Biblioteca, horários, regulamentos, etc..

Em casos especiais, poderão ser confeccionados, em tipografia, cartazes coloridos, com desenhos e frases sugestivas, para serem distribuídos em pontos diversos da cidade, tais como: estações, halls de hotéis, abrigos de coletivos, repartições públicas, etc.. Desses cartazes deve constar, evidentemente, o endereço da Biblioteca.

Em todas essas mensagens têm de ser dada a maior importância à forma de extensão, que deve, sempre, ser encaminhada no sentido de persuadir e convencer, sendo capaz de produzir sentimentos simpáticos para com a Biblioteca. Todo anúncio, cartaz ou ilustração deverá levar o leitor a passar pelas etapas de:

- atenção;
- interesse e;
- ação.

Levar, portanto, os leitores a procurar os serviços ou a leitura por eles recomendados.

Vitrines – Toda Biblioteca Pública deve dispor de duas ou mais vitrines, para exposição de livros e outros materiais de publicidade. Se possível, essas vitrines deverão ser externas, isto é, estar colocadas na fachada do prédio. Na falta de vitrines externas, as internas ficarão localizadas no hall da Biblioteca, em local de passagem obrigatória dos leitores.

São múltiplas as utilidades das vitrines de uma Biblioteca. Poderão ser usadas para exposições de livros novos, de livro sobre determinado assunto, de objetos relacionados com algum acontecimento marcado na localidade, enfim, poderão integrar-se no plano já preparado para a publicidade geral da Biblioteca. É preciso que se escolham um encarregado do ornamentar as vitrines. Essa pessoa será sempre em mente a finalidade da vitrine da Biblioteca: atrair leitores. Em dois minutos apreende-se o conteúdo de uma vitrine, desde que a ideia exposta seja clara e simples.

O encarregado da ornamentação poderá organizar uma parte com recortes de ideias e sugestões, guardando material que possa vir a ser utilizado oportunidade: jaquetas de livros, papéis coloridos, revistas, mapas, cartolinas, pedaços de tecidos, etc., além de letras de madeira, gesso ou de qualquer outro material.

Dois pontos são essenciais ao arranjo de uma vitrine: seleção de livros interessantes; escolha de uma frase bonita e sugestiva para explicar o conteúdo e a ideia da vitrine. Não é necessário que se escolha uma frase muito original. As mais simples são, muitas vezes, mais sugestivas. As ideias muito complicadas ou muito sutis sempre fracassam. Deve-se escolher uma ideia central que possa ser facilmente apreendida.

As exposições de objetos de arte ou curiosidades são excelentes, principalmente para as vitrines internas da Biblioteca.

Nunca se esquecer: a competição das vitrines da Biblioteca com os estabelecimentos comerciais é dura. Somente a originalidade das ideias poderá levar as vitrines da Biblioteca a sobressair num centro comercial. Bom gosto, antes de tudo.

Jornais – A imprensa local é um dos melhores meios de comunicação da Biblioteca com seus leitores e possíveis leitores.

Realizam uma publicidade de âmbito geral, pois o jornal não sofre limitações de assunto. E, também, é acessível a todas as bolsas. Dificilmente se encontra alguém que deixe de comprar o jornal diário.

Os jornais têm necessidade de noticiários de interesse local. E a Biblioteca oferece oportunidades para isto. São, portanto, ótimo veículo para a Biblioteca que não dispõe de grandes recursos para imprimir seus próprios folhetos.

Pode-se conseguir e aumentar a boa vontade e simpatia do pessoal da imprensa para com a Biblioteca, oferecendo-lhe serviços, fazendo-os conhecer os recursos bibliográficos à sua disposição, convidando-os a visitar e conhecer a Biblioteca, enfim, procurando auxiliá-lo em suas necessidades.

O jornal pode ser utilizado para a publicação de avisos da Biblioteca: instalação de novos serviços, alterações no regulamento, realização de conferências, exposições, etc. Pode-se fazer publicar listas de livros recentemente adquiridos; estatísticas dos empréstimos realizados, constituem estímulo para novos-leitores.

Além disso, poderá a Biblioteca manter, muitas vezes, em suplementos literários, secções de críticas de livros, de comentários, etc., naturalmente sobre livros existentes em suas coleções.

Finalmente, a Biblioteca poderá ser objeto de reportagens feitas pelo próprio jornal, focalizando aspectos curiosos de seus serviços ou inaugurações de novas secções.

As notícias poderão ser redigidas pela própria Biblioteca. Para isto, lembrar-se que deverão ter um caráter geral, de interesse para muitos. Quando se tratar de noticiar algum acontecimento que seja, mesmo “notícia”, saindo na época apropriada não posteriormente ao acontecimento. Em noticiário de jornal é muito importante a precisão. A falta de tempo leva os leitores a se contentarem com os primeiros parágrafos de

um artigo. É preciso, portanto, que o primeiro parágrafo de uma notícia contendo os fatos importantes: Que? Quando? Onde? e Porque?

Sempre que possível, incluir fotografias nas notícias sobre a Biblioteca.

As notícias de caráter informativo em geral nunca constituem matéria paga em Jornais. Com a boa vontade do pessoal da imprensa, pode-se conseguir a publicação de entrevistas e reportagens, de vez em quando, seu que isto acarreta despesas para a Biblioteca.

Rádio – A publicidade radiofônica é das mais eficientes. Consegue-se com facilidade que essa publicidade desperte a simpatia do público.

Vantagens da publicidade radiofônica: é, antes de tudo, direta. Pode ser apreendida muito mais rapidamente que a notícia lida. É ouvida, porque um determinado programa está sendo ouvido e a capacidade coletiva de ouvir é muito maior que a de ler. Centenas são as pessoas que têm por hábito trabalhar ouvindo rádio, principalmente as donas de casa. Milhares de pessoas podem ouvir, simultaneamente, ao passo que a leitura é individual e um anúncio em jornal pode passar despercebido. A combinação desses fatores torna a publicidade radiofônica mais fácil e, portanto, mais eficiente e popular.

A publicidade pelo rádio pode ser classificada em cinco tipos: citações; anúncios musicados, anúncios ligados a qualquer tipo de programa, como, por exemplo, um jogo de futebol; programa de studio propriamente dito e programas patrocinados.

A Biblioteca pode obter a irradiação de pequenos avisos, anúncios, etc., em jornais falados, isto gratuitamente.

Poderá, também, encarregar-se de um programa de caráter educativo, de interesse geral. Todas as estações, mesmo as estritamente comerciais, reservam determinados horários a atividades educacionais. Nesses horários, a Biblioteca poderá figurar, apresentando pro-

gramas interessantes de crítica de livros, entrevistas com autores, com o próprio pessoal da casa, etc.. Tais programas deverão ser preparados como se prepara um artigo para o jornal – isto é, de maneira atraente, com informações de caráter geral. Até mesmo a promoção de mesas redondas ou discussões em grupo, sobre assuntos literários, poderão ser tentadas.

Não é de todo impossível que a Biblioteca encontre um patrocinador para os seus programas, desde que saiba organizar qualquer coisa atraente. Uma série de palestras educativas, por exemplo, sobre assunto atual, poderá conseguir boa aceitação.

Existem, no Brasil, várias estações de rádio governamentais, com finalidades educativas. Dia virá em que essas estações, em colaboração estreita com as Bibliotecas, serão realmente educativas. Promoverão a irradiação de programas especiais para as escolas, a exemplo do que se faz nos Estados Unidos. Todas as classes do sistema escolar local possuem aparelhos receptores. Em horário previamente estabelecido, são irradiados programas especiais para a determinação série – geografia, história, línguas, etc.. Os professores, após a irradiação, limitar-se a dar explicações complementares e a fazer a verificação do aprendizado.

A televisão – A televisão apresenta-se como um dos meios mais modernos de publicidade, muito embora seu emprego, no Brasil, não tenha atingido ainda a maioria. É uma publicidade cara. Evidentemente, muito mais eficiente que os demais meios, apesar de atingir somente determinada classe da população e aquela, justamente, que não precisa tanto da Biblioteca Pública.

A publicidade da Biblioteca pela televisão só poderá ser feita em bases gratuitas, participando de programas educativos, de noticiários gerais. Será difícil conseguir-se o patrocínio comercial de uma programação da Biblioteca, uma vez que a publicidade da televisão brasileira tem se baseado, ultimamente, em prêmios e recompensas

aos ouvintes. Poderá ser tentada, entretanto, a colaboração em determinados programas de cunho cultural, como, por exemplo, mesas redondas e grupos de discussões sobre livros, filmes, problemas educativos, etc.. Tudo dependerá da penetração que o Diretor da Biblioteca tenha conseguido no ambiente cultural da cidade. Se for ele uma pessoa de reconhecido mérito, naturalmente será convidado a participar dos programas educativos da localidade.

Cinema – O cinema, como fator de difusão dos mais poderosos da nossa época, exerce notória influência nos costumes de todos os povos civilizados.

É um dos meios de publicidade mais diretos. Como a televisão, o assistente vê, escuta e lê.

Infelizmente, é também um dos meios caros de publicidade. Poucas serão as Bibliotecas Públicas que terão recursos suficientes para mandar filmar, de maneira interessante e atraente, suas instalações e serviços. Há, depois, o problema da distribuição desse filme. Para maior eficiência, deveria ele ser exibido em casas de diversões públicas, como complemento às secções comuns. É difícil que se consiga essa exibição.

Deverá, então, a Biblioteca desprezar o cinema como meio de publicidade?

Muito ao contrário. Há recursos que poderão ser utilizados. Um deles, será conseguir a inclusão de qualquer noticiário da Biblioteca nos jornais cinematográficos comuns, mediante o pagamento de taxas estipuladas. Nesse caso, desaparecerá, também, o problema da distribuição do filme. O jornal será exibido em quase todo o país. Uma notícia de dois a três minutos será suficiente e de um alcance incalculável para o conhecimento da Biblioteca.

Em quase todos os Estados brasileiros há Departamentos de Informações, especialmente encarregados de promover a publicidade

das realizações governamentais e o fazem, principalmente, através do cinema. Será bastante razoável que esses departamentos incluam em seus programas, noticiários relativos às Bibliotecas Públicas.

Da mesma forma, poder-se-á aproveitar o hábito de exibirem os cinemas, no início das sessões, “slides” de anúncios. Um cartaz atraente, anunciando a Biblioteca, seus serviços, horários, etc., poderá ser transformado em “slide”, com pequena despesa. E não será impossível conseguir-se sua exibição gratuita, uma vez que a Biblioteca é instituição educacional, nada cobrando pelo uso.

Além da publicidade direta, há outro recurso de que as Bibliotecas podem lançar mão, empregando o cinema: a realização de sessões cinematográficas, dentro da Biblioteca. Para isto, poder-se-á entrar em acordo com Entidades que dispõem de filmes para empréstimo, uma vez que as filmotecas são ainda sonho para as Bibliotecas Públicas brasileiras. Existem, além dos organismos governamentais de cinema educativo, os escritórios comerciais e culturais de países estrangeiros que possuem filmes e aparelhagem para exibições públicas. Em caso de haver disponibilidades financeiras, os filmes poderão ser alugados.

As sessões cinematográficas da Biblioteca deverão obedecer a horários regulares semanais, por exemplo. Uma boa sugestão será realiza-las no horário de almoço, a exemplo do que se faz na Biblioteca Pública de New York. Dessa maneira, a grande maioria dos empregados no comércio e funcionários que se contentam com refeições ligeiras, as proximidades dos locais de trabalho, terão onde despende o tempo que lhes sobra, antes de regressarem às suas atividades.

CONCLUSÕES

Existe a necessidade de as Bibliotecas Públicas manterem um programa consciente de Relações Públicas, entrosamento os serviços que oferecem aos reais interesses dos leitores.

Além do programa de Relações Públicas, é necessário que se faça um plano publicitário eficiente, para tornar a Biblioteca Pública conhecida.

Para não sobrecarregar o orçamento da Biblioteca, os meios de publicidade a serem empregados deverão ser escolhidos entre os recursos gratuitos que toda comunidade oferece.

Belo Horizonte, 3 de dezembro de 1960



MOBILIDADE DOS BIBLIOTÉCARIOS REGISTRADOS NO CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 9ª REGIÃO CONSTANTES COMO ATIVOS EM CURITIBA¹⁶⁵

Telma Regina Espanhol de Barros

1. INTRODUÇÃO

Verificar o tempo de permanência do bibliotecário nos empregos por ele ocupados durante a carreira foi o principal objetivo desta pesquisa.

Sendo a biblioteconomia uma profissão relativamente nova, regulamentada pelo Decreto 56.725/65, tentou-se averiguar que motivos levam o profissional a mudar de emprego e em que circunstâncias este fenômeno ocorre.

Considerou-se para estes fins a mobilidade social no sentido horizontal, que é o deslocamento de pessoas de um grupo para outro, sem a implicação de mudanças de classe social.¹⁶⁶

A pesquisa foi dividida em quatro partes, referindo-se a dados pessoais, dados relacionados com trabalho, dados concernentes à

¹⁶⁵ Trabalho originalmente apresentado no III Congresso de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

¹⁶⁶ DICIONÁRIO de Sociologia. Rio de Janeiro, Globo, 1963. 377p. p. 266.

atualização e à atividade profissional após a aposentadoria.

Nos dados pessoais, caracterizou-se o tipo de profissional através da idade, estado civil, instituição onde realizam o curso de Biblioteconomia e Documentação e o ano de formatura.

Levantaram-se dados relacionados com o local de trabalho, o tipo de tarefa exercida pelo profissional, assim como os motivos que levaram a uma mudança de emprego, e em que tempo da carreira este fator ocorre com mais frequência. Obtiveram-se informações referentes aos profissionais que optaram pelo magistério superior. E ainda o nível de satisfação em relação ao atual emprego, juntamente com a jornada de trabalho.

Alcançaram-se dados relacionados com a atualização do profissional através do número de concursos e as características destes concursos, congressos, conferências, cursos de atualização e também o número de trabalhos publicados. Verificou-se a quantidade dessas formas de atualização, visto que um profissional mais preparado pode encontrar melhores oportunidades de trabalho.

Procurou-se coletar dados a respeito de profissionais aposentados e verificar a existência de novas oportunidades de trabalho.

Como universo da pesquisa, considerou-se todos os bibliotecários inscritos no Conselho Regional de Biblioteconomia – 9ª Região até julho de 1978 inclusive, e que residem na cidade de Curitiba.

Os dados foram coletados através de um formulário remetido aos 189 bibliotecários – salvo a três profissionais que estão no exterior para fins de estudo. Foram entregues pessoalmente 100 questionários com um retorno de 80; e o restante, que foi enviado pelo correio, com uma devolução de 24 através do mesmo meio. Oito dos bibliotecários não foram localizados, dois estão trabalhando em outra cidade no momento e um recusou-se a responder alegando que a coleta visa à consecução de dados estritamente particulares. O universo ficou

reduzido a 104 dos 175 formulários devidamente encaminhados, ou seja, houve um retorno de 59, 43%.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BIBLIOTECÁRIOS REGISTRADOS NO CONSELHO DE BIBLIOTECONOMIA - 9ª REGIÃO CONSTANTES COMO ATIVOS EM CURITIBA: ANÁLISE DOS DADOS

2.1. Dados Pessoais

Quanto às características pessoais dos profissionais, constatou-se que em relação ao estado civil 45, 19% são solteiros, distanciando pouco dos casados, com 47, 12%; são desquitados 4, 81%, enquanto que divorciados 1,92% e apenas um viúvo, ou seja, 0,96%.

Situa-se na faixa etária de 20 a 25 anos o total de oito profissionais (7, 69%); de 26 a 30 anos 28, 85% onde se encontra o maior número, seguindo depois de 31 a 35, 19, 23%. Entre 36 e 40, e 41 e 45 anos respectivamente 17, 31% e 6, 73%. Bibliotecária de 46 a 50 anos há um número de onze (10, 58%) e de 50 em diante uma representação de 9, 62%.

Pretendeu-se mostrar com a naturalidade a existência ou não de elementos provenientes de outros Estados. Entretanto, quase a metade dos pesquisados (43, 27%) não fez distinção entre naturalidade e nacionalidade, e respondeu como sendo brasileiro. Assim pelos elementos conseguidos, o Índice mais alto foi atingido pelos paranaenses com 49, representados por 47, 12%. Procedentes da Bahia e Rio Grande do Sul, verificou-se um elemento de cada Estado com 0, 96% individualmente. Vindos de São Paulo e Santa Catarina, foram respectivamente 2, 88% e 3, 85%, e, ainda um nascido no Cairo, Egito (0, 96%).

TABELA I**Instituições nas quais os bibliotecários se graduaram**

Instituições	Respostas	
	Universidade Federal do Paraná	98
Universidade Santa Ursula do Rio de Janeiro	2	1,92
Universidade Estadual de Londrina	1	0,96
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0,96
Escola de Biblioteconomia de São Carlos	1	0,96
Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo		
Total	104	100,00

Verificou-se que a grande maioria (94,24%) fez o curso na Universidade Federal do Paraná e aqui permanece. Ocorre com os elementos graduados em outras instituições de ensino superior uma mobilidade pequena (5,74%). Apesar de geograficamente a distância ser maior, a Universidade do Rio de Janeiro está aqui representada com 1,92%, contrastando com outros locais mais próximos como Londrina, com 0,96%.

2.2. Dados relacionados com o trabalho**TABELA II****Relação entre o tempo de permanência e a natureza do órgão em que trabalha**

Tipos	Tempo de permanência		
	Nº de respostas	Média de anos	%
Federal	64	6,0	25,42
Estadual	72	6,4	27,12
Municipal	11	6,0	25,42
Empresarial	29	2,4	10,17
Particular	64	2,8	11,87
Total	240	23,6	100,00

Foi considerado o total de números de empregos ocupados pelos bibliotecários durante sua carreira, o que soma a 240 empregos.

Através do ano de início e término do serviço, verificou-se o tempo de permanência no emprego de acordo com a natureza do órgão. Notou-se que o bibliotecário tende a ficar por mais tempo em órgãos públicos, com uma média de 6 anos nos federais e municipais, e 6,4 anos nos estaduais, representando um total de 77,96%. Nos empregos particulares, embora com um número de 64 respostas, a duração é pequena, dando uma média de 2,8 anos (11,87%). Nos órgãos empresariais, onde foram considerados todas as empresas, inclusive aquelas de economia mista, o profissional permanece por um tempo mais curto, com a média de 2,4 anos (10,17%).

Com relação ao tipo de vínculo de trabalho, o mais frequente na ligação empregatícia é o contrato, atingindo 50%, sendo que o bibliotecário tendo a permanecer durante a vigência desse contrato, atingindo uma diferença 12,09% dos profissionais nomeados. Já fizeram trabalhos particulares 10,83%. No que se diz respeito a outros vínculos, significa que 1,25% dos pesquisados tiveram a sua remuneração através de convênio ou verba especial. Ocupando o mesmo emprego, dois dos informantes (0,83%) foram contratados e nomeados sucessivamente.

2.2.1. Cargo ocupado no magistério

Dentre os informantes, 31 já serviram no magistério superior. Alguns foram trabalhar em bibliotecas ou em outras funções relacionadas com a biblioteconomia depois desta experiência; entretanto 7 optaram pelo magistério e ali continuam atuando. Como colaboradores e assistentes do ensino, constatou-se respectivamente 19,36% e somente 12,90% ocuparam o cargo de adjunto. Quanto aos professores titulares, provavelmente o conceito de cargos no magistério superior varia de instituição para instituição, o que se deduz do elevado número 16,13% atingido pelos professores titulares, considerada a dificuldade de acesso e importância do cargo na carreira.

Observou-se que 25% desses informantes lecionaram em diferentes instituições de ensino superior, e que, após certo tempo de ausência, voltaram a trabalhar em Curitiba, mas não no magistério.

Cargo ocupado na biblioteca

O número total de empregos ocupados é 209. Quanto ao cargo na biblioteca, observou-se que os profissionais tem atuado mais como bibliotecários e técnico-executivos, sendo respectivamente 50, 24% e 41,63%. Apenas uma pequena parte ocupou cargos de diretoria ou assessoramento representada por 3,35% e 4,78%. Houve três casos dentre os pesquisados que ocuparam no mesmo emprego dois cargos, sendo bibliotecário e técnico-executivo, bibliotecário e assessor e bibliotecário e diretor, com um total de 1,44% nesta situação.

2.2.3. Tipos de bibliotecas

Verificou-se que os tipos de bibliotecas em que o profissional trabalha, atinge quase um mesmo índice de bibliotecas públicas e universitárias, com 21,53% e 23,92% na ordem. Nas bibliotecas escolares 14,35%, distanciando muito das bibliotecas infantis caracterizando por 1,92%. Constatou-se que outros tipos de bibliotecas foram especificadas como sendo particulares com um total de 1,92%; as especiais alcançaram 5,26%.

O maior número foi atingido pelas bibliotecas especializadas (31,10%). Este fator se justifica porquanto são as que oferecem melhores oportunidades de trabalho. Através de uma coleta de recortes de jornais feita pela bibliotecária Silvia Maria Peres Lacerda, contendo anúncios de empregos, verificou-se que são oferecidas excelentes condições de trabalho, inclusive com assistência médico-odontológico extensiva aos familiares, sábado e domingo livres, 30 dias de férias, 13º salário, gratificação de férias, etc.

Uma observação quanto à natureza do órgão e o tempo de permanência (TABELA II), parece revelar que apesar das condições de

trabalho, o profissional permanece pouco tempo na biblioteca especializada, tratando-se aqui da biblioteca empresarial, visto que os anúncios se referem a este tipo de biblioteca.

TABELA III

Motivos alegados para mudar de emprego

Motivos	Respostas	
Salário baixo	36	26,86
Sobrecarga de serviço	13	9,70
Falta de ambientação	2	1,50
Conhecimentos inadequados	2	1,50
Melhores perspectivas de trabalho	31	23,13
Mudança de residência	13	9,70
Outros	37	27,61
Total	134	100,00

Constatou-se que houve 134 mudanças de emprego por vários motivos. O salário baixo e a oportunidade de encontrar melhores perspectivas de trabalho foram fatores que atingiram 26,86% e 23,13% respectivamente. A falta de ambientação e os conhecimentos inadequados não influíram muito na mobilidade, tendo atingido um total de apenas 3%. Verificou-se que 9,7% dos bibliotecários mudaram de emprego por sobrecarga de serviço e o mesmo número foi constado por mudança de residência.

Motivos outros, porém, 27,61% superaram os acima discriminados. Foram especificados onze que serão analisados individualmente e considerados como 100%. Com o término do serviço 35,14% perdeu o emprego. O maior número dos profissionais que fizeram concursos foram nomeados para outros órgãos e este também foi um fator para a mobilidade e ocorreu com sete bibliotecários, ou seja 18,92%. O motivo “cansado da profissão” aconteceu com 10,81%. Bibliotecários que ocuparam o cargo temporariamente porque estavam substituindo, deixaram-no quando o titular voltou, representando 8,11%. Com

a extinção da biblioteca, dois (5,41%) perderam o emprego: este mesmo índice ocorreu com fatores como aposentadoria e o término de contrato. Motivos como a falta de valorização da profissão, problemas particulares, viagem e doença também contribuíram para a mudança de emprego e foram representados por 2,7% individualmente.

Verificou-se que a maioria dos bibliotecários (85,52%) trabalhou logo no início da carreira, ou melhor, logo no primeiro ano de formado, enquanto que 4,81% e 3,85% demoraram respectivamente 1 e 2 anos após graduarem-se, com 3 anos ou mais após a formatura 5,77%.

Os pesquisados mudaram mais de emprego no início da carreira, fenômeno que ocorre principalmente nos primeiros cinco anos após a formatura. Para a constatação dos dados foi feita a média do número de anos.

Os bibliotecários formados no período de 1952, quando iniciou o Curso de biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal do Paraná, a 1956 e estando atualmente com mais de vinte anos de profissão foram os que tiveram mais oportunidades de mudar de emprego no decorrer da carreira; em contraste, os profissionais graduados após 1973 só tiveram chance de mudar de emprego nos primeiros anos que iniciaram na carreira. Entretanto, apesar da diferença de tempo disponível para efetuar as mudanças ser de cinco anos em oposição aos primeiros que tiveram vinte anos a mais, houve um número elevado de mudanças neste grupo, atingindo uma média variável de 3,85 em 1973 e 1,11 em 1977.

Observou-se que nos anos intermediários, ou seja, no período de 1957 a 1961, onde os profissionais com até vinte anos de carreira tiveram oportunidades de mudança com características diferentes, entretanto a concentração maior coube nos primeiros cinco anos. O mesmo fator ocorreu nos anos seguintes, entre 1962 e 1971, apesar de neste período o bibliotecário ter mudado de emprego mesmo estando com até dez anos de profissão. Verificou-se que o maior índice nestes

anos concentrou-se no início, variando de 100% em 1965 até 50% em 1968, onde se registrou a maior porcentagem.

2.2.4. Aspectos profissionais¹⁶⁷

O maior número de respostas em relação ao atual emprego, está concentrado em razoavelmente satisfeitos (30,30%) e satisfeitos (45,46%). Apenas 10,10% dos bibliotecários estão insatisfeitos, equilibrando com 14,14% que estão muito satisfeitos.

O salário que recebe proporcionalmente à jornada diária de trabalho é razoável, visto que este item obteve o maior índice (45,45%). Este fato ocorreu também num estudo feito em Belo Horizonte, onde os pesquisados apresentaram essas mesmas características.¹⁶⁸ Consideram insuficiente em relação ao número de horas que trabalharam em contraste com o que recebem 1,11%. Os itens suficiente e bom atingiram a 28,29% e 15,15% respectivamente.

Com relação ao número de empregos ocupados atualmente, a grande maioria (81,82%) dos bibliotecários ocupa um emprego. Entretanto 17,17% exercem atividades em dois locais ao mesmo tempo; e ainda 1,01% ocupam três empregos. Não foi constatado bibliotecário algum que tenha mais de três atividades em precatórias simultâneas.

Verificou-se que na jornada diária de trabalho, grande parte dos pesquisados (54,32%) trabalha oito horas por dia, considerando uma semana de cinco dias; 27,16% atuam seis horas, enquanto que 11,11% cinco horas e apenas 6,17% trabalha meio período, ou seja, quatro horas. Somente 1,24% exerce a profissão durante três horas diárias. Não ocorreu o número de sete horas de trabalho.

Dos bibliotecários com uma jornada diária de trabalho em diferentes empregos, somou o número de 18. Onde 5,55% atuam doze

¹⁶⁷ Houve a omissão de respostas por cinco pesquisados, sendo 4 deles aposentados e um por não estar atuando como bibliotecário.

¹⁶⁸ POLKE, Ana Maria Athayde et al. Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte. Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 5(2): 171, set. 1977.

horas diárias, sendo oito horas em um e quatro em outro emprego. Ocorre com onze horas 16,66% e 11,12%, totalizando 27,78%, sendo que o número de horas de um e outro é diferente, com 11,12% acontece no total de oito e quatro horas. O informante que trabalha em três empregos atua cinco, três e uma hora respectivamente, com 5,55%.

O maior número de bibliotecários trabalha seis horas em dois turnos com 22,22%. Verifica-se, entretanto, que aqui também não ocorre o número de sete horas de trabalho. Agrupando-se as horas, verifica-se que 44,45% dos bibliotecários trabalha de dez a doze horas e 55,55% entre seis e nove horas.

2.3. Dados relacionados com as formas de atualização

Procurou-se verificar a possibilidade de o bibliotecário mais atualizado ter condições de mudar de emprego com mais frequência. Foi considerado como sendo formas de atualização o número de vezes que o bibliotecário participou de concursos, cursos de atualização, congressos, conferências, e ainda a quantidade de trabalhos publicados e concursos em que foi aprovado.

Uma análise parcial dos dados revela que os bibliotecários formados nos primeiros cinco anos do Curso de Biblioteconomia e Documentação, ou seja de 1952 a 1956, foram os mais beneficiados em relação as formas de atualização, com um total médio nestes anos de 35,57%; entretanto as oportunidades de emprego variaram de 2 a 19 no período.

Analisando o período de 1972 a 1977, verificou-se uma quantidade maior de transição nos empregos, quantidade esta que os informantes tiveram entre cinco e vinte e sete empregos; no entanto o nível de atualização é baixo, girando em torno de 5,19% e 1,07% neste período, totalizando 14,20%. A porcentagem menor nesta fase justifica-se pelo fato de os profissionais formados nestes anos não terem tido grandes oportunidades ainda.

Na fase intermediária, entre 1957 e 1961 houve uma queda em relação aos anos anteriores, apesar de 1961 estar sem nenhuma representante, o total é de 14,70%, variando de 3% a 5,8% concernentes a atualização. Nos cinco anos que sucedem, embora exista também um ano sem representantes, ocorre uma melhora no nível de atualização que está em torno de 4% a 5%, a diferença entre os números é pequena, totaliza 17,75%; e os bibliotecários deste período tiveram de dois a três empregos. Novamente entre os anos de 1967 e 1971 ocorre outra queda nas formas de atualização, que vai de 2,5% até 3,8% totalizando 14,78%, praticamente o mesmo índice que ocorreu no período de 1957 a 1961.

Verifica-se uma oscilação no decorrer dos anos, em períodos de cinco em cinco anos, ocorre uma alta e sucessivamente uma queda.

Com uma análise dos dados foi possível perceber que dentro das formas de atualização o profissional é mais dado aos cursos e as conferências, visto que estes atingiram as maiores médias; e menos a publicar trabalhos. Não ocorre uma participação muito assídua nos congressos. Entre o número de concursos do qual o pesquisado já participou e aquele onde foi aprovado ocorre uma diferença pequena, verificando que existe grande aprovação nos concursos de que os bibliotecários participam.

Verifica-se que a atualização nem sempre influi diretamente nas mudanças de emprego, o fato é que o fenômeno ocorre, mas não na mesma proporção.

Observou-se, entretanto, que os professores da Universidade Federal do Paraná, excluindo os professores colaboradores, são os profissionais mais atualizados.

Procurou-se verificar a possibilidade de o profissional encontrar melhores oportunidades de emprego através de concursos; entretanto foi analisado somente a respeito da natureza do último concurso. Assim sendo, da grande maioria dos bibliotecários (81,08%) o

último concurso prestado foi público, onde os profissionais tiveram a chance de mudar de emprego quando aprovados, e apenas 18,92% prestaram concurso interno, visto que a ascensão dentro do próprio emprego não ocorre com frequência.

Observou-se características do último concurso em que os bibliotecários já tiveram a oportunidade de participar. Características como prova de títulos e “curriculum vitae”, alcançaram a porcentagem de 6,76% para cada um; enquanto que para prova de conhecimento 16,22%, número elevado em relação às características anteriores. Nos concursos prestados, às vezes, diversas características somam a combinação dos três itens citados acima. O maior índice foi atingido pelo item que reúne as três alternativas com um total de 29,72%. Depois, 16,22% que fizeram prova de títulos e de conhecimentos, contrastando com a combinação de prova de conhecimentos e “curriculum vitae”, com 6,76%. Em relação a alternativa que destinou-se a outros concursos, atingiu-se a 4,05% e foi especificado como sendo prova didática.

2.4. Dados relacionados com a aposentadoria

Procurou-se verificar as possibilidades de aproveitamento do bibliotecário depois de aposentado. Entre os informantes cinco encontram-se nesta situação, sendo que três deles continuam atuando profissionalmente e dois deixaram de trabalhar; estão representados respectivamente por 60% e 40%.

Destes que continuam exercendo a profissão, notou-se que o trabalho desenvolvido está diretamente relacionado com a carreira anterior.

A participação do profissional aposentado é mais desenvolvida nos serviços esporádicos, atingindo uma porcentagem de 66,67%. Ocorreu apenas um pesquisado atuando no serviço público. Verificou-se que nem sempre o serviço esporádico é o particular.

Aposentado encontrou várias formas de desempenhar o seu papel sem depender de uma obrigação fixa. Desenvolve atividades relacionadas à organização de bibliotecas, faz referência bibliográfica de trabalhos, e ainda serviços de catalogação e classificação. O profissional que está no serviço público atua no magistério.

3. CONCLUSÃO

Realmente existe uma mobilidade de trabalho dos bibliotecários. Parece ser este fato um bom sinal, visto que se ocorrem mudanças, satisfatórias ou não, o profissional tem oportunidade de encontrar algo melhor.

As principais mudanças ocorridas durante os vinte cinco anos foram principalmente em virtude de má remuneração e falta de estabilidade funcional. Hoje em dia, há mudanças por estes motivos, mas eles estão mais relacionadas com a possibilidade de melhores perspectivas de trabalho, procurando o bibliotecário cada vez mais desempenhar o seu verdadeiro papel.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 9ª REGIÃO. Lista de endereços dos pesquisados. Curitiba, 1978.

CUNHA, Murilo Bastos da. O bibliotecário brasileiro na atualidade. Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 5(2): 178-94, set. 1976.

DICIONÁRIO de sociologia. Rio de Janeiro, Globo, 1963. 377 p.

HAVARD-WILLIAMS, P. S.E.O.: A biblioteconomia no Brasil. Rev. Bibliotecon., Brasília, 3(1): 3-15, jan./jun. 1975.

POLKE, Ana Maria Athayde et al. Análise do mercado de trabalho em Belo Horizonte. Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 5(2): 165-77, set. 1976.



BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIO¹⁶⁹

Maria Dorothea Barbosa

Pode-se dizer que as bibliotecas são quase tão antigas quanto à civilização e com ela nasceram. Hoje, porém, elas e os bibliotecários têm um sentido totalmente distinto daquele que, ainda alguns, lhe atribuem.

Biblioteca não é o lugar onde os livros se encontram alinhados nas prateleiras e, tampouco, o bibliotecário é um arrumador de livros, como muitos querem crer.

Biblioteca também não é um depósito para o qual se mandam os livros indesejáveis, ou porque estão ocupando um lugar precioso em nossa casa, ou porque não nos são úteis. Estantes cheias de livros não constituem biblioteca.

O bibliotecário não é, necessariamente, a pessoa que nos “acha” os livros, quando não os encontramos ou não sabemos como localizá-los.

Tempos houve, bem longe, em que a pessoa indicada para dirigir uma biblioteca era um intelectual, amante de livros ou bibliófilo.

Disse certa vez o presidente Woodrow Wilson que “diretor é um homem de ação; um intelectual, como eu, não pode ser diretor, constituindo mesmo um verdadeiro perigo em cargos de direção, a menos

169 Trabalho originalmente apresentado no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, em 1961.

que, cômico de suas limitaçoões, tome medidas para pôr um paradeiro na sua perpétua disposiçãoo para pensar e ouvir, mais nunca de agir”. Tampouco, apenas gostar de livros é condiçãoo para trabalhar em bibliotecas.

A missãoo do bibliotecário é muito mais complexa e de horizontes de maior amplitude. É preciso antes de tudo que seja um especialista em “informaçãoo”; que conheça o mundo dos livros; que saiba onde encontrar a informaçãoo solicitada pelo leitor, quer seja em livros, jornais, revistas, folhetos, recortes, ou em textos gravados; que conheça Administraçãoo para se, quando solicitado, esteja apto a exercer funçõoes de chefe ou diretor; que saiba como organizar uma biblioteca a fim de poder orientar o arquiteto, quando da construçãoo do prédio adequado. Cabe aii, ao bibliotecário informar a funçãoo da biblioteca e ao arquiteto traduzir as necessidades físicas ou funcionais em uma estrutura eficiente e harmônica, e não, como soa acontecer, a funcionalidade do prédio seja sacrificada em favor da estética.

Biblioteca é um conjunto indivisível, constituído por livros, pessoal e prédio.

A geraçãoo atual dispõe, para complemento de sua vida, de bibliotecas organizadas com esplêndidas coleçõoes de livros, filmes, discos, gravura; bibliotecas infantis, com suas “horas de história”; bibliotecas escolares e universitárias para complemento das aulas; bibliotecas públicas extensivas aos bairros; bibliotecas de museus de arte, de história ou de ciências naturais; biblioteca de fábricas e bancos.

A erudiçãoo do antigo bibliotecário vem cedendo terreno à especializaçãoo. Aos poucos vãoo surgindo os especialistas para essas bibliotecas, aptos a identificarem todos os processos de gravuras, escolas de arte, ou de distinguirem um artrópode de um coleóptero; de dedicarem-se à música ou as ciências biológicas, sob seus múltiplos aspectos.

Nenhuma outra carreira oferece tanta facilidade de opção, dentro das atividades condicionadas a sua formação ou inclinação, mesmo quando o grau de cultura do meio social não atingiu um desenvolvimento capaz de conceituá-lo acertadamente, como é de lamentar entre nós.

A Biblioteconomia no Brasil é uma carreira ainda jovem, dando os primeiros passos. O bibliotecário é, por isso mesmo, uma espécie de pioneiro no campo de suas atividades profissionais, cujo exercício é árduo, porque cheio de responsabilidade funcional é, ao mesmo tempo, um combatente dos preconceitos anacrônicos.

É preciso, no entanto que os Poderes Públicos compreendam e apoiem sua causa, permitindo, mediante concurso a previsão dos cargos de bibliotecários nos vários institutos governamentais que possuem bibliotecas, e que se criem bibliotecas as escolas, em obediência a Lei de Diretrizes e Bases de Educação.

Nossos pais e avós, que não tiveram melhores oportunidades de educação em sua juventude acreditam no desenvolvimento da educação do adulto através das bibliotecas. E elas variam, como variam as nações do mundo. Um elemento, porém, as caracterizam – sua renovação constante. Elas são o reflexo das aspirações de todos aqueles que almejam os benefícios de uma verdadeira democracia – tanto no que diz respeito à tranquilidade de espírito como a estabilidade econômica.



O BIBLIOTECÁRIO: este desconhecido¹⁷⁰

Nice Menezes de Figueiredo

O propósito desta comunicação é apresentar uma série de fatos, em grande [parte] conhecidos por muitos bibliotecários, e as consequências deles advindas, trazendo uma despreziosa contribuição, baseada em nossa experiência pessoal.

Tratamos nesta comunicação, de generalidade do desconhecimento do que é a profissão de bibliotecário, e dos problemas advindos deste desconhecido.

Iniciaremos, citando as palavras de um dos maiores vultos do nosso século o papa Pio XII – ditas em 1951, quando por ele foram recebidos os congressistas que participaram do Congresso Mundial de Documentação, realidade em Roma:

[...] Que se pense, só por um momento, nas exasperadas perdas de tempo, na fadiga enervante e estéril dum cientista, dum escritor, dum conferencista, dum homem de ação, obrigado, ele próprio, a “caçar” os documentos, reunir, copiar, ordenar, utilizar seu material sempre muito incompleto, e, às vezes, muito pouco exato...”

Vós vos preocupastes com esta dificuldade e é para resolvê-la que se aplicam vossos institutos, vossas federações, vossos centros e vosso presente congresso. Essa organização é, na sua unidade, duas complexidades assustadoras. Ela supõe – sempre em colaboração, já se vê, em ligação permanente e estreita – os “ofícios” os mais diversos, dos quais vosso programa dá uma ideia sumária. Pesquisas,

170 Texto originalmente apresentado no I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Recife, 1954.

colecionamento, às vezes traduções de documentos – análise dum número incalculável de livros, revistas e jornais – transcrição e reprodução, graças aos processos modernos de cópias em números suficiente, que, às vezes, é muito grande – classificação de peças, de resumos, de fichas – Índices remissivos e referências múltiplas – postas ao alcance dos que precisam; e se a tudo isso acrescentássemos a complacência de guiar, muitas vezes, orientar ou aconselhar os pesquisadores, esse conjunto de coisas não daria senão um breve resumo da vastidão, mas também da utilidade inestimável da tarefa por vós assumida [...]

Citaremos, agora, outra observação digna de nota, proferida por um cientista – a quem o bibliotecário está intimamente ligado em seu trabalho: Madame Curie, já em 1922, como membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, nome dado pelo Conselho da Sociedade das Nações, entre outros nomes ilustres, e figurando como vice-presidente desta Comissão e fazendo parte do Instituto de Cooperação Intelectual de Paris, afirmava ser necessária iniciar a “luta com o que (ela) chama de anarquia do trabalho científico no mundo”.

Aquela época a insigne sábia antevia a necessidade inadiável da organização internacional dos serviços, os quais somente o bibliotecário, pela sua formação técnica, é capaz de realizar.

Atualmente, nos países europeus e na América no Norte, já existe uma concepção bastante clara do que seja uma biblioteca e sua imensa utilidade como veículo da cultura. Naqueles países os bibliotecários tem uma posição à altura do seu cabedal de conhecimentos e são a eles confiados postos-chaves em importantíssimas organizações de pesquisas técnicas e científicas. Por ocasião da 26ª Conferência Geral da FID, realizada em julho de 1960 no Rio de Janeiro, tivemos prova disto, quando acolhemos bibliotecários ilustres que ocupam importantes posições em seus países de origem.

No Brasil, entretanto, tal não acontece, com raríssimas exceções. Os bibliotecários brasileiros ainda são considerados meramente como funcionários comuns, as quais não se conhece nem a formação, nem as atribuições específicas da profissão.

Acreditamos que, entre nós, somente os próprios bibliotecários é que sabem o que são, o que representam e valem numa sociedade; são os únicos a terem ciência as atribuições específicas de suas funções e das responsabilidades de sua posição; os únicos, ainda, a sabermos quais os conhecimentos, aptidões, e, finalmente, quais diplomas possuem.

E este desconhecimento tem sido sempre um problema para o bibliotecário no desempenho de suas atividades, pois se a função primordial do bibliotecário é a de servir aqueles que procuram a biblioteca, como executar bem este mister, se aqueles que a procuram desconhecem o que lhe pode ser oferecido, e por quem?

E se este fator tem se constituído em sério problema nas relações com o consulente, maior se torna nas relações do bibliotecário com seu ambiente de trabalho, pelas dificuldades que acarreta nas relações com os superiores diretos, que na maioria das vezes “não entendem bem” as atribuições do bibliotecário, esses têm conhecimento dos serviços executados na secção por ele dirigida.

Citamos com único exemplo, que julgamos ser suficiente, tal a sua significação, do que semelhante desconhecimento acarreta em prejuízo de toda a classe, quando se tratou, nos altos órgãos competentes, frise-se, da reclassificação dos cargos do funcionalismo público do Estado de São Paulo, a profissão de bibliotecário foi classificada entre aqueles de “Cultura e Ação Social”. Mas quando foi dada a referenciada para a função, surgiu a prova do desconhecimento da profissão, pois o bibliotecário foi diminuído em seu valor, e uma função puramente intelectual foi equiparada a outras braçais e manuais, como a de alfaiate e a de eletrotécnico (não engenheiro).

Achamos sumamente oportuna esta ocasião, em que se resolve de maneira mais positiva a elevação da carreira de bibliotecário a nível superior, de se tratar também da difusão do conhecimento do que

seja a profissão de bibliotecário. É nossa teoria que jamais conseguiremos tal pretensão na prática, isto é, poderemos ter nossa carreira elevada a nível superior, mas não seremos conhecidos como portadores de diplomas universitários, se não cuidarmos ao mesmo tempo, de tornar conhecida a profissão de bibliotecário, em todos os seus ângulos de atividades.

Enquanto o bibliotecário for tido como “guardador de livros” e “confeccionador de fichinhas”, enquanto julgarem o bibliotecário apenas como uma pessoa cuja função é a de entregar as obras ao consulente, jamais teremos o reconhecimento da importância da nossa profissão.

Enquanto nos tivermos em conta somente como moças – com exclusas aos dignos cavalheiros que nos honram como colegas – que ganham bem e nada produzem de útil, e que passam o tempo em sua repartição na leitura dos livros da biblioteca, ou de “revistas que guardam em suas mesas de trabalhos”, enquanto formos assim julgados, repetimos, não atingiremos a altura que desejamos.

E é necessária fazer chegar o conhecimento da profissão de bibliotecário, quanto ao leitor a quem vamos servir, afim de que ele saiba como lhe poderemos ser útil, como, e principalmente, as autoridades constituídas, pois sem o apoio das mesmas, nosso serviço não pode ser realizada de maneira satisfatória.

Abordaremos a seguir, as consequências resultantes ao bibliotecário no desempenho de suas funções, dentro desta atual ordem de coisas.

Há poucos anos atrás, uns três anos ou mais, foram criadas pelo Governo do Estado de São Paulo, várias faculdades pelo interior – não nos cabe aqui comentar a oportunidade ou propriedade de tais atos, mas sim apresentá-los sob o ângulo que nos interessa – e, como órgãos vitais destas faculdades, criaram-se as bibliotecas.

Pela nossa experiência, e por contatos mantidos com colegas cujo campo de trabalho se assemelha ao nosso, concluímos que a criação de tais bibliotecas se constituem as únicas instaladas e organizadas debaixo as mais modernas técnicas, é aventura da qual teremos muitas acepções.

Primeiramente, as salas de leitura de tais bibliotecas são, em grande parte, consideradas como salas de estar ou de visitas, ou ainda de sala de reuniões que se deveriam da em grêmios estudantis.

Em segundo lugar, qual o papel do bibliotecário neste ambiente? (como informações apenas, citamos a dificuldade inicial para que sejam nomeados bibliotecários para tais lugares...) Mas, o papel do bibliotecário, foi o que observamos, é tido como o de guarda por demais zeloso do seu material, o de um policial a ditar normas para cercear o uso de Biblioteca, nada mais. Exemplificando: tendo de funcionar provisoriamente nossa secção, sem as portas, ficando assim por um longo período completamente devassada e aberta aos consulentes, quando se sanou esta falha, isto é, quando se colocaram as portas, houve quem perguntasse se as mesmas eram “para proibir entrada na Biblioteca...”.

E tudo isto acontece por que? Por duas razões muito claras: 1º - Por este interior afora e por este imenso país, a maioria das pessoas jamais viu uma biblioteca organizada. Ainda exemplificando, relataremos: constituiu para nós uma triste surpresa, contatar que os consulentes não saiam consultar obras de referência. Contando este nosso desapontamento às colegas da região, elas informaram que a surpresa havia sido delas, quando vindo estudar em São Paulo e ido à Biblioteca Pública Municipal, lá viram estudantes juvenis consultando tais obras, com toda desenvoltura. Justificaram assim, plenamente, a ignorância dos alunos, embora universitários, em não saberem manusear as obras, visto terem tido oportunidade de se familiarizarem com elas.

2º - Da mesma maneira, não são conhecidas as atribuições do bibliotecário, na direção da biblioteca.

Destes males advieram os fatos, por cuja experiência passamos: os alunos de faculdade não estavam aptos a fazer uso da biblioteca – quando já deviam chegar a ela em condições de saber usufruir amplamente de todos os seus recursos e benefícios – (lembramos que não sabe ao bibliotecário de uma faculdade, o mister de ensinar o uso da biblioteca, mas sim já deveriam os alunos, após frequentarem as bibliotecas infantis e as escolares, estar suficientemente familiarizados com o manuseio da mesma).

Fica então, o bibliotecário com o dilema: organizar a biblioteca segundo a mais modernos preceitos, ou adaptá-la ao nível dos seus consulentes?

É claro que esta segunda hipótese não pode ser aceita por nós, mas será a primeira satisfatória aos consulentes? E não é a eles que devemos servir?

Lutaremos na confecção de um catálogo que ficara apenas como enfeite, já que a ele não saberão recorrer? Que fazer?

A solução para o problema, tal como ele se nos apresenta atualmente, seria a luta por todos os meios ao alcance da classe, pela difusão das bibliotecas infantis e escolares, ficando a chefia e a parte técnica das mesmas, sob a direção exclusivamente de bibliotecários formados.

Que se a criança for acostumada desde cedo a frequentar a biblioteca infantil e mais tarde a escolar, quando chegar a faculdade, terá pleno conhecimento de como fazer uso da biblioteca; da mesma maneira, a criança, assim acostumada, com o tempo conhecerá a verdadeira função do bibliotecário na biblioteca, o qual aprenderá a ver como um amigo lhe servir, dotado de todos os requisitos para tal.

Concluindo: Sem a difusão do que é a profissão de bibliotecá-

rio, embora os diplomas nos garantam uma especialização técnica, jamais saberão o que somos, e, sem este conhecimento, não teremos também o apoio necessário ao nosso trabalho.

É preciso fazer com que as crianças, desde cedo, aprendam a frequentar e a usar a biblioteca, a tê-la como um ambiente agradável de estudo, e a saber quem é e o que faz o bibliotecário para as servir.

Para isto propomos: Que se interessem as associações de classe junto aos respectivos governos, chamando a atenção para estes fatos e solicitando providências imediatas, afim de que os mesmos sejam sanados no mais breve espaço de tempo possível.

Que se informe ao Ministério e às Secretarias de Educação, a imprescindível e inadiável necessidade da obrigatoriedade de serem mantidas junto as escolas públicas e particulares, bibliotecas vivas, dirigidas, para isto, por bibliotecários formados, bem como de ser instituído nos currículos escolares, principalmente primários, o ensino do que seja uma biblioteca e como usá-la, cabendo tal ensino ao bibliotecário, na escola em que estiver servindo.

Que se exponha com todos os seus detalhes e exigências, a necessidade de serem colocados na direção de bibliotecas, unicamente bibliotecários formados, únicos capazes de preparar e auxiliar o cidadão em seus estudos e pesquisas.



ADELPHA SILVA DE FIGUEREDO: a mestra e a bibliotecária¹⁷¹

Noemi do Val Penteado

Iniciando, em março de 1916, sua carreira de professora, na Escola Americana do Mackenzie, era Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo impelida para as carreiras paralelas de mestra e de bibliotecária, que entrelaçadas em sua vida, fariam dela a personalidade marcante que tanta influência haveria de exercer no meio cultural de São Paulo e do Brasil.

Não fizera o curso de Escola Normal, mas confirmando o refrão “aprender-se a fazer, fazendo”, fez-se mestra consumada, visto reunir a sua inconfundível personalidade de educadora, uma vasta cultura.

Senão ouçamos o que ela própria nos diz:

“...comecei a ensinar no Mackenzie no dia 16 de março de 1916. Aí deixei de me dedicar ao piano. Não havia mais tempo para gastar com aquilo de que gostava – tinha de estudar cada aula a ser dada no dia seguinte...”

Ensinei desde o 5º até o 7º graus, pois nesse tempo, a Escola Americana hoje conhecida como Curso Primário do Instituto Mackenzie, mantinha cursos elementares de até 7 anos. Regi com uma úni-

171 Texto publicado no Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-14, 1967.

ca exceção sempre classes do 7º ano. Nestas, as turmas eram formadas de jovens entre quinze e vinte anos. Estes alunos eram exceções pois em geral eram rapazes vindos de fazendas do interior sabiam apenas ler, escrever mal e fazer as quatro operações fundamentais da aritmética. Deveriam, em um ano alcançar os alunos que vinham fazendo um curso regular desde o 1º elementar, e conseguir promoção, ao final do ano para o curso de preparatórios do Mackenzie, que era correspondente ao High School” das escolas dos Estados Unidos.

Pode-se imaginar o quanto era trabalhoso ensinar mais ou menos, o programa do 5º, 6º e 7º anos em um só. Eu tinha quase a mesma idade dos meus alunos (nessa época eu tinha vinte e um anos). Estes eram na sua maioria, homens em tudo, menos no conhecimento correspondente à idade sem nenhum traquejo social, salvo honrosíssimas exceções.

A luta era grande: preparar a matéria a ser ensinada: educar os meus rapazes para que fossem gentis, delicados respeitadores! Essa tarefa que exerci durante dez anos, foi a mais grata de todas a minha vida. Meus alunos tornaram-se meus amigos e que bons amigos! Não podia fazer figura triste diante daquela moçarada que, dia a dia, se tornava mais instruída, mais educada e o que é melhor, que eu queria bem como se todos fossem irmãos meus e que eram, isso sim filhos do meu espírito!

Tive o apoio total dos dirigentes do Mackenzie! Eles sabiam que eu dava o melhor de mim, aos meus alunos. Tive, também desgostos durante esse decênio de minha vida: a luta, neste mundo, vale pelos contrastes, pelas horas boas e pelas amargas também. Quanto chorei por morte de alunos meus! Sim, não me envergonho de dizer que chorei como se fossem meus irmãozinhos que Deus levava... E hoje, umedecem-me os olhos ao escrever esta, pois parece-me vê-los diante de mim, sorridentes!... Alguns dos que vivem, vejo-os, de vez em quando e que prazer sinto quando os encontro! São homens feitos,

profissionais conhecidos, pais de família, mas para mim, ainda são os meus alunos queridos.

Quantas e quantas vezes, eu os convidava para tomarem chá comigo, nas noites de quartas e sábados, no Internato... e eles vinham trazendo uma flor, uns bombons, uma prova de delicadeza à professora que tendo o dia todo se ocupado deles ainda tinha prazer em tê-los a seu lado, como visitas, como amigos e, o que é melhor, sem repreender, sem corrigir lições, sem exigir que mantivessem silêncio, mas conversando, rindo, brincando e, muitas vezes até dançando no “Clube dos Americanos”!

Tempos idos...tempos bons...tempos de minha mocidade! Assim vivi até junho de 1926.

Nessa época, o Presidente do Mackenzie, Dr Waddell – que bom o nosso presidente – acenou-me então com um prédio novo, que se erguera em terrenos de nossa Instituição. Era o prédio destinado à Biblioteca do Mackenzie. Disse-me ele: pensei em você, Adelpha, para organizar e ser a bibliotecária do Mackenzie... quer?

Não podia dar uma resposta imediata. Nada sabia de organização de bibliotecas e nem se essa arte estava entre aquelas que se aprendem em escolas... Apenas gostava de ler, pois isso herdara de meus pais. Mas Dr. Wadell impôs-me uma condição: – fazer as primeiras arrumações dos livros nas estantes para poder emprestá-los aos alunos e aos professores e depois ir para os Estados Unidos estudar biblioteconomia! Que era isso?

A idéia entretanto de ir estudar, fosse lá o que fosse, nos Estados Unidos me encheu de entusiasmo e comecei a trabalhar com afã em uma biblioteca que só tinha paredes e teto... e no meiodo salão, uma montanha de livros de todos os assuntos, todos misturados no chão!

Foi então que pensei no meu primeiro sistema de classificação, que se baseava na utilidade que os livros deveriam ter: emprestá-los

aos alunos e aos professores dos cursos de engenharia, comércio e do curso de preparatório ou curso geral, como era chamado.

Nestas poucas e deliciosas linhas de uma autobiografia apenas esboçada, vê-se o que foi o aprendizado a que se submeteu Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo, para exercer as tarefas de professora, e depois de bibliotecária. Possuía qualidades natas de grande educadora. Fez-se mestra por excelência, não só das disciplinas do curso primário, como da biblioteconomia.

Em 1929, após três anos de trabalho e de experiência, recebia Adelpha os primeiros conhecimentos da biblioteconomia moderna em aulas ministradas por Miss Dorothy Muriel Guedes (hoje Mrs. Arthur Gropp) bibliotecária americana, convidada pelo Mackenzie a vir dar um curso elementar de biblioteconomia. A semente, transplanteda de seu país de origem não poderia cair em melhor terreno. Adelpha possuía alma de bibliotecária. Assim, teve início seu pioneirismo na biblioteconomia brasileira. O germe aí lançado, abria perspectivas para as consideráveis realizações que tiveram lugar nestes últimos 30 anos.

Em 1930 com bolsa de estudos seguia para os Estados Unidos, onde cursou a School of Library Sciences da Columbia University de New York. Foi a primeira mulher brasileira contemplada com “Fellowship” e também a primeira a seguir um curso de biblioteconomia.

De volta ao Brasil, reiniciou suas funções como diretora da Biblioteca do Instituto Mackenzie, onde esteve até 1936.

Nesse ano por iniciativa de Mário de Andrade cria-se o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, abrindo novos horizontes para as atividades culturais. Remodelou-se a Biblioteca Municipal, iniciando-se prédio novo, pois até então estivera instalada em exíguas acomodações à Rua 7 de abril. O novo diretor convidou Adelpha para orientar a reorganização dessa Casa de Cultura.

Ambos, com o objetivo de dotar a instituição de pessoal técnico – habilitado criam a escola de biblioteconomia do Departamento de Cultura. Eram seus únicos professores: Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo, ministrando aulas de Classificação e Catalogação e Rubens Borba de Moraes regendo as cadeiras de Bibliografia e História do Livro. Animava-os o ideal e nada mais pois trabalhando durante o dia lecionavam a noite. Foi tal o interesse despertado pela Escola que, em 1937, o número de matriculas atingia a 215 alunos. Em 1939, entretanto com a mudança do Prefeito, era o curso suprimido e cancelada a subvenção da prefeitura, que o mantinha. Não desanimaram os seus fundadores e procuraram obter apoio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que lhes deu acolhida. Instalou-se então a Escola em 1940 com 180 alunos e em pouco tempo transformou-se no maior centro de divulgação biblioteconômica do País, vindo a influir, de maneira decisiva na renovação de nossas bibliotecas, na organização de nosso acervo bibliográfico, na criação de outras escolas, em São Paulo e em outros Estados da União e principalmente na formação de uma consciência profissional até então inexistente em nossa pátria.

No período de 1943 a 1948, com a ajuda da Fundação Rockefeller, passou a Escola a conceder bolsas de estudos a estudantes de outros Estados do Brasil, dos quais, alguns retornando a seu estados de origem fundaram outras escolas de biblioteconomia que floresceram e continuam prestando relevantes serviços à Pátria e a coletividade. Foram eles:

1943 - BERNADETE SINAY NEVES, da Bahia retornando a seu Estado funda a Escola de biblioteconomia, hoje integrada a Universidade da Bahia.

1944 - ETELVINA LIMA, de Minas Gerais funda a Escola de Biblioteconomia em Belo Horizonte, incorporada atualmente a Universidade de Minas Gerais.

1944 - ERNESTO MANUEL ZINK, funda em Campinas estado de São Paulo, a Escolça de Biblioteconomia mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução. Hoje, já com o lastro de 250 bibliotecarios formados é instituto complementar da Universidade Católica de Campinas.

1946 - ANGELA DA COSTA FRANCO, do Rio Gande do sul, funda em seu estado natal a Escola de Biblioteconomia do Rio Grande do Sul.

1947 - MILTON FERREIRA MELO, de Pernambuco, funda em Recife a Escola De Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura. Essa escola suspende suas atividades em 1950, passando para a Universidade.

1952 - ALFREDO AMERICO HAMAR, funda em São Carlos a Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, sob o patrocínio da Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos, Estado de São Paulo.

1953 - ETELVINA LIMA, de Minas Gerais, porém diplomada por São Paulo, em colaboração com bibliotecários do Rio de Janeiro, auxilia na fundação da Escola de Biblioteconomia na Universidade do Paraná.

1966 - MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA, biobliotecaria Chefe da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, fazendo parte de uma comissão de professores consegue a fundação da Escola de Biblioteconomia na Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo.

A escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo teve apesar dela não dizê-lo, um lugar de destaque no coração de Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo, que acompanhou sempre com especial carinho, o seu desenvolvimento, zelando para que se mantivesse em alto padrão cultural. Em 1962 ainda ministrava ali, aulas de Seleção de Livros.

Não parou aí a batalhadora. Entre suas realizações em prol da biblioteconomia brasileira, devemos lembrar a fundação da Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, da Pontifícia Universidade de São Paulo, da qual se fez professora e que suspendendo suas atividades em 1960, já havia formado aproximadamente 380 bibliotecários.

Quase todos os movimentos bibliotecários de São Paulo contaram com o apoio e a colaboração de Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo. Foi uma das fundadoras da Associação Paulista de Bibliotecários, da qual foi presidente de 1947 a 1951. Muito incentivou a fundação da Associação de Bibliotecários Municipais e da sua sala de trabalho na Biblioteca Mario de Andrade, partiu a iniciativa dessa realização.

Em sua Secção, também em 1958 teve origem o movimento que levou bibliotecários paulistas ao Rio de Janeiro com o objetivo de pleitearem a inclusão da carreira do Bibliotecário entre as consideradas liberais o que obtiveram através da Portaria nº 162/58 do Ministério do Trabalho. Essa portaria criou no quadro das atividades e profissões a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, o Grupo 19 - bibliotecários compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais. Também nessa ocasião e nesse mesmo recinto se elaborou o projeto de lei que sob o nº 4770/58, foi apresentado a câmara Federal pelo deputado Rogê Ferreira e que mais tarde viria regulamentar o exercício da profissão de Bibliotecário.

Como chefe da Seção de Classificação e Catalogação, cargo que exerceu durante 30 anos foi Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo a alma da organização da Biblioteca Municipal Mario de Andrade. Era recatada e respeitada pelos demais chefes de seção todos eles ex-alunos seus. Seu parecer como autoridade máxima da biblioteconomia era frequentemente solicitado e nunca se recusou a colaborar para que a biblioteca bem servisse a coletividade e cumprisse sua missão social.

Nada, entretanto recebeu em troca a não ser a admiração e respeito dos que a conheceram bem, e bem souberam apreciar sua capacidade, sua cultura sua energia e acima de tudo sua integridade. Jamais se dobrou por vantagens, quaisquer que elas fossem, mesmo por aquelas que por direito lhe deveriam caber e que lhe foram negadas.

Suas personalidades, que hoje ainda mais se agiganta em oposição ao vácuo deixado merece ser lembrada como um símbolo e tomada como o protótipo do bibliotecário, mas do bibliotecário na acepção completa do termo, isto é culto, modesto, persistente e versátil, capaz de realizar grandes e pequenas tarefas do seu mister. Saber ainda juntar ao dinamismo requerido pela evolução muito rápida do conhecimento, na idade da técnica, á calma e obscuridade exigidas pelo trabalho da pesquisa, sem perder a fé nos frutos que dele advirão, multiplicados pelas descobertas científicas e os conseqüentes empreendimentos. Ser o missionário da cultura aquele que segundo Gabriela Mistral, compreende que o servir não é próprio de seres inferiores. Deus que nos dá o fruto e a luz, serve. Poderia chamar-se “O servidor”.

Em todos os seus anos de labor, na Biblioteca Municipal “Mario de Andrade”, foi Adelpha Silva Rodrigues de Figueredo a bibliotecária e a mestra, liderando sempre as boas iniciativas.

Os mais favorecidos com sua presença e sobre os quais fez sentir intensamente sua influencia, foram os seus funcionários, da Seção de Classificação e Catalogação entre as quais formou uma equipe de bibliotecários cômnicos de suas responsabilidades, em cujas almas soube despertar a consciência de suas responsabilidades, em cujas almas soube despertar a consciência profissional.

Constituiu ali um grupo de trabalho muito bem estruturado, que além de cumprir suas tarefas de preparar, para serem postos em uso os livros da Biblioteca Mario de Andrade atender e informar os

leitores funcionou também, como um laboratório, ou melhor como um curso de pós-graduação em Biblioteconomia.

Essa comunidade de trabalho com planejamento inteligente conseguia rendimento integral, graças a vários fatores:

a) Organização de atividades do trabalho intelectual o que permitia a iniciativa e a atualização de conhecimentos especiais. Os bibliotecários do grupo eram constantemente informados pelo chefe sobre as últimas publicações no campo de suas especialidades e também convidados e estimulados a ensinar na escola de biblioteconomia. Esta contou sempre entre os integrantes de seu corpo docente, com elementos da: Seção de Classificação e Catalogação.

b) Sistema de disciplina, decorrente da estrutura forte da Seção favorecendo a maior atribuição de responsabilidade aos integrantes do grupo. Os trabalhos ali se desenvolviam por ciclos preestabelecidos, exigindo observância do elemento “tempo” com a consequente noção educativa de pontualidade.

c) Proposição de problemas técnicos pela Chefe do grupo, ou por integrantes deste promovendo discussões que traziam como vantagem, além de outras, desenvolver a coragem porque, obrigavam à tomada de posição, face a situações e a conceitos. Naquela tribuna de aprendizado, as opiniões trançavam no crivo da análise mais apaixonada mas sempre honesta. Ainda que não se chegasse a um acordo, terminados os debates, nenhum ressentimento sobrava das acaloradas batalhas de opiniões. As discussões afastavam a estagnação e a rotina. Resultavam em rendimento de trabalho porque as possibilidades do indivíduo eram exaltadas fato que impelia o grupo à criação, à renovação estimulando o progresso técnico e cultural.

A chefe e orientadora impunha-se pela dignidade e alto grau de maturidade que lhe dava capacidade de discernir, com acerto e assumir plena, intensa e voluntariamente suas responsabilidades.

Oferecia a seus subordinados exemplos de energia e dignidade, transformando-se num símbolo de autoridade. Inspirava ideais generosos, pelo exemplo. Mantinha relações de confiança com seus funcionários, compreendendo os problemas de cada um, e esses em razão desse clima de amizade, acatavam leis e regulamentos. Tinham direito à expressão e aprendiam a ouvir. Centravam suas atividades na administração que facilitava os processos normais de imitação e de identificação. Seus funcionários se identificavam com ela.

Lembro-me de ouvir uma colega dizer: “Surpreendo-me tomando atitudes idênticas às de D. Adelpha. Cada dia que passa, sinto-me mais parecida com ela!

Esse clima gerava boa vontade, instrumento eficaz de rendimento e de progresso. Como felicidade é capacidade realizada, todos se sentiam felizes, pois todos eram aproveitados segundo suas possibilidades.

Sabemos que o esforço gera contentamento e este faz renascer o esforço. Esforço que no caso gerou uma equipe altamente qualificada de bibliotecários, os quais passaram a ocupar posições de destaque na Escola, na direção de bibliotecas, fazendo-se notáveis não só no Brasil, como no exterior. Lembremos apenas: Noêmia Lentino, Maria Luisa Monteiro da Cunha, Diva Lennon, Enny Dias, Regina Carneiro, Marina Pinheiro Lima, Abner Correia Lellis Vicentinni, Maria Eugênia Franco e outros.

Orientava bibliotecários e leigos, estudantes e professores no seu ramo de atividades. Auxiliou e orientou a organização de inúmeras bibliotecas na capital e no interior do Estado. As bibliotecas da Santa Casa, do Instituto Histórico e Geográfico receberam orientação sua. Planejou e orientou a organização de 10 bibliotecas criadas e instaladas no interior do Estado pela Sociedade Brasileira de Estatística. Organizou e pôs em funcionamento o Serviço de Bibliotecas Ambulantes da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Após cinquenta anos ininterruptos de trabalho fecundo, des-cansa “D. Adelpha”, a lutadora, que não conheceu tréguas, a educadora, que iniciou sua vida ativa como professora primária e como Diretora do Departamento do Ensino Primário da prefeitura, aposentou-se em 1964.

Na sua nobre e inconfundível personalidade, encontramos fundidas as qualidades essenciais de mestra e bibliotecária, resultando na educadora emérita que foi. Teve a intuição de que educar não é dar aos outros nossas riquezas, mas despertar alguém para alguma coisa” (Jean Rimaud). Compreendeu, segundo o pensamento de Maria Junqueira Schmidt), que educar é estimular o esforço máximo, as qualidades como também nenhuma outra foi tão capaz de despertar interesse por alguma coisa, como os fez com a biblioteconomia, haja vista a legião de bibliotecários que a tendo por líder se transformaram em lídimos missionários da cultura.

Aos bibliotecários “filhos de seu espírito”, conclamamos a meditar essa grande vida que se finda, tomando-a como modelo e prestando, assim a “D. Adelpha”, mestra de todos nós, o justo preito de gratidão e de saudade!

Com o falecimento de ADELPHA SILVA RODRIGUES DE FIGUEREDO, em 20 de julho de 1966, perdeu a Biblioteconomia brasileira a sua grande pioneira.

Contou-se este Boletim, em sua fase anterior, com sua continua e eficaz colaboração. Justifica-se, neste neste número de reabertura, uma homenagem aquela que durante 30 anos, dirigiu a Seção de Classificação e Catalogação da Biblioteca Municipal “Mario Andrade” e aposentou-se como chefe da Divisão de Bibliotecas.

Iniciemo-la com as palavras de despedida, proferidas à beira do túmulo por Regina Carneiro, que com ela trabalhou durante longos anos:

Senhoras e Senhores:

Trazemos aqui, para o repouso eterno, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo.

Descansou a lidadora.

E não poderíamos a despeito do profundo pesar que nos causa o seu desaparecimento deixar de aludir, neste adeus ao muito que lhe devemos.

D. Adelpha foi a tena batalhadora pela implantação da Biblioteconomia no Brasil. Hoje, a história da Biblioteconomia identifica-se com a própria D. Adelpha ligando seu nome indissolúvelmente, a todas as atividades que contribuíram para a modernização de nossas bibliotecas, principalmente a Biblioteca municipal Mario de Andrade, a qual pertencemos e cujo pensamento representamos neste momento.

A vida de D. Adelpha foi realmente bela e heróica. Principalmente se considerarmos o ambiente em que se desenvolveu. As tarefas que realizou, ao seu tempo exigiam um ardoroso trabalho de catequese, para que os relutantes, apegados aos velhos conceitos, aceitassem novas idéias consideradas então revolucionárias. E se alguns insistiram em permanecer cétricos diante da palavra e da ação de D. Adelpha, todos ao fim tiveram de capitular ante as evidências dos resultados: a Biblioteca Municipal tornou-se padrão nacional em serviços técnicos.

D. Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, de quem hoje nos despedimos carinhosa e comovidamente.

No momento desta inevitável despedida, confrangem os nossos corações. Mas de uma página de Emerson vamos retirar o necessário conforto: – D. Adelpha deixa o mundo melhor do que o encontrou; para isso contribuiu pessoalmente com o seu amor à cultura, aos livros, à organização e, principalmente às suas companheiras a quem

ensinou que todas estas belas coisas existem em função do povo - que só este povo é imortal.

CURRICULUM VITAE

Nome: Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: Casada – marido: engenheiro Joaquim Lopes Figueiredo

Instrução: Curso primário e secundário: Instituto Mackenzie.

Curso superior: Cirurgião-dentista, Faculdade de Odontologia de São Paulo (1910).

Música – Conservatório de Música de Lausanne, Suíça (1911-1913)

Biblioteconomia - School of Library Science, Columbia University, New York (1930-1931). (2ª mulher da América do Sul a ser contemplada com “Fellowship” e a primeira mulher do Brasil a cursar uma Escola de Biblioteconomia).

Atividades exercidas

1926-1936 – Bibliotecária-chefe do instituto Mackenzie, São Paulo.

1932 - Diretora do Curso de Enfermagem do Hospital de Sangue Mackenzie, durante a Revolução constitucionalista de 1932.

1932-1934 – Diretora – secretária da Rádio Educadora Paulista.

1936-1964 - Chefe da seção de Classificação e Catalogação da Biblioteca Municipal Mario de Andrade da Prefeitura do Município de São Paulo, tendo se aposentado em 1964 com chefe de divisão de bibliotecas, da mesma prefeitura.

1962-1965 – membro da comissão de organização e planejamento (COP) da Prefeitura do Município de São Paulo.

1963-1965 – Diretora do departamento do Ensino primário da prefeitura municipal de São Paulo.

Ensino

1916-1926 – Professora da escola americana do Instituto Mackenzie.

1936-1938 – professora de Classificação, Catalogação e Organização de Bibliotecas na Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de São Paulo.

1940-1962 - professora de Catalogação e Classificação e Seleção da Escola de Biblioteconomia, anexa á Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

1945-1946 - professora de Catalogação da Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Diversos

- comissionada em serviço de organização da Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1935-1937).

- serviço de bibliotecas ambulantes da Divisão de bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo – Planejamento, organização e direção.

- Sociedade Brasileira de Estatística, planejamento, organização e orientação técnica das 10 bibliotecas criadas e instaladas no interior do Estado pelo Centro de Estudos dessa Sociedade.

- IDORT - membro do conselho de planejamento e controle de cursos. Ministrou vários cursos de biblioteconomia; dirigiu o I Seminário de Documentação e Nacionalização do Trabalho no Serviço Público. (Foram elaborados cerca de 60 boletins);

- membro do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus.

Distinções

- medalha da imperatriz Leopoldina, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1952.

- Homenagem Especial da FAB - Força aérea brasileira, por ocasião da

Semana da Asa, 1964, pelos serviços prestados (colaboradora o 1º congresso Brasileiro de Aeronáutica e 1ª Semana da Asa em 1933; idealizadora e promotora do I Concurso de Aeromodelismo e da Exposição de Aeromodelos, 1933.

Associações

American Library Association.

Associação Paulista de Bibliotecários – Sócia Fundadora e Presidente, de 1947 a 1951.

Associação de Bibliotecários Municipais de São Paulo

Clube das Soroptimistas- Sócia Fundadora e presidente

Sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Congressos e reuniões

1949 - Library Association, London - anual conference, Eastbourne-Inglaterra.

1950 - I Coloquio Internacional dos Estudos Luso-Brasileiros, Biblioteca do Congresso, Whashington-EUA.

1951 - Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na America Latina, sob os auspícios da UNESCO e OEA, em São Paulo – Presidente da comissão organizadora.

1954 - II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo-SP.

1956 - Simpósio sobre Bibliografia e Documentação Científica, São Paulo-SP.

1956 - Seminário de Permuta Nacional e Internacional de Publicações, a pedido do Centro Nacional da UNESCO de Havana, São Paulo.

1960 - 26ª conferência Geral da FID Rio de Janeiro – GB.

1961 - 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Curitiba.



Biografia dos Autores

ADELPHA DE FIGUEIREDO

Paulista. Formou-se em 1910 em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de São Paulo e no ano seguinte viajou para Suíça, onde se graduou em Música no Conservatório de Lausanne (1911-1913). De volta ao Brasil, iniciou em 16 de março de 1916 sua carreira profissional na Escola Americana até 1926. Com a criação da biblioteca desta escola, ocupou a sua direção. Em 1929, com a vinda de Miss Dorothy Muriel Gropp, recebeu os primeiros conhecimentos de Biblioteconomia que possibilitaram em 1930 receber uma bolsa para estudar nos E.U.A., onde cursou a “School of Library Sciences” da Columbia University de Nova Iorque. Foi a primeira mulher brasileira contemplada com o Fellow-Ship e também a primeira a seguir o Curso de Biblioteconomia. De volta ao Brasil, assumiu suas atividades na Escola Americana até 1936. Com a criação da Biblioteca Municipal de São Paulo, é convidada por Rubens Borba de Moraes a orientar a organização do seu acervo. Junto com este, fundou o Curso de Biblioteconomia de São Paulo, onde ministrou Classificação e Catalogação. Ajudou a fundar a Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae da PUC-SP, na qual foi professora até 1960. Foi uma das fundadoras da Associação Paulista de Bibliotecários, onde exerceu cargo de presidente de 1947 a 1951. Faleceu em 1966.

Fonte: PENTEADO, Noemi do Val. Adelpha de Figueiredo: a mestra e a bibliotecária. *Boletim Bibliográfico de Mário de Andrade*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 11-14, 1968.

ANTÔNIO CAETANO DIAS

Nasceu em Belo Horizonte. Formado pelo Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1941. Cargos exercidos: Bibliotecário do INL e da BN; Presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários - ABB, 1965/67; Fundador e primeiro presidente do CRB-7 e Diretor Geral Interino da BN, 1960/61. Trabalhos publicados: Catálogo das Obras Raras e Valiosas da Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 67 p.; Compêndio de Classificação Decimal e Índice Alfabético, 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1950. (Em colaboração); Biblioteca como centro de documentação. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MTIC, 1965. 16 p.; O ensino da Biblioteconomia no Brasil. Rio de Janeiro, Serviço de Publicidade. 1957. 32 p. (Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954); Tendências modernas do currículo no ensino da Biblioteconomia. Rio de Janeiro, Cursos de Biblioteconomia, 1965, 28 p. (Trabalho apresentado no 4º Congresso de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963); Formação profissional; análise da conjuntura. Rio de Janeiro, Edição ABB, 1967, 16 p. (Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967); Elementos de Catalogação. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967; Biblioteconomia e desenvolvimento. *In*: Encontro de Secretários de Administração dos Estados, Territórios e Distrito federal, 1º, Rio de Janeiro, 1968. Rio de Janeiro, DASP, Centro de Aperfeiçoamento, 1968, p. 133-7. Associações a que pertenceu: ABE; ABB e ADESG. Bolsas, viagens, congressos etc. Conferência sobre o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina. São Paulo, 1951. (Delegado do Brasil); 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954; 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963; 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967 (relator do tema Profissional); 2º Congres-

so Regional sobre Documentação e 9ª Reunião da FID/CLA, Rio de Janeiro, 1969.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

EDSON NERY DA FONSECA

Nasceu em Recife em 06 de dezembro de 1921. Estudou Biblioteconomia de 1946 a 1947, nos Cursos da Biblioteca Nacional. Estagiou na biblioteca da FGV. Retornou ao Recife em 1948, onde organizou e foi professor do 1º Curso de Biblioteconomia do Nordeste. Na Universidade do Recife, dirigiu a reforma das Bibliotecas da Faculdade de Direito e da Escola de Engenharia, organizou e dirigiu até 1951 o Curso de Biblioteconomia. Sob os auspícios do INL, ministrou cursos intensivos de Biblioteconomia para bibliotecários do interior de Pernambuco, Paraíba, Maceió, etc. Foi Chefe da Biblioteca Demonstrativa Castro Alves, no Rio de Janeiro, Bibliotecário do DASP, diretor do Serviço de Bibliografia do IBBD e editor do seu Boletim Informativo. Em 1955, ingressou na carreira de bibliotecário na Câmara dos Deputados. Em 1962, foi contratado pela UnB como professor associado incumbido de ensinar metodologia a alunos do Mestrado em Letras, Artes e Ciências Humanas. Também na UnB, organizou e dirigiu a Biblioteca Central, a Faculdade de Biblioteconomia e a Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Consultor de entidades internacionais, como a Biblioteca do Congresso dos E.U.A., e da Universidade de Illinois. Presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários (1954/1960). Em 1987 é nomeado assessor do Presidente José Sarney. Escreveu livros e artigos de jornais de enorme relevância para a Biblioteconomia Brasileira. Morreu em 22 de junho de 2014, aos 92 anos.

Fonte: CASTRO, Cesar Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Tesaurus, 1990.

ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO

Baiana. Formou-se em 1942, professora primária pelo Instituto Central Isaías Neto. Em 1949, participa do curso de Biblioteconomia para professores baianos, onde se interessar pela área. Em 1952, ingressa no Curso de Biblioteconomia e ao concluí-lo em 1955 passa a exercer a função de bibliotecária-documentalista na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Como professora do Curso de Biblioteconomia da UFBA, ministrou várias disciplinas, publicou inúmeros trabalhos e participou de cursos e eventos nacionais e internacionais. Exerceu forte e ampla participação política e associativa em prol da Biblioteconomia brasileira e baiana.

Fonte: BARRETO, Ângela Maria. SOUSA, Maria Isabel de Jesus. *Fragments de uma preciosa memória: Esmeralda Aragão e a Biblioteconomia na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ESPÍRITO SANTO MESQUISTA

(Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos informações sobre o autor).

DOROTHY M. GROPP

Bibliotecária norte-americana que esteve no Brasil na década de 1920 a convite do Instituto Mackenzie de São Paulo para ministrar Cursos de Biblioteconomia e organizar a biblioteca da instituição. Orientadora de Adepha de Figueiredo nos fundamentos da Biblioteconomia.

JUSSARA DE MELO TOLEDO

[Bibliotecária do Ministério Público do Estado do Paraná].(Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos informações sobre a autora, por isso, o uso dos colchetes).

HELOISA DE ALMEIDA PRADO

Paulista. Formação profissional: Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Cargo: Supervisora da Biblioteca George Alexander do Instituto Mackenzie e Professora de Organização da Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Diretora da Seção Feminina do Instituto Mackenzie; da Biblioteca George Alexander; Professora de Biblioteconomia e Arquivística do Curso de Secretariado da Escola de Comércio Mackenzie e Conselheira do CFB, 1969. Trabalhos publicados: Como se organiza uma Biblioteca, 4. ed. São Paulo, Editora Lep, 1951, 114 p. il.; Organize sua Biblioteca, São Paulo: Editora Pligono, 1968. 184 p. Tabela PHA: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1964. 197 p.; Manual do Arquivista, 2. ed. São Paulo, Editora Lep, 1961, 140 p. il. Bolsas, viagens, congressos, etc.: 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954; 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Salvador, 1959; 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba. 1961; 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963; 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967; 2º Congresso Brasileiro sobre Documentação e 9ª Reunião da FID/CLA. Rio de Janeiro, 1969.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

HERBERT COBLANS

Bibliotecário sul africano de grande projeção internacional pelas suas atividades junto a UNESCO no campo da Documentação. No período de maio de 1953 a julho de 1954, esteve no Brasil como consultor para contribuir na formação do Centro Bibliográfico Nacional, na oportunidade manteve contato com vários bibliotecários brasilei-

ros, ministrou cursos no IBBD (atual IBICT) e publicou vários artigos sobre Documentação na Revista do Serviço Público do DASP.

LAURA GARCIA MORENO RUSSO

Carioca. Graduou-se em Biblioteconomia pela Escola Livre de Sociologia e Política, em 1975, em Direito pela Universidade de São Paulo. Como Bibliotecária exerceu diversos cargos públicos: Santa Casa da Misericórdiosa de São Paulo, Academia Paulista de Letras, Diretora da Biblioteca Mário de Andrade, dentre muitos outros. Primeira presidente da FEBAB (1961/1974). Primeira presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (1966/1968). Editora do Boletim Informativo FEBAB (1961/1970) e da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (1973/1977). Realizou diversos estudos em países como: França, Espanha, Argentina, etc. Pelos seus trabalhos na Biblioteconomia brasileira recebeu títulos honoríficos nos E.U.A. e na Alemanha. Dentre os trabalhos que publicou destacamos: *A Biblioteconomia Brasileira: 1911/1962*.

Fonte: CASTRO, Cesar Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Tesaurus, 1990.

LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY

Paraense. Graduou-se em Biblioteconomia pelo Curso Superior da Biblioteca Nacional, 1938 e, em 1942 pelo Curso da Columbia University. Exerceu diversos cargos: Chefe de Serviço de Intercâmbio de Catalogação da FGV, 1937/1953; Bibliotecária do Ministério de Educação e Saúde, 1941/1943; Presidente do IBBD, 1954/1965; Vice-Presidente da FID, 1959/1962; Responsável pelo Serviço de Bibliotecas do MEC; Professora de Catalogação e Classificação dos Curso da BN, 1945/1954. Professora de Evolução do Pensamento Filosófico e Científico da Escola Federal Isolada do Estado da Guanabara. Dentre os inúmeros trabalhos que publicou, destacamos: *A Classificação Deci-*

mal de Dewey e a Classificação de Bruxelas; Esquema de Organização da Biblioteca da DASP; Catalogação de livros e documentos; A Profissão de Bibliotecário; A Missão das Bibliotecas Nacionais. Realizou diversas viagens ao exterior (E.U.A., França, Holanda, Polônia, etc.) para visitar bibliotecas, estudar e participar de eventos científicos.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977. p. 230-231.

MARIA ANTONIETTA REQUIÃO PIEDADE

Baiana de Salvador. Graduada pelo Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Salvador. Atuou como Subdiretora da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara e como Professora de Catalogação e Classificação da Escola de Biblioteconomia e Documentação do Instituto Santa Úrsula. Autora do livro: *Introdução à teoria da classificação*, que se constitui como uma das obras clássicas da biblioteconomia brasileira.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

MARIA CAROLINA MOTTA MINELLI

Paulista. Formação profissional: Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Cargos exercidos: Auxiliar de Biblioteca na Biblioteca Castro Alves, 1949; Bibliotecária Auxiliar do Instituto de Educação, 1950 e do Gabinete do Consultor Geral da República, 1951/57; Bibliotecária-Chefe da Seção de Mapas do NA, 1960/63 e Estagiária na Seção de Mapas do Arquivo Nacional de Washington e de Ottawa. Trabalhos publicados: *A função educativa da biblioteca*. Com. & Merc., Rio de Janeiro, 1968. Associações a que pertenceu: ABB; CRB-7 e Associação Brasileira de Mulheres Universitárias. Bolsas, viagens, congressos, etc.: Bolsa do Ponto IV para a American University para

especialização em Princípios e Técnicas de Arquivos e visitas a Biblioteca Pública de Nova Iorque, Arquivo de Richmond, Boston; Seção de Mapas da ONU; Sociedade Americana de Geografia e estagio no Arquivo Nacional de Washington e de Ottawa; 1º Congresso Brasileiro de Cartografia. Salvador (representante do AN); 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967 (representante da Consultoria Geral da República); Seminário de Arquitetura de Bibliotecas. Arcozelo, RJ, 1969; Congresso anual de Arquivos Americanos. Boston, 1960; 2º Congresso Regional sobre Documentação e 9º Reunião da FID/CLA. Rio de Janeiro. 1969. Outros dados: Membro do Grupo de Trabalho incumbido de estudar os problemas do arquivo público do Brasil (representante do MEC), 1961; Organizou A Biblioteca Sir Lynch da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa compilando a Brasileira, Catálogo de Coleção Sir Lynch, 1959; a Documentação das Nações Unidas no IBRI; Prestou assistência técnica na Biblioteca Municipal: no Serviço de Documentação do MM e nas Bibliotecas Regionais do SESC.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

MARIA DOROTHÉA BARBOSA

Paranaense. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Paraná onde atuou como docente da disciplina Organização e Administração de Bibliotecas e coordenadora do Curso. Atuou também como Bibliotecária do Museu Paranaense, no Instituto de Historia Natural da Secretaria de Agricultura e chefe do setor de leitura geral da biblioteca pública. Realizou viagens de estudos na Inglaterra e participou de vários eventos na área de Biblioteconomia.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

MARIA LETICIA DE ANDRADE LIMA

Recifense. Formação profissional: Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, 1951. Cargos: Professora do Curso de Biblioteconomia e Coordenadora do Departamento de Biblioteconomia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Cargos exercidos: Bibliotecária da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1964/65; Chefe da Seção de Documentação, Divulgação, Publicações e Intercâmbio de Departamento de Extensão Cultural e Artística de Pernambuco, 1958/68 e Presidente do CRB-4. 1969. Trabalhos publicados: Simplificação dos processos técnicos de catalogação e classificação nas bibliotecas infantis (Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954); A biblioteca infantil como centro de comunidade (Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Salvador, 1959); Aspectos sociais de formação do bibliotecário (Trabalho apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba, 1961); A biblioteca escolar e o ensino primário (Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963); Uso de índices compostos na classificação de publicações da Imprensa Universitária (Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967) (em colaboração); As bibliotecas americanas e os interesses da comunidade. DECA, Recife, 1:37-41, 1959; Em torno do estudo de classificação. B. Cursos Bibl. Recife, 1:2-3, 1955; Informe sobre a organização das bibliotecas escolares em Pernambuco. Recife, Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, 1960. 37 p. mimeog. (Trabalho apresentado no 4º Congresso Nacional de Professores Primários); Relatório de observação feitas em visitas a escolas de biblioteconomia e bibliotecas americanas, em 1968, apresentando ao Magnífico Reitor da UFPe. Recife. Curso de Biblioteconomia da UFPe, 1968. 22p. mi-

meogr. Bolsas, viagens, congressos, etc.: Bolsa para estágio no Centro de Documentação Científica, do Instituto de Alta Cultura de Lisboa, 1964, Viagem ao USA para visita a Escolas de Biblioteconomia e Bibliotecas Públicas Americanas, 1968; 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Recife, 1954; 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Salvador, 1959; 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Curitiba, 1961; 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Fortaleza, 1963; 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 1967.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA

Paulista. Formação profissional: Faculdade de Odontologia da USP; Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1940; Columbia University, School of Library Service, 1947; Public Librarian Department of Education of the State of New York, 1947. Cargos: Professora de Catalogação da Fundação Escola de Sociologia e Política, desde 1943; Diretora da Biblioteca Central, desde 1949; Professora de Introdução à Biblioteconomia e Diretora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, Bibliotecária da Biblioteca Municipal de São Paulo, 1942/49; Presidente da Comissão Brasileira de Catalogação, 1961/66. Trabalhos publicados: Staff manual for the Cataloging Department of the Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, Brasil. New York, Columbia University, School of Library Service. 1947. 46 p. O microfilme nas bibliotecas norte-americanas. B. bibliogr. Bibl. Mun. São Paulo. São Paulo, 15(66):73, 1950; Glimpses of librarianship in São Paulo, Brasil. Bulletin Louisiana Library Assoc. 12(5): 163-66, 1949; A Biblioteconomia no

norte e no nordeste do Brasil. B. bibliog. Bibl. Mun. São Paulo. São Paulo 14(117): 124, 1950; Bibliografia bibliotecológica brasileira. São Paulo, Univ., Biblioteca Central, 1952. 41 p.; A Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, centro coordenador de atividades bibliográficas. São Paulo, Univ. Biblioteca Central, 1954. 21 p.; Bibliotecas Universitárias e alguns de seus problemas. (Trabalho apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954); Bibliotecas Universitárias: considerações em torno de sua organização. São Paulo, Univ. Biblioteca Central, 1955. 15 p. mimeogr.; Bibliografia especializada. Ci e Cul. São Paulo, 10 (4:215, out./dez.) 1958; Situação e problemas de catalogação na América Latina. Londres, 1959. 15 p. mimeogr.; Formación de bibliotecários, bibliógrafos e documentalistas em América Latina. (Trabalho apresentado no Seminário Regional de Bibliografia, Documentação e Permuta Internacional de Publicações. México, 1960); Formação profissional de bibliotecários e documentalistas (Trabalho apresentado na 26ª Conferência Geral da FId. Rio de Janeiro, 1960); Treatment of Brazilian and Portuguese names, Paris, IFLA, 1961. 21 p. multilite; Coperación inter-bibliotecaria. (Trabalho apresentado no Seminário sobre o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina. Mendoza, 1962); Novas tendências de Normalização dos trabalhos de Catalogação. (Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963); Plano de três anos para o estudo e preparação de bibliotecários na América Latina. Medellin, Escuela Interamericana de Bibliotecologia, 1963. 9 p. mimeogr.; As regras de catalogação de nomes portugueses e brasileiros e as resoluções da 1ª Conferência Internacional sobre Princípios de catalogação; Possibilidades da criação de um código de regras de catalogação para países de língua portuguesa, Coimbra, 1963; Formación profesional. Washington, DC, Union Pan-americana, 1965. 13 p.; Necessidade de informação em ciência e tecnologia. São Paulo, Univ. Biblioteca Central, 1966. 13 p.

mimeogr.; Processos Técnicos. (Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, 1967); O bibliotecário escolar. São Paulo, Instituto de Educação Caetano de Campos, 1947. 10 p. (em colaboração); A Biblioteca Thomas Jefferson. B. inf. União cult. Brasil-Estados Unidos. São Paulo, 7:3, 1949; Catálogos coletivos. São Paulo, Univ. Biblioteca Central, 1958 (em colaboração); Didática de la Biblioteconomia. São Paulo, 1965. 56 p. mimeogr. (em colaboração). Bolsas, viagens, congressos, et.: 1ª Assembleia de Bibliotecários das Américas. Washington, DC, 1947; Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, DC, 1950; 1ª Conferência para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas. São Paulo, 1952; 1º Congresso Ibero-Americano y Filipino de Archivos, Bibliotecas y Propiedad Intelectual. Madrid, 1952; 2º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo, 1954 (relatora geral); 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954 (relatora geral); 1º Simpósio de Bibliografia e Documentação. São Paulo, 1956; 1º Seminário sobre Permuta Nacional de Publicações. São Paulo, 1956 (presidente executivo); 1ª Reunião de Especialistas sobre Permuta Nacional e Internacional de Publicações na América Latina. Havana, 1956; Working Group on Coordination of Cataloguing Principles. Londres, 1959; Ist. Seminar on University Libraries Monticello, Illinois, 1961; 5º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1963 (relatora); 29ª Conferência Geral da FID. Estocolmo, 1963; 1ª Mesa de Estudos sobre a Formação Profissional de Bibliotecários na América Latina. Medellín, Colômbia, 1963; 1ª Mesa Redonda sobre Cooperación Internacional para Fomento de Bibliotecas e Serviços de Información em América Latina. Washington, DC, 1965 (Relatora e Coordenadora); 1º Simpósio sobre o Ensino da Biblioteconomia e Documentação. Rio de Janeiro, 1965 (relatora geral); 3º Congresso Mundial de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas, Washington, 1965; 8ª Reunião da SBPC. Ouro Preto, 1956; 9ª Reunião as SBPC. Rio

de Janeiro, 1957; 10^a Reunião da SPBC. São Paulo, 1958; 13^a Reunião da SBPC. Poços de Caldas, 1961; 14^a Reunião da SBPC. Curitiba, 1962; 18^a Reunião da SBPC. Blumenau, 1966; 5^o Congresso Regional sobre Documentação e 9^a Reunião da FID/CLA. Rio de Janeiro, 1969.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

NANCY MEIRELLES JUNQUEIRA

Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos informações sobre a autora.

NOEMI DE VAL PENTEADO

[Bibliotecária da Biblioteca Municipal de São Paulo.] (Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos maiores informações sobre a autora, por isso, o uso dos colchetes).

NICE MENEZES DE FIGUEIREDO

Paulista de Sorocaba. Formada pela Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1951. Atuou como bibliotecária na Free Library of Philadelphia, na Escola Politécnica da USP, 1952/58; Bibliotecária-Chefe da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, SP, 1958/62; Bibliotecária do SNB; Professora da Cadeira de Serviços Técnicos em Bibliotecas e Centros de Documentação do Curso de Documentação Científica do IBBD, 1964; Chefe da Divisão de Referência e Circulação da Biblioteca Central da UnB, 1964/65; Diretora do Departamento de Documentação e Informação Científica da Biblioteca Central e Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da UnB, 1967/68. Bolsas, viagens, congressos, etc.: Bolsa do Governo Holandês e Francês do Conselho Britânico e da Fundação Ford para visitar bibliotecas, Centros de Documentação e Escolas de Bibliotecon-

nomia nos Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, França, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia, Portugal e Hungria: 26ª Conferência Geral da FID. Rio de Janeiro, 1960; 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba, 1961; 16ª Reunião Anual da SPBC. Ribeirão Preto, 1964; 17ª Reunião Anual da SPBC. Belo Horizonte, 1965; 32ª Conferência Geral da FID, Haia, 1966 e 32ª Reunião Anual da IFLA. Haia, 1966.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

RUBENS BORBA DE MORAES

Paulista de Araraquara. Graduou-se em Letras na Universidade de Genebra, Suíça. Exerceu diversos cargos, dentre eles de Diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; do Centro de Informações da ONU; em Paris e da Biblioteca da ONU, em Nova Iorque. Idealizador, diretor e professor do primeiro Curso de Biblioteconomia de São Paulo. Fundou a primeira Associação de Bibliotecários do Brasil (1938), a Associação Paulista de Bibliotecários. Participou ativamente do movimento que culminou com a Semana de 22. Colaborou em revistas vanguardistas: Klaxon, Terra Roxa e outras. Em março de 1963, a convite do Prof. Almir de Castro, integrou o Conselho da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, onde exerceu, ainda, a função de professor do Curso de Biblioteconomia. Publicou inúmeros trabalhos, dentre eles destacando-se: Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros; Bibliografia Brasileira do Período Colonial; Bibliografia Brasileira; O Bibliófilo Aprendiz. Livros e Bibliotecas no Período Colonial. Faleceu em 1986 aos 86 anos.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977. BANDEIRA, Suelena. *A paixão que vem dos livros...* Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia). UNB, 1990.

ROLINDA KOHLER

[Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná.] (Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos maiores informações sobre a autora, por isso, o uso dos colchetes).

TELMA REGINA ESPANHOL DE BARROS

Procuramos em várias fontes, redes, instituições, etc. e não obtivemos maiores informações sobre a autora.

VOLINE CARDIM

Nascida na cidade de Caruaru-PE. Formação profissional: Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco e Curso de Pesquisas Bibliográficas do IBBD. 1957. Cargos exercidos: Bibliotecária-chefe da Faculdade de Educação e da Biblioteca Juvenil do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco. Bibliotecária-chefe da Biblioteca Método Maranhão da Faculdade de Filosofia da UFPe, 1958/68; Secretária 1959/62 e vice-presidente e presidente interina da APEB. Trabalhos publicados: A formação de bibliotecários (Trabalhos apresentados no 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba, 1961). Ética profissional. Nova sugestão para o currículo das escolas de Biblioteconomia e Documentação (Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Fortaleza, 1963). Bolsas, viagens, congressos, etc.: Bolsa da CAPES para o curso do IBBD, 1957; 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Recife, 1954; 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Curitiba, 1961.

Fonte: *QUEM é quem na biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBBD, 1977.

Biografia dos Organizadores

Cesar Augusto Castro

Pós-Doutor em Educação pela Universidade do Porto (2011) e pela USP (2006). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e o Curso de Biblioteconomia (UFMA). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). Desenvolve estudos e pesquisa sobre História da Educação com ênfase em: Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e imprensa de ensino. História do Livro e da Leitura e História das Bibliotecas e da Biblioteconomia.

Diana Rocha da Silva

Doutora em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - Araraquara/SP (2017). Mestre em Educação pelo Programa de

Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (2011), Graduada em Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (2009). Professora Adjunta II do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras do Maranhão (NEDHEL). Editora da Revista Bibliomar. Desenvolve estudos e pesquisas nas seguintes áreas: História do Livro, História das Bibliotecas, História da Educação, com ênfase nos Grupos escolares, Instituições escolares e Cultura material escolar, Imprensa de ensino, Comunicação científica e Publicação periódica científica.



ANEXOS

ANEXO A – Discurso de posse, como presidente da Febab, na Sessão Plenária do III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, no dia 14 de janeiro de 1961

Laura Garcia Moreno Russo

Sra. Presidente do III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, D. Lydia de Queiroz Sambaquy, Sr, Sra. Marcelina Dantas, Presidente e demais membros da Comissão Executiva, Senhores representantes estrangeiros, Mr. Downs e Ema Simons, meus colegas.

Ao tomarmos posse, neste momento, do cargo que a generosidade dos colegas, presidentes das Associações de Bibliotecários do País, nos confiaram, não poderíamos nos furtar ao dever de contar aos participantes deste magno conclave como surgiu a ideia de se formar no Brasil a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) que tantas ouviram pronunciar neste plenário. A FEBAB que congrega dez associações de bibliotecários do Brasil foi fundada durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado na Bahia, em julho de 1959. Originou-se da aprovação de uma tese que alertava o bibliotecário brasileiro para o mal do isolamento. Sete Associações já existiam, não havendo entre elas nenhuma ou pouca comunicação. Muitos anos eram passados, depois da fundação dos Cursos de Biblioteconomia e os bibliotecários viviam cheios de dúvida e descontentamento. Alguns buscavam refúgio na confiança em seus líderes; outros, já exaustos, haviam desistido de lutar contra a má vontade reinante. Em meio dessa confusão e melancolia, foi criada a FEBAB, com o objetivo de concorrer para tornar claras as soluções fundamentais de nossos problemas profissionais. A partir daquele momento, unidas as Associações, passaram a operar em trincheiras avançadas, de onde partem constantes e incansavel-

mente as sugestões, as advertências e os apelos, visando orientar as nossas reivindicações. À FEBAB cabe papel de relevo em nosso meio profissional e nós vos asseguramos tudo envidar para não deixá-la aquém de suas responsabilidades. Procurará a Diretoria, hoje empossada, executar, na medida do possível, os reais anseios da classe nesta conjuntura a qual a melhor solução será adotada, para a criação de um clima que os altos interesses coletivos estão a exigir, de cada membro de Associação e de todos os que se interessam pela defesa do prestígio e do progresso da biblioteconomia brasileira. Temos diante de nós, mais problemas que soluções e as constantes manifestações assistidas neste plenário retratam, de uma certa forma, essa enorme inquietação que se apoderou de todos nós. Falamos de dificuldades; suas manifestações são tão evidentes e múltiplas que não cremos necessário enumerá-las. Alegra-nos, porém, a certeza que, muito em breve, passaremos daquele estado de pessimismo ou de sonhos para um mundo feliz e autêntico que, sem modéstia, podemos proclamar já merecer.

Essa Diretoria é o órgão executivo da FEBAB. Ela é dirigida na verdade por uma Assembleia, constituída pelos Presidentes das Associações de Classe a quem cabe assegurar ao bibliotecário, progresso profissional e espiritual.

Dentro desse ideal de bem servir, com desambição e renúncia, todos nós podemos nos entender e cooperar, todos os antagonismos podem ter um ponto de contato, todas as malquerenças uma linha de afeição e todas as rivalidades uma superfície de concórdia.

A Diretoria da FEBAB agradece a confiança nela depositada e espera, com a cooperação dos bibliotecários brasileiros, levar a cabo a árdua tarefa que hoje lhe é confiada.

ANEXO B - Discurso da profa. Maria Luisa Monteiro da Cunha na sessão solene de inauguração da Faculdade de Biblioteconomia de Campinas

O ano letivo de 1994 estava prestes a terminar, quando tivemos a honrosa visita de dois notáveis bibliotecários norte-americanos: Mr. Milan e Mr. Lindenberg. Quando chegaram a São Paulo, os dois ilustres visitantes já haviam percorrido várias bibliotecas sul-americanas. Daí ter sido grande a nossa alegria e justo e nosso orgulho ao ouvirmos os elogios que espontaneamente fizeram ao desenvolvimento da biblioteconomia entre nós. Na Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Mr. Milan fez uma interessante conferência sobre o movimento bibliotecário nos E.U. da América do Norte, falando especialmente sobre os trabalhos e atividades da American Library Association que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da biblioteconomia não só nos Estados Unidos, como também em outros países, principalmente nas Américas do Sul e Latina.

A palestra de Mr. Milan tinha carácter moderno de dissertação e pergunta.

O auditório podia fazer perguntas sobre assuntos, em que tivesse dúvida, ou que desejasse maiores esclarecimentos. Num dado momento, Mr. C.A.A., que também estava presente, mas democraticamente sentado entre os alunos e não, como deveria ser, entre o corpo docente da Escola, levantou-se e dirigindo-se à classe disse: “Gostaria de saber porque estudam biblioteconomia”. Silêncio absurdo! Insistiu na pergunta: – Silêncio, ainda, e ele continuou;

Fazem-no, acaso, por julgarem um dos mais valiosos instrumentos para o levantamento espiritual e intelectual do povo? Por gostarem de livros? Acaso por considerarem a biblioteconomia fonte vantajosa sob aspecto financeiro? Porque o curso é fácil? Tão só aqui,

um dos alunos se levantou para dizer: “Oh! isso não. O curso exige grande força de vontade e dedicação. Aqui se estuda de fato. Quanto a mim, desde o início das aulas, não pude ir a um cinema, seque”. A conversa tomou outro rumo, terminou a conferência, mas a pergunta fundamental ficou no ar: “Por que se estuda biblioteconomia?”

Resolvi levar avante o interrogatório, não pública, mas individualmente. Obtive respostas bem interessantes. Uns alunos estudam biblioteconomia por mero diletantismo. Outros, por trabalharem em bibliotecas e até por estarem-nas dirigindo há muitos anos, receiam ter de ceder seus lugares a bibliotecários mais novos, com menor prática, mas de posse de um diploma que lhes assegura certos privilégios e vantagens. Uma jovem entrou para a Escola, porque os pais exigiam que tivesse um diploma. Ora, teria de estudar seis anos para se tornar uma médica, cinco para ser advogada e engenheira, quatro para obter título de dentista ou farmacêutica. Muito tempo de estudo, sem contar possíveis reprovações. Quando chegasse a conseguir diploma, já estaria correndo risco de ficar para tia. Estudando biblioteconomia, satisfará aos pais e terá tempo de sobra para realizar seu maior desejo: ser boa mãe de família. Outra aluna iniciou o curso porque, domiciliada no interior, só assim obteve permissão de residir um ano na Paulicéia. Tão bem realizou seu programa de diversões, que no fim do ano foi reprovada em todas as matérias. Só um disse ter iniciado o curso por amor ao livro, qualidade indispensável aos que pretendem trabalhar em bibliotecas e fazer com que elas prestem os serviços a que se destinam.

Primeiramente precisamos estabelecer o que é amor ao livro e o que amamos no livro. Como o ser humano, o livre tem corpo, alma e vestuário. Qual desses atributos deve ser amado? Há várias espécies de amor e vários tipos de amorosos. A Jovem em traje de baile está rodeada de admiradores que lhe exaltam a graça e formosura; estivesse, entretanto, em farrapos, numa sarjeta, ninguém se aperceberia de

sua beleza. É comum o caso de moças completamente destituídas de dotes espirituais e intelectuais despertarem verdadeiras paixões, só por serem donas de um bonito palminho de cara. Entretanto, esses dois tipos de afeição são inferiores. O que ama verdadeiramente ama a alma, aprecia antes de tudo o caráter ímpoluto, os dotes intelectuais, a delicadeza de sentimentos, enfim, as múltiplas qualidades e virtudes que constituem a personalidade.

Tudo isso o livro possui. Assim, os que amam o livro apenas pelo seu exterior, por sua encadernação luxuosa, pela perfeição do trabalho tipográfico, alta qualidade do papel, raridade e pela beleza das iluminações, são amantes medíocres. O que ama verdadeiramente o livro ama-lhe o conteúdo, pois este é a essência, o reflexo da própria alma do autor.

Qual de nós trocaria um exemplar do seu autor favorito, ainda que já gasto e desbotado do manuseio, por uma produção medíocre, porém verdadeira obra de tipografia e gosto estético.

O amor ao livro é sem dúvida, qualidade indispensável aos que estudam biblioteconomia e desejam em bibliotecas. Entretanto, como todo o amor puro e verdadeiro, o amor ao livro deve ser completamente destituído de ciúmes e egoísmo.

Já vai longe o tempo dos livros acorrentados. Livros acorrentados às estantes da biblioteca! Essa prática que hoje nos parece odiosa, tem sua explicação e, até certo ponto, justifica-se, se pensarmos naquela época um livro representava o fruto de um trabalho penoso de longos meses e anos. Na solidão e recolhimento dos conventos, quantos monges-copistas arruinaram irremediavelmente a vista em que escrever e copiar livros letra a letra? Hoje em dia, porém, que os prelos tipográficos produzem livros aos milhares de exemplares, já não se justifica o excessivo ciúme de certos bibliotecários.

O bibliotecário moderno já não é nenhum conservador de livros; cômico de sua grande responsabilidade, dedica-se ele, com entusias-

mo sempre crescente, a sua nobilíssima tarefa de imediato entre os autores e leitores, fazendo da biblioteca arma poderosa na luta contra a ignorância das massas; alguém poderia objetar que as escolas já lutam contra o analfabetismo, já fornecem os instrumentos para a cultura do povo. E, porém, a biblioteca que provê o material necessário ao uso desses instrumentos. A escola dá o cinzel; a biblioteca mármore; sem ambas, não se consegue esculpir a estátua do saber.

Para que a biblioteca possa desempenhar sua nobre missão, não basta que o bibliotecário que a dirige seja pessoa altamente educada. Nem mesmo um sábio poderá ser um bom bibliotecário sem estudo, prática e conhecimento técnicos especiais.

Daí a necessidade e importância da criação de escolas de biblioteconomia, que facultem ao bibliotecário o preparo técnico que lhes permitirá tornar a biblioteca um verdadeiro centro distribuidor de cultura. Disse com acerto Melvil Dewey: “Nossa época será chamada Era das bibliotecas”.

Os grandes pioneiros da biblioteconomia não lutaram em vão. Na América do Norte a causa advogada por Melvil Dewey, maior expoente da biblioteconomia e criador da primeira escola de bibliotecários naquele país, foi entusiasticamente apoiado pelos mais eminentes bibliotecários norte-americanos.

Desde então a biblioteconomia foi oficialmente reconhecida, na América do Norte, como profissão de categoria igual à exercida por médicos, engenheiros, professores, etc.

No Brasil, graças aos esforços de alguns bibliotecários de valor, já conseguimos vencer a indiferença e ignorância dos que insistiam em não ver na biblioteconomia elemento indispensável de vulgarização de conhecimentos.

Já estão em pleno funcionamento, no Rio de Janeiro, os cursos de biblioteconomia, do D.A.S.P. e da Biblioteca Nacional.

Em São Paulo – célula mater do organismo cultural e intelectual do Brasil – o valioso trabalho dos dois grandes pioneiros, Dr. Rubens Bastos de Moraes e Dra. Adelpha da Silva Rodrigues Figueiredo, foi plenamente coroado com êxito. Da escola de Biblioteconomia por eles organizada, têm saído vários bibliotecários dignos desse nome, muitos dos quais, aliando o preparo técnico ao dinamismo de ação, criaram novos cursos para treinamento de bibliotecários. Foi o que se deu na Bahia e o que presenciamos hoje na culta e intelectual Princesa do Oeste. Campinas, pela sua tradição histórica e cultural, exigiu não só uma Universidade para o grupo selecto dos intelectuais, como também uma Escola de Biblioteconomia, que será o alicerce de muitas bibliotecas: As Universidades do povo.

ANEXO C – Discurso de Laura Russo na posse do Conselho Regional de Biblioteconomia¹⁷²

8ª Região – 20/09/1966

AGENDA DOS TRABALHOS

a) Abertura dos trabalhos

Iremos empossar, dentro de poucos instantes 12 Membros que constituem o Conselho Regional de Biblioteconomia, de São Paulo, eleitos pelos Bibliotecários, militantes neste Estado Brasileiro e que constitui a 8ª Região, segundo Resolução Nº 4, aprovada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, em julho último. Nesta semana cerimônia será empossada a Diretoria do referido a qual cabe orientar os trabalhos da entidade e apresentar a seus pares de maneira organizada e precisa as dificuldades a serem solvidas e que antecipamos, não serão poucas.

b) Atribuições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

De acôrdo com o Art. 20, da Lei 4084/62, e Art. 35, do Decreto 56.725/65, que a regulamentou, são atribuições dos 10 Conselhos que se instalaram no Brasil:

Ler Art. 20, 22, 23, 24 e 25.

c) Homenagem

Por singular coincidência este Conselho Regional, sem dúvida alguma o mais expressivo pelo número de profissionais que irá registrar e congregar, empossa-se no dia 20 de setembro, data natalícia de D. Adepha R. de Figueiredo, que há 30 anos em São Paulo, liderou o movimento que iria resultar na formação de técnicos pelas Escolas de

¹⁷² Texto pertencente ao arquivo particular de Laura Russo.

Biblioteconomia de São Paulo, e que hoje aqui, são representados por seus seguidores líderes da Classe. Se viva estivesse, não faltaria a esta cerimônia e, por isso, pedimos um minuto de silêncio como homenagem àquela que em toda a sua vida foi educadora, mas bibliotecária por excelência.

Consideramos esta oportunidade para dizer algumas palavras sobre o desenvolvimento da biblioteconomia brasileira. Nossa regulamentação profissional é bem recente, e daí ouvirmos com frequência dizer que os bibliotecários constituem uma classe muito nova o que demonstra desconhecimento desse setor da atividade cultural em nosso país.

Há 50 anos, justamente, foi criado o primeiro Curso de Biblioteconomia, o que ainda existe, na Biblioteca Nacional. Durante 23 anos, foi esse o único curso que capacitou pessoal para trabalhar em bibliotecas.

Em 1938, depois de ingentes esforços, depois de lutarem contra o clima imperante na época, do completo desinteresse pela ciência biblioteconômica, a que hoje empolga os homens mais ilustres deste país, o Dr. Rubens Borba de Moraes e D. Adelpha R. Figueiredo apresentaram a São Paulo a primeira turma de bibliotecários, composta de 59 profissionais. Foi o início de uma áspera jornada, que deixou pelo caminho dezenas de Colegas. Uns, com a missão cumprida, aqueles que seguindo o exemplo do soldado disciplinado de “Mensagem à Garcia”, não desanimaram de lutar e nunca se deixaram influenciar pelos antagonismos da própria Classe; outros entraram nos embates, saturados dos mais puros ideias, mas a política medíocre com que sempre foi tratado o bibliotecário liquidou por completo com seu objetivo. Mas a luta continuou e continuará sempre, em busca de melhor entendimento da atividade profissional e do que ela pode oferecer aos poderes constituídos, em benefício da educação e cultura do povo, pois acreditamos no poder da leitura e do estudo.

No último sábado, ouvimos o professor Aloysio Pimenta, Reitor da Universidade de Minas Gerais palavras que vamos repetir, para que se avalie a mudança de atitude mental que se vem operando de agradecer-lhe o convite que nos fizera para empossa o Conselho Regional de Minas gerais, ele assim se expressou: “Eu é que tenho de agradecer a inestimável colaboração de sua Classe pois, a meu ver, a atividade bibliotecária constitui para esta Universidade a sua espinha dorsal”.

Os Colegas de minha geração, aqueles que dirigiram e dirigem Associações de Bibliotecários e Escolas de Biblioteconomia ou de alguma maneira exercem influência no meio da Classe sabem, o que significa a Instalação deste Conselho.

Seria ocioso relatar, neste momento, as dificuldades que encontramos para se conseguir essa legislação que nos beneficia e que hoje nos permite estar reunidos, para empossar Colegas ilustres. Quando falamos em significado deste Conselho, não nos referimos somente aos benefícios que ele pode propiciar à classe, procurando o acatamento da legislação vigente, mas, principalmente, nos referimos ao trabalho organizado e ativo que deverá desenvolver seus membros, junto aqueles a quem cabe o dever de criar e desenvolver as bibliotecas públicas e escolares, através de boas verbas, de pessoal capacitado e de livros, cuja aquisição deve ser resolvida sem entraves burocráticos, firmada no conceito de que a educação é melhor investimento neste país de 53% de analfabetos absolutos e de boa porcentagem de analfabetos relativos.

Sabemos ter diante de nós mais problemas que soluções, porém, os bibliotecários hão de trabalhar pelo aprimoramento das bibliotecas e, no dia em que nossa pátria atingir a sua maturidade política, social e econômica, há de se fazer justiça ampla àqueles cuja função é possibilitar à criança a leitura de um livro interessante por suas cores e conteúdo; ao jovem os livros didáticos, procurados

avidamente; ao grande público a satisfação de encontrar os livros que o recreiam e instruem; aos cientistas e pesquisadores os livros e documentos necessários à realização de seus trabalhos. Há de se reconhecer, finalmente, o seu esforço, no sentimento de colaborar na grande obra de surgimento nacional: a educação e a cultura do povo.

Honramo-nos com o mandato que nos conferiu o Exmo. Sr. Presidente da República e que nos permite a alta distinção de presidir esta expressiva Reunião e dar posse no dia de hoje aos seguintes membros da Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região:

Profa. Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de Mattos, cujo curriculum vitae abrange páginas, mas que se resume no seguinte: vinte anos de ininterrupta atividade biblioteconômica na Universidade Católica de Campinas, como bibliotecária chefe e como Professora e vice Diretora da Faculdade de Biblioteconomia, de Campinas. A colega que encontramos em todos os Cursos de atualização que se ministram nesta Capital. Para quem a distância nunca foi empecilho e a sua presença nunca faltou nas reuniões de classe ou para buscar em Cursos e Seminários o aprimoramento constante de seus conhecimentos. Esta é a bibliotecária que os Membros do Conselho de São Paulo escolheram como presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia.

Prof. Alfredo Américo Hamar, Diretor da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos e bibliotecário da Escola de Engenharia daquela Cidade, denominada muito a propósito a 'Atenas Brasileira' tal é a atividade universitária que lá se desenvolve. É sem dúvida alguma dos mais destacados bibliotecários do país, pela sua cultura profissional. Mas, Alfredo Hamar é mais, e aqui publicamente enaltecemos qualidades que ele possui e que devem ser imitadas: perseverança de objetivos; trabalhador incansável pela formação de bibliotecários para servir às Bibliotecas de nosso Interior.

Maria Antonieta Ferraz, Presidente da Associação Paulista de Bibliotecários, aquela que não se cansou de servir à Classe; de secretariar APB durante ...[no original em branco]; que não se desiludiu e que está sempre presente com a figura serena em todos os movimentos. Não disputou cargos públicos, mas à testa da Biblioteca da Associação Cimento Portland desenvolveu suas atividades sem grandes reconhecimentos econômicos, mas angariando a estima e a consideração de todos que com ela privaram em tantos anos de paciente e profícua atividade. Além dos pesados encargos que sempre teve ainda sobrou tempo para ensinar e é professora da Escola de Biblioteconomia de São Paulo.

Zilda Machado Taveira, vice-diretora da Escola de Biblioteconomia de São Paulo é a professora de Bibliografia e Referência que já formou várias gerações de bibliotecários. Durante o Curso, por cento, os alunos acharam-na rigorosa, porém, muitos aqui presentes e devem concordar que estas matérias de nosso currículo são as que preparam o bibliotecário para o encontro com o público: os consulentes. Oxalá possa continuar a ministrar esses ensinamentos com redobrado alento pois as bibliotecas têm meta principal a mecanização de seus processos técnicos e o oferecimento de maior número possível de bibliotecários para atender o público.

Leila Hadad, presidente da Associação Sancarlense de Bibliotecários, professora da Escola de Biblioteconomia e que não acha dificuldades em comparecer a todas Reuniões de Classe. Em São Paulo e no Rio, vêmo-la sempre integrada às nossas atividades.

Mercedes de Jesus Tomé Forti, Presidente da Associação Campineira de Bibliotecários, professora da Faculdade de Biblioteconomia.

Terezinha M. C. de Carvalho Polimento, presidente da Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo, é bibliotecária da Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis. Sua personalidade é conheci-

da de todos nós. Não se deixa influenciar pelo desânimo e está sempre disposta a trabalhar e ajudar qualquer empreendimento por mais difícil que ele seja. Como bibliotecária Municipal que sou e envolvida nas mesmas lutas, admiramos sua atividade e esperamos que os percalços não há faça diferente.

Acabamos de traçar o perfil, em traços muito ligeiros, dos membros natos do Conselho Regional de Biblioteconomia. Entretanto, para completá-lo, a Classe elegeu cinco Colegas que se dispuseram a aceitar esses cargos que irão tumultuar um pouco suas vidas. Agradecemos esse espírito de colaboração que identifica os bibliotecários como técnicos da civilização atual: Maria Helena Aratanga, bibliotecária da ...[no original em branco]. Já trabalhou na Biblioteca da Escola Paulista de Medicina. É este um bom exemplo do que sempre afirmamos: o perigo de êxodo de bibliotecários das Repartições Públicas para as Entidades particulares, pelos salários mais justos que oferecem.

Edmea Gorga, bibliotecária desta Biblioteca Municipal a quem foi confiada a tarefa de preparar a documentação dos bibliotecários para conseguir o registro de seus diplomas no MEC. Saiu-se bem da tarefa que enfrentou, com a natural finura de trato que lhe é peculiar e por isso será de grande valia para o Conselho.

Ana Lucia Maria Bonato, professora da Faculdade de Biblioteconomia de Campinas. Já integrou a Comissão de Catalogação que se reuniu inúmeras vezes nesta Capital, obrigando-a a se deslocar de sua Cidade.

Marlene Gaia Bohne, professora da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos.

Ainda, prontos para servir em qualquer eventualidade de vacância, o Conselho conta com três suplentes: Marly França Villança. Ex-bibliotecária Municipal, e que dirige presentemente a Biblioteca da Federação das Indústrias; Dulce Dias, biblioteca do Serviço da Se-

cretaria de Saúde, e Francis Sierra da ...[no original em branco].

Rejubilam-nos como presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia com o espírito de compreensão das autoridades da República, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que ouvindo nossos apelos ajudaram a implantar em nosso País esse clima de confiança nas bibliotecas e nos bibliotecários e que nos permitiu estarmos reunidos para esta solenidade.

Possa o Conselho contar com a compreensão e ajuda de todos os Colegas e das autoridades constituídas pois acreditamos firmemente que através de uma biblioteconomia moderna e utilitária poderão os bibliotecários contribuir para que milhões de brasileiros encontram o caminho certo da educação e da cultura, de paz espiritual e uma vida mais digna de ser vivida.

ANEXO D – Entrevista com o prof. Edson Nery da Fonseca

Cesar Castro - *Relate a sua trajetória como bibliotecário? Onde realizou os seus estudos? Como era a formação do bibliotecário nessa época? Quem eram os professores e qual literatura utilizada nesse curso?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Em 1945 – aos 24 anos de idade – eu trabalhava no Departamento de Documentação e Cultura quando este órgão da Prefeitura Municipal do Recife decidiu instalar bibliotecas populares em alguns bairros da cidade. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ofereceu ao DCC uma bolsa de estudos em seus Cursos, iniciando-os em 1946 e concluindo-os em 1947. Depois de estagiar na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, voltei a Recife, onde organizei e fui um dos professores do primeiro Curso de Biblioteconomia do Nordeste.

Em 1950 fui convidado pelo reitor da Universidade do Recife para a reforma das bibliotecas universitárias do Recife – depois Universidade Federal do Pernambuco – para dirigir a reforma das bibliotecas universitárias. Por insistência dele, iniciou-se em 1950 o primeiro curso universitário de Biblioteconomia do Nordeste, que organizei e dirigi até o fim do ano de 1951, quando fui dispensado por haver publicado num jornal da cidade um artigo no qual criticava a Biblioteca Pública do Estado por não querer renovar-se.

Tomando conhecimento da situação, o governador da Paraíba – que era o escritor José Américo de Almeida – convidou-me para planejar e dirigir a reforma da Biblioteca Pública do Estado. Apresentei um plano – incluído em meu livro Bibliotecas e bibliotecários da província – e dei cursos intensivos de biblioteconomia, nos anos de 1952 e 1953, para preparar pessoal habilitado a tomar parte na reforma para a qual fui contratado. Como o Estado da Paraíba, afligido pela seca,

não teve recursos para a reforma, o Instituto Nacional do Livro, que havia patrocinado os cursos, designou-me para a chefia da Biblioteca Demonstrativa Castro Alves, que funcionava na sobreloja do edifício IPASE, no Rio de Janeiro.

Naquela cidade – então capital da República – ingressei na carreira de bibliotecário do Serviço Público Federal, mediante concurso público realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), no qual obtive o 1º lugar. Fui, então, nomeado e lotado na biblioteca do Departamento de Imprensa Nacional.

Em 1954, Lydia de Queiroz Sambaquy requisitou-me para chefiar o Departamento de Bibliografia do então recém-criado IBBD.

Em 1955, ingressei na carreira de bibliotecário da Câmara de Deputados, mediante concurso público no qual obtive o 2º lugar, com diferença de dois pontos para a classificação em 1º lugar.

Durante o período em que vivi no Rio de Janeiro, fui presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários e da Comissão de Documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Com a mudança da capital da República para Brasília, fui obrigado a acompanhar a Câmara dos Deputados, tendo colaborado com a diretora da biblioteca, Lêda Câmara Labouriau, no planejamento das novas instalações num dos edifícios anexos a carreira de bibliotecários daquela casa do Congresso Nacional.

Em 1962, o então Ministro da Educação e Cultura Darci Ribeiro convidou-me para ensinar na Universidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril daquele ano. Ingressei na UnB como professor associado do Departamento de Letras em agosto de 1962. Ministrei, inicialmente, um curso de metodologia para alunos do mestrado dos cursos-tronco de Letras, Artes e Ciências Humanas. Depois fui incumbido de organizar a Biblioteca Central da universidade, da qual fui diretor até o início de 1964, quando fui substituído por Abner Lillis Corrêa

Vicentini, requisitado ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos: foi escolhido por mim.

Até 1965 fui professor de tempo parcial por ser concomitante bibliotecário da Câmara dos Deputados. Nesse ano solicitei aposentadoria da Câmara para dedicar-me inteiramente ao ensino de Biblioteconomia e Informação Científica – depois reduzia a Departamento – e a faculdade de Estudos Sociais Aplicados.

Durante o período em que fui professor da UnB – classificado em 1965 como titular – tive meu contrato suspenso 4 vezes, para atender convites das Universidades Illinois e Federal de Pernambuco, da Fundação Joaquim Nabuco e da Presidência da República.

A Universidade de Illinois contratou-me para avaliar a sua coleção de livros e periódicos sobre o Brasil e traçar diretrizes para a sua expansão.

Na Universidade de Pernambuco estive como consultor para construção do edifício Biblioteca Central, contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na Fundação Joaquim Nabuco fui o primeiro superintendente de seu Instituto de Documentação, editor da revista *Ciência & Trópicos*, membro do Seminário de Tropicologia e assessor da presidência para assuntos internacionais.

Voltei à UnB no início do ano de 1987, quando fui requisitado pela Presidência da República para assessorá-la nos projetos Memórias do Presidente da República e Conjunto Cultural de Brasília. Também participei da comissão organizadora das comemorações do Centenário da República. De 1987 a 15 de março de 1990 fui Adjunto da Assessoria Especial do Presidente José Sarney. Creio que fui o único bibliotecário brasileiro que exerceu função no Gabinete Pessoal de um Presidente: função classificada como Serviço Público Relevante.

Em 16 de março de 1990, voltei mais uma vez à UnB, mas obtive licença especial proposta por meu Departamento para escrever o livro *Introdução à Biblioteconomia*. Em 6 de dezembro de 1991, antes da conclusão da licença, fui aposentado por limite de idade.

Nos Cursos da Biblioteca Nacional tive professores medíocres e excelentes. Dentre estes, destaco Rubens Borba de Moraes – diretor-geral da Biblioteca Nacional e professor de Bibliografia e Referência –, Ary C. Fernandes, professor de Organização e Administração de Bibliotecas e Lydia de Queiroz Sambaquy, diretora da Biblioteca do DASP e professora de Catalogação e Classificação.

Os cursos da Biblioteca Nacional não eram nem muito bons nem muito ruins. A biblioteca era muito boa e tínhamos a Nacional como exemplo do que era errado. Rubens Borba de Moraes introduziu-lhe sua terceira grande reforma.

Cesar Castro - *Como o senhor analisa a adoção no Brasil, em São Paulo, do pragmatismo americano na Biblioteconomia brasileira?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - O chamado “pragmatismo americano” se manifestou na orientação da Universidade Mackenzie no sentido de formar bibliotecários com ênfase nos processos técnicos, ao contrário dos Cursos da Biblioteca Nacional, criados sob a influência da École de Chartres. Creio que as duas orientações devem ser conciliadas. Mas o que ocorreu foi um lamentável conflito que chegou ao ponto de suscitar inimizades pessoais entre bibliotecários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entretanto, a modernização de bibliotecas sob o influxo do pragmatismo americano ocorreu tanto em São Paulo – como no Rio de Janeiro com a criação, em 1937, do DASP, cuja biblioteca era dirigida por Lydia de Queiroz Sambaquy. Afastado da Biblioteca Municipal de São Paulo, Rubens Borba de Moraes foi nomeado diretor-geral da Biblioteca Nacional, que a reformou em 1946.

Cesar Castro - *Como se deu o debate sobre a implantação do currículo de 1962? Qual a posição dos bibliotecários frente ao mesmo?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Lembro-me de haver participado, em 1962, de uma comissão criada pela Diretoria do Ensino Superior do Magistério da Educação e Cultura para reformulação do currículo de Biblioteconomia; mas não consigo lembrar-me de detalhes das discussões. Sorry!

Cesar Castro - *Quais as vantagens para a classe dos bibliotecários após a aprovação da lei 4084/62?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Todos sabem que discordei da lei nº 4084/62 desde a discussão, entre bibliotecários, do anteprojeto apresentado à FEBAB. Discordei por dois motivos: 1º) porque ela seguiu, mutatis mutandis, as leis que regulam o exercício das profissões de médicos, engenheiros e advogados; estas, entretanto, procuram assegurar o bem comum, resguardando os doentes de serem tratados por curandeiros, a população de ser vítima de acidentes causados pela incompetência de pseudo-engenheiros e a justiça de não ser corretamente aplicada por falsos advogados; a lei não protegia o bem comum em si, a classe bibliotecário; instituindo mais um corporativismo dentro do serviço público. 2º) porque a lei fechava a biblioteconomia dentro de suas fronteiras justamente quando as ciências e profissões começavam a se intercomunicarem, estabelecendo uma interdependência que só fez crescer até o final do 2º milênio, o que impõe em face da globalização com a qual entraremos no 3º milênio.

Cesar Castro - *Porque era tão discutida, nos anos 50 e 60, a necessidade da especialização do bibliotecário? Quais os pontos positivos e negativos desta especialização?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - É público e notório que houve pressão dos bibliotecários – principalmente da FEBAB – junto aos congressistas, para aprovação do projeto de lei 4084/62 e junto ao Poder Executivo para aprovação de decreto que a regulamentou.

Cesar Castro - *O currículo de 1962 contemplou mais os interesses da classe bibliotecária ou dos “burocratas” do MEC.*

Prof. Edson Nery da Fonseca - A Biblioteconomia só fez enriquecer-se com a aceitação, pelos bibliotecários da Documentação e, depois, da Ciência da Informação. A criatividade só funciona quando as disciplinas se intercomunicam.

Cesar Castro - *Quais atitudes dos bibliotecários frente a este novo campo?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Inicialmente, a atitude dos bibliotecários em face da Documentação foi de burrice histórica, conservantismo ou esperteza. Uns eram contra por serem burros e histéricos; outros por serem conservadores; e ainda outros pelo temor de serem superados pelos documentalistas; esperteza que garantia interesses criados.

Cesar Castro - *Porque era tão discutida, nos anos 50 e 60, a necessidade da especialização do bibliotecário? Quais os pontos positivos e negativos desta especialização?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - O único ponto que vejo na especialização do bibliotecário em uma área do saber – científico, tecnológico ou humanístico – seria a de fechar-se em sua especialização, desconhecendo o que se passa em outras áreas e recusando a interdisciplinaridade. Mas a especialização tem muitos pontos positivos como: 1º) evitar que o bibliotecário fique em posição de inferioridade quando abordado por especialistas altamente diferenciados; 2º) tornar o bibliotecário capaz de indexar e resumir artigos científicos de determinadas áreas do saber. A especialização, entretanto, deve ser combinada com um sadio generalismo, sem que o bibliotecário caia no ridículo de pretender conhecer tudo, como um Aristóteles ou um Leonardo da Vinci.

Cesar Castro - *Qual a importância de Herbert Coblans e Zeferino Paulo para a Biblioteconomia e a Documentação brasileira?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Sobre **Herbert Coblans** – qui-

mico industrial sul-africano (obteve, depois, a cidadania inglesa por não concordar com a odiosa política do *apartheid* dos africaners), diretor do serviço de documentação e informação do Centro Europeu de Energia Nuclear (CERN) – veio ao Brasil como consultor da UNESCO para o projeto de criação, no Rio de Janeiro, de um centro nacional de documentação que veio a ser pela paranoia de Lydia de Queiroz Sambuquy – IBBD. Ele ministrou na Biblioteconomia Nacional um curso no qual se falou, pela primeira vez no Brasil, das técnicas mais avançadas de armazenagem e recuperação de informação: curso do qual resultou seu livro Documentação que, traduzido em português por Maria Antonieta Requião Piedade, foi publicado pelo DASP em 1957, pelo seu alto nível de cientista e humanista, ele conquistou a simpatia de muitos bibliotecários brasileiros e também contribuiu para a substituição da Classificação Decimal de Melvil Dewey pela Classificação Decimal Universal.

Zeferino Ferreira Paulo – médico e documentalista português – chegou ao Brasil pouco depois de Coblans e deu continuidade à luta pela difusão de Documentação em nosso país. Por falar português e ter personalidade muito forte e dionisíaca, obteve mais sucesso do Herbert Coblans, que era apolíneo. Deve-se a Zeferino Ferreira Paulo o ingresso do Brasil na Federação Internacional de Documentação, a nossa participação na comissão Internacional de CDU e as edições brasileiras desse sistema. A influência de Herbert Coblans e de Zeferino Paulo na Biblioteconomia brasileira pode ser comparada à dos professores europeus – com Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, e os dois Bastides e Giuseppe Ungaretti – que deram à Universidade de São Paulo categoria internacional.

Cesar Castro - *Quais os motivos que levaram o Sr. a afirmar, nos Estados Unidos da América, que no Brasil havia Documentação e não Biblioteconomia, questão à qual Maria Luisa Monteiro da Cunha manifestou-se contrária?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Eu nunca disse que no Brasil só havia documentalistas em vez de bibliotecários. O que afirmei numa das reuniões do Seminário Interamericano sobre Bibliotecas Universitárias realizado em Onticello (Illinois) sob auspícios do Council on Higher Education in the American Republics (janeiro de 1961) foi que a Documentação estava sendo progressivamente aceita no Brasil por bibliotecários capazes de darem “o seu a seu dono”, isto é, de deixar aos documentalistas as tarefas de reunir, organizar e difundir informações de caráter científico, ficando os bibliotecários com as nobres tarefas de organizar e dirigir bibliotecas gerais, de atendimento ao público infante-juvenil, a deficientes físicos, a leitores hospitalizados e aprisionados, de participação em programas nacionais de alfabetização e educação permanente. É verdade que, na ocasião, minha querida e saudosa amiga Maria Luisa Monteiro da Cunha afirmou, em alto e bom som, que era o único bibliotecário brasileiro que aceitava a Documentação. O episódio está registrado em meu livro *Universidades, bibliotecas e museus; diário de uma viagem aos Estados Unidos* (Rio de Janeiro: Ed: do Autor, 1964, p. 45-46). Nós éramos os únicos brasileiros participantes do Seminário, de modo que não ficava bem triplicar. Eu considerava honroso ser o único bibliotecário brasileiro. Mas na verdade existiam outros, como Bernadette Sinay Neves na Bahia, Terezine Arantes Ferraz em São Paulo e Lydia de Queiroz Sambaquy no Rio de Janeiro.

Cesar Castro - *Como o Sr. diferencia o ensino de São Paulo e do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Não posso falar do que ocorre presentemente em São Paulo e no Rio de Janeiro. No meu tempo – isto é entre 1947, quando concluí o curso de Biblioteconomia, e 1960, quando me mudei para Brasília –, as divergências eram circunscritas aos processos técnicos. Por exemplo, no Rio de Janeiro adotava-se o chamado código da Biblioteca Apostólica Vaticana – *Norme per el ca-*

talogo degli stampati – e em São Paulo o adotado era o código anglo-americano. Outro exemplo: a entrada de nomes na catalogação de obras de autores brasileiros obedecia, no Rio de Janeiro, ao critério da tradição literária; e em São Paulo ao registro civil. Cito alguns casos significativos: no Rio de Janeiro, as fichas dos livros do romanista José Lins do Rego indicavam: Rego, José Lins do; no catálogo da Biblioteca Municipal de São Paulo ele aparecia como: Cavalcanti, José Lins do Rego (porque assim fora registrado civilmente). A mesma divergência ocorria como ensaísta Sérgio Milliet: ele aparecia nos catálogos das bibliotecas do Rio de Janeiro como era conhecido literalmente: Milliet, Sérgio; nas bibliotecas de São Paulo aparecia como Silva, Sérgio Milliet da Costa e (porque era esse o seu nome completo). Por causa de filigranas como essas, duas ilustres bibliotecárias – uma do Rio de Janeiro e outro de São Paulo – quase iam às tapas numa das reuniões de Conferência da UNESCO para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina, realizada em São Paulo, em outubro de 1951.

Cesar Castro - *Quais os motivos que levaram a Secretaria de Cultura do Recife a criar um Curso de Biblioteconomia. Quem foram os professores deste curso? Quais as disciplinas oferecidas?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - O primeiro curso de biblioteconomia do Recife foi criado pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife – dirigido e animado pelo engenheiro José Césio Regueira da Costa – porque precisava-se de bibliotecários para as biblio populares que estavam sendo ou iam ser instaladas nos bairros de Encruzilhadas, Casa Amarela e Afogados, tanto quanto para o ônibus-biblioteca e para os postos de empréstimos em diferentes pontos da cidade. O curso teve a duração de um ano, com três professores: Ernani Cerdeira (Organização e Administração de Bibliotecas e História do Livro), Milton Melo (Classificação) e Edson Nery da Fonseca (Bibliografia e Referência e Catalogação).

Cesar Castro - *Como o Sr. analisa a formação atual dos bibliotecários, comparando com as décadas anteriores?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Como era natural que acontecesse, a formação de bibliotecários está hoje mais voltada para a comunicação, a informação, a informática e a multimídia. Tudo isso está certo na medida em que a não se caia na tolice de proclamar a “morte do livro”. Porque os veículos de comunicação do pensamento – seja este pensamento científico ou humanístico – não se excluem, mas se complementam.

Cesar Castro - *Sobre o ponto de vista do Sr., quais os bibliotecários que contribuíram para a constituição do campo do ensino da Biblioteconomia no Brasil?*

Prof. Edson Nery da Fonseca - Os fundadores do ensino de Biblioteconomia no Brasil foram Manoel Cícero Peregrino da Silva – criador dos Cursos da Biblioteca Nacional, inaugurados em 1915; o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo – Rubens Borba de Moraes e Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, em São Paulo (1936), Bernadette Sinay Neves, na Bahia (1942), Josué Montello, ao reorganizar os cursos da Biblioteca Nacional em 1944, Ernesto Manoel Zink, em Campinas (1945), Etelvina Lima, no Paraná e em Belo Horizonte, José Césio Regueira Costa, no Recife (1948) e Edson Nery da Fonseca, em Brasília (1964). Peço desculpas por ter de citar meu nome.

Olinda, 28 de maio de 1997.

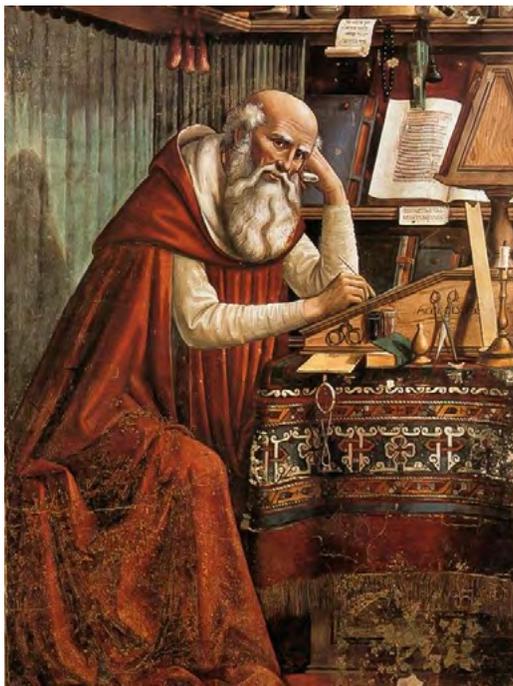
ANEXO E – Patrono dos Bibliotecários Brasileiros

Manuel Bastos Tigre, nasceu em Recife, no dia 12 de março de 1882. Um escritor, engenheiro, jornalista e bibliotecário. Aos 20 anos, iniciou a carreira jornalística, colaborando com várias revistas como: “Tagarela”, “Pingos e Respingos”, no “Correio da Manhã”. Também foi fundador da revista “D. Xiquete”. Como escritor, ganhou o 10º Prêmio de Poesias da Academia Brasileira de Letras e escreveu livros como: “Meu Bebê” e “Versos Perversos”. Manuel Bastos Tigre, se inscreveu no 1º concurso público realizado no Brasil para o cargo de Bibliotecário e passou em 1º lugar. Como Bibliotecário, trabalhou no Museu Nacional, na Biblioteca da Associação Brasileira da Imprensa e na Biblioteca Central da Universidade do Brasil. Dedicou mais de 20 anos à Biblioteconomia e faleceu com 75 anos em 2 de agosto. Assim, o dia escolhido é o nascimento do Patrono da Biblioteconomia.



ANEXO F – Padroeiro dos Bibliotecários

São Jerônimo foi um ávido leitor, possuía uma memória prodigiosa e dominava vários idiomas. Sua biblioteca pessoal era considerada a mais importante da Roma antiga. Foi escolhido pelo papa Damásio para fazer a tradução do Novo Testamento – do grego para o latim –, e do seu trabalho originaram-se todas as traduções em línguas românicas do texto sagrado. Em 30 de setembro comemora-se seu dia. É o padroeiro dos bibliotecários.



Além de ávido leitor, possuía uma memória prodigiosa e dominava vários idiomas. Sua biblioteca pessoal era considerada a mais importante da Roma antiga. Foi escolhido pelo papa Damásio para fazer a tradução do Novo Testamento – do grego para o latim –, e do seu trabalho originaram-se todas as traduções em línguas românicas do texto sagrado. Em 30 de setembro comemora-se seu dia.

ANEXO G – O anel de grau dos bibliotecários brasileiros¹⁷³

Em janeiro de 1963, durante a Reunião Anual do Conselho Diretor da FEBAB, foram postas em votação três sugestões, apresentadas pela Associação Paulista de Bibliotecários, Associação dos Bibliotecários Municipais de



São Paulo e Associação dos Bibliotecários do Paraná. A matéria visou fixar o modelo do anel de grau para o bibliotecário.

Os pedidos de pronunciamento foram encaminhado às Associações filiadas e Escolas de Biblioteconomia, através da Circular 17, de novembro de 1962.

Na Reunião do Conselho Diretor votaram presidentes de Associações e alguns delegados, sendo seis favoráveis ao modelo apresentado, com algumas modificações; dois delegados se pronunciaram pelo adiamento da matéria; um votou contra.

Tendo a maioria se manifestado favorável, ficou decidido que o anel de grau do bibliotecário deveria ter as seguintes características:

Pedra: ametista

Emblemas: lâmpada de Aladim e um livro aberto

¹⁷³ Fonte: R. Bras. Bibliotecon. Doc. n. 9, v. 4/6, p.163-165, abr./jun. 1977.

CONSIDERAÇÕES E SIMBOLISMO

Ametista – Palavra originária do grego *amethystos*. Pedra preciosa de cor violeta. É uma variedade de quartzo, encontrada no Brasil, Uruguai, Sibéria e no Ceilão. Clássica pedra da amizade; reforça a memória; preserva de alucinações, defende contra a embriaguez. É a pedra usada para os anéis dos bispos.



Lâmpada de Aladim – Desde os tempos antigos simboliza a peregrinação; a atividade intelectual; o árduo trabalho das especulações litero-científicas.



Livro aberto – Significa o oferecimento da educação e da cultura.



Confecção – O anel deverá ser feito em ouro, tendo lateralmente os símbolos já mencionados, em platina, para ficarem em relevo. Todas as especificações aqui apresentadas foram encaminhadas às Associações e Escolas, pela Circular 5, de março 5, de março de 1963.

BIBLIOGRAFIA

CAIRO, GIOVANNI. Dizionario regionato dei simboli.

RONCHETTI G. Dizionario ilustrato dei símbolí.

NOVO, PEDRO DE. Diccionario de geologia y ciencias afines.

FERRAZ, L.C. Compêndio dos minerais do Brasil.

MANSFELD, Dr. Piedras Preciosas: su significado e importancia en el sentido científico, económico, artístico y oculto.

ANEXO H – Memorial da Escola de Biblioteconomia da Bahia

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA BAHIA

RUA ROCKFELLER N. 4

BAHIA - BRASIL

- MEMORIAL -

Exmo. Sr. Deputado João Mendes da Costa Filho:

Tenho a satisfação de passar à Vossa Excelência o memorial abaixo, previamente agradecida pelo interesse cultural demonstrado ante a causa do movimento biblioteconômico na Bahia.

Origem e evolução da Escola

Em 1942, nasceu o primeiro estímulo para o estudo de Biblioteconomia em nosso meio: a signatária do presente deu o primeiro curso dessa técnica a um grupo de Bandeirantes, na Biblioteca Pública do Estado, seguido de outro para funcionários daquela Biblioteca. Em 1944, 1946, 1947, outros cursos foram ministrados, com interesse crescente.

Já se tendo criado então um ambiente favorável para um estudo mais completo, o Curso foi transformado em uma Escola de Biblioteconomia, precisamente no ano de 1948.

Estado atual da Escola

Já adquirida uma certa consciência do problema, a Escola vem, desde então, funcionando regularmente, com os embaraços naturais dos trabalhos iniciais.

Atualmente, estão em funcionamento o curso regular, em 2 anos, com um currículo semelhante às congêneres do País, e um

curso intensivo para professoras primárias, estando planejado para o segundo semestre do corrente ano, uma série de palestras, por professores especializados em psicologia e educação, e um curso de pós-graduação (especialização em catalogação e classificação de livros), destinados pela Escola, já em número superior a vinte.

Resultados obtidos

Apesar dos embaraços existentes, e, por isso mesmo, são animadores os frutos colhidos pela ação desta Escola, cabendo à justa, a enumeração abaixo:

a) organização, por meio de métodos modernos, e por diplomados por esta Escola, das bibliotecas da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, Colégio da Bahia, Departamento do Serviço Público e Instituto Feminino da Bahia;

b) no primeiro concurso para a carreira de Bibliotecário, no Norte do País, realizado, nesta cidade do Salvador em 1949, todos os concorrentes eram diplomados por esta Escola, exceção de um, com o curso da Biblioteca Nacional.

c) a 1a. secção de Referência no Norte do País, inaugurada na Biblioteca Pública do Estado, no corrente ano, foi organizada por bibliotecárias diplomadas por esta Escola;

d) a Secretaria de Educação e Saúde contratou com a Escola um curso intensivo, destinado a professoras, que se encarregarão das bibliotecas das Escolas primárias, curso frequentado por 36 alunas (15 do interior do Estado e 21 da capital) e com uma média de 5 horas de trabalho diário. É o 1º, nestes moldes, a realizar-se no Brasil.

É o seguinte corpo docente:

Diretoria da Escola e Professora de Organização e Administração de Bibliotecas, Bernadette Sinay Neves, Engenharia Civil, Bibliotecária pela Escola de Biblioteconomia de São Paulo, com um ano de

estudo nas Bibliotecas dos Estados Unidos, incluindo curso de verão na Universidade de Chicago, Curso de Biblioteconomia da UNESCO em Londres e Manchester, Bibliotecária-chefe da Biblioteca da Escola politécnica da Universidade da Bahia.

Professora da catalogação: Felisbela Liberato de Matos Carvalho, diplomada pela escola de Biblioteconomia da Bahia, Bibliotecária do Departamento de Serviço Público e da Escola Politécnica da Universidade da Bahia.

Professora de classificação: Maria José da Mercês Passos, professora, diplomada pela escola de Biblioteconomia da Bahia, Bibliotecária da Biblioteca Pública do estado.

Professor de História do Livro: Maria de Lordes S. Tavares, Bibliotecária pela Escola de Biblioteconomia da São Paulo.

Referência e Bibliografia: Dr. Oswaldo Imbassahy da Silva, advogada, Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, Diretor da Biblioteca Pública do Estado.

Condições financeiras

No ano passado, além da contribuição de cinquenta cruzeiros mensais de cada aluno, a Escola recebeu um auxílio anual de cinco mil e quinhentos cruzeiros pela Reitoria da Universidade da Bahia. Os professores perceberam então, vinte cruzeiros por aula e a diretora uma gratificação mensal de cem cruzeiros. Não recebeu nenhum recurso para compra de material, inclusive livros, estes emprestados pela Biblioteca Pública do Estado e pela Associação Cultural Brasil Estados Unidos e particulares.

Bahia, 13 de maio de 1949.

Bernadette Sinay Neves

Diretora

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

<i>TÍTULO</i>	Biblioteconomia Brasileira: textos fundadores
<i>ORGANIZADORES</i>	Cesar Augusto Castro e Diana Rocha da Silva
<i>PROJETO GRÁFICO</i>	Gregório Jansen
<i>CAPA/DIAGRAMAÇÃO</i>	Gregório Jansen
<i>FORMATO</i>	16x23cm
<i>PÁGINAS</i>	546
<i>TIPOGRAFIA</i>	Corpo: Tiempos Text Regular 11/17 Títulos: Editorial New 20/26 Capa: Editorial New/Luxurious Script
<i>EDIÇÃO</i>	1ª edição